



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MERCEDES SOLÁ PÉREZ**

**R-EXISTÊNCIAS DOS CAMPONESES/AS DO QUE HOJE É SUAPE: JUSTIÇA  
TERRITORIAL, PÓS-DESENVOLVIMENTO E DESCOLONIALIDADE PELA VIDA**

**RECIFE**

**2016**

**MERCEDES SOLÁ PÉREZ**

**R-EXISTÊNCIAS DOS CAMPONESES/AS DO QUE HOJE É SUAPE: JUSTIÇA  
TERRITORIAL, PÓS-DESENVOLVIMENTO E DESCOLONIALIDADE PELA VIDA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Geografia.

Orientador: Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves  
Coorientador: Dr. Jorge Montenegro

**RECIFE**

**2016**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

S684r Solá Pérez, Mercedes.  
R-existências dos camponeses/as do que hoje é SUAPE : justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida / Mercedes Solá Pérez. – 2016.  
253 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves.  
Coorientador: Prof. Dr. Jorge Montenegro.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016.  
Inclui referências e anexos.

1. Geografia. 2. Propriedade territorial. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Camponeses - Brasil. 5. Camponeses - Colômbia. I. Gonçalves, Cláudio Ubiratan (Orientador). II. Montenegro, Jorge (Coorientador). III. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-25)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PP GEO



**MERCEDES SOLÁ PÉREZ**

**R-EXISTÊNCIAS DOS CAMPONESES/AS DO QUE HOJE É SUAPE: JUSTIÇA  
TERRITORIAL, PÓS-DESENVOLVIMENTO E DESCOLONIALIDADE PELA VIDA**

Tese aprovada, em 18/03/2016, pela comissão examinadora:

---

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves  
(1º examinador – orientador – PP GEO/DCG/UFPE)

---

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz  
(2º examinador – Geociências/UFF)

---

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho  
(3º examinador – Geografia/UFS)

---

Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida  
(4º examinador – PP GEO/DCG/UFPE)

---

Profª Dra. Mônica Cox de Britto Pereira  
(5ª examinadora - examinador – PP GEO/DCG/UFPE)

## AGRADECIMENTOS

Realizar esta tese significou, ao mesmo tempo, a minha mudança para um novo mundo não vivido antes. Toda essa mudança me demandou um grande esforço que foi mais ameno graças às minhas famílias: na qual nasci e aquelas que fui adquirindo no espaço-tempo.

As r-existências são parte daquelas pessoas que temos a certeza que é possível viver acima de tudo. Reinventando as formas de viver sem necessidade de estar presas nos parâmetros do mundo moderno/colonial.

Eso lo empecé a aprender intuitivamente junto a mi familia de *no convencionales* que hasta hoy viven la libertad y, al mismo tiempo, las dificultades de no someterse a las normas de privilegiar el capital sino la vida. Má, seguís siendo incondicional y te lo agradezco. Pá, sabés que me hace feliz que estemos cerquita en este inmenso mundo. Maxi, Sil, Mari y Adrián, Pi, Anita y chiquitas somos todos de mundos diferentes, poco convencionales y medio locos. Así somos y así nos (des)entendemos y somos familia, a nuestro modo. Los quiero y gracias. Gon, Sole, Mati, Wi, Maria, Jero amig@s que año a año seguimos encontrándonos y viviendo la posibilidad de compartir. Aunque sea esporádicamente son fundamentales en mis reflexiones sobre la investigación, la actuación profesional y en cómo vivir.

Ê você é A pessoa, a amiga, a irmã que tem me acompanhado sempre. Alegrias, tristezas, pesquisas, campos, gráficos, quadros, medos, dúvidas, amor, VIDA. Apoio incondicional e intensidade sempre. Gracias, obrigada, valeu.

E às *meninas do lustre* (que continua como lar no coração) - Li, Ê, Manu, Mara, Mari - e seus frequentadores/as que intensificavam/intensificam a vida vivida: Chiu, Maria, Estéfano, João, Laura, Ralph, Fer, Ju (guerreira e exemplo de vida), Vini. Tia e tio. Jorge você está nessa categoria e na de orientador.

Jorge te admiro y sos de la puta madre. Sigo afirmándolo y te agradezco infinitamente cada encuentro presencial, virtual y mental. Vamos que vamos porque orientador é pra sempre. Hermano você apareceu num momento em que a vida se mostrava na sua fase mais crua e te fizeste presente, do teu modo, sempre. Você me acompanhou nas mudanças e nessa loucura de viver de viagem em viagem mental e real. Obrigada.

Su menina... Ainda bem que tu apareceu na minha vida. Sabe que facilitou/facilita muito o meu dia-a-dia em todos os aspectos. Estamos juntas. Nacho na divisão dos bens, somos amigos e sabe que "me gustan" nossas conversas. Saulo é nózi amigo, estamos junto e vamos que vamos que a vida é difícil, mas a vivemos compartilhada. Gabi e Dai quietinhas e próximas, agradecida pelo carinho. Vir y Milson, los conocí por casualidad y estuvieron siempre dialogando conmigo, cada un@ con sus especificidades y siempre presentes.

Bira. Olha o desafio que conseguimos passar. Parceria e diferença. Esse negócio de ser arian@s nos fez passar por momentos intensos. Os campos que compartilhamos foram isso e sabe que viver um pedacinho da Colômbia com você foi o mais especial. O Cimitarra e a Colômbia ainda nos esperam, tenho certeza.

Bladi, profe y amigo georaizal, qué te digo. Que sos más argentino que yo che. Que te agradezco la Colombia que me presentaste, el apoyo en la Universidad Externado de Colombia y en lo demás. El día que nos encontramos en la esquina de lo que fue mi hogar en Bogotá supe que contaba con vos en serio. Chicos, amigos, mi familia colombiana. Leito, Chiqui, Chamao, Yesid, Juan, Mónica y Dani. Música, baile, licor, VIDA. Se los quiere y les agradezco todito lo vivido por esas tierras donde *se vive, se sufre y se goza*. Leo, sos mi hermano/amigo para siempre, muchas gracias por todos los momentos de sol, de comer, de escuchar música. Chiqui sabes...por todo, gracias. Chamaito hágale pues. Juan mi casa es tu casa también. Yesid somos lo que somos, seamos felices. Mónica siempre presente. Esto es vida.

Fredy qué lindas nuestras conversaciones, las reflexiones investigativas y del vivir y los mates en la nacho con *Usted*. Y gracias a l@s compañer@s de Anzorc que me recibieron y acogieron: Yenli, Lorena, Pablo, César, Fefo. Milton, Nury y Lorena de la ACVC. Chucho por las ricas comidas y charlas. Cami y familia gracias por los cuidados.

Às pessoas que compõem o Fórum Suape - espaço socioambiental e aos camponeses/as do que hoje é Suape porque é possível r-existir juntxs. A los campesin@s de la ZRC-VRC, especialmente de Puerto Matilde, lo que vivimos con ustedes ha sido una experiencia excepcional que espero haber podido ilustrar aquí, aunque la vida sea mucho más intensa que lo que se puede escribir.

Valter, Eraldo, Nilo e Mônica agradeço a leitura atenta e as dicas nas bancas e nas conversas pessoais. Com cada um/a tive a oportunidade de aprender sobre a pesquisa e sobre a relação intrínseca da profissão e da vida.

Às parcerias com outr@s profes - Rodrigo, Cacá, Diana, Manuel, Álvaro, Darío, Gustavo, Philippe, Harold, Gabriel, Carlos, Caio... - também foram fundamentais nestes tempos de doutorado.

Às/Aos compas do NEACA/LEPEC, do ENCONTTRA, do CEGeT, do GeoRaizAL. À FACEPE que me permitiu dedicar meu tempo ao doutorado tanto em Recife como em Bogotá.

Sem formatação porque a vida não pode ser formatada, a desalambrar y a caminar distinto.

## RESUMO

No ano de 1977 o Estado de Pernambuco desapropriou 13.500 ha. - 27 engenhos - de terras de camponeses/as dos engenhos da Zona da Mata sul de Pernambuco dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Brasil, para instalar o complexo industrial portuário Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (CIPS). Conforme as empresas foram construídas e instaladas no CIPS, os despejos foram intensificados. Identificamos três períodos dessa intensificação, consequência da implantação de políticas de desenvolvimento no CIPS: 1) no começo da obra em 1977; 2) na década de 1990, período de renovação da normatização dos portos; e, 3) na década de 2000, especificamente durante o período das obras financiadas pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC 1, 2007-2011; PAC 2, 2011-2014). Neste último período ocorreram as maiores expropriações propiciadas pelo Estado devido a duas questões: a instalação de empresas e a destinação de 55% da área do CIPS para suposta zona de proteção ecológica. Verificamos também que o conflito e grande parte das r-existências territoriais e de luta pela reprodução da vida que apresentamos são fruto da instalação do CIPS nas terras tradicionalmente ocupadas dos camponeses/as do que hoje é Suape. O CIPS se insere na lógica do modelo primário exportador neocolonial como mais um dos diversos enclaves que sustentam essa engrenagem no Brasil, na América Latina e no sistema mundo moderno/colonial. Neste sentido, analisamos os processos de r-existência dos camponeses/as frente às políticas de desenvolvimento de megaprojetos que se instalaram em seus territórios de vida, através do CIPS, no que hoje é Suape, Região Metropolitana de Recife, litoral sul de Pernambuco, Brasil. À luz da experiência de r-existências junto aos camponeses/as do que hoje é Suape, também apresentamos a experiência com os camponeses/as da Zona de Reserva Camponesa Vale do Rio Cimitarra, no Magdalena Médio, Colômbia, que têm territórios legalmente constituídos. Assim, no primeiro capítulo trazemos um panorama da escala local de ambos os trabalhos de campo realizados junto aos camponeses/as do que hoje é Suape, PE-Brasil, e aos camponeses/as da Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra, Colômbia. No segundo capítulo enfatizamos os conflitos a partir da apresentação das políticas de desenvolvimento para o que hoje é Suape, o Brasil e a América Latina a partir da história da instalação da cana-de-açúcar e de toda a lógica dos engenhos, dos diversos programas para modernização do país, incluindo a instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape e da inserção marginal do Brasil e dos outros países da América Latina no modelo primário exportador neocolonial. No capítulo três mostramos os marcos legais de reconhecimento e a constituição de territórios legais no Brasil e Colômbia, transitamos por conjunturas sociais que vêm emergindo na Abya Yala. Finalmente, no quarto capítulo, abrimos mais uma vez a "caixa de ferramentas" teóricas e explicamos, com foco permanente no real apreendido: a justiça territorial, o pós-desenvolvimento e a descolonialidade. Durante os trabalhos de campo buscamos aplicar os princípios da pesquisa militante relacionando-a com a descolonialidade. Consideramos que a justiça territorial é um dos caminhos necessários para, atualmente, garantir a vida dos povos agrários do que hoje é Suape, do Vale do Rio Cimitarra, como também, no Brasil, na Colômbia e na América Latina. Contudo, identificamos como imprescindível a construção de outras lógicas de ser/fazer/reproduzir que privilegiem a vida e não mais a mercantilização e a acumulação de capital. Os desafios estão postos e, ao transitarmos por experiências que nos abrem horizontes para seres/fazeres que não visam à acumulação de capital, mas sim, valorizam a vida, nós, assim como os camponeses/as e os povos agrários, seguimos caminhando e à procura de caminhos outros, ensejando traçar, compartilhar mundos existentes e possíveis. Tudo isso não teria sido possível sem a experiência vivida junto a esses povos.

**PALAVRAS-CHAVE:** R-Existências sociais; Questão agrária; Desenvolvimento; Justiça territorial; Pós-desenvolvimento; Descolonialidade.

## RESUMEN

En el año de 1977 el Estado de Pernambuco desapropió 13.500 ha. - 27 colonias - de tierras de campesinos/as de los ingenios de la Zona da Mata sur de Pernambuco de los municipios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Brasil, para instalar el complejo industrial portuario Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (CIPS). Mientras las empresas se construían y se instalaban en el CIPS los desalojos fueron intensificados. Identificamos tres periodos de esa intensificación, consecuencia de la implantación de políticas de desarrollo en el CIPS: 1) al inicio de la obra en 1977; 2) en la década de 1990, periodo de renovación de la normatividad de los puertos; y, 3) en la década de 2000, específicamente durante el periodo de las obras financiadas por los Programas de Aceleración del Crecimiento (PAC 1, 2007-2011; PAC 2, 2011-2014). En este último ocurrieron las mayores expropiaciones propiciadas por el Estado debido a dos cuestiones: la instalación de empresas y la destinación de 55% del área del CIPS para supuesta zona de protección ecológica. Verificamos también que el conflicto y gran parte de las r-existências territoriales y de lucha por la reproducción de la vida que presentamos son fruto de la instalación del CIPS en las tierras tradicionalmente ocupadas por los campesinos/as de lo que hoy es Suape. El CIPS se inserta en la lógica del modelo primario exportador neocolonial como uno más de los diversos enclaves que sostienen ese engranaje en Brasil, en América Latina y en el sistema mundo moderno/colonial. En este sentido, analizamos los procesos de r-existência de los campesinos/as frente a las políticas de desarrollo de megaproyectos que se instalan en sus territorios de vida, a través del CIPS en lo que hoy es Suape, Región Metropolitana de Recife, costa sur de Pernambuco, Brasil. A la luz de la experiencia de r-existências junto a los campesinos/as de lo que hoy es Suape también presentamos la experiencia de los campesinos/as de la Zona de Reserva Campesina del Valle del Rio Cimitarra, en el Magdalena medio, Colombia, que tiene sus territorios legalmente constituidos. Así, en el primer capítulo traemos un panorama de la escala local de ambos trabajos de campo realizados junto a los campesinos de lo que hoy es Suape, PE-Brasil, y a los campesinos/as de la Zona de Reserva Campesina del Valle del Rio Cimitarra, Colombia. En el segundo capítulo enfatizamos los conflictos a partir de la presentación de las políticas de desarrollo para lo que hoy es Suape, Brasil y América Latina a partir de la historia de la instalación de la caña de azúcar y de toda la lógica de las colonias, de los diversos programas para modernización del país incluyendo la instalación del Complejo Industrial Portuario de Suape y de la inserción marginal de Brasil y de los otros países de América Latina en el modelo primario exportador neocolonial. En el capítulo tres mostramos los marcos legales de reconocimiento y constitución de territorios legales en Brasil y Colombia, transitamos por coyunturas sociales que vienen emergiendo en Abya Yala. Finalmente, abrimos una vez más la "caja de herramientas" teóricas y explicamos con foco permanente en lo real aprehendido: la justicia territorial, el post-desarrollo y la decolonialidad. Durante los trabajos de campo buscamos aplicar los principios de la investigación militante relacionándola con la decolonialidad. Consideramos que la justicia territorial es uno de los caminos necesarios para, actualmente, garantizar la vida de los pueblos rurales en lo que hoy es Suape, en el Valle del Rio Cimitarra, en Brasil, en Colombia y en América Latina. Sin embargo, identificamos como imprescindible la construcción de otras lógicas de ser/hacer/reproducir la vida y no más la mercantilización y la acumulación del capital. Los desafíos están puestos y, al transitar por experiencias que nos abren horizontes para seres/haceres que no visan la acumulación de capital, pero sí, valorizan la vida, nosotros, así como los campesinos/as y los pueblos rurales, seguimos caminando y buscando caminos otros, buscando trazar, compartir mundos existentes y posibles. Todo eso no sería posible sin la experiencia vivida junto a estos pueblos.

**PALABRAS CLAVES:** R-Existencias sociales; Cuestión agraria; Desarrollo; Justicia territorial; Post-desarrollo; Decolonialidad.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos engenhos dos camponeses/as na área do que hoje é Suape..	19
Figura 2 – Zonas de Reserva Camponesa constituídas, em tramitação e solicitadas.	24
Figura 3 - Vegetação do engenho Boa Vista.	35
Figura 4 - Vegetação da Ilha de Tatuoca.	35
Figura 5 - Porto Externo do CIPS - granéis, líquidos e gases..	38
Figura 6 - Porto interno - Contêineres e carga geral	39
Figura 7 - Porto interno.	39
Figura 8 – Sistema viário e de abastecimento de água do CIPS..	41
Figura 9 – Polos de desenvolvimento e previsão da construção do Arco Viário Metropolitano de Recife.	42
Figura 10 - Visão geral das casas do Engenho Algoduais.	43
Figura 11 - Visão geral do Engenho Tabatinga.	43
Figura 12 - Associação de moradores do Engenho Tiriri.	43
Figura 13 - Associação de moradores do Engenho Algoduais.	43
Figura 14 - Plantações de macaxeira, banana, coco, manga.	44
Figura 15 - Plantação de cana de açúcar. Fonte: Solá Pérez, 2013.	44
Figura 16 - Escola Municipal do Engenho Tiriri.	45
Figura 17 - Dois postos de venda de produtos dos camponeses de um dos engenhos do que hoje é Suape.	48
Figura 18 - Puxadinho onde mora e guarda seus pertences um camponês despejado pelo CIPS da sua terra.	49
Figura 19 - Rio Algoduais, próximo ao engenho Tiriri.	51
Figura 20 – Localização do Vale do Rio Cimitarra.	64
Figura 21 - Vereda Puerto Matilde, Antioquia, Colômbia.	65
Figura 22 - Horta.	66
Figura 23 - Criação de porcos.	66
Figura 24 - Mulas carregando madeira.	67
Figura 25 - Porto de transporte das madeiras, Puerto Matilde.	67
Figura 26 - Bar utilizado como espaço de reuniões.	68
Figura 27 - Mangueira de água que chega à vila desde o aqueduto.	68
Figura 28 - Escola de primeiro a quinto ano, Puerto Matilde.	70
Figura 29 - Crianças brincando, Puerto Matilde.	70
Figura 30 - Reunião do comitê de jovens, Puerto Matilde.	71
Figura 31 - Jovens jogando futebol.	71
Figura 32 - Casas construídas pelos camponeses/as a partir de um projeto do PNUD.	72
Figura 33- Trapiche para fazer rapadura e melaço.	73
Figura 34 - Espaço da cooperativa de criação de búfalos.	74
Figura 35 - Búfalos em Puerto Matilde, Antioquia.	74
Figura 36 - Criação da gado branco.	75
Figura 37 - Açougue em Puerto Matilde.	75

Figura 38 - Padaria de Puerto Matilde, Antioquia. ....	75
Figura 39 - Forno e assadeiras da padaria. ....	75
Figura 40 - Plantação de arroz de um mês e meio de sementeada, sendo cuidada pela estudante de agronomia. ....	76
Figura 41 - Construção do prédio de embalagem do arroz. ....	76
Figura 42 - Antigo posto construído através da Cruz Vermelha. ....	80
Figura 43 - Visão da Ciénaga desde o Corregimiento el Cagüí. ....	81
Figura 44 - Visita à Quebrada do Corregimiento el Cagüí.....	81
Figura 45 - Corregimiento el Cagüí, Cangallo, sul de Bolívar. ....	82
Figura 46 - Horta de camponesa do Corregimiento el Cagüí, Cangallo, sul de Bolívar.. ....	82
Figura 47 - Mapa da Bacia dos Rios Litorâneos, Zona da Mata sul de Pernambuco.....	88
Figura 48 - Localização de Vitória de Santo Antão a respeito do Cabo de Santo Agostinho e Recife. ....	99
Figura 49 - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. ....	99
Figura 50 - Placa indicativa da Comunidade quilombola Onze negras na BR101.....	101
Figura 51 -Foto panorâmica do CIPS desde a PE 28 a caminho da praia de Suape no Cabo de Santo Agostinho.. ....	106
Figura 52 - Foto panorâmica do CIPS desde o mirante de Ipojuca.....	106
Figura 53 - Audiência na OAB. 11 nov, 2014. ....	107
Figura 54 - Seguranças do CIPS.....	107
Figura 55 - Retro-escavadeira da empresa Pernambuco Construtora. ....	109
Figura 56 - "Os escombros do progresso" - Casas dos camponeses derrubadas.....	109
Figura 57 - Zoneamento no CIPS.....	113
Figura 58 - Relação dos engenhos segundo o zoneamento do CIPS.....	115
Figura 59 - a. Estaleiros desde dentro do CIPS. b. Estaleiros vistos desde o mar.....	116
Figura 60 - Casa na Ilha de Tatuoca.. ....	117
Figura 61 - Casas do conjunto habitacional Nova Tatuoca.....	117
Figura 62 - Casa construída especificamente para o segurança privado do CIPS permanecer no conjunto habitacional ....	117
Figura 63 - Contrato de concessão de direito de uso ....	117
Figura 64 - Engenhos Ilha, Cedro e Jurissaca. ....	118
Figura 65 - Rachaduras nas casas por vibrações de caminhões que passam pelo caminho do engenho Tiriri.....	119
Figura 66 - Notícia do Jornal do Comércio "Suape - Governo vai honrar projeto habitacional" Adriana Guarda.....	121
Figura 67 - Engenho Algodoads.....	122
Figura 68 - Viveiro florestal Suape no engenho Algodoads. ....	123
Figura 69 - Rio contaminado no engenho Algodoads. ....	123
Figura 70 - Casa derrubada no engenho Algodoads.....	123
Figura 71 - Croquis dos engenhos compreendidos pela UC.. ....	124
Figura 72 - Plantações diversas no engenho Boa Vista. ....	128
Figura 73 - Sítio com uma placa do CIPS no engenho Boa Vista.....	128
Figura 74 - Zona Industrial Portuária: engenho Massangana, Mercês e Ilha de Tatuoca, da Cana, Barreiros e Cocaia. ....	129

Figura 75 - Ruínas de Capela no Parque Holanda Cavalcanti. ....	130
Figura 76 - Primeira plana, construção amarela, correspondente ao Hotel Vila Galé eco resort, ao fundo CIPS com destaque para o guindaste do Estaleiro Atlântico Sul.....	130
Figura 77 - Imagem satelital da Nova Vila Tatuoca.....	130
Figura 78 - Mapa das ocupações de terra no período de 1988 a 2010 no Brasil.....	158
Figura 79 - Mapa das Terras Indígenas segundo a situação jurídico-administrativa. ....	165
Figura 80 - Terras quilombolas tituladas e em processo de titulação pelo INCRA, 2015 .....	170
Figura 81 - Presença e territorialidade dos atores sociais étnico-culturais.....	183

## LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Gráfico 1 - Ocupações de terra de 1988 a 2010 .....	156
Gráfico 2 - Assentamentos obtidos nos período de 1985 a 2010.. .....	159
Tabela 1 – Descrição dos trabalhos de campo realizados em torno aos camponeses/as do que hoje é Suape. ....	27
Tabela 2 – Descrição dos trabalhos de campo realizados junto aos camponeses das ZRC, Colômbia. ....	28
Tabela 3 - Número de edificações cadastradas pela consultora Planave/Projetec para o Plano Diretor do CIPS. ....	36
Tabela 4 – Quadro de empresas instaladas no CIPS identificadas segundo o tipo de produto. ....	37
Tabela 5 - Tabela das lutas e conquistas nos dez anos entre 1989 e 1999 em Pernambuco ....	54
Tabela 6 - Tabela das comunidades que não permanecem e que permanecem no que hoje é Suape. ....	114
Tabela 7 - Terras indígenas segundo o processo de regularização.....	163
Tabela 8 - Situação de regularização fundiária das TI no Brasil.....	164
Tabela 9 - Situação geral das terras indígenas. Fonte: CIMI, 2012.....	164
Tabela 10 - Situação da titulação de Terras Quilombolas no Brasil. ....	169
Tabela 11 - Síntese dos marcos legais dos povos rurais do Brasil. ....	174
Tabela 12 - Normatividade sobre os direitos ao reconhecimento e aos territórios dos diversos sujeitos do campo colombiano. ....	185
Tabela 13 - Críticas ao pós-desenvolvimento e contra-críticas do pós-desenvolvimento.....	205
Quadro 1 - Lógica conceitual por capítulos. ....	31
Quadro 2 – Situação da população atingida pela implantação do Projeto Suape.....	111

## **LISTA DE SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ACVC - Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra  
ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio  
ALEPE - Assembleia Legislativa de Pernambuco  
ALN - Ação Libertadora Nacional  
ANZORC - Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa  
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina  
CIPS - Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros  
CMC - Centro das Mulheres do Cabo  
CMO - Construção e Montagem Off-shore  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COPERBO - Companhia Pernambucana de Borracha  
CPRM - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CPT NE - Comissão Pastoral da Terra Nordeste II  
CRC - Companhia de Revenda e Colonização  
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis  
EE - Estação Ecológica  
EIA - Estudo Impacto Ambiental  
ELN - Exército de Libertação Nacional  
EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica  
EUA - Estados Unidos da América  
FARC-EP - Forças Armadas Revolucionárias Colombianas - Exército do Povo  
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FETAPE - Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
FLONAS - Florestas Nacionais  
FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNCEF - Fundação de Pensão dos Economiários da Caixa Econômica Federal  
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco  
FUNTEPE - Fundo de Terras de Pernambuco  
GEMSAL - Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais na América Latina  
GER - Grupo de Estudos Rurais  
GERA - Grupo Executivo de Reforma Agrária  
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
IDRA - Instituto de Desenvolvimento da Reforma Agrária  
IIRSA - Iniciativa para a Integração de Infraestruturas Regional Sul-Americana  
ILSA - Instituto Latino-americano para uma Sociedade e um Direito Alternativos  
INCODER - Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural  
INCORA - Instituto Colombiano da Reforma Agrária  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra  
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG - Organização Não Governamental  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo  
PCT - Povos e Comunidades Tradicionais  
PDVSA - Companhia de Petróleo da Venezuela  
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste  
RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentável  
RESEX - Reservas Extrativistas

RIMA - Relatório de Impacto Meio Ambiente  
RNEST - Refinaria Abreu e Lima  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TLC - Tratado de Livre Comércio  
UC - Unidade de Conservação  
UDR - União Democrática Ruralista  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil  
UNASUL - União das Nações Sul-Americanas  
ZI - Zona Industrial  
ZIP - Zona Industrial Portuária  
ZPC - Zona Preservação Cultural  
ZPEC - Zona de Preservação Ecológica  
ZR - Zona Residencial  
ZRC - Zona de Reserva Camponesa  
ZRC-VRC - Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra  
ZRT - Zona Residencial Turística

## SUMÁRIO

	<b>INICIANDO A PROSA .....</b>	<b>18</b>
	Do caminho sinuoso percorrido para a realização da pesquisa.....	25
<b>1</b>	<b>R-EXISTÊNCIAS CAMPONESAS E SEUS TERRITÓRIOS .....</b>	<b>33</b>
1.1	CAMPONESES/AS DO QUE HOJE É SUAPE: VIDA E R-EXISTÊNCIAS.....	33
1.1.1	Resistências cotidianas dos camponeses/as do que hoje é Suape .....	46
1.1.2	Sobre as resistências públicas – Ligas Camponesas, FETAPE e MST .....	50
1.1.3	Resistências em aliança - manifestações de ONGs e outras instituições contra o projeto do CIPS .....	56
1.2	CAMPONESES DA ZONA DE RESERVA CAMPONESA DO VALE DO RIO CIMITARRA, COLÔMBIA (ZRC-VRC).....	62
1.2.1	Resistências cotidianas: construção de casas e produção de cultivos.....	71
1.2.2	Resistências públicas - Manifestações contra a desterritorialização, a criminalização dos camponeses/as e políticas públicas para o campo.....	77
1.2.3	Resistências em alianças: relações estreitas entre instituições e os camponeses/as .....	79
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO MODELO PRIMÁRIO EXPORTADOR NEOCOLONIAL - CONFLITOS NO QUE HOJE É SUAPE, NO BRASIL E AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>85</b>
2.1	CONFLITOS NO QUE HOJE É SUAPE (BRASIL) - HISTÓRICO DE LUTA TERRITORIAL ENTRE O CAPITAL E A VIDA .....	86
2.1.1	Entre a apropriação das terras, a formação das capitâneas e o quilombo dos Palmares - Invasões e r-existências.....	86
2.1.2	Priva(tiza)ção da terra: usinas e moradores de engenhos .....	94
2.1.3	Acesso a terra: entre os projetos de colonização e a criação da Cooperativa Tiriri pelo Estado e os projetos de vida das Ligas Camponesas, dos quilombolas e dos camponeses/as .....	97
2.2	CONFLITOS TERRITORIAIS PELO ENCLAVE DE EXPORTAÇÃO - CIPS - ASSOCIADO À LÓGICA NEOCOLONIAL .....	106
2.2.1	Os primeiros conflitos década de 1970-2000.....	110
2.2.2	E os conflitos continuam e se intensificam com o PAC - Décadas de 2000, 2010 até 2014.....	113
2.2.3	Comunidades que não permanecem por estarem na Zona Industrial .....	115
2.2.4	Comunidades que não permanecem no que hoje é Suape de acordo com o decreto do plano de manejo da Estação Ecológica Bitá e Utinga .....	123

2.2.5	Comunidades que segundo o plano de manejo do CIPS permanecem no que hoje é Suape .....	126
2.2.6	Comunidades que permanecem no que hoje é Suape segundo o projeto habitacional Suape .....	130
2.3	ANTINOMIA ENTRE O DESENVOLVIMENTO, O MODELO PRIMÁRIO EXPORTADOR NEOCOLONIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA.....	133
<b>3.</b>	<b>AS R-EXISTÊNCIAS QUE SE DISSEMINAM - BRASIL, COLÔMBIA....</b>	<b>151</b>
3.1	BRASIL - RECONHECIMENTO DE SUJEITOS AGRÁRIOS E OS PARÂMETROS LEGAIS .....	154
3.1.1	Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária .....	155
3.1.2	Territórios indígenas.....	161
3.1.3	Comunidades negras - remanescentes de quilombos.....	167
3.1.4	Povos e Comunidades Tradicionais.....	171
3.2	COLÔMBIA - RECONHECIMENTO DE SUJEITOS POLÍTICOS E SUAS TERRITORIALIDADES.....	176
3.2.1	Comunidades camponesas.....	177
3.2.2	Comunidades negras afrocolombianas raizales e palenqueras.....	179
3.2.3	Comunidades indígenas .....	181
3.3	TRAÇOS COMUNS DAS RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO, GIRO AMBIENTAL E TERRITÓRIOS DE VIDA .....	186
<b>4</b>	<b>JUSTIÇA TERRITORIAL, PÓS-DESENVOLVIMENTO E DESCOLONIALIDADE COMO LUTAS PELA VIDA.....</b>	<b>195</b>
4.1	JUSTIÇA TERRITORIAL COMO PARTE DO CAMINHO A SER RECORRIDO .....	196
4.2	MUNDOS EXISTENTES E POSSÍVEIS – PÓS-DESENVOLVIMENTO E SUMAK KAWSAY .....	201
4.3	MODERNIDADE/COLONIALIDADE/DESCOLONIALIDADE .....	207
	<b>CHEGANDO AO FINAL COM ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>213</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>221</b>
	<b>ANEXO A – Manifesto Suape .....</b>	<b>242</b>
	<b>ANEXO B – Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas.....</b>	<b>248</b>

## INICIANDO A PROSA

*Focar nas adaptações, subversões e resistências que localmente as pessoas efetuam na relação com as intervenções do desenvolvimento [...] e, segundo, destacar as estratégias alternas produzidas por movimentos sociais ao encontrar-se com projetos de desenvolvimento (ESCOBAR, 2005, p. 20).*

No ano de 1977 o Estado de Pernambuco desapropriou 13.500 ha. - 27 engenhos - de terras de camponeses/as dos engenhos da Zona da Mata sul do estado para instalar o complexo industrial portuário Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - CIPS. Os camponeses que, anteriormente viviam nesses territórios, entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, começaram a sofrer pressões de toda ordem para saírem das suas terras (FIGURA 1). Contudo, até hoje há muitas famílias morando no que hoje é Suape<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Historicamente, o povo indígena Caeté denominava o rio Massangana de Suape – caminho sinuoso – resultando no uso de essa toponímia para a região. Contudo, o fato da empresa do estado “Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros” ter se apropriado desse nome, gera uma confusão na hora de diferenciar a região da empresa. Inclusive desde 1990, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – denomina a microrregião que forma os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca de Microrregião de Suape. Por esta razão denominamos o Complexo de CIPS (pela sua sigla) e, firmando a r-existência, utilizamos o conceito do povo indígena Mapuche que denomina “o que hoje é...” para explicitar a não aceitação do atual território sobreposto ao território Mapuche - naquele caso referindo-se a “o que hoje é o Chile” ou “o que hoje é a Argentina” (LIEMPE, 2010) – utilizando esta expressão para o caso dos “camponeses do que hoje é Suape”. A linguagem também é uma das maneiras de dominação, portanto, mudar a linguagem é também r-existir, - e como explicaremos posteriormente – é sair da colonialidade do saber imposto.



sustentam essa engrenagem no Brasil, no que hoje chamamos de América Latina e no sistema mundo moderno/colonial.

O atual modelo primário exportador neocolonial<sup>2</sup> é baseado na exportação da natureza mercantilizada por empresas transnacionais e nacionais apoiadas pelos próprios Estados. A natureza mercantilizada não é somente minerais, petróleo e gases ou os cultivos de soja, eucalipto, etc., mas também a terra, a água e a biodiversidade, que implicam, intrinsecamente, a exploração desses bens (GIARRACA, TEUBAL, 2011). Os Estados dos países do que hoje é América Latina viabilizam esse modelo através de políticas para a construção de megaprojetos de infraestrutura, energia e comunicação, argumentando a necessidade de alcançar o desenvolvimento e, ainda, nos últimos governos, justificando a possibilidade de haver políticas sociais compensatórias devido às ganâncias deste modelo de espoliação da vida (SEOANE, 2012).

É assim que, ao longo do tempo e em nome do desenvolvimento, os camponeses/as e comunidades rurais em geral vêm sendo expropriados de suas terras (ESCOBAR, 2005), que são seus territórios de vida. Territórios em disputa que se configuram como contradição entre o espaço do capital e os territórios de vida das comunidades locais atingidas pela expansão desse capital.

Este modelo primário exportador neocolonial se insere através da divisão internacional do trabalho na lógica do sistema mundo moderno/colonial capitalista. Este sistema se conforma desde 1492, época da invasão do que hoje chamamos de América Latina, sendo antes denominado pelos povos originários de Abya Yala, Pachamama, Tawantinsuyu ou Anáhuac<sup>3</sup>. O hoje chamamos de América Latina é considerado fonte de recursos naturais e

---

<sup>2</sup> Em português o termo correntemente utilizado é modelo agroexportador e nos países latino-americanos de língua espanhola utilizam-se diversos conceitos como neoextrativismo (ACOSTA, 2011), modelo extrativo (GIARRACA, TEUBAL, 2011), extrativismo neocolonial (MACHADO ARÁOZ, 2011), ofensiva extrativista (SEOANE, 2012), extrativismo neodesenvolvimentista (SVAMPA, 2011), etc. Em português se formos nos referir ao extrativismo, teríamos um problema devido à figura já existente de reservas extrativistas que são territórios delimitados por e para comunidades tradicionais que extraem materiais da natureza reproduzindo um modo específico de viver diferente do extrativismo a grande escala realizado por empresas associadas ao capitalismo. Assim, nós optamos por utilizar o termo *modelo primário exportador neocolonial* identificando que este é mais uma estratégia de reprodução do capital de expropriação da natureza e do ser humano para acumulação, mercantilização da existência e em contraposição à reprodução da vida de comunidades que, ainda que utilizando-se da natureza, não a privatizam nem a mercantilizam. Como pretendemos demonstrar, o modelo primário exportador neocolonial está associado com o conceito de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004) e com a vigência da colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2005).

<sup>3</sup> Estas são as diversas denominações que os povos indígenas utilizavam para se referir aos seus territórios, podendo representar, como no caso de Abya Yala, o continente, mas no caso de Tawantinsuyu uma parte dele, onde se encontravam os Incas. Estas denominações têm significados relacionados a terra e sua relação com os povos que criaram essas denominações. Atualmente, alguns povos têm utilizado Abya Yala como denominação para o que hoje chamamos de América Latina como forma de autorreconhecimento em contraposição à utilização de uma denominação alheia, como é a de América Latina. Neste sentido, nos referimos ao longo do

humanos, primeiro para a Europa, mais tarde os Estados Unidos, atualmente a Rússia e a China. A natureza e os seres humanos foram e ainda são apropriados e usurpados (MACHADO ARÁOZ, 2011; MIGNOLO, 2007; SEOANE, 2012; QUIJANO, 2005).

Este rápido salto de escalas nos permite identificar que a escala local possibilita a compreensão de que diversas escalas são possíveis, e também demonstra que estão interligadas. Por isso propomos, como objetivo geral da tese, analisar os processos de r-existência dos camponeses/as frente às políticas de desenvolvimento de megaprojetos que se instalam nos seus territórios de vida, através do CIPS no que hoje é Suape, Região Metropolitana de Recife, litoral sul de Pernambuco, Brasil.

Quando que iniciamos os primeiros trabalhos de campo e os diálogos com os camponeses nos perguntamos como é possível que, apesar de serem expropriados das suas terras há mais de trinta anos, eles/elas continuam r-existindo em seus territórios e reproduzindo suas vidas. E aqui vale a explicação do porquê utilizar o termo r-existir cunhado pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002). Este autor entende que as comunidades rurais não somente resistem diante de algum conflito, mas no seu dia-a-dia esses povos r-existem, recriam os seus modos de ser/fazer para continuar reproduzindo suas vidas de acordo com os seus próprios princípios.

Já desde a pesquisa de mestrado (SOLÁ PÉREZ, 2012), que versa sobre os conflitos e resistências dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagui - PR frente às políticas de desenvolvimento sustentável aplicadas em seus territórios a partir da instalação do Parque Nacional do Superagui, procuramos desconstruir o discurso do desenvolvimento e ver como este se materializa nos territórios das comunidades tradicionais. Identificamos que a permanente necessidade de expansão do capital está gerando no Brasil, especialmente a partir das políticas de desenvolvimento promovidas pelo PAC, conflitos territoriais nos quais há uma disputa pelas formas de uso, controle e ocupação dos mesmos entre povos rurais e as empresas, os latifundiários e o Estado. Seguindo este raciocínio e identificando uma emergência de lutas territoriais - por exemplo, a partir da luta pela institucionalização de territórios a partir das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), ou as iniciativas como a dos pescadores e pescadoras artesanais da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras - começamos a considerar que talvez fosse importante que os povos pudessem garantir seus territórios legalmente porque, segundo Cruz (2013) isso implica a possibilidade de reproduzir

---

texto ao que hoje chamamos de América Latina ou a Abya Yala como forma de afirmar a necessidade de novas linguagens que reconheçam esses sujeitos e comunidades invisibilizados.

suas vidas e ter, por parte do Estado, o reconhecimento dos modos de ser/fazer dos camponeses em seus territórios.

Por sua vez, pensamos na possibilidade de derivar da justiça ambiental - também trabalhada durante o mestrado - para uma justiça territorial, justamente para que o foco estivesse colocado na reivindicação do uso, controle e ocupação dos territórios dos povos agrários. Estes povos estão vivendo conflitos nos seus territórios porque outros atores pretendem se apropriar dos mesmos com outros objetivos, especialmente dirigidos à acumulação de capital, como a plantação de monocultivos, a instalação de empresas ou a construção de vias de circulação, como rodovias, ferrovias, gasodutos e demais que não permitem a continuação da reprodução da vida desses povos. São os conflitos que dia a dia atingem aos indígenas Guarani Kaiowá do que hoje é Mato Grosso do Sul por conta da violência e da invasão dos latifundiários para produção agropecuária nos seus territórios (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2015). Ou às comunidades quilombolas do Maranhão que, ameaçadas de morte, veem seus territórios sendo desmatados para criação de gado (MST, 2014). O Mapa de Conflitos por injustiça ambiental identifica múltiplos conflitos socioambientais relacionados à mineração, questões fundiárias, instalação de portos, usinas hidrelétricas e demais infraestruturas. Outro exemplo, na Paraíba existe a denuncia de apropriação indevida de terras pela Usina São João, no Município de Santa Rita, em conflito com o acampamento de trezentas famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que estão acampadas na Fazenda São Francisco de Grajaú desde 2013 em luta pelo direito a terra (FIOCRUZ, s/d). Estes são exemplos de diversos conflitos do uso da terra que se dão ao longo do país, que implicam em violência, expropriação e negação da reprodução da vida dos povos agrários. Desde 1985 o caderno de conflitos no campo do Brasil da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstra, ano a ano, essa situação. Esses conflitos impõem a necessidade desses povos de lutarem pelo uso, ocupação e controle dos seus territórios.

Ao pesquisarmos sobre r-existências territoriais, nos deparamos com a existência de um marco legal, na Colômbia, de 'Zonas de Reserva Camponesa' (ZRC) onde as comunidades reproduzem suas vidas e reivindicam a instituição de ZRC naqueles territórios onde, assim como no Brasil, se apresentam conflitos pela imposição do modelo primário exportador neocolonial ou pelo conflito armado.

Vendo a importância que este marco tem para os camponeses/as da Colômbia e a organização social destes em Juntas de Ação Comunal, Associações locais e regionais que se unificam na Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa (ANZORC), consideramos que vivenciar a experiência de r-existências em uma Zona de Reserva

Camponesa (ZRC) seria fundamental para compreender, ainda mais, a necessidade de justiça territorial. Este é um dos exemplos de r-existências territoriais que se apresentam ao longo da Abya Yala e que nos permitem ter um panorama das formas de organização da luta por territórios e da r-existência nos territórios apropriados pelos camponeses/as.

Diante do exposto, optamos por conhecer a experiência das ZRC na Colômbia a partir do trabalho junto com a Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ZRC-VRC) da Associação dos Camponeses do Vale do Rio Cimitarra (ACVC). Esta ZRC constitui seu território em 500.000 ha. nos municípios de Cantagallo e San Pablo (departamento de Bolívar) e Yondó e Remedios (departamento de Antioquia) na região do Magdalena Medio, Colômbia. A ACVC tem um histórico de luta e r-existência intenso e é uma das ZRC que propôs a criação da ANZORC. A ANZORC reúne as outras cinco ZRC legalmente constituídas, as sete constituídas de fato e em processo de tramitação, as duas solicitadas e as aproximadamente 85 em processo de constituição<sup>4</sup> (FIGURA 2).

---

<sup>4</sup> Os dados apresentados correspondem ao mapa de Instituto Latino-americano para uma Sociedade e um Direito Alternativos - ILSA -, mas o mapa que apresentamos no capítulo 4 – “América Latina em r-existências” – da Pontifícia Universidade Javeriana de Cali indica 6 ZRC constituídas, 7 ZRC em processo de reconhecimento e 50 comunidades em processo de constituição. Ainda, as informações de ANZORC indicam que 7 ZRC constituídas, 7 ZRC solicitadas e 85 ZRC em processo de constituição. Ainda havendo divergências na contabilização dos processos iniciados, constituídos legalmente ou por vias de fato, há uma efervescência na luta camponesa pela necessidade de constituição de territórios onde possam reproduzir as suas vidas.

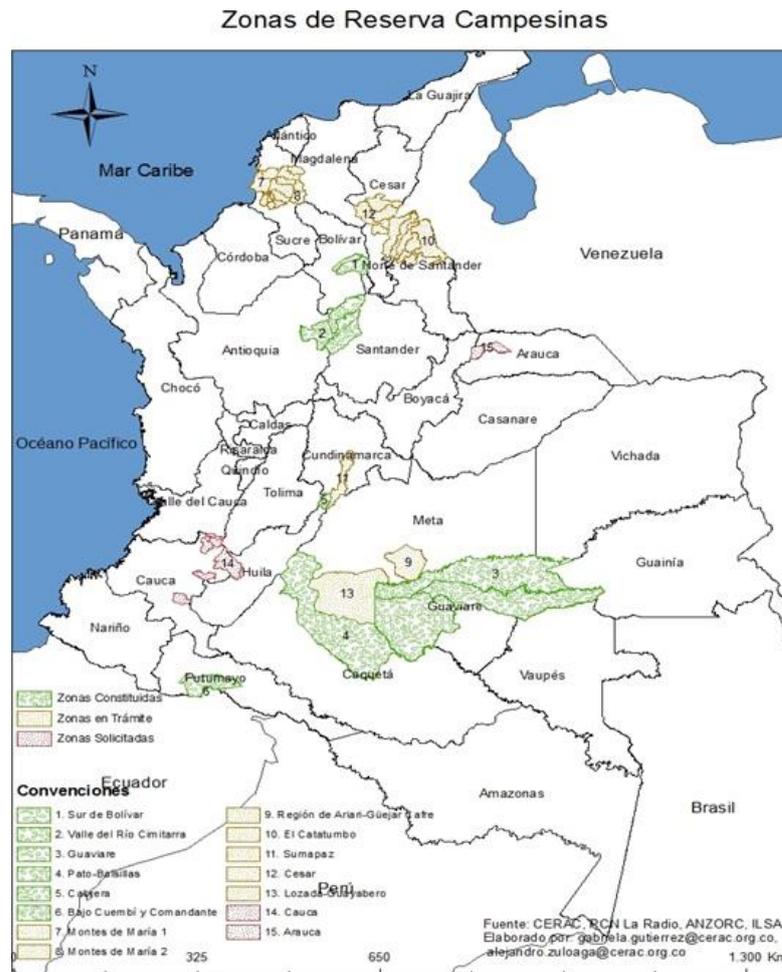


Figura 2 – Zonas de Reserva Camponesa constituídas, em tramitação e solicitadas. Fonte: ILSA, s/d.

Assim, mantendo o foco nas r-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape e identificando as r-existências dos camponeses/as das ZRC afirmamos que a questão do território é fundamental para os povos e que, por isso, a justiça territorial se coloca como fio condutor fundamental na nossa pesquisa.

As duas experiências que tivemos - com os camponeses/as do que hoje é Suape e com os camponeses/as da Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ZRCVRC) - nos permitem: identificar que, ainda tendo escolhido estes, há muitos outros casos na Abya Yala de povos que r-existem, se comunicam e se disseminam; interligar as diferentes escalas a partir das escalas locais e, ao mesmo tempo, nos permitem recuperar o que localmente não é efeito da globalização (SOUSA SANTOS, 2004); visibilizar que há outras formas de reproduzir a vida, que os povos estão percorrendo caminhos diferentes à lógica que impõe o desenvolvimento e a colonialidade e que estão construindo outros mundos também possíveis (ESCOBAR, 2014); que é necessário trazer a tona na academia outras epistemes que não

inferiorizem/subalternizem/neguem esses sujeitos que não se inserem na lógica moderna/colonial capitalista.

A seguir apresentamos o percurso do *caminho sinuoso* que percorremos para a realização da pesquisa: os procedimentos e os trabalhos de campo realizados, as motivações e a ordem que propomos para este trabalho.

### **Do caminho sinuoso percorrido para a realização da pesquisa**

Ao iniciar esta pesquisa nossa preocupação era dar continuidade às questões que tínhamos identificado durante o mestrado, referidas ao discurso do desenvolvimento que, especialmente, impõe um único caminho válido a seguir, que seja desenvolvido, moderno, ocidental, industrial, seguindo os parâmetros do *American Way of Life* e que se traduz na inferiorização, subalternização, expropriação, negação de outros modos de vida. Com este foco, resolvemos verificar o que estava acontecendo com as populações que tradicionalmente ocupam as terras onde se instala um dos megaprojetos mais importantes do Estado de Pernambuco, o CIPS. Isso porque, também desde o mestrado, tínhamos verificado que as teorias têm que nos servir - como escreve Cruz (2013) – como caixas de ferramentas que nos permitam compreender a realidade e não que a realidade tenha que ser adequada à teoria. Manter um pé na realidade nos permite escolher as teorias que nos ajudem a interpretá-la.

Assim, para iniciar a escrita do projeto de doutorado, em 2011 realizamos um trabalho de campo exploratório na Zona da Mata sul, especificamente na praia de Suape, na Vila Nazaré e na praia de Calhetas, localizadas no Município de Cabo de Santo Agostinho. Esse campo e as leituras iniciais relacionadas à área mostravam a presença dos rios Massangana, Tatuoca, Merepe e Ipojuca, e nos fizeram sugerir que os sujeitos com os quais iríamos trabalhar na tese eram especificamente pescadores/as artesanais.

Posteriormente, adentrando nas leituras, vimos que esses rios eram os chamados *rios do açúcar* por Gilberto Osório de Andrade (1956, 1958) e Manuel Correia de Andrade (1957). Isso remetia à atividade sucroalcooleira na Zona da Mata desde a colonização até a última década do século XX. Pensar nessa ocupação da Zona da Mata pela atividade da cana-de-açúcar nos deu indícios de que, apesar da presença de rios e do mar, os sujeitos que aí se encontravam não tinham como especificidade o trabalho da pesca artesanal, mas que eram cortadores de cana-de-açúcar, tinham suas áreas para cultivar alimentos e criar animais e, também, pescavam para autoconsumo.

Na medida em que nos aprofundávamos, já tendo realizado outros campos, identificamos que esses sujeitos não podem ser simplesmente classificados em uma categoria e que também eles mesmos utilizam diversos conceitos para se autodenominar como trabalhadores, moradores de engenhos, pequenos produtores, posseiros, etc. Contudo, diante da necessidade de nomeá-los, consideramos que a categoria de camponeses/as poderia dar conta dessa complexidade. A escolha dessa categoria também se deve à necessidade de pautar a luta histórica dessas comunidades e de compreender que esta implica em questões fundamentais a respeito de representar uma forma de organização social, um modo de vida e uma luta política (MARQUES, 2008; CARVALHO, 2012).

No ano de 2012 tivemos a oportunidade de conhecer um professor da Universidade Federal de Pernambuco que, no âmbito do movimento eco-socialista, vinha fazendo denúncias sobre a instalação de empresas eletrointensivas e poluentes no CIPS. Ele, além de nos apresentar as questões relacionadas à matriz energética do petróleo, nos inseriu na discussão sobre as expulsões arbitrárias que estavam acontecendo na área. Para isso, nos apresentou uma das advogadas dos camponeses do que hoje é Suape. Ela nos explicou a situação de ilegalidade da propriedade da terra pelo CIPS, posto que, 3007 ha. das 13.500 ha. da área total correspondem a uma área de reforma agrária dos engenhos Tiriri, Algodois, Jasmim, Massangana e Serraria, realizada, em 1978, pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que estava proposta junto com a criação de uma cooperativa de corte de cana-de-açúcar, a já constituída Cooperativa Tiriri Ltda.

Nesse mesmo ano conhecemos o Centro das Mulheres do Cabo - instituição de referência no trabalho com mulheres que atua no Município do Cabo de Santo Agostinho, incluindo a área do CIPS - que nos aproximaram às associações de moradores dos engenhos do que hoje é Suape. Com esse conjunto de entidades e pessoas organizamos, em 2013, o Fórum Suape - espaço socioambiental. Esta é uma entidade (composta por entidades) que busca “discutir as questões atuais que estão sendo vivenciadas pelas populações do entorno do Complexo, e seus reflexos para as gerações futuras” (FORUM, 2013). O Fórum vem nos permitindo, além da realização dos trabalhos de campo, atuar no sentido de denunciar as arbitrariedades que acontecem com os camponeses/as e, com isso, organizar atividades que propiciem a justiça socioambiental e territorial.

Entre 2012 e 2014 realizamos uma série de trabalhos de campo - dois em 2012, quatro em 2013 e cinco em 2014 (TABELA 1) – na área e com a presença de outras pessoas – do Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da Associação de Geógrafos Brasileiros, do Fórum Suape - Espaço socioambiental e de estudantes das disciplinas de Geografia Agrária da

graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Também foram realizadas outras atividades, como a participação em diversas reuniões do Fórum Suape - espaço socioambiental, reuniões com o INCRA, com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e participações em eventos científicos que nos permitiram denunciar a situação dos camponeses/as atingidos pelo CIPS.

DATA	LOCAL	ATIVIDADE
NOV. 2011	Praia de Suape e Nazaré	Campo exploratório
10 AGO 2012	Nazaré	Entrevista com a advogada sobre a situação de ilegalidade da propriedade da terra
19 AGO 2012	Engenheiros Algodoados e Tiriri	Entrevista com o presidente da Associação dos Moradores do Engenho Algodoados, visita e conversa com famílias do Engenho Tiriri
7 AGO 2013	Praia de Gaibu	Roda de conversa com pescadoras reunidas no Programa Chapéu de Palha em Gaibu, mas que também são dos engenhos e da praia de Suape. Colônia Z8.
8 AGO 2013	Engenho Boa Vista	Roda de conversa com os moradores da Associação dos Pequenos Agricultores do Engenho Boa Vista II
2-6 NOV 2013	Audiência pública no Cabo, Boa vista, Centro das mulheres do Cabo, Algodoados, Tiriri, CIPS, Secretaria da Agricultura Ipojuca, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente Ipojuca	Campo realizado junto aos estudantes de Geografia da Zona Tropical. Realização de entrevistas tendo como questões guia: Como é a vida por aqui? Se pudesse ficar ficaria?
8 NOV 2013	Proximidades do CIPS	Campo para fotografar as proximidades do CIPS
20 FEV 2014	Engenho Rosário	Roda de conversa sobre as possíveis expulsões - Fórum Suape - espaço socioambiental
16 MAR 2014	Engenho Boa Vista	Roda de conversa com os moradores da Associação dos Pequenos Agricultores do Engenho Boa Vista II - Fórum Suape - espaço socioambiental
27 ABRIL 2014	Engenho Algodoados e Tiriri	Entrevistas com os moradores do Engenho Tiriri sobre as expulsões. Fotografia da economia camponesa
24 e 27 SET 2014	Nova Tatuoca, praia de Suape, Algodoados, Tatuoca	Campos no contexto do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Mecanismos de Reclamação
5 NOV 2014	Praia de Suape	Entrevistas com mulheres de Suape - Fórum Suape - espaço socioambiental
12 NOV 2014	OAB	Moradores da área de Suape pedem apoio à OAB em casos de desapropriação e violência
5 ABRIL 2015	Engenho Tabatinga	Roda de conversa com os moradores para saber da situação a respeito do CIPS

Tabela 1 – Descrição dos trabalhos de campo realizados em torno aos camponeses/as do que hoje é Suape. Org.: Solá Pérez, 2015.

Os trabalhos de campo foram realizados sempre em grupos devido à insegurança que impõem os homens armados da segurança privada na área do que hoje é Suape<sup>5</sup>. E também, em decorrência da violência com os camponeses/as decidimos que, para preservá-los, não mencionaremos seus nomes ao trazermos suas falas ao conteúdo da pesquisa.

Como já indicamos, com base nas r-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape e da urgência da constituição, uso, controle e defesa dos seus territórios, procuramos r-existências em territórios camponeses/as além das que conhecíamos do Brasil, como os acampamentos, as Reservas Extrativistas - RESEX, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, e outras figuras territoriais constituídas. Assim, identificamos que na Colômbia existia uma figura legal, denominada de Zona de Reserva Camponesa - ZRC- e, com o intuito de conhecer esses territórios, realizamos um estágio de seis meses nesse país.

Realizamos esse estágio a partir da assinatura de um convênio entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Externado de Colômbia. Nesse contexto, um professor de Geografia e os integrantes da área de Dinâmica e Conflito Social nos receberam nessa Universidade. Estabelecemos um plano de trabalho e o realizamos junto com a anuência da ANZORC. Os trabalhos de campo na Colômbia tiveram como objetivo identificar as estratégias de r-existência dos camponeses/as das ZRC (TABELA 2) e foram realizados sob a tutela do convênio entre as Universidades mencionadas anteriormente (Convênio de Cooperação N° 23076.018733/2015-59 celebrado em 21 de maio de 2015), e, por sua vez, entre a Universidade Externado de Colômbia e a Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa.

DATA	LOCAL	ATIVIDADE
27-29 jun 2015	Ciénaga San Lucas – ZRC ACVC	I Jornada eco-turística
3-5 jul 2015	Vereda Norcacia, Florencia, Caquetá	Assembleia de ANZORC (ZRC em processo de construção)
15-16 ago 2015	Corregimiento Venus, Tuluá, Valle del Cauca	Pré-encontro das ZRC e X Encontro de sabores e saberes
3-8 de set 2015	ZRC ACVC Puerto Matilde, Antioquia	Entrevistas e reconhecimento do território

Tabela 2 – Descrição dos trabalhos de campo realizados junto aos camponeses das ZRC, Colômbia. Org.: Solá Pérez, 2015.

Em todos os trabalhos de campo procuramos estabelecer uma relação de respeito e sinceridade entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, reconhecendo o valor de ambos os

<sup>5</sup> Na Colômbia o que chamamos de seguranças privados no Brasil são os paramilitares organizados em aliança com o Estado que atuam com grande violência como atores principais do conflito armado desse país. No Brasil, é assustadora a militarização e a proliferação de seguranças privados - ou milícias - nas obras do PAC. Uma reportagem da BBC Brasil (MENDONÇA, 2015) indica que as mortes de ativistas ambientais e agrários no Brasil em 2014 foram 29 e na Colômbia foram 25.

conhecimentos e denunciando, cada um/a em seu respectivo contexto, a inviabilidade de continuar privilegiando a reprodução do capital e a mercantilização da vida.

Para nos auxiliar a trilhar esse caminho - estabelecer relações não hierárquicas entre sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados - nos remetemos à diversas metodologias, utilizadas pelos integrantes do Grupo de Estudos Rurais e do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais na América Latina - GER-GEMSAL<sup>6</sup> - criados pelos professores Miguel Teubal e Norma Giarracca, respectivamente, e atualmente coordenados pelo sociólogo Juan Wahren. Também nos valemos da experiência propiciada pelo mestrado de aproximação com metodologias participativas de cartografia social, no contexto da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais. A nossa postura pretende se aproximar da pesquisa militante (GIARRACCA, 2008; BIDAISECA; GIARRACCA, 2009), que implica em um envolvimento consciente com a realidade, na construção de um processo dialógico entre os sujeitos, procurando escutar todas as vozes e estabelecendo um respeito mútuo. A perspectiva da descolonialidade também contribui neste aspecto, já que esta procura visibilizar os sujeitos historicamente inferiorizados/subalternizados. Dávalos (2014) explica que a ciência ocidental moderna é dominação e adéqua os parâmetros da dominação, esta precisa se afastar do positivismo e a esquerda necessita deixar de confiar nessa ciência, pois ela é parte do problema (DÁVALOS, 2014). Por isso há a necessidade urgente de desconstruir a ciência, criar conhecimento a partir de outras epistemes e estabelecer um diálogo de igual a igual junto a aqueles/as que estão vivendo e criando outros mundos.

Por isso irmanar-se. Os universitários aportam conhecimentos científicos e político-ideológicos, mas aprendem os saberes populares que são desprezados em aqueles âmbitos, e que vão desde as cosmovisões não ocidentais até os saberes organizativos não hierárquicos inspirados na fogueira. Mas os saberes de cada um/a não se transmitem de forma racional senão através da convivência e a experiência em espaços-tempos compartilhados (ZIBECHI, 2015, p. 109).

Este intercâmbio de conhecimentos é considerado fundamental para Enrique Leff (2001), que trabalha a partir do “diálogo de saberes”, e para Boaventura de Sousa Santos (2004), que trata sobre a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Estas sociologias implicam em omitir os conhecimentos e os sujeitos não homens, brancos de classe média, no caso da sociologia das ausências; visibilizar, trazer ao mesmo plano os conhecimentos e os sujeitos usualmente não reconhecidos e subalternizados, no caso da sociologia das emergências. Nesta sociologia das emergências um dos pontos que apresenta

---

<sup>6</sup> Mais informações, acessar [www.ger-gemsal.org.ar](http://www.ger-gemsal.org.ar).

Sousa Santos (2004) é a ecologia de saberes a partir da qual indica que "A lógica da monocultura do saber e do rigor científicos, tem de ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existent" (SOUSA SANTOS, 2004, p. 790).

Também, seguindo a perspectiva da descolonialidade sentimos a necessidade de trazer a longa história da construção dos territórios dos camponeses/as do que hoje é Suape com o sentido de compreender a atualidade e de olhar essa história desde o outro, de maneira crítica. Com o intuito de "fazer uma incursão na história e reconhecer a participação de sujeitos nessa história que têm sido invisibilizados" (DUSSEL, 2012). Por isso, no capítulo 2 reconstruímos a história da constituição do que hoje é Suape. O recorte temporal tem início com a invasão dos portugueses e dos holandeses na região até o momento atual, enfatizando as políticas de desenvolvimento, tendo como limite o ano de 2014, ano do final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011) e do final do segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

E assim, como fizemos um recorte temporal, trabalhamos a partir da multiescalaridade, mas partindo das escalas locais, compreendendo que estas nos permitem tecer as tramas entre as diferentes escalas tendo como fio condutor – como já indicamos – a questão da justiça territorial.

Além de todas estas questões que apresentamos, o que nos motiva é, por um lado a necessidade de romper urgentemente com a lógica destrutiva da vida pelo modo de produção do capital e, ao mesmo tempo, temos a plena consciência de que existem diferentes formas de ser/fazer que privilegiam a reprodução da vida em todos os sentidos e que podem nos dar caminhos para novos mundos. A emergência de sujeitos que se autorreconhecem, disputam os seus territórios de vida e r-existem, nos dá pistas desses caminhos que podemos percorrer, inclusive levando em conta diferentes pensamentos, epistemologias, cosmovisões. Porque invisibilizar é consolidar a sociologia das ausências desperdiçando as diversidades de experiências (SOUZA SANTOS, 2006).

Por isso, nos resulta indispensável fazer a denúncia sobre a lógica de produção do capital e tornar essa lógica palpável, identificando-a em territórios específicos e; também mostrar as r-existências a essa lógica e para além dela, trazer à tona a luta histórica que tem cotidianamente as sociedades subalternizadas, *os sem*, os povos agrários, os camponeses/as e as suas estratégias para reproduzir suas vidas sem mercantilizá-las.

Buscando atingir os nossos objetivos de visibilizar e analisar as resistências dos camponeses/as e suas estratégias e, ao mesmo tempo procurando ter um panorama geral do trabalho, realizamos um quadro conceitual (QUADRO 1) no qual fomos inserindo os conceitos que nos permitiam obter uma possível leitura sobre a multidimensionalidade dessa realidade.



Quadro 1 - Lógica conceitual por capítulos. Org.: Solá Pérez, 2015.

Conforme mostramos no quadro, o primeiro capítulo consiste na aproximação à realidade dos camponeses/as do que hoje é Suape, Brasil, e à dos camponeses/as da ZRC-VRC, Colômbia. A partir dessas realidades identificamos três tipos de r-existências: as cotidianas, as públicas e as em alianças que se articulam mutuamente na luta pela reprodução da vida nos seus territórios.

No capítulo 2 trabalhamos nos conflitos na escala local do que hoje é Suape, do Brasil e da América Latina, a partir da história longa da construção territorial do que hoje é Suape, das políticas de desenvolvimento que substituem a discussão da reforma agrária e do modelo primário exportador neocolonial, respectivamente.

No capítulo 3 destacamos as figuras legais conseguidas pelos povos rurais tanto no Brasil como na Colômbia e os traços comuns das r-existências sociais na América Latina.

Finalmente apresentamos os conceitos de justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade como chaves explicativas das realidades apresentadas.

Esta ordem nos permite ter sempre como referência a realidade apreendida e a partir dela ir tecendo as outras escalas que interferem e se materializam na local, assim como os

conceitos que nos ajudam a explicar essa multidimensionalidade que identificamos nos territórios. Os saltos escalares nos permitem verificar uma interligação entre o que acontece nas escalas local, regional, nacional e global não somente a partir da lógica do sistema mundo moderno/colonial - especialmente identificadas nos capítulos 2 e 4 - mas, também, a partir das diversas lógicas das r-existências sociais - capítulos 1, 3 e 4 - que apresentam alguns traços comuns, mas que não buscam um único caminho possível universal senão o que os zapatistas e Escobar (2014) chamam de pluriverso, "um mundo onde caibam muitos mundos", múltiplos mundos coexistindo interconectados. E, assim como procuramos ilustrar no quadro, o foco central da tese está colocado nas r-existências sociais na luta pela terra e pelo território privilegiando a reprodução da vida, seja dos camponeses/as do que hoje é Suape, dos camponeses/as da ZRC-VRC ou dos diversos povos agrários do Brasil, da Colômbia e da Abya Yala.

## 1 R-EXISTÊNCIAS CAMPONESAS E SEUS TERRITÓRIOS

*As sociedades mudam desde o cotidiano, através das práticas locais nos espaços delimitados, autônomos necessariamente, porque a autonomia é o perímetro que protege as práticas contra-hegemônicas. Digamos que a autonomia é o meio que permite aos mundos outros existirem, que a necessitam para proteger-se precisamente porque são mundos diferentes. Quando e como essas práticas e modos de vida se expandirão é algo impossível de saber; menos ainda de dirigir e determinar (ZIBECHI, 2015, p. 189).*

As comunidades agrárias camponesas, indígenas, afrodescendentes, tradicionais têm sido historicamente subalternizadas, inferiorizadas ou, pretendidas como força de trabalho e, portanto, passíveis de serem incluídas na lógica da proletarização. Apesar disso, essas comunidades têm r-existido no campo, algumas nas suas terras (ainda que a maior parte sem títulos de propriedade), outras em terras de latifundiários e outras lutando pelo acesso à terra.

Como já mencionamos, esta pesquisa busca analisar as r-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape frente à expropriação das suas terras e territórios por Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. À luz dessa realidade e da r-existência por justiça territorial desses camponeses, conhecemos a experiência de r-existência dos camponeses/as do Vale do Rio Cimitarra na Colômbia, que nos permite incorporar outras formas de r-existência das comunidades agrárias. Cientes de que há muitas r-existências na Abya Yala, nos remetemos a estas como modo de visibilizá-las, para identificar como se dão e quais são suas estratégias, e apresentá-las como cenários onde se recriam outras lógicas diferentes daquela imposta pelo sistema mundo moderno/colonial.

A seguir apresentamos um panorama da vida dos camponeses/as do que hoje é Suape, as suas formas de r-existências cotidianas, públicas e em alianças e, posteriormente, identificamos essas r-existências no âmbito dos camponeses/as da Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra na Colômbia.

### 1.1 CAMPONESES/AS DO QUE HOJE É SUAPE: VIDA E R-EXISTÊNCIAS

Até o ano de início desta pesquisa, 2012, havia em torno de 25.000 pessoas no que hoje é Suape (GUIBU, 2012) distribuídas em 27 comunidades em engenhos que antes de falirem e, no caso de alguns, de passarem para a mão dos trabalhadores, correspondiam às Usinas São Inácio e Salgado. Desde a década de 1970 a instalação do CIPS nessas terras implica na espoliação das comunidades camponesas que lá vivem. As famílias estão sendo

retiradas e indenizadas irrisoriamente para a instalação de indústrias e para uma área de preservação ambiental que "compense" o desmatamento realizado nas áreas das indústrias e a contaminação que estas produzem.

Aqui é importante ressaltar que, apesar de alguns autores - Lima (2011) utilizando citações de Gilberto Freire (1967) e de Manuel Correia de Andrade (2002), além de constatações em trabalhos de campo nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba para sustentar a mudança de denominação de Zona da Mata para Zona da Cana<sup>7</sup> - identificarem pertinentemente o desmatamento da Zona da Mata pelo capital para instalação da monocultura da cana de açúcar, chegando inclusive a chamá-la de Zona da Cana, é necessário advertir que, assim como há movimentos sociais em contínua luta pela terra e a existência de alternativas ao capital (LIMA, 2011), também há áreas onde a Zona da Mata está presente. Resulta-nos importante salientar que a presença da mata atlântica mostra as diferenças de uso dos territórios e da natureza dos camponeses/as e do capital, e também permite visibilizar o que existe, ainda que não seja predominante, mas como possibilidade de r-existir. Em grande parte da área do que hoje é Suape tem mata atlântica, havendo presença de praticamente todos os estratos de vegetação graças ao modo de viver desses camponeses/as (FIGURAS 3 e 4). Além da vegetação nativa, estão as plantas frutíferas, como o caju, a mangaba, a banana, a azeitona doce e outras em convivência e consórcio. Apesar das famílias afirmarem que lá estão desde a década de 1940, algumas, e outras desde a década de 1960, nenhuma delas têm títulos de propriedade. Contudo, mostraremos no capítulo 2, que estas são famílias que descendem de outras que moravam no que hoje é Suape há muito mais tempo, inclusive algumas apresentam depoimentos de serem descendentes de escravos dos senhores das Usinas de cana de açúcar. A conservação da vegetação, a antiguidade dos camponeses e camponesas nessas terras e o direito de reproduzir suas vidas de acordo aos seus próprios parâmetros deveriam ser motivos suficientes para eles/elas terem o direito de ficar nos seus territórios de vida. Contudo, a presença de mata atlântica na área do que hoje é Suape sustenta o discurso ambiental da empresa de que se preserva graças aos cuidados que ela proporciona, sendo que essa mata só está em pé pela presença camponesa.

---

<sup>7</sup> Apesar de sustentar essa ideia, Lima (2011) indica que há existência de alternativas, territorialização da luta da classe trabalhadora no campo e experiências de sucesso como o Assentamento Chico Mendes em Pernambuco. Inclusive, em algumas fotografias mostra a existência de mata atlântica até o ano de 2009, mas ele a identifica como sendo engolida pela cana de açúcar. Se, pelo contrário, nos posicionamos desde o lugar da recriação de territórios de camponeses/as que, pela sua forma de reprodução, não desmatem a mata atlântica, vemos mundos existentes e possíveis r-existindo. Figueiredo et all. (2009) contribui com esse nosso olhar, ao identificar que apesar da pressão canavieira há sítios onde se produzem alimentos, onde há policultura e inclusive alguns camponeses/as têm práticas agroecológicas.



Figura 3 - Vegetação do engenho Boa Vista. Fonte: Rapozo, 2013. Figura 4 - Vegetação da Ilha de Tatuoca. Fonte: Solá Pérez, 2014.

Desde 2010, o novo Plano Diretor de Suape prevê a “relocação” de aproximadamente 4200 famílias, que vivem em 23 engenhos<sup>8</sup> (TABELA 3), para os conjuntos habitacionais que serão criados: Vila Suape, Cepovo Novo, Nova Tatuoca, Gaibu e Vila Claudete. Segundo Melo (2011), serão instalados em uma área de 170 ha. “Na proposta também consta o remanejamento de duas mil famílias para o entorno da Vila Claudete, as quais irão ocupar uma área de 70 hectares num empreendimento habitacional pertencente a Suape e que será integrado com o centro do Cabo de Santo Agostinho” (MELO, 2011). Ou seja, os camponeses/as passarão a viver próximas ao centro do Cabo de Santo Agostinho, tendo que adequar-se à lógica da cidade e sem área para lavoura ou criação de animais. Até o momento da finalização desta pesquisa, além de não terem sido concluídos os conjuntos habitacionais, as pessoas continuam sofrendo permanentemente com a iminência do “remanejamento” ou, melhor dizendo, do despejo.

---

<sup>8</sup> Nesta tabela não comparecem as ilhas de Tatuoca, dos Barreiros, da Cocaia e da Cana. Sabemos pelos trabalhos de campo e pelas mesmas notícias do site do CIPS que, ao menos a Ilha de Tatuoca tinha camponeses/as morando. Estima-se que em 2012 havia 75 famílias morando nela. Segundo informações do Centro das Mulheres do Cabo na Ilha da Cocaia havia uma família que já saiu, mas não se tem nenhum dado dela, nem onde foi nem qual foi a indenização recebida.

ENGENHO		Nº EDIFICAÇÕES 2006	ENGENHO		Nº EDIFICAÇÕES 2006
01	Engenho Tiriri	345	13	Engenho Conceição Nova	13
02	Engenho Jurissaca	46	14	Engenho Conceição Velha	9
03	Engenho Ilha dos Martins	0	15	Engenho Arandepe	0
04	Engenho Cedro	13	16	Engenho Penderama	8
05	Parque Armando de Holanda C.	1264	17	Engenho Tabatinga	99
06	Engenho Boa Vista	341	18	Engenho Jasmim	24
07	Engenho Algodoads	152	19	Engenho Setúbal	40
08	Engenho Serraria	289	20	Engenho Rosário	31
09	Engenho Massangana	569	21	Engenho Utinga de Baixo	124
10	Engenho Mercês	641	22	Engenho Utinga de Cima	83
11	Engenho do Meio	72	23	Engenho Pirajá	29
12	Engenho Trapiche	9		<b>TOTAL</b>	<b>4201</b>

Tabela 3 - Número de edificações cadastradas pela consultora Planave/Projetec para o Plano Diretor do CIPS. Fonte: PLANAVE/PROJETEC, s/d.

Desde a implantação do PAC 2 (2011-2014) cerca de 1200 famílias foram indenizadas - receberam em torno de R\$ 93.000 por família - e tiveram que sair de suas terras. Em 2013 a vila Nova Tatuoca ficou pronta e os camponeses/as da Ilha de Tatuoca tiveram que mudar para a nova vila, morando em casas do CIPS que eles/elas só têm direito de uso. Em 2014 parte dos camponeses/as da Fazenda dos Trabalhadores - engenhos Arendepe, Penderama, Tabatinga, Conceição Nova e Pirajá - receberam terras com direito ao uso no Assentamento Valdir Ximenes em Barreiros - como detalharemos posteriormente.

O caso ao qual nos referimos de terras que passaram para os trabalhadores é o da Cooperativa Tiriri, criada em 1963 pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, através da Cooperativa, foram distribuídos 10 ha. de terra a cada família dos engenhos Tiriri, Algodoads, Massangana, Jasmim e Serraria. Há alguns casos em que as famílias têm um documento da Cooperativa Tiriri, no qual se outorgavam essas terras para os trabalhadores. Como comentaremos no próximo capítulo, o objetivo de criar esta Cooperativa era para a produção de alimentos para as próprias famílias e para o abastecimento da região.

Pouco tempo depois das usinas se declararem falidas e da Cooperativa Tiriri distribuir as terras para os camponeses, em 1977 começou a ser construído o Complexo Industrial-Portuário de Suape - CIPS. Isso significa que, desde essa época, os camponeses/as

do que hoje é Suape vivem nas suas terras sofrendo praticamente a iminência da saída e, sendo pressionados permanentemente com proibições de usar e controlar seus territórios, também através da violência, que implica a ronda de seguranças privados contratados pelo CIPS para circularem pelos engenhos e a permanente instalação de indústrias ou empresas altamente contaminantes no seu território. O CIPS se autopromove como um “provedor de bens e serviços para o setor de petróleo, gás natural, *offshore* e naval” (SUAPE GLOBAL, 2008). Pretende destacar-se com a refinaria, os estaleiros e a petroquímica, mas também tem outras 95 empresas aproximadamente que vêm sendo instaladas desde finais da década de 1980 (TABELA 4).

EMPRESA	SETOR
Alvo distribuidora de combustíveis Ltda.	Agrocombustíveis
Refinaria Abreu e Lima – RNEST	
Petrobras	
Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	
Copagaz	
ESSO	
Petroquímica Suape	
Tequimar – Terminal Químico de Aratu S.A.	
IBG – Indústria Brasileira de Gases	
Aguaflez	
Ancor	
Alcan Packagin Beauty	
Brasalpa	
Citepe	
Cristalpet	
Emplal Embalagens Plásticas Ltda	
Itapoama Mineração	Mineração
Medabil	
Mhag Mineração	
Pedreiras do Brasil	
Estaleiro Atlântico Sul	Estaleiros
STX Promar	
Construção e Montagem Offshore S.A.	
Atlântico Terminais S.A.	Contêineres
Suata II	
Tecon Suape S.A.	
Andaluz Logística Transportes	Transportes
Decal	
DSR Transportes	
Arcor	Alimentos
Urbano Agroindustrial	
Bunge	
Campari	
Coca-Cola	
Cereser	
Kraft Foods	
Pepsico	
Unilever	

Tabela 4 – Quadro de empresas instaladas no CIPS identificadas segundo o tipo de produto. Fonte: *site* do CIPS, 2013. Org.: Solá Pérez, 2014.

Como observamos na tabela, as empresas do CIPS são do setor alimentício, embalagens, transportes, contêineres, mineração e as já citadas do setor de combustíveis e de estaleiros (SUAPE, 2015). São empresas especialmente do Brasil (Ipiranga, Estaleiro Atlântico Sul, Petrobras, etc.), da Holanda (Makro, Bunge, Van ord, Unilever - anglo-holandesa, etc.), dos Estados Unidos (Coca cola, Kraft foods - atual Mondelez -, Pepsico, Plastipak, etc.) e da Itália (Campari, Decal, M&G, etc.) que se beneficiam do modelo primário exportador neocolonial imposto para o que hoje é América Latina.

O Estado de Pernambuco, com auxílio financeiro do Estado Nacional através de diversos programas de desenvolvimento, como o Avança Brasil, Brasil em Ação, PAC 1 e PAC 2 - dos quais trataremos no próximos capítulo , prepara toda a logística, oferece isenção de impostos e serviços diversos, como água, eletricidade, gás natural, telefonia, etc. e entrega a área pronta, isto é, sem moradores e sem vegetação.

A infraestrutura do CIPS é formada por cinco cais internos, três terminais externos e um píer petroleiro com dois terminais de atracação em construção. Os cais são divididos em porto externo (FIGURA 4) e porto interno (FIGURAS 6 e 7) escoando granéis líquidos e contêineres, respectivamente.



Figura 5 - Porto Externo do CIPS - granéis, líquidos e gases. Fonte: Apresentação institucional do CIPS, 2013.



Figura 6 - Porto interno - Contêineres e carga geral. Fonte: Apresentação institucional do CIPS, 2013.



Figura 7 - Porto interno. Fonte: Apresentação institucional do CIPS, 2013.

Para que todas essas empresas funcionem, além das infraestruturas básicas citadas anteriormente, são usadas atualmente duas hidrelétricas para geração de energia – Suape I e Suape II, administradas pela CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), a Termopernambuco<sup>9</sup>, cujo combustível usado é gás natural, uma termelétrica que funciona com combustível fóssil e está em construção, uma termelétrica a óleo combustível exclusivamente para a Refinaria Abreu e Lima. É oferecendo isso que o CIPS atrai os empresários para instalarem suas empresas “Os acessos rodoviários e as vias internas de Suape são duplicados, e o fornecimento de água bruta e tratada, gás natural, telefonia e

<sup>9</sup> A Termopernambuco pertence ao Grupo Neoenergia - cujos acionistas são da Previ, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - que controla a empresa pública de energia CELPE (Companhia Energética de Pernambuco) no estado. Para a sua construção utilizaram-se US\$ 400 milhões de BID e BNDES (TERMOPE, 2012).

energia elétrica em 69 KW e 13.8 KW garante o funcionamento e a produção das empresas instaladas dentro do Complexo” (SUAPE, 2014).

Os acessos rodoviários são através de rodovias federais – BR 232 e BR 101 – e estaduais – PE 28, PE 60 e PE 009 (via com pedágio da Concessionária Rota do Atlântico); uma ferrovia interna - que comunica o terminal de granéis sólidos com a Ferrovia Transnordestina, e uma via de comunicação marítima – por um canal com 5 km de extensão, 300 metros de largura e profundidade de 16,5 metros. A malha rodoviária interna possui mais de 40 km de extensão. Há também um dutoviário de transporte de butadieno, PET, entre outros (ANTAQ, 2012) (FIGURA 8). A ferrovia Transnordestina – cujos acionistas são a Companhia Siderúrgica Nacional, a Taquari Participações e o BNDES – está sendo construída desde 2006<sup>10</sup>, mas ainda não foi finalizada (ANTF, 2012). O trajeto principal dela começa em Eliseu Martins-PI, atravessando o estado de Pernambuco no sentido oeste-leste, chegando aos portos de Suape - PE e Pecém - CE, percorrendo 1.728 Km. O objetivo é transportar ferro e minérios (TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA, 2013).

---

<sup>10</sup> Segundo o planejamento da empresa, a conclusão da obra seria em 2008, a previsão atual (2014) é para 2016. Contudo, os conflitos territoriais em torno da implantação desse projeto já são nítidos. Segundo Coutinho (2014) em Pernambuco já foram 1952 desapropriações e o gasto dessas indenizações é de R\$ 28.9 milhões. Isso significa aproximadamente R\$ 14.805 por cada indenização. Ainda serão realizadas 258 desapropriações. Segundo dados de Camargo (2013) estimam-se três mil imóveis rurais atingidos, sendo que 88% dos mesmos são pequenas propriedades privadas ou posses e 12% são assentamentos da reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e dos institutos estaduais Instituto de Terras de Pernambuco - Iterpe – e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

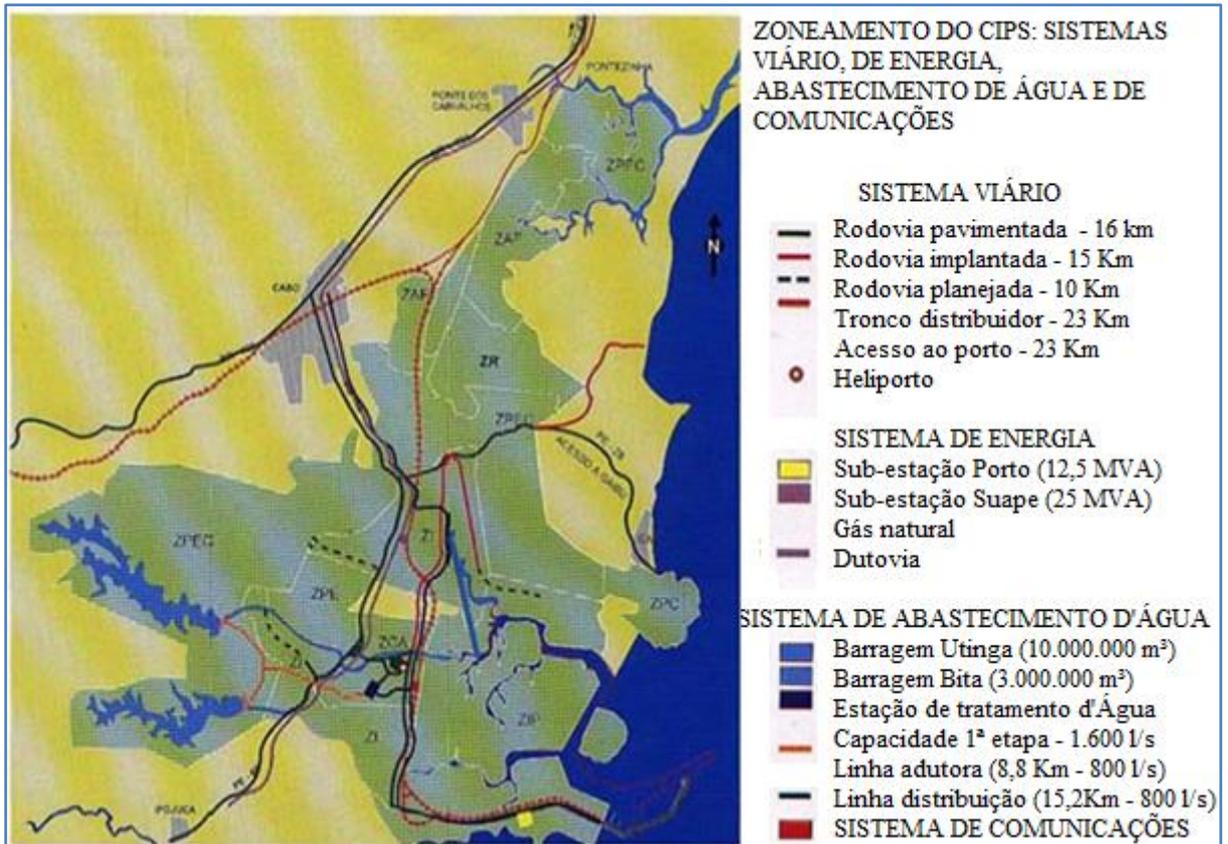


Figura 8 – Sistema viário e de abastecimento de água do CIPS. Fonte: RIMA CIPS, 2000.

Além dessas vias, está sendo projetado desde 2004 o Arco Viário Metropolitano de Recife, mas em março de 2014 foi suspensa a licitação iniciada pelo governo federal. O projeto original era do estado de Pernambuco, mas em 2013 o governo federal assumiu os gastos das obras (HERNANDES, 2014). O RIMA – Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – data de finais de 2012, indica que a concessão para construção seria das empresas Odebrecht, Invepar e Queiroz Galvão. Apesar de ter sido suspensa a licitação, estima-se que o projeto terá continuidade, pois o mesmo implica a comunicação com o polo de Vitória de Santo Antão – em plena construção – e o polo ecológico em Goiana, que já tem as empresas Fiat, Jeep e Companhia dos Vidros instaladas (FIGURA 9) e o polo farmacológico também localizado em Goiana, conformado principalmente pelo Hemobrás – Hemoderivados e biotecnologia. O projeto do Arco Viário é de construção de 77,31 Km percorrendo os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Moreno, São Lourenço da Mata, Paudalho, Abreu e Lima e Igarassu.

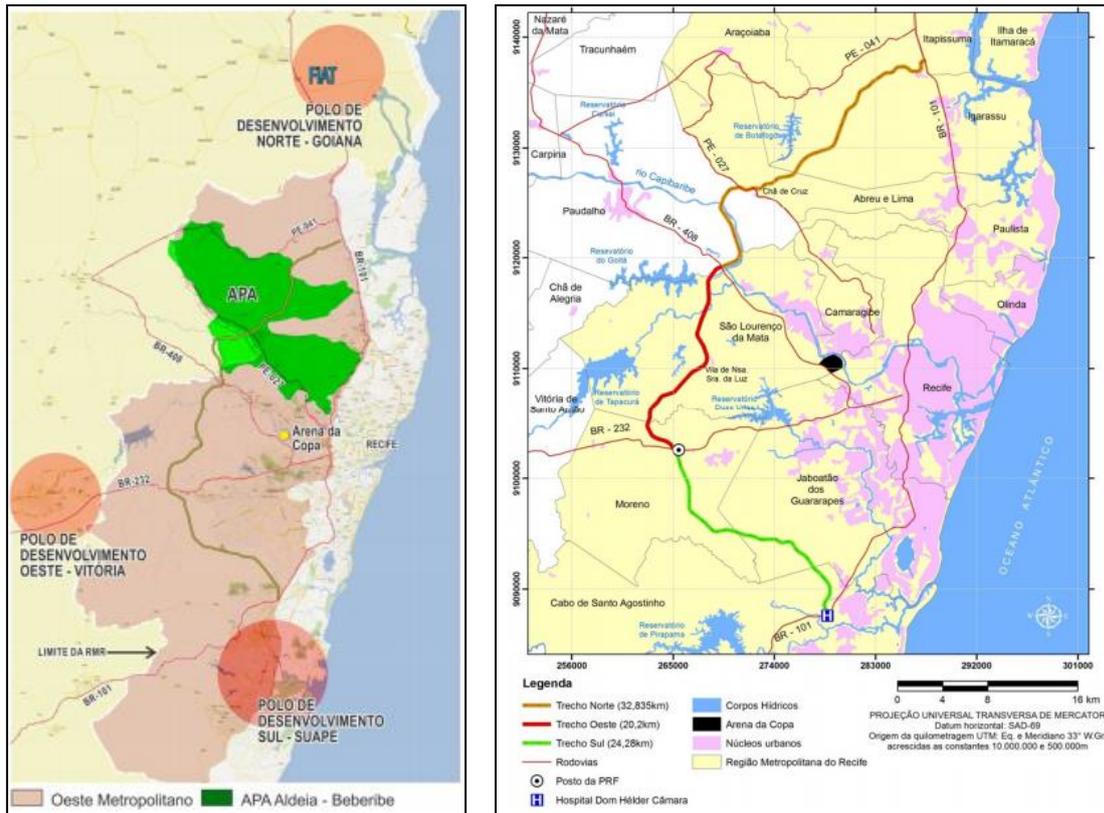


Figura 9 – Polos de desenvolvimento e previsão da construção do Arco Viário Metropolitano de Recife. Fonte: RIMA, 2012.

Isto significa que não é somente o CIPS que está criando conflitos socioambientais e territoriais, mas o modelo de desenvolvimento urbano industrial que promove toda a logística necessária para que ele funcione: as rodovias, a ferrovia, as outras indústrias instaladas em polos de desenvolvimento.

Apesar da instalação de toda essa estrutura, percebemos que no seu dia-a-dia os camponeses/as r-existem ainda, apesar dessa violência e continuam reproduzindo suas vidas mesmo diante de "os escombros do progresso"<sup>11</sup>. Na visita de campo realizada em 8 agosto de 2012, entrevistamos as famílias que alguns dias atrás tinham presenciado o derrubamento de suas casas pelo CIPS, mas continuavam morando nas proximidades pela solidariedade de um vizinho.

As casas estão relativamente próximas umas das outras, a maioria são de alvenaria (FIGURAS 10 e 11) e cada engenho tem a sua associação de moradores (FIGURAS 12 e 13). As ruas são de terra, as casas têm energia elétrica e a água é de poços que eles mesmos constroem em suas terras. Observamos a diversidade de plantas frutíferas, algumas plantações de alimentos e criação de animais de pequeno porte, como galinhas.

<sup>11</sup>Camponês do Engenho Algodoads quando nos mostrou as seis casas derrubadas no Engenho Tiriri em 18 de agosto de 2012.



Figura 10 - Visão geral das casas do Engenho Algodoads. Fonte: Solá Pérez, Ago. 2012. Figura 11 - Visão geral do Engenho Tabatinga. Fonte: Solá Pérez, 2015.



Figura 12 - Associação de moradores do Engenho Tiriri. Fonte: Solá Pérez, Nov. 2013. Figura 13 - Associação de moradores do Engenho Algodoads. Fonte: Solá Pérez, 2014.

Os trabalhos que os camponeses/as realizam são a colheita de frutas para comer, doar e vender, como o coco, o cajá, o caju, a banana, a cana de açúcar, a macaxeira, o inhame, o feijão, etc. (FIGURAS 14 e 15); alguns pescam e muitos trabalham na "rua", isto é, fora da comunidade, alguns na construção civil, outros na limpeza de domicílios particulares, etc., ou no corte de cana-de-açúcar como assalariados temporais nas usinas próximas. "A pesca escasseia por causa das dragagens e do óleo dos navios"<sup>12</sup> comenta uma camponesa que costumava catar mariscos nos rios próximos. Outra fonte de renda são os programas do Estado, como o Chapéu de Palha e o Bolsa Família.

<sup>12</sup> Entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2012 no Engenho Tiriri.



Figura 14 - Plantações de macaxeira, banana, coco, manga. Fonte: Rapozo, 2013. Figura 15 - Plantação de cana de açúcar. Fonte: Solá Pérez, 2013.

Em trabalho de campo em outras comunidades próximas, como a dos camponeses/as da Usina Catende, alguns relataram que cada vez mais é necessário sair para trabalhar para "inteirar", isto é, fazer alguns trabalhos temporários para complementar os gastos que a família tem<sup>13</sup>. Nos engenhos do que hoje é Suape, um dos problemas principais é a proibição por parte do setor fundiário do CIPS de cultivar lavouras permanentes.

Acerca dos serviços que os municípios deveriam fornecer, como educação e saúde<sup>14</sup>, as mulheres comentam que alguns engenhos do que hoje é Suape têm escolas municipais (FIGURA 16), mas estão deixando de funcionar e não têm postos de saúde, sendo necessário irem para os do centro dos Municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Além de terem que se deslocar em grandes distâncias, as mulheres denunciam que no Cabo de Santo Agostinho algumas vezes não querem atendê-las, as discriminam e as enviam para Ipojuca, argumentando que o engenho onde elas moram é desse outro município.

<sup>13</sup>Trabalho de campo realizado em junho de 2012 na comunidade de pescadores de Sirinhaém e na comunidade da Usina Catende. A comunidade de pescadores de Sirinhaém está em uma luta desde 2006 para que a ilha onde moravam e pescavam seja declarada Reserva Extrativista. Por seu lado, a comunidade de Catende quando a Usina se declarou em falência os trabalhadores resolveram colocá-la a funcionar em cooperativa. Para informações sobre estas comunidades, consultar Silva Júnior (2011) e Silva (2011), respectivamente.

<sup>14</sup> Uma pesquisa realizada no Engenho Tiriri indica déficit de serviços básicos e insegurança alimentar [sic]. Sobre esta pesquisa, consultar Melo (2014).



Figura 16 - Escola Municipal do Engenho Tiriri. Fonte: Solá Pérez, 2013.

Ao identificarmos que no dia-a-dia os camponeses/as resistem e, assim muitos/as ainda conseguem permanecer nas suas terras, começou a fazer sentido real a explicação que Porto-Gonçalves (2002) dá sobre o que são as resistências sociais. R-existências como formas de existência e de recriação da existência. E, percorrendo essa leitura, nos deparamos com Scott (2000), que nos ajuda a delinear dois tipos de resistências - totalmente interligados com a re-significação do conceito de r-existência de Porto-Gonçalves - que têm relação com os discursos ocultos e os discursos públicos dos próprios sujeitos, resultando nas resistências cotidianas, individuais ou coletivas, e nas resistências públicas, coletivas e organizadas.

As primeiras são aquelas que implicam em lutas do ser/fazer do dia-a-dia, e as outras são as greves, os protestos, as ocupações, etc. O grande aporte do autor é a análise das resistências cotidianas à dominação. Ele não desconsidera a importância das resistências públicas, mas indica que normalmente aquelas não são identificadas por serem mais difusas e fragmentadas. Mas é justamente nesse cotidiano que se trilham outros caminhos, a partir de lógicas próprias de ser/fazer a vida.

Para o nosso caso, consideramos que, no atual contexto, além dessas r-existências caberia incorporar aquelas que se estabelecem em aliança com outros sujeitos que não estão necessariamente sendo atingidos diretamente, mas que, por considerarem as ações injustas, arbitrárias e violentas, procuram modificar a situação através de diversos procedimentos. São resistências em alianças com Organizações Não Governamentais ou com instituições de ensino, pesquisa e extensão públicas ou privadas, entidades, etc. que denunciam, intervêm como mediadores, promovem atividades de organização social, etc.<sup>15</sup>.

Desde a implantação de políticas neoliberais o Estado vem se ausentando de suas funções sociais e, a partir disso, proliferam as Organizações Não Governamentais. Como em

<sup>15</sup> Esta questão será retomada ao tratarmos sobre as resistências em alianças para a ZRC-VRC.

todos os âmbitos há ONGs sérias e comprometidas com as questões dos subalternizados/as e outras que utilizam as comunidades para seus próprios fins, não necessariamente coincidentes com os das mesmas. Inclusive algumas têm promovido o caminho do desenvolvimento que, como veremos nos próximos capítulos, tem sido nefasto para os povos agrários. Porto-Gonçalves (2004) faz críticas contundentes às ONGs que, não sendo Estado, atuam como se o fossem e, geralmente, fazem uso de financiamento do Banco Mundial que, com pequenos projetos maquiagem as contradições dos projetos de desenvolvimento, mas ainda dando maior apoio a estes últimos. Svampa (2012) identifica que esse tipo de aliança é um dos traços comuns das lutas sociais em torno dos conflitos socioambientais na América Latina: os coletivos culturais, ONGs e intelectuais acompanham as ações dos movimentos. Estes sujeitos utilizam a sua posição privilegiada nesta sociedade hierarquizada para contribuir com a visibilização dos conflitos e das resistências sociais.

Levamos esta questão das resistências em aliança porque, desde o início da implantação do CIPS, houve vozes discordantes por parte de intelectuais que têm a sua importância nos processos de resistências, ao lado dos sujeitos diretamente atingidos. Este tipo de resistência poderia se inserir nas resistências públicas, mas nem sempre é possível definir como ações públicas e os mediadores acessam a outros setores da sociedade que nem sempre têm os movimentos sociais - incluídos nas resistências públicas - por isso a proposta de um terceiro tipo de resistência: a resistência em aliança. Com isto se busca mostrar diferentes estratégias e sujeitos em r-existência que na realidade observada podem não se apresentar com diferenças tão evidentes, mas identificamos como necessária uma análise mais aprofundada em termos teóricos para que nestes se plasme o contexto atual da atuação ou não do Estado e de diversos atores e instituições.

A seguir, passamos a identificar as r-existências cotidianas junto aos camponeses/as do que hoje é Suape, isto é, como é que eles/as se recriam no dia-a-dia, seja pelo fato de viver ou pelo conflito colocado de fora para dentro da comunidade.

### **1.1.1 Resistências cotidianas dos camponeses/as do que hoje é Suape**

*“Progresso é poder pegar umas frutas e levar para vender numa banquinha, é poder comer”<sup>16</sup>*

---

<sup>16</sup> Um dos camponeses do que hoje é Suape disse isso durante entrevista para contrapor o desenvolvimento e o progresso propalado pelo CIPS. Entrevista realizada no engenho Tiriri em novembro de 2013.

Por definição, o que é resistir? Se para Porto-Gonçalves (2006) r-existir é existir, ir se reconstruindo permanentemente e re-significar a própria existência social e culturalmente, desde um *lugar* próprio no território, quando vamos aos trabalhos de campo identificamos as práticas cotidianas dessa resistência - que é carregada de sentido para a reprodução da vida.

Resistir é, apesar das ameaças físicas e psicológicas que já duram 36 anos, continuar vivendo no mesmo sítio. Embora os camponeses/as sejam abordados nos seus sítios por uma equipe de especialistas das áreas humanas, como serviço social ou psicologia, enviados pelo setor de gestão fundiária do CIPS, dizendo-lhes que é melhor saírem dos seus sítios porque, em caso de ficarem, correm risco de contaminação, buscando assim convencer os camponeses/as de que a melhor opção é sair da terra, eles/as continuam vivendo nos seus sítios. R-existir é afirmar o sítio dos camponeses/as como seu território.

Resistir é, ao amanhecer ver uma retroescavadeira que foi colocada ao lado do seu sítio e não deixar a casa, fazendo plantões, por receio de voltar e a mesma ter sido derrubada, garantindo, assim, a sua permanência no sítio.

É presenciar a chegada dos seguranças privados que fazem rondas e tiram fotos para confirmar que os camponeses/as estão disciplinados e não estão cultivando ou melhorando as suas casas. E, apesar disso e do CIPS – ou seja, o estado de Pernambuco – "arrancar a nossa lavoura na frente, nós vamos plantando atrás"<sup>17</sup>.

É fazer e manter os poços para abastecimento de água no sítio. É ter uma policultura diante da monocultura da cana-de-açúcar e ainda sofrer pressões para não plantar. Isso é plantar a macaxeira, a batata doce, a mandioca, o feijão, o feijão verde, o milho, a bananeira, a manga, o coco, o abacaxi, o maracujá, o caju, a acerola, a mangaba, o cajá. Tem também aquelas fruteiras que não precisam ser plantadas porque são da região como macaíba, azeitona doce do local, araçá, dendê (essas também não são consideradas benfeitorias a serem pagas em caso de indenização). A respeito das árvores frutíferas, uma camponesa diz "por aqui é assim, tem muita fruteira tanto para eu comer como para dar"<sup>18</sup>, por isso é bom de se viver. Resistir é criar alguns animais como galinhas, cabras, gado e ainda, se estiver próximo de um rio nesse grande estuário, é também pescar sururu, caranguejo, siri, ostra, mariscos.

Isso tudo, apesar da “norma” expressa do CIPS, "não pode cultivar, criar animais ou construir, porque vai ser indenizado e somente receberá por aquilo que já foi cadastrado"<sup>19</sup>. Por conta disso, no centro do Cabo de Santo Agostinho já não se vê tantas frutas locais sendo

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada no trabalho de campo no Engenho Tiriri em 19 de agosto de 2012.

<sup>18</sup> Entrevista realizada no trabalho de campo no Engenho Tiriri em 19 de agosto de 2012.

<sup>19</sup> Entrevista realizada no trabalho de campo no Engenho Algodoads em 26 de setembro de 2014.

vendidas nas feiras, "acabaram as mangabas, o caju, a manga"<sup>20</sup>. Se cultivar só pode a lavoura branca - mandioca, inhame, macaxeira - que tem curto período de duração. Não adianta querer plantar lavoura permanente ou melhorar a casa porque não serão consideradas como benfeitorias. Mas não têm data de saída, nem indenização em dinheiro, casa nova ou terra já negociada. Ou seja, plantar é um ato de resistência diante da imposição de não fazê-lo, pois adianta para viver enquanto o despejo não acontece. Tanto é que, quando o CIPS derruba as casas, também derruba as fruteiras, para que os camponeses/as não voltem.

Alguns camponeses/as ainda utilizam uma área do seu sítio para cultivar cana-de-açúcar que lhes garante um ingresso econômico para poder pagar as suas contas. Isso também é resistir, diferente de somente cultivar monocultura.

Resistir significa vender as colheitas da época na beira da estrada, como acerola, pitanga, umbu, banana, castanha de caju (FIGURA 17); arranjar trabalhos fora ou acessar a algum tipo de auxílio social – que não é mais do que o Estado devolver à sociedade um mínimo dos impostos que ela mesma paga. Os trabalhos "na rua" são geralmente voltados à construção e não mais à safra da cana-de-açúcar que se fazia em seis meses e, durante os outros meses, se cuidava da lida da lavoura nos próprios sítios. Hoje os camponeses/as convivem com a cidade inchada, as indústrias e a especulação imobiliária do turismo, mas continuam vivendo nos seus sítios e “se virando” para viver. E ainda um deles comenta que “Temos necessidade de diversificar a agricultura”<sup>21</sup>.



Figura 17 - Dois postos de venda de produtos dos camponeses de um dos engenhos do que hoje é Suape. Fonte: Solá Pérez, 2014.

A solidariedade entre as famílias é fundamental também quanto ao cuidado das casas e nos casos de derrubada delas, já que os vizinhos são os que acolhem as famílias expulsas. No trabalho de campo do dia 8 de agosto de 2012 encontramos alguns membros das seis

<sup>20</sup> Denúncia realizada durante a audiência pública junto aos vereadores do Cabo de Santo Agostinho a finais de 2013.

<sup>21</sup> Entrevista realizada em 8 de agosto de 2013 no Engenho Boa Vista.

famílias, que tinham visto suas casas serem derrubadas, morando na varanda da casa de um dos vizinhos, em um "puxadinho" que tinham feito onde, além de dormir, guardavam as poucas coisas que tinham conseguido tirar antes da derrubada (FIGURA 18). Contudo, é necessário dizer que algumas famílias desconfiam das outras pelo fato de que algum dos integrantes trabalha no CIPS. Isso também acontece, em algumas ocasiões, com os dirigentes das associações de moradores porque, segundo informações do trabalho de campo, o setor fundiário do CIPS negocia com eles as indenizações, mas oferece propinas individuais. Essa é outra estratégia da empresa, assim como a negociação individual família a família, para gerar intrigas entre elas nas comunidades.



Figura 18 - Puxadinho onde mora e guarda seus pertences um camponês despejado pelo CIPS da sua terra. Fonte: Solá Pérez, 2012.

R-existir é demandar aquilo que os camponeses/as considerarem justo diante do atropelo, da violência, da expropriação do CIPS. Porque, primeiramente, os camponeses/as teriam que ter o direito de ficar nas suas terras mas, além disso, não é uma indenização que vai resolver suas vidas no caso de saírem dos seus territórios de vida “O que esperávamos de Suape não era apenas uma indenização, mas a transferência das famílias para outra área onde pudéssemos continuar nossa atividade como agricultores. O que vamos fazer na cidade sem trabalho?” (JC, 2007), questiona um camponês do engenho Massagana.

Resistir significa ir ao embate direto seja na administração do CIPS, bloqueando a estrada, se reunindo com as outras associações de moradores ou, buscando parcerias com instituições ou ONGs que possam mostrar o quanto é importante a comunidade estar organizada e ter seus direitos de reproduzir a vida de acordo com seus modos específicos nos seus territórios.

### 1.1.2 Sobre as resistências públicas – Ligas Camponesas, FETAPE e MST

*"os pais, os avôs brigaram por isso aqui, deram a vida na época das Ligas que Arraes tomou a frente dessa situação"<sup>22</sup>.*

Conforme identificamos anteriormente, as resistências públicas tratam sobre ações coletivas, manifestações, greves, mobilizações, etc. Aqui tratamos sobre as citadas pelos camponeses/as durante os trabalhos de campo. Mostramos as relações e participação destes camponeses/as nas Ligas Camponesas, na Federação dos Trabalhadores Agricultores de Pernambuco (FETAPE) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A relação que estabelecemos entre os camponeses e as Ligas Camponesas<sup>23</sup> se deve ao relato em trabalho de campo de alguns dos fundadores da Cooperativa Tiriri. Eles faziam alusão à dificuldade atual de reunir as pessoas e lembraram-se da união dos camponeses a partir da criação das Ligas. Um deles comentou que "hoje em dia não se escuta falar em ministério da reforma agrária"<sup>24</sup>, referindo-se ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA - equivalente ao atual Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. E, como abordaremos no próximo capítulo, foi devido à expressão que tinham as Ligas Camponesas que se criou a Cooperativa Agrícola Tiriri.

Na época da década de 1960, quando tinham sido ocupadas as terras, os camponeses/as cultivavam tudo: feijão, batata, macaxeira, inhame, fruteiras, etc. Tinham uma área para plantação de cana-de-açúcar, também tinham criação de animais: cabra, gado, galinha e coletavam aratu, siri, ostra, caranguejo, sururu e peixe nos rios próximos. No caso específico do engenho Tiriri, no rio Algodoads (FIGURA 19).

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada com um líder do MST em 25 de setembro de 2014.

<sup>23</sup> No capítulo 2 trataremos sobre a origem das Ligas Camponesas no contexto da história longa da constituição dos territórios do que hoje é Suape.

<sup>24</sup> Entrevista realizada no dia 4 de novembro de 2013 no engenho Tiriri.



Figura 19 - Rio Algodoades, próximo ao engenho Tiriri. Fonte: Solá Pérez, 2012.

Os camponeses comentaram que as Ligas Camponesas tinham muita força na região e que, com a luta conseguiram, além da terra, sementes para plantar e ainda tinham trabalho na Cooperativa de corte de cana-de-açúcar que era vendida para a usina Salgado. Na época a revolução no campo era considerada um fato a ser, em breve, consumado, e as reuniões que eram feitas para concretizá-la eram regadas a hinos e palavras de ordem que mostravam as pautas da luta. Este pequeno texto que reproduzimos a seguir foi recitado por um dos camponeses fundadores da Cooperativa Tiriri<sup>25</sup> e membro das então Ligas Camponesas.

Agricultor sem terra  
 Operário sem pão  
 Panela vazia é tambor de revolução  
 Viva a reforma agrária do sul ao norte ao sertão  
 Viva o agricultor assentado na terra  
 Plantando milho e feijão  
 Até o caroço.  
 Em nome de Jesus  
 Viva o agricultor  
 Assentado na terra plantando mandioca no chão

As Ligas Camponesas, além de terem importância no litoral sul de Pernambuco, tinham relações estreitas com a cidade, pois essa era a estratégia de tornar o movimento conhecido. As mobilizações eram realizadas na cidade de Recife e em 1955 fizeram o I Congresso Camponês de Pernambuco, com presença de 3000 camponeses pautando a questão agrária no Estado. Em 1958 organizaram o I Congresso de lavradores, trabalhadores agrícolas e pescadores de Pernambuco, reunindo 6000 camponeses que manifestaram-se em passeata, por ocasião de uma sessão na Assembleia Legislativa, dedicada à reforma agrária. Também, em 1960 ocorreu o I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Norte e Nordeste, especialmente para discutir a sindicalização. Em 1961 havia 40 sedes municipais em

<sup>25</sup> Entrevista realizada no engenho Tiriri em 4 de novembro de 2013.

Pernambuco de associados às Ligas Camponesas e, assim estas foram se estendendo em outros estados, sendo que no nordeste são 80.000 os camponeses associados (DABAT, 2007). No mesmo ano de 1961 a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil - ULTAB - organizou o I Encontro Unitário em Belo Horizonte com presença massiva de 15.000 camponeses das Ligas Camponesas espalhadas em 13 dos 22 estados brasileiros, cujo lema era "Reforma agrária na lei ou na marra"<sup>26</sup> (MORAIS apud LIMA, 2012). Além do foco na reforma agrária foi elaborado um programa de reivindicações dos direitos dos trabalhadores, pois assim como as Ligas Camponesas estavam em processo de expansão, também proliferavam os movimentos sindicais de trabalhadores rurais (DABAT, 2007). Para Figueiredo (2008), era a luta pela terra, seja para viver ou para trabalhar.

Acerca das Ligas Camponesas, Oliveira comenta que se constituíam como uma organização social forte:

O que é novo no quadro dos anos 1950 é que o proletariado urbano e rural vai modificando sua relação de força com as outras classes sociais dominantes, e também dominadas; quanto às segundas, sua junção com o conjunto de classes sociais agrárias dominadas vai dar no movimento popular a inusitada força que conheceu nos anos 1950 e princípios dos anos 1960 (OLIVEIRA, 2008, p. 237).

Isto significa que a estratégia de luta dos camponeses se manifestarem nas cidades estava surtindo efeito positivo e, ainda que no princípio a luta não tivesse esse caráter, posteriormente se consolidou como uma luta política da classe trabalhadora (SCHEPER-HUGHES, 1992, apud DABAT, 2007). E se a história nos conta que as Ligas Camponesas foram negadas e dizimadas, a sua semente continua florescendo na inspiração de muitos outros movimentos, como a FETAPE e o MST, e na memória das lutas sociais.

Além das Ligas Camponesas, mais relacionadas às questões da reforma agrária, havia no que hoje é Suape a atuação de sindicatos de trabalhadores rurais, ligados à Igreja Católica ou ao Partido Comunista Brasileiro, que lutavam pela regulamentação das condições de trabalho. Nesse contexto, em 1962 foi criada a FETAPE, por vezes aliada às Ligas Camponesas e outras se contrapondo a estas e liderando as lutas do campo (ROSA, 2008).

O gradativo fim das Ligas [devido à repressão por parte dos militares] teve lugar, concomitantemente, com o fortalecimento do sindicalismo rural que, já em 1963, criou, sob a chancela do governo federal, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A CONTAG seria o único órgão nacional de representação dos trabalhadores rurais ao qual estariam filiadas as

---

<sup>26</sup> Inspirados nesse Congresso e trazendo novamente à tona a necessidade da união dos povos, em 2012 foi realizado o Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas com o lema "Por Terra, Território e Dignidade!".

federações estaduais (como a FETAPE, por exemplo) que, por sua vez, congregariam os sindicatos municipais (ROSA, 2008, p. 252).

Entre os anos de 1964 a 1967, a FETAPE foi tomada pelos militares, mas em 1967 um grupo liderado por um sindicalista pernambucano retomou a diretoria tornando o estado de Pernambuco referência do sindicalismo para todo o país. Na Zona da Mata, a FETAPE estabeleceu disputas jurídicas contra os proprietários das terras durante todo o período militar e em 1979 e 1980 foram organizadas as maiores greves nacionais e campanhas salariais, reunindo cerca de 250.000 canavieiros.

Essas greves e campanhas salariais aliadas aos incentivos à produção da cana-de-açúcar do Estado propiciavam as condições de sucesso nas demandas. Mas, no início da década de 1990 com a suspensão dos subsídios ao cultivo da cana-de-açúcar, as reivindicações e, inclusive os empregos, começaram a minguar. Nessa década quatorze usinas fecharam e, com isso, as estratégias de ação da FETAPE, influenciadas pelo MST, foram mudando para a ocupação de terras.

Na Zona da Mata sul de Pernambuco, na década de 1990 a FETAPE começava a ter preponderância nas lutas e nas ocupações de terra na região canavieira "chegando, em determinados momentos, a suplantar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tradicionalmente detinha o monopólio desta reivindicação em todo o país" (ROSA, 2008, p. 249).

Atualmente, a FETAPE está atuando na inclusão dos trabalhadores rurais no sistema previdenciário e de créditos, e também propondo políticas de capacitação para os trabalhadores que deixam o trabalho na cana-de-açúcar. Junto aos camponeses/as do que hoje é Suape a FETAPE tem atuado no sentido da negociação das indenizações serem a partir da tabela de valores desta organização e, em alguns casos, tem contribuído na contagem das árvores dos sítios do engenho Massangana, apesar do CIPS com frequência ignorar as contagens feitas, inclusive a tabela da FETAPE (GUARDA, 2011).

Por sua parte, o MST fez sua primeira ocupação em Pernambuco no ano de 1989 nas terras do CIPS no Cabo de Santo Agostinho. Eram 400 famílias que no dia 25 de julho de 1989 ocuparam essas terras por considerarem que o governador Miguel Arraes iria apoiá-las, mas foram violentamente reprimidas pela polícia. A sua empreitada, segundo foi dito, não teve sucesso porque não tinha se aliado aos sindicatos rurais. Contudo, algumas dessas famílias tiveram a posse da terra concedida por dez anos e a maioria foi transferida para o sertão (AQUINO et al, 2013). Estima-se que as famílias que ficaram são as da Fazenda dos Trabalhadores.

Em 1992, o MST, junto ao sindicato rural no Município de Rio Formoso, ocupou um engenho improdutivo da cidade e, apesar de não terem tido sucesso para se assentar foi um momento chave para compreender que essa estratégia de ocupação era um modo de luta interessante de se levar a cabo. Assim, a FETAPE fez a sua estreia nas ocupações de terra em 1993, sem a colaboração direta do MST (ROSA, 2008).

A primeira metade da década de 1990 foi pautada pelas ocupações na Zona da Mata por parte do MST (TABELA 5) e da FETAPE, sendo que esta mudou o seu estatuto para também utilizar essa estratégia. Junto a essa estratégia, ambas as entidades passaram a ocupar a sede do INCRA, tendo o ano de 1995 o seu marco inicial (ROSA, 2008). Ou seja, novas estratégias surgiam diante da conjuntura de crise do setor sucroalcooleiro. "As dicotomias entre passado e futuro, e lutas por terra versus lutas por direitos, também se ancoravam na alegada perda de eficácia das greves como estratégias de reivindicação durante a crise dos anos noventa" (ROSA, 2008, p. 270).

ANO	OCUPAÇÕES	OCUPAÇÃO INCRA/FUNTEPE	Nº DE FAMÍLIAS ACAMPADAS	ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS
1989	03		500		
1990	05		300	02	42
1991	03	01	400	05	205
1992	09	04	1250	01	135
1993	12	06	2000	04	550
1994	15	08	2500	05	720
1995	19	10	4500	07	744
1996	35	11	3500	17	1320
1997	51	17	8500	16	1700
1998	57	-	11000	18	1600
1999	73	-	18449	23	1598

Tabela 5 - Tabela das lutas e conquistas nos dez anos entre 1989 e 1999 em Pernambuco. Fonte: Aquino et all, 2012

Segundo os dados do MST, entre 1989 e 1999 houve um total de 282 ocupações, chegando ao número de 18.449 famílias acampadas em 1999. Os dados sobre os assentamentos indicam que em dez anos foram criados 98 assentamentos. E as ocupações do INCRA e do Fundo de Terras de Pernambuco - FUNTEPE - alcançaram um total de 57 durante os dez anos da década de 1990. Além dessas ações, o MST começou a promover cursos e organizar encontros estaduais, que continuam até os dias de hoje (AQUINO et all, 2013).

Em uma entrevista realizada com um líder do MST, tivemos conhecimento de que este movimento voltou no território do que hoje é Suape em 2010 "porque o movimento tem um código de conduta que é que quando há outro movimento a gente não intervém. Só se o outro movimento solicitar ou concordar em ficar, os dois ou o outro se afastar".<sup>27</sup> Antes da retomada do MST estava no que hoje é Suape o MLST<sup>28</sup>. A primeira reunião realizada pelo MST foi no engenho Mercês, reunindo também camponeses de outros engenhos para que aprovassem ou não a intervenção deste Movimento no conflito agrário com o CIPS.

A aprovação dos camponeses fez com que, em 2011 este líder do MST, a quem entrevistamos, se reunisse com o diretor da gestão fundiária do CIPS, Pereira Lima, para marcar uma reunião com os camponeses, pois ele não iria negociar em nome deles, senão que eles mesmos fariam um acordo. Apesar de ter marcado a reunião com o líder do MST, o diretor não acreditou que os camponeses/as se apresentariam. Porém, no dia acordado duzentos camponeses/as chegaram à entrada da administração do CIPS dispostos a entrar no salão para a reunião. Relatou-nos ainda o líder do MST que os seguranças da entrada do CIPS não queriam permitir o ingresso dos camponeses/as, contudo, após um pequeno tumulto, eles/as entraram e o diretor da gestão fundiária disse "que ele não ia demolir mais as casas enquanto não fizesse um plano. A discussão era juntar todos os órgãos ambientais e todas as associações para definir e demarcar a sua área, fazer um novo levantamento das áreas e aí decidir o que seria feito". O acordo não foi respeitado pelo CIPS e, visto que o diálogo não dava resultados, as estratégias mudaram.

No dia 3 de fevereiro de 2012 os camponeses aliados ao MST fecharam a rodovia PE60 durante três horas para protestar contra os processos de expropriação; elaboraram uma pauta de reivindicações, que versava sobre a "revisão dos valores das indenizações, a criação de uma comissão de negociação dos processos de indenizações, regularização fundiária e entrega dos títulos de posse às famílias, além de reivindicar a retirada de milícias armadas de Suape" (CPT NE, 2012), dentre outras. Exigiam também - ainda segundo o diálogo com o líder do MST- a presença de representantes do CIPS, mas ninguém compareceu. Quando chegou a polícia e a tropa de choque, ele e o grupo de companheiros decidiram sair da rodovia e ir para o engenho Algoduais para uma das casas que estava sendo ameaçada de demolição. O grupo chegou lá, "Aí finquei a bandeira do movimento, construímos barracos de lona, que essa é a característica do movimento. É a mística da ocupação inicialmente" e não permitiu que a casa fosse derrubada. Transcorrido um dia, a ocupação teve que ser desfeita por pressão

---

<sup>27</sup> Entrevista realizada no dia 25 de setembro de 2014.

<sup>28</sup> As informações da atuação do MLST no CIPS se encontram no próximo capítulo ao tratar sobre os conflitos.

da polícia e da segurança privada do CIPS. O Movimento dos Sem Teto, junto com o MST fez outra mobilização na PE60 em abril de 2012 por conta dos valores das indenizações.

Outras ações foram feitas, por exemplo, a intervenção do MST no momento da derrubada de cinco casas e uma igreja no engenho Tiriri, em 2012 e, no mesmo dia, a breve ocupação no palácio do governo em Recife, "Palácio Campo das Princesas", para obter esclarecimentos sobre a violência acontecida e para levar a pauta das reivindicações dos camponeses. Inclusive o MST até hoje acompanha as ações jurídicas e as reuniões que os camponeses têm procurado realizar com a gestão fundiária e patrimonial do CIPS e, também, junto a outras entidades que têm atuado na intermediação desse conflito agrário.

Como vimos, são várias as estratégias das resistências públicas realizadas pelos camponeses/as como movimentos sociais ou junto deles. Alianças entre movimentos do campo e da cidade, bloqueios de estradas, ocupações de terras ou prédios públicos são parte das formas de luta e de resistir diante do megaprojeto CIPS.

Além das resistências cotidianas e públicas, como indicamos anteriormente, identificamos neste caso - assim como trataremos posteriormente na Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra na Colômbia - as resistências em alianças que implicam em ações por parte de sujeitos externos à situação de conflito que se identificam com os sujeitos subalternizados pelo capital e atuam no sentido de visibilizar, denunciar e interceder junto às comunidades em diversos âmbitos.

### **1.1.3 Resistências em aliança - manifestações de ONGs e outras instituições contra o projeto do CIPS**

Em 1975 havia resistências frente à instalação do CIPS. Um grupo de intelectuais assinou um manifesto (ANEXO 1) contra o megaprojeto, posto que estavam preocupados com as questões ambientais e econômicas. Este manifesto tratava primeiramente sobre a falta de consulta à população por parte do governo de Pernambuco para a instalação desse grande projeto e tornava público que "a ideia de realização do CIPS não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana". Versava também sobre o recurso financeiro que seria utilizado no CIPS e a recusa de projetos menores que teriam relação com setores e regiões diversas do estado e seriam de maior alcance social. O manifesto colocava em questão a instalação de um complexo industrial portuário em uma área rica em beleza natural e histórica, sendo possível ter áreas de lazer e de turismo, mesmo que o pensamento fosse exclusivamente econômico e sem considerar outros aspectos. Ressaltava

ainda que, em algum momento da obra poderia haver falta de recursos e se conseguisse ser terminada, não havia garantias de que os empreendimentos seriam instalados, mas já teriam sido destruídos a paisagem, os sítios históricos e arqueológicos, e contaminado a natureza (MANIFESTO, 1975).

Tanto esses intelectuais quanto o professor Paulo Henrique Martins - que realizou um estudo entre os anos de 1981 e 1982 no local onde se instalava o "projeto Suape" - coincidem em dizer que os estudos realizados pela consultora Transcon para o plano diretor do CIPS não eram confiáveis. Especialmente por não identificarem os aspectos negativos do empreendimento nem considerarem possíveis recessões econômicas que impedissem a conclusão do projeto. Ainda, o cálculo que a Transcon tinha para o número de empregados que o CIPS captaria foi com base no parque industrial de Cubatão-SP, relacionando o número de empregos com a quantidade de hectares usada, mas até aquele ano nenhum emprego tinha sido gerado. Isso nos resulta interessante porque é um dos argumentos mais utilizados - o da geração de empregos.

Em 1983, na ata da trigésima primeira reunião ordinária da primeira sessão legislativa da décima legislatura do estado de Pernambuco, tomou-se conhecimento do estudo realizado por Paulo Henrique Martins, que apresentava vários problemas a respeito da implantação do CIPS<sup>29</sup> e, inclusive, fazia referência ao manifesto já citado. A ata publicada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco - ALEPE - deu a conhecer o "problema-Suape" devido às críticas pelo super-dimensionamento do projeto, ressaltando que "O próprio governador Roberto Magalhães [1983-1986], numa avaliação crítica, nos seus primeiros dias de Governo, referiu-se ao gigantismo da obra, incompatível com os poucos recursos econômicos de um Estado pobre como Pernambuco" (PERNAMBUCO, 1983, p. 21). Martins identificou:

[...] trágicos efeitos sociais e econômicos: o represamento do rio Ipojuca, cujas águas apodreceram à falta de renovação, o que provocou a morte do mangue, com seus crustáceos e peixes que alimentavam a população. Outro efeito social da implantação do Porto de Suape é a desarticulação de parte da agricultura da área, através da desapropriação de 16 mil hectares de terras férteis, o que teve como uma das mais funestas consequências a compra da falida usina de Mussurepe pela cooperativa agrícola de Tiriri, resultando na transferência dos cooperativados, das boas terras do Cabo e Ipojuca, onde já haviam estruturado suas lavouras, para uma usina que se revelou inviável (PERNAMBUCO, 1983, p. 21).

---

<sup>29</sup> É com base nesse estudo que Martins e Grandejan publicaram em 1983 a pesquisa citada no próximo capítulo com o quadro 2 correspondente às pessoas que foram atingidas pela implantação do projeto Suape.

Martins indicou 16 mil hectares em vez dos 13.500 ha. E, também, menciona o destino de alguns dos moradores do que hoje é Suape para a usina Mussurepe considerando que isso teve resultados negativos para os camponeses/as. Diante das consequências sociais e econômicas, ele propôs, na época, minimizá-las reduzindo drasticamente o projeto para um único molhe sul com os três píeres já construídos e a instalação de um parque de tancagem - armazenamento - da Petrobras e outras empresas e, a respeito do aspecto social, propôs também fazer uma reorganização fundiária com a implantação de pequenas propriedades hortifrutigranjeiras<sup>30</sup>.

Apesar dessas denúncias e propostas levantadas na Assembleia Legislativa, o estado de Pernambuco não teve nenhuma atitude no sentido de modificar e nem de fazer a população participar do projeto. Assim, os camponeses/as continuaram na luta.

Desde 1985, uma das entidades que vêm acompanhando especialmente os conflitos de gênero, mas também os agrários junto aos camponeses/as do que hoje é Suape é o Centro das Mulheres do Cabo (CMC). As áreas de atuação têm sido a formação política das mulheres e a mobilização por direitos, e têm um projeto denominado “Diálogos para o desenvolvimento de Suape”, que busca contribuir, através de oficinas com a promoção da saúde, "reduzir os índices relacionados a problemas de saúde e violência (gravidez na adolescência, DST e HIV/AIDS, uso abusivo de álcool e outras drogas, violência sexual e de gênero)" (CMC, 2015). Esse projeto tem mostrado que houve aumento considerável de casos de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis e se atribui à chegada de homens para trabalharem temporariamente nas obras de construção do CIPS.

Outras instituições, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)<sup>31</sup> e a Action Aid<sup>32</sup>, também têm atuação direta na área. E, desde 2012, estas, junto a outras entidades, como a Both Ends<sup>33</sup> e diversos intelectuais, organizaram o Fórum Suape - espaço socioambiental.

---

<sup>30</sup>Molhe:Paredão (em forma de cais) para abrigo de embarcações, quebrar a impetuosidade das vagas, desviar ou dirigir uma corrente, etc. Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/molhe>

<sup>31</sup> A FASE é uma organização brasileira que atua desde 1961 junto a grupos sociais no sentido da garantia de direitos, da democracia e da sustentabilidade a partir das temáticas: direito à cidade, justiça ambiental, mulheres e soberania alimentar. Atualmente tem sede e trabalhos em Pernambuco, Pará, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro ([fase.org.br](http://fase.org.br)).

<sup>32</sup> A Action Aid está no Brasil desde 1999, fundada em 1972, é uma organização de pessoas que buscam promover os direitos humanos e vencer a pobreza. Atua junto a comunidades na capacitação delas para encontrar soluções locais aos problemas de pobreza em dezenove países ([www.actionaid.org.br](http://www.actionaid.org.br)).

<sup>33</sup> A ONG Both Ends é dos Países Baixos e uma de suas ações é fiscalizar empresas do seu país que atuam em outros, controlando que respeitem os padrões de responsabilidade social, trabalhista, ambiental, etc. determinados pelas leis nacionais e seguindo os protocolos de Responsabilidade Social Corporativa assinada pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE ([www.bothends.org](http://www.bothends.org)).

O Fórum Suape - espaço socioambiental é uma entidade de entidades sem fins lucrativos que busca realizar denúncias, discutir e fortalecer a organização das comunidades de moradores que estão sendo avassaladas pelo desenvolvimento do CIPS. Entre 2012 e 2014 as ações foram: acompanhar os casos de violência nas expulsões; realizar denúncias em eventos de organizações não governamentais e científicos, mediante mídia <forumsuape.ning.com> e pela Rádio Mulher do CMC e com ofícios à: Promotoria da Justiça de PE, Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, Ordem dos Advogados; produzir e divulgar os vídeos “Suape: Um caminho sinuoso” de Etna produções e Both ends (Março, 2013) e “Tatuoca: Uma ilha roubada” de Gabriela Ferrite e Rafaela Nicola (Dezembro, 2013) e; visitar alguns engenhos durante as reuniões de moradores para mostrar apoio às comunidades atingidas pelo megaprojeto, dentre outras.

Um momento crucial para os camponeses/as do que hoje é Suape foi quando aconteceu a reunião na OAB de 10 de novembro de 2014 com o presidente da Seccional de Pernambuco - Pedro Henrique Reynaldo Alves, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - João Olímpio Mendonça, e a presidente da Sub-seccional OAB do Cabo de Santo Agostinho, Geny Lyra. Os camponeses deram depoimentos da violência que vivenciavam no dia-a-dia e saíram confiantes de que a Ordem dos Advogados poderia intervir a favor deles (OAB-PE, 2014). Contudo, até o momento não obtiveram resultados concretos dessa reunião, propiciada pelo Fórum Suape - espaço socioambiental.

Parte desta luta que o Fórum Suape - espaço socioambiental tem encampado se deve à persistência do seu coordenador que, além de propiciar diversas ações junto aos outros membros e entidades, tem publicado inúmeras notícias de denúncia em diversas mídias, como a revista do Instituto Humanitas Unisinos - "Complexo Suape: 36 anos de uma triste história", "Suape fora da lei", dentre outros - e sites ambientalistas como Ecodebate e Consciência.

Também pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco - instituição pública vinculada ao Ministério de Educação e Cultura do Brasil - têm denunciado e realizado pesquisas relativas aos conflitos socioambientais que ocorrem entre os camponeses/as do que hoje é Suape e o CIPS e as consequências ambientais da construção e ampliação do mesmo. Neste sentido, uma das principais referências é Clovis Cavalcanti que, além de escrever o Manifesto supracitado em 1975, publica frequentemente notícias em jornais e realiza palestras, por exemplo, na 65ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na mesa redonda intitulada "O projeto Suape e suas relações econômicas e socioambientais". Outros pesquisadores da FUNDAJ também têm projetos de pesquisa relacionados às condições de vida e os direitos humanos dos camponeses/as do que hoje é Suape, como o de

Helenilda Cavalcanti, intitulado "Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) sobre as condições de moradia no Território Estratégico de Suape. Migração, identidade e novas territorialidades".

O Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho da Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz - vinculado ao Ministério da Saúde do Brasil - tem realizado diversas pesquisas com ênfase especial nos impactos na saúde da cadeia do petróleo e atuado com os camponeses/as e os trabalhadores do CIPS no sentido do acesso às políticas públicas de saúde.

Na Universidade Federal de Pernambuco também há profissionais da comunicação que trabalham com o discurso da mídia em torno do CIPS e as questões ambientais; no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, o projeto "Do Rural ao Urbano: a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco" tratava sobre as mudanças no uso da terra e nas consequências para os camponeses nos seus modos de vida e, atualmente, tem um projeto intitulado "Índice de desenvolvimento da gestão ambiental das indústrias de Suape, Pernambuco, Brasil: uma proposta de indicador de desempenho". Nestes não se trabalha diretamente com a população atingida, mas se realiza uma denúncia do que é invisibilizado a respeito do maior megaprojeto do estado de Pernambuco.

Assim, como essas instituições, existem muitas outras que têm se ocupado de levar ao Estado o lado sempre oculto do desenvolvimento que gera, inerentemente, conflitos sociais e ambientais que, neste caso, trata-se especificamente daqueles que se estabelecem em função da instalação e ampliação do CIPS.

Ainda, uma instituição fundamental na luta de resistência dos trabalhadores rurais de modo geral é a Comissão Pastoral da Terra - CPT. A CPT foi criada em 1975 pela Igreja Católica e é baseada nos princípios da teologia da libertação. Sua atuação, desde a ditadura militar, é pela defesa dos direitos humanos dos povos da floresta, atingidos por megaprojetos, posseiros, sem terra, etc. Desde 1985 tem escrito, junto a outros colaboradores, o Caderno de Conflitos de Terra no Brasil, denunciando a violência no campo mas, também, trazendo um balanço das ocupações e assentamentos logrados durante o ano de cada publicação. A CPT nordeste tem como perspectivas "a conquista da terra e da reforma agrária, o acesso e a defesa das águas, a promoção dos direitos da cidadania plena no campo" (CPT NE2, 2008), a sustentabilidade, a ecologia e as relações de gênero. Quanto à sua atuação com os camponeses do CIPS, a CPT acompanhou algumas das negociações, alguns dos despejos e está inserida como uma das entidades no Fórum Suape - espaço socioambiental em todas as ações de denúncia.

Podemos considerar que as resistências em aliança nem sempre atuam diretamente com os sujeitos atingidos pelo conflito, mas levantam questionamentos que, no mínimo, desnaturalizam o que está posto como verdade, visibilizam outros aspectos das questões que se apresentam e, por vezes, são interlocutores entre os grupos envolvidos no conflito.

Os camponeses/as do que hoje é Suape atuam em diversas frentes com o intuito de continuar reproduzindo suas vidas em seus territórios. Em alguns casos, as pressões são tão grandes e os anos de luta são tantos que os camponeses/as preferem receber o dinheiro ínfimo das indenizações e sair. Contudo, como disse uma das camponesas de Tatuoca, "a gente não saiu da nossa casa para pedir uma indenização lá. Eles chegaram dizendo que a gente tinha que sair porque o [estaleiro] Promar estava chegando e que se a gente não saísse, a gente ia pra justiça [...] se fosse pela gente, nós continuávamos morando lá" <sup>34</sup> e, em todos os casos que perguntamos, em três engenhos diferentes, se eles pudessem escolher entre ficar ou sair, disseram que ficariam<sup>35</sup>. As r-existências são, principalmente, pelo direito de continuar em suas terras, no território onde reproduzem suas vidas há décadas. Isso implicaria também o reconhecimento dos camponeses/as como comunidades que têm seus próprios modos de viver, e é justamente isso que se nega quando se instalam políticas de desenvolvimento nos territórios das comunidades rurais.

Diante do exposto, identificamos diversas estratégias de r-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape, a seguir, apresentamos outro caso que tivemos a oportunidade de vivenciar na Colômbia. Apresentaremos um panorama do território e as r-existências dos camponeses/as da Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ZRC-VRC). O intuito de retratar o caso da ZRC-VRC é enfatizar na importância do território para reprodução da vida para as comunidades agrárias e, também, verificar as r-existências específicas destes camponeses/as.

Esses três anos de vivência junto aos camponeses/as do que hoje é Suape nos permitiram ter algumas questões mais claras, por exemplo, em relação às r-existências cotidianas, públicas e em aliança e, portanto, o que iríamos buscar na ZRC-VRC estava mais claro quando fizemos os trabalhos de campo. Além disso, as conversas com o Professor Bladimir Rodríguez Muñoz e a leitura de trabalhos específicos da ZRC foram fundamentais para a nossa vivência. No caso dos camponeses do que hoje é Suape tivemos acesso a vários

---

<sup>34</sup> Entrevista realizada no dia 5 de novembro de 2014 junto às mulheres de Tatuoca, já morando na Vila Nova Tatuoca.

<sup>35</sup> Essa era das perguntas que tínhamos como guias durante o trabalho de campo realizado com a turma de Geografia Agrária das Zonas Tropicais entre os dias 2 e 6 de novembro de 2013 nos engenhos Tiriri, Algodois e Boa Vista.

trabalhos que tratam sobre o CIPS, mas poucos que tratam sobre os camponeses/as. Junto aos camponeses/as do que hoje é Suape tínhamos diálogos coletivos e vários encontros, e com os camponeses/as da ZRC-VRC tivemos duas oportunidades de encontro e, por isso, foi necessário realizar entrevistas individuais e pontuais, mas nos dois casos, buscando respeitar seus tempos, jeitos e falas. O primeiro trabalho de campo realizado na ZRC-VRC foi em Ciénaga São Lucas no contexto da I Jornada eco-turística organizada pela Associação dos Camponeses do Vale do Rio Cimitarra (ACVC), dirigida por dois líderes da Associação, e o segundo foi realizado em Puerto Matilde com o apoio de duas lideranças da Associação.

## 1.2 CAMPONESES DA ZONA DE RESERVA CAMPONESA DO VALE DO RIO CIMITARRA, COLÔMBIA (ZRC-VRC)

*"Declaramo-nos em resistência pelo direito à vida, os direitos humanos e a dignidade. (...) Lutamos pela terra"*<sup>36</sup>

Depois de conhecer a situação de conflito e r-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape/PE, Brasil, e verificar a necessidade de haver uma justiça territorial - como questão básica, chegamos à Zona de Reserva Camponesa – do Vale do Rio Cimitarra – ZRC-VRC, Colômbia, para identificar as próprias r-existências de seus camponeses/as, considerando que a luta pelo território também já era antiga, mas tinha conseguido um respaldo jurídico, o do Artigo XIII da Lei 160 de 1994, que trata sobre as Zonas de Reserva Camponesa<sup>37</sup>.

A ZRC-VRC é um território camponês legalmente constituído graças à luta dos camponeses/as que foram ocupando espontaneamente essas terras do rio Magdalena Médio desde a década de 1970. A ocupação ocorreu devido aos *desplazamientos* (deslocamentos/desterritorialização) provocados pelo conflito armado nas regiões próximas. As primeiras famílias que ocuparam o Vale do Rio Cimitarra são dessas migrações e as posteriores são de uma nova onda de desterritorialização a partir da década de 1990-2000 devido ao paramilitarismo<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> Camponesa da ZRC-ACVC em entrevista em Puerto Matilde no dia 8 de setembro de 2015.

<sup>37</sup> Adiante, no capítulo 3, trataremos sobre a instituição desta figura territorial nos parâmetros legais da Colômbia, mas já podemos adiantar que estes marcos legais de territorialização camponesa - e também das comunidades indígenas e negras - são fruto da luta social.

<sup>38</sup> Os paramilitares são organizações de grupos armados ilegais conservadores que se iniciaram na década de 1970. Estes grupos nasceram ligados ao estado colombiano e têm se mostrado funcionais ao capital pela desterritorialização de comunidades rurais negras, camponesas e indígenas e posterior instalação de

O Vale do Rio Cimitarra está localizado em partes dos municípios de Remédios e Yondó (Antioquia) e em partes dos municípios de Cantagallo e São Paulo (Sul de Bolívar) (FIGURA 20). São 500.000 ha. de terra na margem esquerda do rio Magdalena – rio que atravessa a Colômbia do sul ao norte – sobre a cordilheira central, e faz parte da Serrania São Lucas (MÉNDEZ, 2014). Comenta um camponês que chegou à ACVC em 2000 que desses 500.000 ha. somente são reconhecidos legalmente 185.000 ha. como ZRC da ACVC. Apesar dos camponeses/as ocuparem aquelas terras desde a década de 1970, somente no ano de 2002 a ZRC-VRC foi legalmente constituída, e ainda, em 2003 a figura jurídica foi suspensa pelo governo do presidente Álvaro Uribe Velez (2002-2006; 2006-2010). “Uribe disse que as ZRC eram zonas de insurgência e por isso as proibiu. A ZRC do Vale do Rio Cimitarra esteve suspensa durante oito anos”<sup>39</sup> voltando a ser reconhecida a partir do governo de Juan Manuel Santos (2010-2014, 2014-). E continuou nos contando com orgulho que ainda durante a época em que foi suspensa e criminalizada, a Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ZRC-VRC) conseguiu manter-se no seu território. Inclusive em 2010 a ACVC recebeu o Premio Nacional da Paz<sup>40</sup>.

---

monocultivos como a palma africana e a atividade pecuária. Aparentemente, também estão estreitamente envolvidos com o narcotráfico.

<sup>39</sup> Entrevista realizada no dia 3 de setembro de 2015 em Puerto Matilde, Sul de Bolívar, Colômbia. Méndez identifica que “Nesta zona fazem presença duas frentes das FARC [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia], o ELN [Exército de Libertação Nacional], paramilitares (Os *rastrojos*, Águilas Negras) e vários contingentes da força pública (Batalhão 45 Nueva Granada, Batalhão Calibío, Armada Nacional), o que explica uma tensa situação de direitos humanos, que não só se manifesta através de ações violentas contra a população civil no marco do conflito armado, mas com sistemáticos ataques contra diversas expressões organizativas das comunidades rurais” (MÉNDEZ, 2014, p. 20).

<sup>40</sup> Entrevista realizada no dia 3 de setembro de 2015 em Puerto Matilde, Sul de Bolívar, Colômbia.

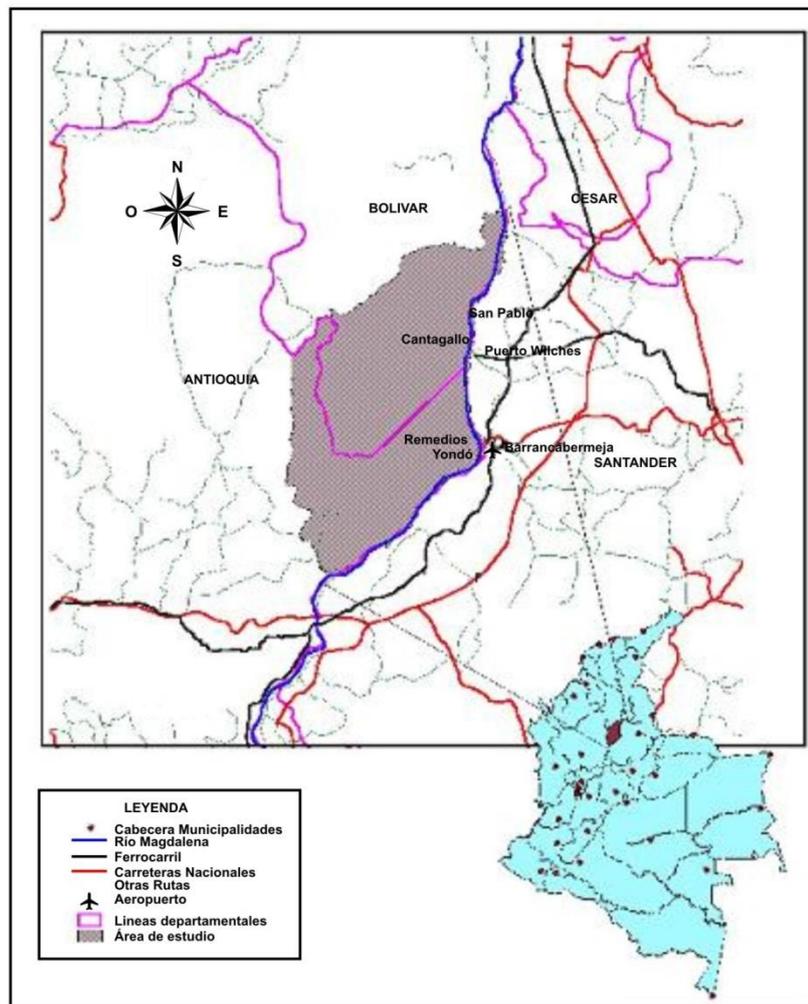


Figura 20 – Localização do Vale do Rio Cimitarra. Fonte: Prensa Rural, 2009.

Os dois trabalhos de campo que realizamos na ZRC-VRC foram no Pântano São Lourenço (Bolívar) e em Puerto Matilde (Antioquia). O nosso foco é em Puerto Matilde (FIGURA 21), mas com alguns dados da ZRC como um todo e da atuação da ACVC em geral. Puerto Matilde é parte do Município de Yondó e está no limite entre os Municípios de Antioquia e Bolívar, esse limite se identifica no campo quando o camponês nos indica que a criação de búfalos se encontra em Bolívar e as casas em Antioquia. Puerto Matilde fica a três horas de Barrancabermeja, Santander, cidade que funciona em torno da atividade petrolífera, sendo que nela está instalada a sede principal da maior empresa de petróleo do país, a empresa pública Ecopetrol - e para chegar é necessário fazer um trajeto curto em canoa com motor. Além do caudaloso rio Cimitarra, que encontra-se em frente à Puerto Matilde, há um rio pequeno que percorre o trajeto da vila para as áreas onde se cultiva o arroz, criam-se búfalos e encontra-se o engenho que faz rapadura. A vereda mais próxima é Santo Domingo, que fica

aproximadamente a duas horas em mula por um caminho com alta declividade. E é desse lugar que a maior parte da madeira é escoada pelo trapiche de Puerto Matilde.



Figura 21 - Vereda Puerto Matilde, Antioquia, Colômbia. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Os primeiros camponeses/as chegaram a Puerto Matilde no ano de 1972, sendo, portanto, uma região de colonização. Já havia camponeses/as em outras *veredas*<sup>41</sup>, como em Jabonal e São Francisco, e pouco tempo depois teve início a vereda Santo Domingo. A filha de uma das primeiras famílias que lá chegaram – que na época tinha 15 anos e é atualmente a presidente da Junta de Ação Comunal (JAC) – comentou que eles/as compraram a terra, mas no lugar de ter o título, receberam uma carta de compra/venda. Aos poucos essas famílias viram chegar muitas outras, sendo hoje em torno de 120 famílias em Puerto Matilde. Em toda a ZRC estima-se 7428 famílias (MÉNDEZ, 2014).

A organização social teve início a partir da JAC<sup>42</sup> em 1999, com a intenção de criar uma ZRC para frear a instalação de empresas multinacionais de corte de madeira e exploração de ouro no seu território. Esta JAC já nasceu vinculada à ACVC – criada em 1996 – que se compõe de outras 120 JAC<sup>43</sup>. Além dessa questão inicial que os congregou até hoje, a ACVC atua como porta-voz de todas as JAC para questões relacionadas às demandas das comunidades, tais como:

[...] defender o enraizamento territorial, a proteção dos camponeses frente às multinacionais e o roubo da força de trabalho. Também dentro da ZRC se protege o meio ambiente e o latifundiário não pode comprar ou desterritorializar os

<sup>41</sup> A vereda é uma divisão territorial onde há um conjunto de casas em torno, comumente, de uma via de comunicação com outras veredas. Várias veredas constituem os *corregimientos* da área rural de um município.

<sup>42</sup> A Lei 19 de 1958 institui as Juntas de Ação Comunal. É uma forma de organização que possui figura jurídica e é a ponte entre o Estado e as comunidades.

<sup>43</sup> Para conhecer mais sobre o processo de organização social que propiciou a organização da ACVC, consultar Mendoza e Molano (2009).

camponeses. Temos também a possibilidade da segurança e a soberania alimentaria e projetos produtivos que nos permitem viver<sup>44</sup>.

De acordo com o relato da camponesa, a ACVC exerce várias funções. Além da defesa dos camponeses/as e seu território e de propiciar projetos produtivos para as comunidades, entre 2001 e 2003, por exemplo, se impôs frente aos paramilitares quando restringiam o transporte de alimentos para Puerto Matilde, que argumentavam que “se havia muita comida é porque estavam escondendo a insurgência”, referindo-se às guerrilhas FARC-EP<sup>45</sup> (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo).

As famílias de Puerto Matilde têm como atividades produtivas o cultivo de alimentos (o *pan coger*) individual e coletivo de: macaxeira, inhame, milho, banana, cebola, laranja, tangerina, jaca, cacau, especiarias e arroz (FIGURA 22); a transformação da cana de açúcar em rapadura; a pesca de *guacachico*, *mojarra*, *doncella*, *cachegua*, *barbudo*, *raya*, *dorada*, *cacharra*, *comelón*, *arenca* e *pescadina* para autoconsumo e a criação de animais como: búfalos e gado branco – especialmente para a venda, galinhas, porcos e peru – para autoconsumo – (FIGURA 23) e mulas para carga (FIGURA 24). E ainda, a criação de cabras, a mineração artesanal e o corte de madeira. Um aspecto de importância fundamental é o fato de terem um porto onde as outras *veredas* que estão no interior do rio Cimitarra - como Santo Domingo - utilizam para o transporte de madeira (FIGURA 25). Um dos camponeses ressaltou que “o importante é a alimentação própria e a soberania alimentar, não depender tanto de fora”<sup>46</sup>.



Figura 22 - Horta. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 23 - Criação de porcos. Fonte: Solá Pérez, 2015.

<sup>44</sup> Entrevista realizada a uma camponesa de Puerto Matilde no dia 5 de setembro de 2015.

<sup>45</sup> As FARC-EP são guerrilhas organizadas desde 1964 que se criaram na Colômbia vinculadas à luta pela terra e, portanto, confrontados aos latifundiários e, em parte, ao estado que não realiza a reforma agrária e propicia a concentração de terras. Depois de quase cinquenta anos de conflito armado em 2012 se iniciaram os diálogos de paz entre as FARC-EP e o governo de Juan Manuel Santos que se espera assinar em março de 2016. Estes diálogos têm como um dos pontos fundamentais a questão agrária como apontamos no capítulo 3.

<sup>46</sup> Entrevista realizada a um camponês de Puerto Matilde no dia 4 de setembro de 2015.



Figura 24 - Mulas carregando madeira. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 25 - Porto de transporte das madeiras, Puerto Matilde. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Em Puerto Matilde não há luz, exceto nos casos em que os moradores têm geradores próprios ou dos bares e da padaria. Um dos bares é o local em que atualmente as reuniões da JAC são realizadas, isto porque ainda será construído um espaço específico para isso, também demandado pelo comitê de jovens para suas reuniões (FIGURA 26). Também presenciamos uma sessão de cinema para crianças nesse bar. Uma camponesa comentou que há alguns anos havia luz para toda a comunidade, mas algumas pessoas não pagavam a gasolina necessária para manter o gerador, então decidiram que deixariam de usar esse gerador<sup>47</sup>.

No ano 2000 fizeram um aqueduto comunitário e de mês em mês se organiza uma comissão para limpá-lo ou quando há chuvas fortes. O aqueduto fica a uma hora da vila num barranco natural. A camponesa que costuma fazer parte dessa comissão comentou que agora será necessário trocar parte do encanamento porque está desgastado e corre o risco de furar (FIGURA 27). A comunidade ainda não tem rede de esgotos.

---

<sup>47</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.



Figura 26 - Bar utilizado como espaço de reuniões. Fonte: Gonçalves, 2015. Figura 27 - Mangueira de água que chega à vila desde o aqueduto. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Além da flutuante presença de paramilitares, exército ou guerrilha, na ZRC-VRC há conflitos com empresas multinacionais que pretendem praticar mineração de ouro e urânio (empresa Frontino Gold Mines) ou retirar madeira para comercialização, em Palma Chica, próximo à Serrania São Lucas, que é "o coração da riqueza"<sup>48</sup> segundo um camponês. Outro camponês comentou que há algum tempo chegou à comunidade um empresário trazendo cinco retroscavadeiras para iniciar um projeto de mineração. Mas ninguém da comunidade permitiu que ele ficasse explorando, nas palavras do camponês, "não queremos explorar dessa forma. A mineração só pode ser artesanal porque não queremos nem cianeto nem mercúrio, queremos água limpa"<sup>49</sup>.

Um camponês que foi presidente da JAC nos contou que há um projeto do estado de dragagem do Rio Magdalena e de construção de hidrelétricas. E também, a construção de vias, como a "Rota do Sol" e a "Transversal das Américas", que passarão próximas à ZRC "A nós como camponeses não nos beneficiam muito [essas vias], mas às empresas grandes sim"<sup>50</sup>. E, ainda, mencionou o Tratado de Livre Comércio<sup>51</sup> e o Plano Colômbia<sup>52</sup> como políticas que estão sendo implantadas, prejudicando o campesinato.

<sup>48</sup> Entrevista realizada a um camponês ex presidente da JAC de Puerto Matilde no dia 4 de setembro de 2015.

<sup>49</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.

<sup>50</sup> Entrevista realizada a um camponês de Puerto Matilde no dia 4 de setembro de 2015.

<sup>51</sup> O Tratado de Livre Comércio foi assinado com os EUA em 2011 e entrou em vigor em 2012.

<sup>52</sup> O Plano Colômbia "Plano para a Paz e o fortalecimento do estado" foi assinado entre os EUA e a Colômbia durante a presidência de Andrés Pastrana Arango (1998-2002) no ano de 1999 e tinha como objetivo inicial "revitalização social e econômica, acabar o conflito armado e criar uma estratégia anti-narcótica". Na prática isso significou: a intervenção militar de EUA na Colômbia; a pulverização aérea com glifosato em todas as

A ACVC, diante dos permanentes conflitos e do desmatamento na região, determinou uma área de conservação da natureza, por eles denominada de “franja amarela” que, no ordenamento territorial do estado, é uma Zona de Reserva Florestal - ZRF. Para isso foi realizado um inventário de espécies animais e vegetais. Estima-se que esta franja tem duzentos mil hectares, dos quinhentos mil do território da ACVC.

Trata-se da zona de mais alto relevo do Vale do Rio Cimitarra, a Serrania de Santo Domingo e parte da Serrania de São Lucas, onde se encontram densos bosques que não têm sido explorados, grande diversidade de flora e fauna, e grande parte dos nascentes de água que abastecem a totalidade do território (MÉNDEZ, 2014, p. 97).

A delimitação da área e as restrições da Franja Amarela foram acordadas coletivamente, assim como todas as questões que fazem referência ao uso comum do território.

Acontece o mesmo, por exemplo, com as construções que são da ACVC, isto é, de todos os camponeses e camponesas. Todas são alugadas por camponeses/as da comunidade e o dinheiro é para a manutenção dos espaços e da JAC. Estas construções são: o guarda-volumes, a padaria, a quitanda, o açougue. Participamos de uma assembleia da JAC - na qual havia em torno de 70 pessoas - onde se discutiu, entre outras coisas, a quem seria alugada e o que poderia vender aquele/a que alugasse o guarda-volumes<sup>53</sup>. Neste lugar são guardadas as mercadorias quando o próprio camponês/a que as comprou não está na comunidade, já que estas são compradas nas cidades próximas, como Barrancabermeja<sup>54</sup>. O acordado pelos sócios/as da JAC - cuja maioria na direção atual são mulheres - foi quem seria o novo encarregado do guarda-volumes e que é ele quem decide o que vender, contanto que não prejudique as vendas dos outros camponeses/as. Isto se deve ao fato de que, além dos já

---

comunidades rurais atingindo não somente as plantações de coca, mas as de café e banana e causando doenças e mortes das pessoas e dos animais e; intensificou a desterritorialização das comunidades rurais e maior territorialização do modelo primário exportador neocolonial. Em Puerto Matilde e outras veredas da ZRC-ACVC havia plantações de coca que diante da pulverização e suas consequências começaram a fazer substituição de cultivos. Os camponeses comentam que nessa época cultivar coca era necessário devido às dificuldades de comercialização de qualquer outro cultivo. Para aprofundar nesta questão, consultar De Estrada (2011).

<sup>53</sup> Nessa assembleia fizeram um repasse dos eventos nos quais alguns membros da JAC participaram como representantes, se discutiram questões referentes à limpeza do aqueduto da necessidade de construção de um espaço de usos múltiplos e quem passará a trabalhar no pátio de madeiras (o porto). Também comentaram sobre a importância do comitê conciliador que foi criado há algum tempo. São três pessoas que se encarregam de resolver conflitos entre as pessoas da comunidades. Ao finalizar a reunião teve um almoço comunitário.

<sup>54</sup> Os camponeses/as para evitar sair da vereda para comprar aquilo que não produzem tinham organizado na década de 1980 uma cooperativa (Coopernantioquia) que conseguiu o abastecimento e comercialização de produtos a preços justos, mas na década de 2000 os paramilitares a destruíram (DE ESTRADA, 2011; ACVC, 2015). Em 2015 nasceu uma nova cooperativa "Coomunalpaz - Cooperativa Multiativa Nacional para a Paz" que se propõe fortalecer a economia camponesa através da produção, processamento e comercialização de produtos agropecuários a preços justos (ACVC, 2015).

mencionados guarda-volumes, padaria, quitanda e açougue, a comunidade tem dois bares e três lojinhas de venda de produtos variados.

Por conta dessa lógica coletiva, os camponeses/as da ACVC consideram que deveria haver o direito de possuir títulos privados da terra - 67 ha. por família, mas também títulos coletivos para aquilo que é de uso comum. A questão do estado outorgar títulos para os camponeses/as se configura contra o modelo primário extrativo neocolonial, que se destaca como "a locomotiva minero-energética", segundo comentou o ex-presidente da JAC, porque os territórios dos camponeses/as não poderiam ser utilizados para mineração em grande escala ou cultivo de palma africana e outros monocultivos de exportação.

Na comunidade de Puerto Matilde há uma escola para crianças de primeiro ao quinto ano, e na ZRC-ACVC (FIGURA 28) há um colégio secundário que funciona há dez anos. Em Puerto Matilde, segundo a estudante de agronomia que está na equipe técnica da ACVC, há muitas crianças, em torno de 30 (FIGURA 29) e uns 50 jovens (entre 18 e 25 anos). As mulheres começam a ter filhos com aproximadamente 14 anos. O fato de haver tantos jovens e crianças faz com que estejam organizando comitês específicos para atender e participar na JAC, levantando suas demandas (FIGURA 30). Ela também comentou que os homens jovens têm o hábito de jogar futebol todas as tardes na quadra em frente ao rio Cimitarra (FIGURA 31).



Figura 28 - Escola de primeiro a quinto ano, Puerto Matilde. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 29 - Crianças brincando, Puerto Matilde. Fonte: Solá Pérez, 2015.



Figura 30 - Reunião do comitê de jovens, Puerto Matilde. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 31 - Jovens jogando futebol. Fonte: Gonçalves, 2015.

Em Puerto Matilde há três idosos que são sustentados por toda a comunidade, assim acontece também quando há pessoas doentes que não podem trabalhar. A cada três meses o governo entrega aos idosos uma cesta de alimentos com: 2,5 kg de arroz, 1,5kg de rapadura, 0,50kg de feijão, duas latas de atum, 4 latas de sardinha, 1 caixa de leite e 0,50kg de lentilha. As crianças na escola também recebem alimentação do Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar - ICBF.

Veremos com mais detalhe que, nas resistências cotidianas, a ACVC utiliza bastante os mecanismos dos organismos internacionais - FAO, PNUD, BM - para ter os seus projetos de alimentação e que organizam comissões de trabalho por cada projeto que vai instituindo, procurando incluir toda a comunidade.

### **1.2.1 Resistências cotidianas: construção de casas e produção de cultivos**

As comunidades rurais na Colômbia têm sofrido historicamente a desterritorialização, e não é diferente no caso destes camponeses/as que foram chegando nesta "região de colonização" e, no dia a dia se firmam em seu território enfrentando o conflito armado e a expansão do modelo primário exportador neocolonial. Para isso, eles/as têm recorrido ao financiamento, especialmente de organismos internacionais, como mostramos a seguir.

Além da própria constituição legal da ZRC, cujo Plano de Desenvolvimento Sustentável do território foi financiado pelo Banco Mundial, em Puerto Matilde um dos projetos foi a construção de casas em parceria entre o Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa de Desenvolvimento e Paz que, segundo o ex-presidente da JAC, tinha sido iniciado pelo Padre Francisco de Ruth. Junto com a construção

de casas se previa fazer um projeto de substituição dos cultivos de coca, e este Padre propunha a plantação de palma africana. Porém, os camponeses não aceitaram a proposta porque sabiam que não seria adequado para o solo.

Neste sentido, a ACVC se converteu em um "laboratório de paz" a partir do qual se esperava que a realização de vários projetos permitisse a reprodução da vida dos camponeses, mas todos os propostos não foram implantados<sup>55</sup> (MÉNDEZ, 2014). O projeto de construção de casas<sup>56</sup> teve início em 2003 e a finalização da construção da última casa foi em 2012. Consistia no apoio financeiro do Banco Agrário e os Municípios - através do PNUD - para a construção de 30 casas de cimento e madeira. Cada parte aportaria 20%, só que os municípios não fizeram os seus aportes. O cimento era trazido de fora da comunidade, a madeira era retirada das proximidades e a construção era realizada pelos próprios camponeses/as seguindo, geralmente, uma planta modelo de casa (FIGURA 32).



Figura 32 - Casas construídas pelos camponeses/as a partir de um projeto do PNUD. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Posteriormente teve início diversos projetos produtivos: construção do engenho para rapadura, criação de búfalos e de gado branco, cultivos de arroz, construção da padaria<sup>57</sup>.

A construção do trapiche para fazer rapadura foi demorada - iniciou em 2008 e acabou em 2009 - porque os paramilitares se apropriavam do cimento que os camponeses traziam para a construção. O camponês que nos contou sobre isto disse que o argumento era que a guerrilha queria construir moradias e que eles não iam permitir, por isso apreendiam - ou melhor, roubavam - o cimento dos camponeses/as. Como solução, os camponeses/as conseguiram que parte dos materiais fosse levada em helicóptero. A construção foi realizada pelos próprios camponeses/as e o pagamento de todos os materiais foi a cargo da ACVC. A

<sup>55</sup> Para conhecer melhor a ZRC-ACVC como laboratório de paz, consultar Méndez (2014) e Prensa rural. Disponível em: <<http://www.prensarural.org/acvc/acvc20050425b.htm>> Acesso em 13 maio 2015.

<sup>56</sup> A casa onde dormimos era da ACVC. É uma das casas construídas com este projeto e tem dois quartos, a cozinha, uma área externa para lavar roupa e o banheiro.

<sup>57</sup> Um listado de todos os projetos realizados na ZRC-VRC encontra-se em Prensa Rural, 2003. Disponível em: <<http://www.prensarural.org/acvc/proyectos.htm>> Acesso em 15 dez 2015.

primeira produção de rapadura foi em 2011. O processo de produção é coletivo e quem trabalha leva parte do produzido, segundo o relato de um camponês<sup>58</sup> (FIGURA 33). Além da rapadura para autoconsumo e comercialização na feira de Bucaramanga (Santander), fazem melaço para autoconsumo. Uma camponesa comentou que se a rapadura sair muito escura fica mais difícil de vender<sup>59</sup>. Na comunidade há entre 7 e 10 hectares de cana de açúcar plantada e cuidada coletivamente. Por enquanto estão fazendo rapadura a cada três meses, mas eles/as pretendem fazê-lo uma vez por mês. Cada produção rende em torno de 600 moldes de rapadura.



Figura 33- Trapiche para fazer rapadura e melaço. Fonte: Gonçalves, 2015; Solá Pérez, 2015.

A ideia de criar búfalos surgiu no ano de 2000 devido à presença do Fundo Pecuário [do departamento] de Caldas, que já criava búfalos, mas não estava vendendo mais o leite para Medellín - capital do departamento de Antioquia. Um fazendeiro tinha também criação de búfalos e a ACVC comprou dele os animais suficientes - 70 búfalas paridas e três machos - para começar a cooperativa. Segundo contam um camponês e um dos líderes da ANZORC (Associação Nacional das Zonas de Reserva Camponesa), aconteceu que, na mesma época, as FARC-EP tomaram 400 búfalos e os militares acharam que os que foram roubados eram os que estavam na ZRC. Os militares levaram os papéis de compra dos animais, o fazendeiro e outras pessoas tiveram que declarar que esses búfalos tinham sido comprados e finalmente o conflito acabou. Mas o saldo foi que muitas famílias desistiram de criar búfalos antes de começar. Atualmente são 27 famílias que trabalham na criação de búfalos, sendo que cada família tem 10 búfalas e um macho (FIGURAS 34 e 35). Com o leite se produz queijo a cada

<sup>58</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 5 de setembro de 2015. Para conhecer como é realizada a rapadura em Puerto Matilde, acessar <http://prensarural.org/spip/spip.php?article5927>.

<sup>59</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.

dois dias para autoconsumo e comercialização. Os machos são comercializados para fazer a manutenção da chácara.

Reuniões são realizadas uma vez por mês e a condição do então Instituto Colombiano de Reforma Agrária – INCORA (atualmente Instituto Nacional de Colonização e Desenvolvimento Rural - INCODER) e da ONU - financiador e implantador do projeto - é que o projeto possa ser reproduzido por outras comunidades. Por isso, a contrapartida que cada associado deve dar à ACVC é entregar no prazo de três a cinco anos, dez búfalas, e em sete anos uma búfala parida. Isso para cumprir o compromisso com a ONU e, no prazo de dez anos, seja entregue 70 búfalas e um macho a outra organização social interessada na criação de búfalos. Foi assim replicado pela Associação Camponesa do Catatumbo (ASCAMCAT) na Zona de Reserva Camponesa do Catatumbo, norte de Santander em 2011 (ORJUELA, 2011).

A ideia de criar gado branco é porque havia famílias que não estavam trabalhando com os búfalos. Além da vereda Puerto Matilde, em Alto San Juan e Bolívar também se cria gado branco. O projeto começou com 300 fêmeas e os machos reprodutores, sendo que cada família recebeu 14 fêmeas e um macho (FIGURA 36). As normas são iguais ao caso dos búfalos, isto é, reuniões, devolver a quantidade recebida inicialmente, etc. A carne é embalada a vácuo e vendida nas regiões próximas e em Bogotá. Em Puerto Matilde toda sexta-feira se mata um animal para no sábado vender a carne na comunidade (FIGURA 37), sendo que os idosos recebem um quarto de quilo cada um/a porque, segundo comentou um camponês que cuida da cooperativa de gado branco e do açougue, "nós temos que cuidar de todos"<sup>60</sup>.



Figura 34 - Espaço da cooperativa de criação de búfalos. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 35 - Búfalos em Puerto Matilde, Antioquia. Fonte: Prensa Rural, 2013.

<sup>60</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.



Figura 36 - Criação da gado branco. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 37 - Açogue em Puerto Matilde. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Em 2005 o comitê de mulheres identificou que havia um forno de pão em outra vereda que não estava sendo utilizado, e pediram para levá-lo para Puerto Matilde. Conseguiram levá-lo e fizeram o primeiro pão com a ajuda de um padeiro que lhes ensinou como prepará-lo e o doaram à comunidade. Posteriormente continuaram fazendo pão e o vendiam, ficando uma parte para as quatro mulheres que o faziam, outra parte para a ACVC e outra para a manutenção da própria padaria. Pouco tempo depois decidiram comprar outro forno e construir a padaria, então, segundo relatou uma das mulheres<sup>61</sup>, pediram um empréstimo no Banco dos pobres. Compraram o forno, fizeram um curso para fazer pães doces e durante anos tiveram a padaria. Atualmente a padaria foi alugada para uma das mulheres e ela, além de fazer o pão, prepara sucos naturais e os vende (FIGURAS 38 e 39).



Figura 38 - Padaria de Puerto Matilde, Antioquia. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 39 - Forno e assadeiras da padaria. Fonte: Solá Pérez, 2015.

<sup>61</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.

O cultivo de arroz coletivo e individual vem sendo realizado desde 2014 através de um projeto de FAO<sup>62</sup> financiado pelo Ministério de Agricultura. Em relação às sementes, algumas são nativas e outras de arrozeiras do litoral. A primeira colheita foi no verão - junho-julho - e foi comercializada pela ACVC. O projeto começou com trinta pessoas, mas atualmente sete continuam,, e duas estão no cuidado permanente, além da estudante de agronomia da equipe técnica da ACVC. São 5 ha. plantados e por cada hectare estima-se uma colheita em torno de 100kg. A colheita desse arroz estava programada para novembro de 2015, quando encerrasse os quatro meses de cultivo (FIGURA 40). Junto desse projeto está sendo construído um prédio para empacotar o arroz (FIGURA 41).



Figura 40 - Plantação de arroz de um mês e meio de semente, sendo cuidada pela estudante de agronomia. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 41 - Construção do prédio de embalagem do arroz. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Além do cultivo de arroz, a FAO promove, desde 2012, a instalação de hortas agroecológicas, entregando sementes de: coentro, tomate, cebola e especiarias - e ferramentas. Para a manutenção da horta há também criação de minhocas e o esterco é utilizado. São hortas comunitárias e individuais. A horta comunitária é de um hectare e trabalham três pessoas nela. O que é colhido é consumido por toda a comunidade.

Além destes projetos o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) propôs um projeto de produção de laticínios, onde trabalham seis camponeses/as e se prevê a instalação de uma planta processadora. Comercializam segundo a demanda e na feira de Bucaramanga, Santander.

Os camponeses/as de Puerto Matilde têm construído, em todas estas décadas, as suas vidas no território que, atualmente, é legalmente deles/as por ser uma Zona de Reserva Camponesa, mas ainda não têm títulos de propriedade. Apesar da "cotidianidade da guerra" -

<sup>62</sup> Projeto (UTF/COL/050/COL) de "Fortalecimento da segurança alimentaria e da capacidade de gerar ingressos através de projetos de inovação nas Zonas de Reserva Camponesa" (FAO, 2015).

ameaças; conflitos entre as FARC, ELN e os paramilitares e o exército; minas instaladas na terra; *desplazamientos* -, eles continuam r-existindo dia a dia.

### **1.2.2 Resistências públicas - Manifestações contra a desterritorialização, a criminalização dos camponeses/as e políticas públicas para o campo**

Desde a formação da ACVC várias manifestações foram organizadas e as mais lembradas pelos camponeses/as entrevistados/as são as de 1984, 1986, 1998 e a de 2013, que foi uma greve nacional de grande importância para as comunidades rurais, já que resultou na Cúpula Agrária Camponesa, Étnica e Popular<sup>63</sup>. Alguns participantes lembram das longas horas de caminhada, a falta de comida e a solidariedade entre as pessoas.

Em 1984, nos contou uma camponesa<sup>64</sup> que já foi funcionária do único posto telefônico que havia na comunidade, que foi realizada, para Barrancabermeja (Santander), uma marcha pelas mortes de camponeses em mãos dos paramilitares. Ao chegarem a Barrancabermeja foram acolhidos pela Coordenação Camponesa Popular, liderada por Nicanor Fuero e Libardo Traslariña. Essa foi a primeira organização e inspiração para iniciar a ACVC. Nessa marcha também havia a participação da União Sindical de Trabalhadores da Ecopetrol<sup>65</sup>.

Em 1996, ano da criação da ACVC, os camponeses/as do Vale do Rio Cimitarra se somaram à mobilização para Barrancabermeja dos mineiros e cultivadores de coca do sul de Bolívar com o intuito de reivindicar a proteção de suas vidas e, nesse contexto, criaram o Movimento Regional pela Paz. Posteriormente, ainda nesse ano, fizeram a "marcha dos parques" em Barrancabermeja e San Pablo (sul de Bolívar), com manifestações concomitantes em 17 municípios, dialogando camponeses/as, mineiros e pescadores sobre educação, saúde, direitos humanos, infraestrutura, etc. Fizeram propostas alternativas de ação entre as próprias comunidades, gerando alianças entre as diversas organizações sociais rurais.

Contou-nos um camponês<sup>66</sup> também sobre a ocupação realizada em 1997 pela ACVC na Catedral de Cartagena (Bolívar), cujo processo durou dois meses, que foi com o objetivo de denunciar a repressão paramilitar no Vale do Rio Cimitarra.

Em 1998 realizaram outra marcha que teve a participação das JAC dos quatro municípios que estavam se constituindo como ZRC - Remedios, Yondó, San Pablo e Cantagallo. A demanda, que reuniu aproximadamente dez mil camponeses/as, era pelo

<sup>63</sup> Aprofundaremos sobre esta questão ao tratar das lutas e r-existências nacionais da Colômbia no capítulo 3.

<sup>64</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 5 de setembro de 2015.

<sup>65</sup> Ecopetrol é a Empresa Colombiana de Petróleos e a sua antecessora Tropical Oil Company se originou em Barrancabermeja, Santander na região do Magdalena Médio.

<sup>66</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 5 de setembro de 2015.

respeito aos direitos humanos e o investimento social do Estado para as comunidades rurais. Nesse contexto se consolidou a ACVC com aproximadamente 25.000 famílias. Nessa época o principal conflito era com os paramilitares que ameaçavam as vidas dos camponeses/as e proibiam a chegada de alimento nas comunidades.

Em várias ocasiões os líderes da ACVC foram ameaçados e, inclusive, durante o governo de Álvaro Uribe Vélez, alguns foram levados presos por terem sido considerados guerrilheiros. Nessa ocasião os camponeses/as colheram assinaturas para que libertassem os presos políticos, os quais foram liberados.

Em 2010 a ACVC e a ASCAMCAT organizaram o I Encontro Nacional das Zonas de Reserva Camponesa<sup>67</sup>, que congregou todas as ZRC do país para fazer um balanço das diferentes situações dos territórios, intercambiar experiências e propor ações conjuntas. Nesse contexto se retoma a Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa - ANZORC<sup>68</sup> - reprimida pelo estado desde o ano de 2002 - dois anos depois da sua criação por iniciativa da ACVC - até o I Encontro Nacional das ZRC.

Diante de todas as perseguições, mortes e ameaças, os camponeses da já consolidada ACVC consideraram pertinente organizar, em 2011, um encontro nacional pela paz na Colômbia, junto a comunidades camponesas, afrodescendentes e indígenas, propondo que "O diálogo é o caminho".

Em 2013 foi realizada em toda a Colômbia a greve nacional, que durou 53 dias, especialmente contra o TLC, que implicou na importação de alimentos a menores custos que os nacionais e, conseqüentemente, na baixa dos preços dos alimentos, mas também, a proibição do armazenamento de sementes nativas. Esta greve iniciou com vários focos, dentre eles no Catatumbo - com aproximadamente 17.000 camponeses/as - e demandava a legalização, pelo Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (INCODER), da ZRC e foi apoiada pela ACVC. Um dos doze camponeses que foi desde Puerto Matilde para a ZRC do Catatumbo para participar da greve mencionou que, cada camponês/a da ACVC contribuiu com o fornecimento de alimentos - banana, batata, arroz, gado, leite e queijo - para aqueles/as

---

<sup>67</sup> Depois de 2010 se realizou o II Encontro em Corinto, Cauca no ano de 2011; o III Encontro em San Vicente del Caguán, Caquetá, em 2013; o IV Encontro em Tibú, Catatumbo, Norte de Santander em 2014 e o V Encontro Nacional das ZRC não se realizou em 2015 por ser ano de eleições, mas está previsto para acontecer em 2016. Para conhecer mais sobre os Encontros Nacionais de Zonas de Reserva Camponesa, consultar Prensa Rural. Disponível em: < <http://prensarural.org/spip> > Acesso em 15 ago 2015.

<sup>68</sup> ANZORC congrega todas as ZRC do país, aquelas constituídas legalmente, as de fato e as que se encontram em processo de organização. Propicia a organização social, a captação de projetos produtivos, mantém uma loja camponesa dos produtos das ZRC em Bogotá, organiza os Encontros Nacionais, realiza pesquisas e dialoga com pesquisadores/as interessados nas ZRC com o intuito de visibilizar a luta dos camponeses/as, etc. Faz parte da Via Campesina e promove a articulação da Rede Agroecológica da Colômbia.

que estavam nos bloqueios das estradas. Esta greve propiciou a união dos diferentes povos rurais na Cúpula Agrária, Étnica e Popular, fato que, orgulhosamente, todos os camponeses/as entrevistados/as relataram. E, ao terminar de contar todas as manifestações que recorda, uma camponesa nos disse "O único que não perdemos até agora é a vida, por isso lutamos. Por uma nova vida". E é justamente o que mostram ao contar e fazer o que fazem no seu território.

Alguns camponeses estão optando por ter uma atuação política dentro do estado e no ano de 2015 postularam-se como vereadores no município de Yondó. Acreditam que, talvez assim, consigam que se criem e executem políticas públicas que contribuam com os camponeses/as no sentido de terem uma vida digna.

Projetos produtivos, ocupações, manifestações, greves, encontros nacionais, participação na política partidária, etc. são as diversas formas de r-existência que os camponeses da ZRC-VRC encontraram para reproduzir suas vidas. Estrategicamente, a organização em torno da ACVC está localizada em Barrancabermeja e em Bogotá. São cerca de sessenta pessoas que trabalham na coordenação geral, na equipe de projetos, na coordenação das seções, na equipe de campo, na equipe técnica, na equipe de comunicação<sup>69</sup>. Com isso, vão estabelecendo alianças não somente entre as diversas comunidades rurais, mas também com instituições, ONGs e demais que propiciam a denúncia, visibilização e, por vezes, financiamento de projetos.

### **1.2.3 Resistências em alianças: relações estreitas entre instituições e os camponeses/as**

Em todas as entrevistas o destaque no sentido das resistências em alianças foi para os chamados "internacionais". São pessoas voluntárias que trabalham em ONGs internacionais de defesa dos direitos humanos que protegem a vida de lideranças, ativistas e população em situação de violação de seus direitos humanos. Diversas ONGs têm atuado na ZRC-VRC como IAP (Institute Action for Peace), IPO (International Peace Observatory), PBI (Brigadas Internacionais pela Paz por sua sigla em inglês), Equipe cristã pela paz. Em agosto de 2004 o IPO começou a acompanhar os camponeses/as da ACVC devido "às detenções massivas, a criminalização do protesto e a acusação judicial das lideranças, as fumigações" (IPO, 2015). Ao tratar sobre esta questão um camponês nos relatou que, diante das tentativas falidas de dialogar com os paramilitares, só restou solicitar ajuda internacional para se protegerem. Dessa maneira, conseguiram certo respeito dos paramilitares e do próprio exército

---

<sup>69</sup> Dados informados pela estudante de agronomia que trabalha junto à equipe técnica da ACVC, em entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 4 de setembro de 2015.

colombiano. Uma camponesa disse que "O IPO salvou muitas pessoas da morte pelo exército. Nos protegeram". E a seguir nos contou o ocorrido com o exército no ano de 2000.

Eles diziam que nós escondíamos os guerrilheiros. Um dia, eu trabalhando no atendimento do telefone, chegaram os paramilitares e começaram a perguntar quem era que usava esse telefone. Eu disse que só as pessoas da comunidade e que a JAC tinha decidido que ninguém que estivesse fardado com roupa do exército poderia entrar no local do telefone. Eles argumentaram, duvidaram, mas saíram e não voltaram à loja (CAMPONESA<sup>70</sup>, 2015).

Esse depoimento nos mostra o quanto as pessoas precisam se impor e r-existir diante de um conflito de tamanha magnitude. Os voluntários têm contribuído na diminuição significativa dessas aparições dos paramilitares na ZRC.

Outra instituição de fundamental importância é a Cruz Vermelha Internacional Espanhola e a nacional. Esta instituição, financiada pelo projeto ECHO da União Europeia, propiciou a construção de um posto de saúde, levou brigadas de saúde e realizou oficinas de primeiros auxílios, de prevenção de doenças e de assistência a partos. Além das pessoas de Puerto Matilde, eram atendidas as de Santo Domingo, Jabonal e outras *veredas* próximas. Mas, ao acabar o financiamento, a ACVC não conseguiu manter o posto, que atualmente encontra-se deteriorado (FIGURA 42), mas ela planeja construir ali um espaço multiusos.



Figura 42 - Antigo posto construído através da Cruz Vermelha. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Além da Cruz Vermelha, houve promotores de saúde de Sierra Norte. A camponesa que nos contou sobre o episódio com o exército também contou que estes promotores ensinaram a colocar sondas, fazer pontos, cuidar das mulheres grávidas. Ela mesma realizou seis partos, um inclusive, no ano de 2015.

A última atividade que consideramos parte das r-existências em alianças são os acampamentos ecológicos que a ACVC realiza desde 2007 e a I primeira Jornada eco-

<sup>70</sup> Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 5 de setembro de 2015.

turística, da qual participamos. Os acampamentos vêm sendo realizados em três oportunidades e o intuito é a participação de estudantes, universitários/as e camponeses/as que queiram conhecer a natureza privilegiada do Magdalena Médio, da Serrania São Lucas e do Pântano São Lourenço, o processo organizativo da ACVC e a defesa da natureza, a agroecologia e o território. A primeira edição do acampamento foi em 2007 e a preocupações principais naquela época eram a estigmatização dos camponeses, a diminuição de tartarugas e a contaminação dos rios. A proposta era fazer uma avaliação da depredação ambiental, discutir o uso de glifosato no contexto do Plano Colômbia e evidenciar que o modelo primário exportador neocolonial é contrário ao cuidado da natureza. O II Acampamento foi realizado em 2010 e o III em 2014. Nestes se deu continuidade à proposta original com o agravante de que, durante o II Acampamento, havia forte presença militar violentando os camponeses/as e desterritorializando-os, e finalizou em um ato público em Yondó (Antioquia) denunciando os conflitos ambientais e sociais e; no III as ameaças pela instalação de megaprojetos aumentaram, mas já havia um clima político mais ameno pela diminuição dos militares na região e a re-legalização da figura da ZRC (ACVC, 2014). Estas atividades têm possibilitado que as comunidades junto a estudantes trabalhem estratégias de cuidado da natureza e a desestigmatização dos camponeses/as das ZRC para a sociedade. Já que, além das pessoas que participam dessas outras atividades, colegas destas ouvem as vivências e, assim, disseminam a r-existência dos camponeses/as.

Na I Jornada eco-turística, da qual fizemos parte, participaram 18 pessoas de Medellín (Antioquia), Tunja (Boyacá), Bogotá (Cundinamarca) e Bucaramanga (Santander). Foram três dias de atividades nos quais dialogamos com o comitê de mulheres, o comitê de jovens e o comitê de crianças, recorremos às ilhas da *Ciénaga San Lorenzo*, visitamos a quebrada, conhecemos a história da ACVC e conhecemos algumas espécies de animais e vegetais da região (FIGURAS 43 e 44).



Figura 43 - Visão da Ciénaga desde o Corregimiento el Cagüí. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 44 - Visita à Quebrada do Corregimiento el Cagüí. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Durante os três dias de jornada eco-turística foi possível perceber o sorriso de timidez e simpatia das pessoas que nos receberam, a dedicação que esses/as camponeses/as têm na criação dos animais e no cuidado dos cultivos e da natureza (FIGURA 45), o amor ao seu território, que é a sua própria vida (FIGURA 46), a luta que dia-a-dia têm diante da presença permanente de paramilitares nos seus territórios.



Figura 45 - Corregimiento el Cagiúf, Cangallo, sul de Bolívar. Fonte: Solá Pérez, 2015. Figura 46 - Horta de camponesa do Corregimiento el Cagiúf, Cangallo, sul de Bolívar. Fonte: Solá Pérez, 2015.

Além da própria comunidade ter se apresentado, aqueles/as de fora, inclusive nós, que participaram da I Jornada eco-turística apresentaram-se e explicaram o que cada um/a faz e se trabalha junto a organizações sociais. Todos os participantes tinham algum tipo de envolvimento com organizações sociais, especialmente através de ONGs, e se comprometeram a tornar possível a II Jornada eco-turística da ZRC-VRC.

Longe de esgotar todas as ações de r-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape e da ZRC-VRC podemos ter um panorama de como são as suas vidas e como r-existem no dia-a-dia através de diversas estratégias que podem não ser tão evidentes, mas que analisadas a partir da lente da r-existência, se tornam mais claras. Como vimos, estes camponeses/as vão tecendo redes sociais que contribuem com as suas r-existências nos territórios. As comunidades recriam suas vidas e seus territórios concomitantemente, pois suas ações se materializam e, ao mesmo tempo, são possíveis nos territórios que constituem. Neste sentido damos a ênfase nos territórios como territórios de vida, não especificamente de acumulação, que implica, intrinsecamente, espoliação.

E nessa lógica de r-existência os camponeses/as constroem e reconstróem o território, constituindo territórios de vida. Lopes de Souza entende o território como um "espaço definido por e a partir de relações de poder" (2003, p. 78) e como um "campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais" (2003, p. 86). Assim, as relações de poder que se

estabelecem entre os diversos sujeitos e atores no território, quando há maior organização social, podem resultar mais equilibradas. Já que é a própria comunidade que pressiona pela presença ou não do Estado e determina as maneiras de atuação, assim como das empresas, das ONG, etc.

No caso dos camponeses/as do que hoje é Suape, as relações de poder são relações de dominação por parte do Estado de Pernambuco. Como o poder do CIPS no território do que hoje é Suape não é legítimo, este exerce a violência através da segurança privada e das expropriações. Ao mesmo tempo, os camponeses/as do que hoje é Suape buscam se sobrepor a essa violência através das r-existências cotidianas, públicas e em alianças que já identificamos. Organizam-se entre as associações de moradores e lutam contra essa violência que os oprime.

No caso dos camponeses/as da ZRC-VRC o Estado colombiano também tem atuado desde o lugar da violência, pela presença do exército e dos paramilitares. Inclusive durante um período o Estado colombiano negou o reconhecimento legal da ZRC. Apesar dessa situação de presença do braço armado do Estado, de negação temporária, negação da figura legal de ZRC, e da praticamente ausência do Estado nas questões sociais, os camponeses/as da ZRC-VRC têm procurado alianças para construir suas casas, realizarem suas atividades produtivas, terem um posto de saúde na *vereda*.

Nos trabalhos de campo constatamos que determinadas questões, como a atuação ou não do Estado e dos organismos internacionais de controle, se apresentam diferentes quando vivenciamos o que acontece no dia-a-dia nas comunidades camponesas. Se, teoricamente podemos ter uma postura de negação total perante a ação do Estado ou dos organismos internacionais de controle, por saber que sempre pendem para interesses de reprodução do capital, essa vivência nos faz refletir, por um lado, que as comunidades sabem como atuar diante dos mesmos e não são ingênuas e, por outro, que as demandas, as reivindicações, a justiça e também as denúncias são necessárias ainda que como tática de ir além da defesa do território, construindo autonomia. Esse ir além significa ter esses territórios para r-existir de acordo com os parâmetros próprios dos camponeses/as e dos povos rurais em geral.

O intuito de trazer um panorama sobre estes dois casos e suas r-existências nos permite identificar os outros mundos existentes e já apontar para os conflitos que notoriamente se identificam nos territórios das comunidades camponesas, mas, de modo geral, também nas comunidades rurais, diante da expansão do capital através das políticas de desenvolvimento, do modelo primário exportador neocolonial, do sistema mundo moderno/colonial.

A escala local nos permite mostrar a multidimensionalidade do território e a sobreposição de escalas nela mesma. O jeito de viver destas comunidades camponesas e, especialmente de r-existir, se identifica a partir da luta por territórios em comunidades indígenas e afrodescendentes na escala nacional do Brasil e da Colômbia, e em alguns traços comuns dessa forma de r-existência para América Latina - que trataremos no capítulo 3 - mostrando as relações interescares.

Os interesses pela expansão e pela acumulação, que se viabilizam por políticas de desenvolvimento do sistema mundo moderno/colonial, se materializam nos territórios na escala local na forma de conflitos de uso, manutenção e controle dos mesmos - desses conflitos, posto que, sem eles, a expansão e acumulação seriam inviáveis.

A seguir, tratamos sobre esses conflitos mantendo o foco nos camponeses/as do que hoje é Suape, no Brasil e na América Latina. E também, abordamos alguns aspectos que se repetem na Colômbia. Já adiantamos, por um lado, que o modelo primário exportador neocolonial também se aplica para a Colômbia, ainda que possa apresentar especificidades e, por outro lado, que não é possível - neste momento - fazer um histórico como o realizado no caso dos territórios dos camponeses/as do que hoje é Suape.

## **2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO MODELO PRIMÁRIO EXPORTADOR NEOCOLONIAL - CONFLITOS NO QUE HOJE É SUAPE, NO BRASIL E AMÉRICA LATINA**

Conforme mencionamos anteriormente, ter um panorama da escala local nos permite transitar por questões que se pautam desde outras escalas denotando a multidimensionalidade do território. Assim acontece com as políticas de desenvolvimento no Brasil e o modelo primário exportador neocolonial para América Latina, que acabam interferindo na escala local.

Por isso, propomos a seguir transitar pela construção territorial do que hoje é Suape a partir dos conflitos, mas também das r-existências históricas. É a história longa que nos possibilita identificar não somente aquela história contada do predomínio da cana de açúcar, mas também a r-existência da policultura, da diversidade dos sujeitos agrários.

Depois desse histórico de longo tempo sobre a constituição dos territórios do que hoje é Suape e da zona da mata sul de Pernambuco versamos sobre as políticas de desenvolvimento para o campo, com especial ênfase para esses territórios e a instalação do CIPS porque essas políticas estão baseadas na ideia de que o desenvolvimento driblaria a nunca resolvida questão agrária.

A ideia da necessidade de modernização e de inserção do Brasil no sistema mundo moderno/colonial se materializa com vários megaprojetos e, em alguns períodos, com um projeto de Brasil industrializado. Nesse contexto se instalou o CIPS, propiciado pelas políticas de desenvolvimento no Brasil. E como veremos, o CIPS procura acompanhar as tendências mundiais como a conteneirização da década de 1990 e a reprimarização das economias dos países do que hoje é América Latina nas décadas de 2000 e 2010, adequando-se aos padrões necessários para tais fins.

Historicamente, o Estado nacional tem imposto políticas públicas de desenvolvimento que seguem o caminho das políticas internacionais na busca da reprodução sócio-metabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011) e perpetuando a colonialidade do poder, do saber e do ser<sup>71</sup> (DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005). Atualmente, no que hoje é América Latina essas políticas estão direcionadas pelo neodesenvolvimento e pela continuação da acumulação capitalista através do modelo primário exportador neocolonial,

---

<sup>71</sup> A teoria descolonial traz um amplo arcabouço que mostra que o sistema mundo moderno só é moderno porque é colonial, são duas faces da mesma moeda. Para a Europa é a perspectiva triunfal, a modernidade. Para os demais se espera que caminhem a trilha do progresso que a modernidade indica. “O progresso da modernidade vai junto com a violência da colonialidade” (MIGNOLO, 2007, p. 31).

como vemos a seguir. O CIPS insere-se nesse modelo conjuntural do que hoje é América Latina e, intrinsecamente, gera conflitos com os camponeses/as do que hoje é Suape.

## 2.1 CONFLITOS NO QUE HOJE É SUAPE (BRASIL) - HISTÓRICO DE LUTA TERRITORIAL ENTRE O CAPITAL E A VIDA

Propomos realizar um histórico da produção dos territórios do que hoje é Suape a partir da formação das capitânicas, da invasão holandesa, das políticas de incentivo à produção de cana-de-açúcar e das permanentes resistências sociais a esses processos, que expropriam sistematicamente os camponeses de suas terras para viver e trabalhar em seus territórios de vida.

Buscando compreender esses diferentes e entrelaçados aspectos da produção dos territórios, da reprodução da vida e desses conflitos e resistências entre diversos sujeitos, partimos de vários questionamentos, que já trouxemos brevemente na introdução e aqui os aprofundamos: qual é a história dos camponeses do que hoje é Suape? Quem são esses sujeitos que estão no que hoje é Suape? Como se implanta a propriedade privada da terra? E, no sentido da luta por terra/território de vida, quais estratégias de resistência esses camponeses utilizam para essa luta histórica?

O foco está sempre na área do que hoje é Suape, isto é, nos vinte e sete engenhos entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, mas nos permitimos ampliar o estudo para a Zona da Mata sul de Pernambuco - fazendo algumas transgressões para o estado de Pernambuco e o Brasil - para poder compreender o contexto geral das resistências e dos conflitos. E é sobre isso que tratamos a seguir.

### 2.1.1 Entre a apropriação das terras, a formação das capitânicas e o quilombo dos Palmares - Invasões e r-existências

Antes da invasão portuguesa em 1500, indígenas Caetés da família Tupi ocupavam a região da, hoje, Zona da Mata sul de Pernambuco depois de, provavelmente, expulsarem os Cariris, Tapuias, Tabajaras e Potiguaras. Em 1534, Duarte de Albuquerque Coelho recebeu sessenta léguas de costa para instalar a sua capitania<sup>72</sup>, desde Olinda até o Rio São Francisco, que era de domínio desses indígenas. Apesar dos frequentes enfrentamentos, os Caetés resistiam à expansão dos engenhos de cana-de-açúcar no sul da Capitania entre as bacias dos

---

<sup>72</sup> A criação de capitânicas tinha o objetivo de povoar a colônia evitando assim que outros povos europeus as ocupassem, especialmente a França (ANDRADE, 1988).

rios Jaboatão e Pirapama (FIGURA 47). Em 1560, diante dessa situação, o donatário da Capitania Duarte de Albuquerque Coelho organizou três companhias de colonos para acabar com os chamados selvagens<sup>73</sup>, formando as sesmarias.

Além do interesse pelas terras aparentemente mais férteis da Capitania, e apesar de já submeterem os negros de Angola, Congo e Guiné à condição de escravos no Brasil, os portugueses queriam os Caetés como força de trabalho. Essa ação foi facilitada devido à declaração da coroa portuguesa de tornar escravos a todos os Caetés<sup>74</sup>. A guerra entre Caetés e portugueses durou pelo menos cinco anos e nela os Caetés foram praticamente massacrados (ANDRADE, LINS, 1984).

---

<sup>73</sup>Essa denominação demonstra a visão negativa em relação a esses povos tanto dos colonizadores, que consideravam o indígena selvagem porque não queria se submeter ao trabalho e inferior à cultura dos brancos (AQUINO, MENDES, BOUCINHAS, 2012), como provavelmente, dos autores, Andrade e Lins (1984) que utilizaram esse termo e têm uma perspectiva desenvolvimentista, a partir da qual se considera unicamente válido o ser-fazer ocidental-moderno.

<sup>74</sup>Isso ocorreu devido ao naufrágio do navio que levava o Bispo Dom Pedro Fernandes Sardinha, com saída do porto de Salvador para Portugal, acontecido em Nossa Senhora da Ajuda em 1555 e que resultou na antropofagia dos tripulantes pelos indígenas. É com base nesse entendimento que a Coroa portuguesa decretou que os Caetés deviam ser escravizados e, com base nisso, realizou-se a guerra de extermínio. Contudo, o historiador Moacyr Pereira indica que há possibilidades de erro e que em lugar de serem os indígenas Caetés, os canibais teriam sido os Tupinambás, mas a Coroa teria aproveitado o fato para acabar com a comunidade mais organizada e contrária à colonização das proximidades (CALHEIROS, 2004). Se a Coroa portuguesa indica isso como uma rebelião por parte dos indígenas Caetés, considera-se aqui uma resistência pela terra/território de vida dos indígenas. Nessa mesma época, entre 1554 e 1567, na área de *plantation* da Capitania de São Vicente - no que hoje são os estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - ocorreram as resistências do povo indígena da Confederação dos Tamoios. Indígenas Guaianases, Carijós, Goitacases, Camacuans e Aimorés se aliaram, apesar de suas diferenças, diante da usurpação de suas terras/territórios de vida pelos portugueses. Os “mais antigos moradores” (tamoios) resistiam à invasão portuguesa procurando manter os seus modos de vida comunitária e organizada em torno da taba (MOREIRA, 2011).

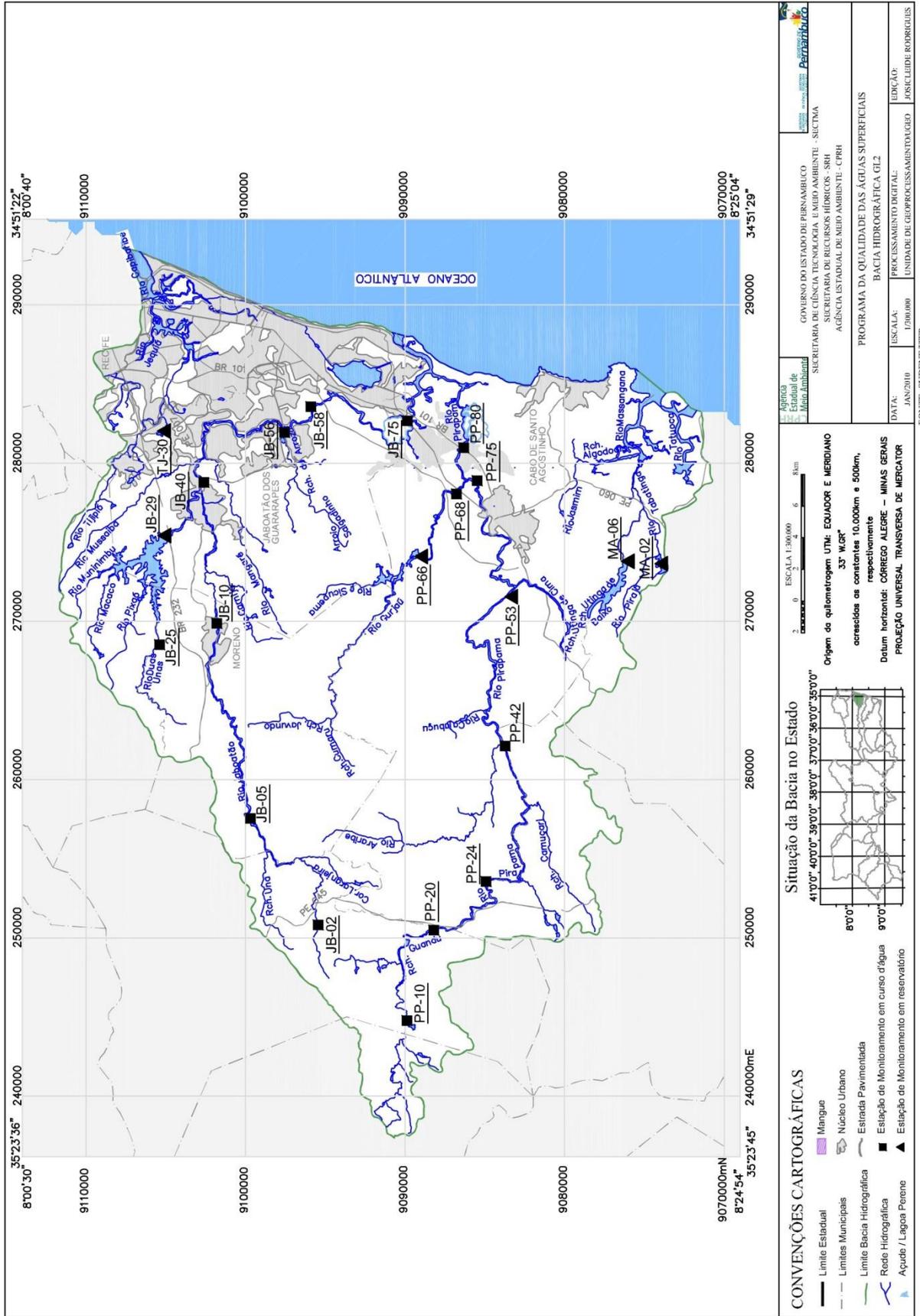


Figura 47 - Mapa da Bacia dos Rios Litorâneos, Zona da Mata sul de Pernambuco. Fonte: CPRH, 2010.

Assim, a região do Cabo de Santo Agostinho, até então de mata atlântica de abundante biodiversidade, começou a ser destruída para instalar canaviais nas sesmarias pertencentes à Capitania de Pernambuco. As sesmarias, segundo os desígnios reais, deviam ser utilizadas para cultivar cana-de-açúcar<sup>75</sup> e algodão e ter marinhas de salinas, mas não se têm dados de fábricas de sal ou algodão.

A lei da sesmaria é, assim, na colônia, um sistema de doação de terras pelo poder estatal, na condição da comprovação de posses de parte do solicitante e da justificação do fim econômico de uso, priorizando-se a plantação de cana-de-açúcar e a criação de gado, princípio que visa, ao fim, levar a colônia a estruturar-se essencialmente na grande propriedade e na economia de exportação. E, assim, excluir dessa estrutura a pequena propriedade e a possibilidade da sua formação (MOREIRA, 2011, p. 16).

Andrade e Lins (1984) trazem um apanhado espaço-temporal sobre a ocupação territorial da bacia do Pirapama. Através deste é possível mapear o nascimento dos engenhos que, até hoje, ainda no caso das usinas falidas ou do processo de industrialização, configuram o espaço, já que continuam com a mesma denominação de "engenho". Cabe ressaltar que os engenhos são compostos pela usina - fábrica do açúcar, álcool ou melaço - e pela área da propriedade, abrangendo suas instalações fabris, as terras cultivadas com a cana-de-açúcar e, inclusive, as áreas de habitação diferenciadas segundo os postos de trabalho (ANDRADE, LINS, 1984).

Uma das sesmarias entregues por Albuquerque Coelho a João Paes Barreto, se instalou ao sul do rio Pirapama, onde fundou o Engenho Madre de Deus, depois chamado de Engenho Velho. Este engenho é o mais antigo do município do Cabo de Santo Agostinho. Posteriormente, Paes Barreto chegou a possuir oito engenhos que legou aos seus filhos. Em 1580, ele instituiu o Morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, vinculando-o com o Engenho Madre de Deus e duas casas de sua propriedade, situadas na Vila de Olinda. Em 28 de outubro desse mesmo ano foi lavrada a escritura pública que oficializou o tradicional morgado, historicamente mais conhecido como Morgado do Cabo. Foi devido aos desígnios reais de plantar cana-de-açúcar e outros produtos que houvesse na região que Paes Barreto vinculou o Morgado do Cabo ao Engenho Madre de Deus (CABO, 2014). Nesse mesmo ano foram construídos dentro do Engenho Velho, os engenhos Guerra e Ilha. Os engenhos Massangana, Tabatinga e Algodoads também datam dessa época. Assim como os engenhos de Utinga de Cima e Jurissaca. Todos estes pertenciam

---

<sup>75</sup>A produção do açúcar é uma atividade que conjuga a agricultura com a indústria e, à época, quem tinha esse conhecimento eram especialmente os judeus. Foi por isso que Duarte Coelho promoveu a migração do povo judeu (ANDRADE, 2011).

a João Paes Barreto (ANDRADE, LINS, 1984). À época havia em torno de 16 engenhos no Cabo de Santo Agostinho e 10 em Ipojuca (ANDRADE, 2011).

A força de trabalho era indígena, quando se conseguia submetê-la, mas também negra<sup>76</sup>. Além do cultivo de cana-de-açúcar, eles fabricavam as caixas para transporte do açúcar, a transportavam, faziam policultura<sup>77</sup> e serviços domésticos (ANDRADE, 2011). O trabalho exaustivo gerou grandes resistências tanto por parte dos indígenas como dos negros, que queriam sua liberdade e fugiam pela floresta.

O avanço dos portugueses através da instalação das sesmarias na Capitania de Pernambuco – entre o Cabo de Santo Agostinho e a margem norte do rio São Francisco – provocou, em 1601, a guerra dos Palmares, que perdurou desde 1601 até 1694 e o período de maior intensidade coincidiu com a invasão holandesa (1630 - 1654).

Durante esse momento de desordem social, muitos escravos aproveitaram para conseguir sua liberdade. Ao invés de lutarem ao lado de seus proprietários, resolveram fugir, frequentemente para os diversos quilombos existentes. Não foi mera coincidência o fato de o famoso *Quilombo dos Palmares* ter conhecido a sua maior expansão populacional justamente ao longo da guerra contra a dominação da Holanda (AQUINO, MENDES, BOUCINHAS, 2012, p. 21) [grifo no original].

Alguns escravos das sesmarias de João Paes Barreto fugiram e outros lutaram contra a invasão holandesa. Segundo Moreira (2011), a extensa duração da guerra dos Palmares foi devido à biodiversidade que provia aos quilombolas espécies de palmeiras, abundância de água e extração de alimentos aliado à policultura. Os mocambos (ou quilombos) se organizavam de maneira comunitária e, assim, conseguiam se autossustentar. Na Serra da Barriga chegaram a congregar em torno de vinte mil pessoas<sup>78</sup>. Esta Serra pertencia à Capitania de Pernambuco, mas atualmente pertence ao Município de União dos Palmares, Alagoas e, antes de iniciar a guerra, o mocambo já havia se formado.

O governo de Pernambuco organizou dezesseis grandes ataques, até propor o reconhecimento de Palmares em 1678. A condição que o governo impôs para isto foi que

---

<sup>76</sup> Assim como no Brasil com a invasão portuguesa, na Colômbia a dominação espanhola foi se apropriando das terras, mas indígenas e negros conseguiam fugir da dominação e criavam territórios livres do ordenamento colonial, como as *rochelas* e os *palenques* (FAJARDO, 2004).

<sup>77</sup> Segundo Andrade (2011) o calendário agrícola consistia em: realizar a moagem da safra do ano anterior em março e era também o momento de limpar o mato para o cultivo da cana-de-açúcar. Essa limpeza era realizada pelos escravos com o uso do machado. Durante esse período - março a junho - essa mesma terra se utilizava para cultivar milho e feijão para alimentar os escravos e a partir de junho e julho se fazia o plantio de cana-de-açúcar da moagem do ano seguinte (13 a 18 meses após o plantio). Em setembro começava a moagem que duraria até março ou abril do ano seguinte. Esse longo ciclo representava necessidade de intensa força de trabalho.

<sup>78</sup> Segundo Marquese (2006) no Quilombo dos Palmares havia um mínimo de seis mil pessoas e um máximo de trinta mil.

ocupassem outra área serra abaixo. Ganga Zumba - até então líder dos mocambos - aceitou o acordo com o governo, mas Zumbi e Dandara não, gerando-se assim a separação dos mocambos. A morte de Ganga Zumba provocou a volta dos seus seguidores à serra onde se encontrava o mocambo central dos líderes Zumbi e Dandara, e a criação de cercas de defesa contra as sucessivas invasões do governo de Pernambuco. Em 1694, Dandara foi presa e, para não voltar à condição de escrava, tirou a própria vida. Em 1695 aconteceu o encurralamento de Zumbi e sua morte e, assim se derrotou a resistência comunitária e de negros livres de Palmares. Até 1817 a serra da Barriga pertencia a Pernambuco e os negros escravizados fugiam para onde fosse possível, sendo que os da zona da mata iam para o interior onde houvesse mata para se esconder e comunidades já constituídas, como Palmares. Os camponeses/as do engenho Ilha - um dos vinte e sete engenhos do que hoje é Suape – referem-se a essa época dizendo que seus antecessores eram escravos.

O período da invasão em Pernambuco pelos holandeses foi entre 1630 e 1654 – depois de terem sido expulsos da Bahia em 1624. Recolonizavam para produzir e comercializar o açúcar. Obtiveram, depois de cinco anos de lutas, o domínio das terras localizadas entre Sergipe e o Maranhão, e provocaram grande destruição nas capitânicas. Essa invasão gerou indiretamente a escravidão de indígenas porque o comércio do escravo negro tinha sido interrompido (MOREIRA, 2011). Inclusive - como já citamos - alguns negros escravizados aproveitaram a oportunidade para fugir para o interior e “organizavam quilombos onde voltavam à vida que levavam na África” (ANDRADE, 2011, p. 82).

Na disputa pelo lucrativo comércio do açúcar entre a Espanha<sup>79</sup> e os Países Baixos, os holandeses invadiram essa região do Sergipe ao Maranhão e tornaram-se senhores de engenho. “Os holandeses visando conseguir apoio dos índios que pertenciam às tribos da região, libertaram[-nos] (...) admitindo como legal a escravidão dos negros e dos índios do Maranhão” (ANDRADE, 2011, p. 83). Por isso, os indígenas Tapuias se aliaram aos holandeses durante todo o período de ocupação (MOREIRA, 2011). Em 1637, a Coroa espanhola enviou duas frotas navais para Pernambuco para auxiliar os portugueses diante da invasão, mas foram derrotadas (AQUINO, MENDES, BOUCINHAS, 2012).

Por sua parte, "quando os proprietários de engenho perceberam que seus lucros pessoais estavam garantidos mesmo com os novos senhores, a situação se acalmou e um

---

<sup>79</sup> Devido à morte do Rei D. Sebastião e de seu tio que o substituiu por dois anos, o Rei Felipe II de Espanha tinha assumido a Coroa portuguesa e nesse ínterim os Países Baixos tiveram desacordos com a Espanha.

período de prosperidade teve início<sup>80</sup>" (AQUINO, MENDES, BOUCINHAS, 2012, p. 22). Assim, os holandeses foram negociando com os senhores dos engenhos portugueses sobre as decisões da vida política (CANCIAN, 2005). Na época, os senhores de engenho holandeses tinham interesse na parte da industrialização e, portanto, compravam grande parte da cana de açúcar que cultivavam os lavradores sem mesmos terem plantações. "Assim, no relatório de Van der Dussen, quando ele menciona o número de partidos de cana lavrados em 61 engenhos, apenas uns 13% pertenciam aos proprietários, sendo a imensa maioria de mais de 85% dos partidos de propriedade dos lavradores" (ANDRADE, 2011, p. 84).

Durante todo o período da invasão, os portugueses procuravam entrar em negociações com os holandeses. Em 1645, os senhores de Pernambuco e da Bahia se aliaram para reconquistar as terras nordestinas, mas não obtiveram total sucesso porque os holandeses souberam antecipadamente do que estes planejavam. A "insurreição pernambucana" conseguiu ocupar novamente o interior, restando aos holandeses a ocupação de Recife e Olinda. Em 1654, o cerco dos holandeses pelos portugueses do interior, junto com os negros e indígenas por eles escravizados, gerou falta de alimentos devido ao isolamento e significou a derrotada deles e a sua conseqüente retirada (AQUINO, MENDES, BOUCINHAS, 2012).

Em decorrência da saída dos holandeses, os Tapuias foram obrigados a voltar à caatinga e, ao presenciarem a invasão dos colonos que expropriavam suas terras/territórios de vida, começou a guerra - que se deu em três fases que coincidem com o avanço territorial do gado: "a do recôncavo, no período de 1651-1679; a do Açu, no período de 1687-1699; e a do confronto que daí se estende com caráter de resíduo até 1704" (MOREIRA, 2011, p. 53). As estratégias dos Tapuias consistiam em bloquear os circuitos de abastecimento de alimentos e se esconder na caatinga, aproveitando os seus conhecimentos da área. Apesar de quase um século de resistência, em 1715, as comunidades Tapuias foram destruídas e no sertão nordestino foram implantadas as fazendas de gado e os povoados dos colonos (MOREIRA, 2011).

---

<sup>80</sup>Em alguns aspectos, até hoje, os pernambucanos consideram a ocupação holandesa como positiva devido à administração do conde Maurício de Nassau. "Entre seus muitos atos, podemos citar: a venda a crédito dos engenhos abandonados pelos proprietários que fugiram para a Bahia; a proibição da cobrança de juros superiores a 18%; a ordem para a Companhia encampar dívidas de senhores de engenho e lavradores, vítimas da usura de comerciantes; a adoção de uma atitude tolerante em relação à Igreja Católica, aos protestantes e judeus (daí a construção da primeira sinagoga do continente americano em Pernambuco); a convocação de uma assembleia de deputados da população luso-brasileira para ouvir suas queixas sobre os funcionários do governo; a ordem aos proprietários de terras para plantarem duzentas covas de mandioca para cada escravo (e, ele mesmo, para dar exemplo, cultivou em sua residência um vasto pomar com árvores de frutos), para diminuir as crises de fome e a alta dos preços de alimento; a organização de festas populares e a valorização de Recife, elevada à condição de capital, substituindo Olinda, e transformada, provavelmente, na mais bela cidade da costa atlântica da América no século XVII" (AQUINO, MENDES, BOUCINHAS, 2012, p. 22) .

Quando aconteceu a retirada dos holandeses em 1654, que tinham incursionado na área de estudo pelo ancoradouro de Suape (rio Massangana), os engenhos estavam devastados. Os portugueses tinham poucos escravos – porque haviam fugido – e não tinham bois para trabalhar; os canaviais foram queimados e as máquinas desmontadas e jogadas nos rios (ANDRADE, LINS, 1984).

No período que se estende desde a expulsão dos holandeses (1654) até a abertura dos portos brasileiros às outras nações (1808), a agricultura canavieira no Brasil atravessou fases de crise e de esplendor, devido ao cultivo da cana-de-açúcar em outras colônias e de algumas políticas estaduais, respectivamente (ANDRADE, 2011). Contudo, na primeira década do século XVIII, no Cabo de Santo Agostinho os engenhos foram sendo retomados - aproximadamente 28 engenhos (ANDRADE, LINS, 1984). Devido à produção de açúcar, Moreira considera que “de certa maneira, o Brasil nasce agroindustrial. A agroindústria açucareira centra como base o regime de acumulação colonial até o advento da agroindústria cafeeira. Esta é uma espécie de agroindústria sem indústria formal” (MOREIRA, 2012, p. 304).

As exportações eram realizadas através do porto de Recife e, para chegarem até a cidade, os rios e o mar eram utilizados para o transporte de açúcar, álcool e melão (ANDRADE, LINS, 1984). Por isso a tendência à instalação dos engenhos próximos aos rios, chamados rios de açúcar. Para Andrade (2011, p. 73) "os estuários dos pequenos rios tiveram influência decisiva no povoamento do Nordeste, até a construção das estradas de ferro no século passado".

Até o momento identificamos que a mata atlântica foi sendo retirada para a instalação das usinas e os sujeitos eram diversos: indígenas livres e escravizados, negros escravizados, negros em quilombos, portugueses, holandeses talvez. A terra era de propriedade dos sesmeiros e nela se produzia especialmente cana-de-açúcar e, nas margens dessa, alimentos para o sustento dos que estavam nos engenhos. O espaço foi se configurando em torno da atividade da cana-de-açúcar, a terra foi apropriada pelos sesmeiros e marginalmente usada pelos trabalhadores para produção de alimentos. As comunidades indígenas que habitavam essas terras foram marginalizadas, perdendo seus espaços de vida e, ao mesmo tempo, buscando conformar territórios de r-existência. A seguir, contamos como a promulgação da Lei de terras mudou a dinâmica dos engenhos, mas consolidou a propriedade privada da terra.

### **2.1.2 Priva(tiza)ção da terra: usinas e moradores de engenhos**

Entre os séculos XVII e XVIII, na produção da cana-de-açúcar, cada engenho era uma unidade econômica e a organização social era dividida entre: os senhores de engenho, donos dos meios de produção; a força de trabalho escrava negra e indígena; os lavradores, que moíam ou cultivavam a cana-de-açúcar no engenho do senhor e, portanto, estavam de alguma maneira submetidos a eles; os foreiros, população rural livre, que pagavam uma taxa pelo uso de um pedaço de terra para fazer um roçado para a alimentação e eram considerados força de trabalho de reserva; e os homens livres que exerciam trabalhos de administração (ANDRADE, 2011).

Alguns lavradores dispunham de terras e escravos, mas não tinham condições financeiras de instalar engenhos. No engenho estava a casa-grande, a senzala, a capela, a casa de farinha, a cultura de cana-de-açúcar, os engenhos e as lavouras de mantimento (ANDRADE, 2011). "Toda a organização político-social se orientava no sentido de garantir ao senhor-de-engenho o exercício pleno do seu poder sobre suas terras, agregados e dependentes" (ANDRADE, 2011, p. 93).

A força de trabalho escrava, além de ser "cara", vinha diminuindo devido às diversas leis – da Abolição do tráfico (1850), do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários (1885) –, até ser promulgada a Lei Áurea, em 1888, que determinava a liberdade de todos os escravos. Devido a isso, no final do século XIX, passou-se a utilizar outra lógica para manter a força de trabalho na unidade de produção: a morada.

No sistema de morada os trabalhadores eram assalariados, mas devido à condição de moradores os seus salários eram marcadamente menores em relação aos dos trabalhadores rurais e aos da indústria do açúcar. A morada de condição era considerada uma boa estratégia para os senhores dos engenhos disporem de força de trabalho permanente, pagarem salários mínimos e ainda se beneficiarem com a relação clientelista que se estabelecia. Por outro lado, os moradores de condição residiam na plantação da cana-de-açúcar, tinham casas precárias para morar e eventualmente conseguiam um pequeno lote de terra cedida para cultivar alimentos (DABAT, 2007).

Desde 1820 até aproximadamente 1900, as flutuações do mercado, as exportações de cana-de-açúcar para Europa, desde as colônias das Antilhas e a produção de beterraba já instalada na Europa, dificultavam a comercialização e a inserção da cana-de-açúcar pernambucana no mercado internacional. Na tentativa de manter essa produção, na década de

1870 os primeiros engenhos centrais<sup>81</sup> foram montados com capitais ingleses, procurando substituir os engenhos banguês a vapor que utilizavam o bagaço da cana-de-açúcar como combustível. Estes engenhos separavam a fase agrícola da industrial com o objetivo de aperfeiçoar a fabricação (ANDRADE, LINS, 1984). Apesar das expectativas de que a separação melhorasse a produção, não se obteve o sucesso esperado, já que a maquinaria era de má qualidade e não era adequada às condições naturais e econômicas do nordeste (ANDRADE, 2011).

No lugar desses engenhos, apareceram as usinas, que mantinham a atividade agrícola e industrial juntas. Entre 1885 e 1900, surgiram em torno de 49 usinas em Pernambuco. Houve também algumas modificações na técnica com a inserção do uso do arado e dos engenhos a vapor, e com a introdução de uma nova variedade de cana-de-açúcar. O governo pernambucano de então acompanhou a mudança e começou a criar estradas de ferro para que essas grandes usinas, que iam absorvendo os engenhos pequenos, pudessem chegar mais facilmente ao porto de Recife, e outorgava empréstimos aos usineiros (ANDRADE, 2011).

Nas primeiras duas décadas de 1900, a agroindústria açucareira teve um período de prosperidade devido a I Guerra Mundial, que acontecia na Europa (ANDRADE, LINS, 1984). Porém, havia muita flutuação nos preços do mercado, fato que incomodava aos senhores de engenho. Na década de 1930, por conta dessas flutuações no setor, criou-se o Instituto de Álcool e Açúcar através do Decreto N° 22.789/33<sup>82</sup>. Inclusive em 1931, através do Decreto N° 20.356, já havia uma regulação que determinava misturar álcool à gasolina para manter o nível da produção (ANDRADE, LINS, 1984).

Assim, na área açucareira, observou-se na metade do século XX a aglutinação de engenhos banguês – que se mantinham como unidades de produção desde o século XVI – em torno de pequenas e médias usinas. Depois, ainda neste período, as usinas

<sup>81</sup>Segundo Barros (2004, p. 32) "Um dos quatro primeiros Engenhos Centrais de Pernambuco foi instalado no antigo engenho Santo Inácio, mais tarde, Usina Santo Inácio, fechada em 1964". Posteriormente o mesmo autor comenta que "o Município do Cabo de Santo Agostinho passa, a partir de 1880, à implantação das primeiras usinas, das quais se destacam: Usina Maria das Mercês S.A., fundada em 1891 e desativada em 1976; Usina Santo Inácio S.A., fundada em 1888 e desativada em 1964; Usina Sibéria, sem dados precisos de sua fundação e desativada na década de 1970; Usina José Rufino S.A., fundada em 1880 e desativada em 1960, por ocasião de sua desapropriação, para a instalação do Distrito Industrial do Cabo; Usina Bom Jesus S.A., fundada em 1881, sendo a única que continua em pleno funcionamento, tendo à frente de suas atividades a família do Sr. João Lopes de Siqueira Santos" (BARROS, 2004, p. 32 rodapé 7).

<sup>82</sup> O IAA foi extinto, através do Decreto 99 240 do presidente Fernando Collor de Melo, em 1990. Mais informações, consultar Silva (2010). "O impacto [da extinção do IAA] foi grande na zona rural de Pernambuco, com o fechamento de dezoito unidades sucroalcooleiras e a extinção de 150 mil postos de trabalho. Expulsas do campo, as famílias tornaram-se graves problemas socioeconômicos em dezenas de municípios (SOARES, 2006)." Por causa disso e da abertura à democracia, a partir da década de 1990, começou um processo intenso de ocupação de terras por camponeses, especialmente os organizados na FETAPE - Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Pernambuco - e no MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -, para realização da reforma agrária em Pernambuco.

maiores, cansadas de absorver engenhos, passaram também a engolir usinas menores (ANDRADE, 2011, p. 65-66).

O fato da aglutinação de engenhos e usinas menores em grandes usinas, aliado ao histórico das sesmarias e heranças de terra, demonstra a concentração fundiária presente na zona da cana de Pernambuco. Considerando a alta concentração da terra na zona da mata e a promulgação da Lei de Terras<sup>83</sup> de 1850, que limitava o acesso à mesma, os até então escravos, sem possibilidades de aceder à terra, estavam submetidos a trabalhar na condição de moradores dos engenhos.

A própria libertação dos escravos foi parcial pelo fato de não se ter realizado, ao mesmo tempo, uma reforma agrária pelos governos da época que dessem terras aos libertos da escravidão e lhes proporcionasse a possibilidade formal de se constituírem como camponeses (CARVALHO, 2012, p.8).

Diante dessa situação a condição de morador significava uma possibilidade mais próxima de acesso à terra e à policultura para a produção de alimentos. Assim, “quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa” (PALMEIRA, 1977, p. 205). Por sua parte, “os senhores de engenho, ocupavam, assim, melhor as suas terras, dispunham de braços para as lavouras e de pessoas que os acompanhassem nas lutas contra vizinhos” (ANDRADE, 2011).

A partir deste panorama é possível compreender a configuração territorial: grandes áreas de usinas que, dentro delas, têm áreas de cultivo de cana-de-açúcar, de moradia e pequenos pedaços de roçado dos poucos privilegiados pela “benevolência” do senhor.

Moreira (2012) mostra que nessa mudança da lógica de trabalho há uma continuidade, que é a apropriação de mais-valia do trabalhador pelo dono dos meios de produção e, assim continua também a espoliação. Por exemplo, quando em 1851 começou a realizar-se o registro formal da população através da Regulação do Registro de Nascimentos e Óbitos e a Lei do Censo, os camponeses acharam que esses cadastros eram para ter um controle das pessoas e poder escravizá-las. Foi por isso que, em 1852 houve o “levante dos marimbondos” – homens livres como pequenos produtores autônomos, foreiros, moradores de engenhos e fazendas, empregados e subempregados nas vilas do interior denunciando a

---

<sup>83</sup>Moreira (2011) mostra as restrições de acesso à terra que provocou esta lei. "Formulada, todavia, como parte e peça-chave do pacto federativo, a lei de 1850 visa antes de tudo a terra ao mercado, tomado como barreira de acesso ao pequeno [proprietário] e assim modo de reafirmação da grande propriedade como a base fundiária do sistema" (MOREIRA, 2011, p. 82).

iminência de tornarem-se escravos novamente – que resultou na desistência de realizarem-se tais registros até a promulgação da República em 1889<sup>84</sup> (MEDEIROS, 1989).

Era essa, portanto, a situação dos homens livres<sup>85</sup> do fim do século XIX: camponeses que, para ter onde viver e onde trabalhar, se submetiam à condição de moradores de engenho.

Os incentivos à produção de cana-de-açúcar desde a década de 1930 provocaram a expansão da produção, comprimindo assim os lotes dos moradores dos engenhos. E, por volta de 1960, devido às exigências do mercado internacional e da expansão do cultivo da cana-de-açúcar a todas as áreas dos engenhos, acabou o sistema de morada. Diante da expulsão, os moradores dos engenhos se viram na necessidade de conseguir terra para viver e se assalariaram em diversos setores da economia, inclusive nas próprias usinas das quais foram expulsos. Segundo Barros (2004) os moradores dos engenhos foram formando pequenos núcleos de povoamento à beira da estrada.

Diante dessa situação de expulsão dos moradores dos engenhos e da necessidade de terem as suas próprias terras, os camponeses começaram a pressionar o Estado para fornecer áreas para viver e trabalhar. As pressões consistiam em mobilizar-se por reivindicações trabalhistas e por obter terra. Como mostramos no capítulo 1, houve várias formas de resistências, dentre elas, a organização de movimentos sociais, como as Ligas Camponesas e sindicatos ou, como os casos da luta pela terra do quilombo Onze negras e da criação da Cooperativa Tiriri Ltda aliada à titulação de terras.

### **2.1.3 Acesso a terra: entre os projetos de colonização e a criação da Cooperativa Tiriri pelo Estado e os projetos de vida das Ligas Camponesas, dos quilombolas e dos camponeses/as**

Na década de 1960 havia preocupação com o povoamento do país e com o abastecimento de gêneros alimentícios. Isso se configurou como pauta para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (criada em 1959). Especificamente em Pernambuco, era a Companhia de Revenda e Colonização – CRC – a

---

<sup>84</sup>Nesse mesmo período, o império português perdia sua influência, devido: à crise econômica - intensificada pela guerra da Tríplice Aliança (1864-1870); à crítica à monarquia; e, ainda, à abolição da escravatura considerada negativa pelos fazendeiros. Na impossibilidade de sustentar o Império, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca destituiu o poder do imperador instaurando a República. Ao mesmo tempo, em certos lugares como no sertão considerava-se que a República traria prejuízos à população, como foi o caso da guerra dos Canudos (1896-1897). Também, antes da proclamação da República houve algumas revoltas emancipacionistas como a conjuração mineira e a baiana e a revolução pernambucana. Todas buscavam a independência de Portugal e estabelecer uma república, mas foram reprimidas pelo império.

<sup>85</sup>Naquela época as dívidas que os moradores faziam nos barracões do senhor de engenho geravam submissão, violência física e prisão privada (ANDRADE, 2011). Assim acontece hoje ainda em muitos engenhos e outros setores onde a força de trabalho é submetida, violentada e muitas vezes mantida em condições de escravidão.

instituição organizada pelo governo de Cid Sampaio (1959-1962) que executou os planos para resolver estas duas questões. A questão da concentração da terra também propiciava tensão social<sup>86</sup> entre proprietários e camponeses que, em Pernambuco, se pretendeu amenizar com o assentamento de cinco mil famílias (ANDRADE, 2011).

Por isso, a SUDENE, no seu primeiro Plano Diretor, propôs promover a migração de camponeses para áreas do sul da Bahia e o noroeste do Maranhão, e modernizar a agroindústria da cana-de-açúcar (adubação, irrigação, uso de inseticidas e herbicidas) liberando terras para lotes familiares de produtores de alimentos (ANDRADE, 2011).

A SUDENE estimou que na zona açucareira poderia haver uma conversão para produção de alimentos, ao aproveitar terras devolutas ainda existentes nessa região, sendo as de Pernambuco calculadas em 3068 ha. (ANDRADE, 2011). A SUDENE pretendeu executar um plano de distribuição de terras na Zona da Mata para pequenos produtores dedicados à produção alimentícia, mas as pressões dos usineiros nordestinos nunca permitiu a execução efetiva desse projeto.

As pressões sociais, por sua parte, eram devidas à necessidade do acesso à terra. Em função disso, as ações promovidas pela SUDENE e pela CRC visaram organizar cinco núcleos de colonização: na Chapada do Araripe (3000 famílias), nos tabuleiros do litoral (700 famílias), em antigas colônias (150 famílias), no Engenho Galileia (150 famílias) e no agrupamento da zona da mata e agreste (1000 famílias). Os dados encontrados sobre esses núcleos foram os da desapropriação do Engenho Galileia, do núcleo de colonização 2, do reconhecimento das terras da comunidade Onze Negras e da criação da Cooperativa Tiriri, que passamos a detalhá-los. Andrade (2011) mesmo antes da instalação dos núcleos, considerava que os mesmos não teriam sucesso devido às condições dos solos, à escassez de água e o tamanho das áreas por família (entre 5 e 10 ha. no caso da zona da mata). A expectativa da CRC era "localizar apenas cinco mil famílias em lotes familiares em um período de cinco anos (...). Ora, a localização em colônias de mil famílias por ano representa uma gota d'água para um Estado que tem, segundo o CRC, mais de dois milhões de trabalhadores rurais" (ANDRADE, 2011, p. 296).

A desapropriação do Engenho Galileia<sup>87</sup> em Vitória de Santo Antão – município limítrofe do Cabo de Santo Agostinho, localizado a 50 km. a noroeste (FIGURA 48) –

---

<sup>86</sup> Movimentos como: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, o Movimento dos Agricultores Sem Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, entre outros, datam desse período. Assim como as Ligas Camponesas nas quais nos aprofundamos aqui (STÉDILE, 2012).

<sup>87</sup> Na década de 1931-1940 a crise dos preços do açúcar fez com que os proprietários passassem a forar a terra e morar em Recife. Os donos das terras iam morar nas cidades e viviam do foro. Após a Segunda Guerra Mundial

ocorreu em 1959, e foi consequência da criação das Ligas Camponesas no ano de 1955, sob o nome original de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco - SAPPP (FIGURA 49). Essa Sociedade, apoiada pelo deputado Francisco Julião (Partido Socialista), tornou a luta por condições dignas de trabalho e acesso à terra conhecida internacionalmente. A mídia categorizava a SAPPP como Ligas Camponesas em reminiscência ao comunismo então em voga e foi com esse nome que foram divulgadas (VANDEK, 2004). Esta política proposta pela SUDENE buscou conter a “reforma agrária na lei ou na marra”, lema das Ligas Camponesas<sup>88</sup> (KOURY, 2009). Por conta disso, quando o deputado Francisco Julião apresentou um projeto de lei de desapropriação do engenho para apropriação dos camponeses à Câmara Estadual, o mesmo foi aprovado e sancionado pelo governador do Estado de Pernambuco (ANDRADE, 2011), constituindo-se no primeiro caso de reforma agrária no Brasil<sup>89</sup> (FERREIRA, AMARAL, 2015).



Figura 48 - Localização de Vitória de Santo Antão a respeito do Cabo de Santo Agostinho e Recife. Fonte: Googlemaps, 2015. Figura 49 - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Fonte: Comitê memória, verdade e justiça - PE, 2015.

A diferença fundamental entre a proposta de Francisco Julião e os planos da SUDENE e da CRC era que ele pretendia fazer uma reforma agrária para todos os camponeses que trabalhassem a terra e os planos da SUDENE e da CRC beneficiavam uma parcela mínima de camponeses (ANDRADE, 2011). Inclusive o que esses órgãos

---

(1945) houve uma alta nos preços do açúcar que provocou o avanço dos canaviais às áreas dos foreiros, perdendo assim as suas terras e gerando grande revolta social (ANDRADE, 2011). No Engenho Galiléia havia 140 famílias foreiras que cultivavam a terra, 500 ha., e davam o foro aos proprietários cuja usina encontrava-se em estado de fogo morto, isto é, que não estava mais em funcionamento. O objetivo inicial da organização era prestar serviços de assistência social e educacional. O receio do filho do dono do Engenho respeito à organização dos camponeses, implicou no aumento do foro e, isso suscitou a luta contra o aumento da renda da terra e contras as expulsões (CAMARGO, s/d).

<sup>88</sup>No capítulo 4 dedicado às resistências trata-se particularmente sobre as Ligas Camponesas.

<sup>89</sup>Atualmente nas 503 ha. do Engenho Galiléia moram 308 famílias, território onde se formaram as Ligas Camponesas (FERREIRA, AMARAL, 2015).

demonstravam era que queriam a colonização e a produção de alimentos para abastecimento das cidades e, não necessariamente, a reforma agrária.

A CRC também desapropriou 3.400 ha. da usina José Rufino - e seus treze engenhos - que tinha uma área aproximada de 5.000 ha., através do Decreto 532 de 1960. Os 3.400 ha. eram para instalação de 340 famílias, conformando o núcleo colonial 2, e a área restante (engenhos Barbalho, Trapiche e Novo) era para a instalação de um Distrito Industrial da Companhia Pernambucana de Borracha - COPERBO (ANDRADE, 2011).

Na fase de instalação do núcleo 2, da proposta de instalação de 340 famílias, se instalaram efetivamente 287. Segundo Kater (1985), a proposta não foi eficiente por não ter sido implementada conforme o previsto, já que não contou com apoio contínuo, nem político nem financeiro, pois os programas sociais e econômicos não chegaram a ser implantados. "Daí a diversificação das atividades agropecuárias não ter ocorrido, permanecendo a área como domínio das culturas de subsistência, do 'plantation' canavieiro e das terras devolutas" (KATER, 1985, p. 227).

O que se projetou foi que as famílias trabalhassem e morassem em dez hectares para a produção de alimentos para autosustento e para as áreas urbanas circundantes, especialmente para o abastecimento de Recife. Nessa lógica, havia um planejamento prévio do que deveria ser produzido e a quantidade de hectares dedicados a cada cultivo e aos animais de criação<sup>90</sup>, que não foi executado. Esta organização em núcleos com regras específicas, como citado por Andrade (2011), estava pautada no artigo 141 parágrafo 16 da Constituição de 1946. Isso implicava, segundo o mesmo autor, em projetos de colonização tímidos, para poucas famílias e instalados em terras devolutas, a maioria das vezes, pouco férteis.

"A divisão da terra em parcelas ou lotes, efetuada pela Companhia de Revenda e Colonização, transformou o antigo latifúndio em pequenas propriedades que foram vendidas ao pequeno produtor, as quais, segundo o regulamento do próprio órgão, deveriam ser pagas em 10 anos" (KATER, 1985, p. 223). Alguns compraram mais lotes e tinham granjas ou casas de fim de semana. "Os problemas abordados, neste estudo, refletem bem a não implantação do Projeto de Colonização 2, onde a modificação na estrutura fundiária não assumiu especial importância, desde que não houve nenhum desenvolvimento na agricultura". Os colonos não

---

<sup>90</sup> "De um modo geral, seriam cultivados meio (0,5) hectare com hortaliças, meio (0,5) com diversas culturas para subsistência da família, dois (2,0) hectares com mandioca, três (3,0) com maracujá ou cultura de rentabilidade equivalente, meio (0,5) com fruteiras diversas, um e meio (1,5) com bananeiras, meio (0,5) de capineira, criação de três (03) porcas e dez (10) suínos de engorda, duzentas (200) galinhas e três (03) vacas. O restante da área seria destinado ao pousio e reflorestamento" (KATER, 1985, p. 226).

conseguiram acessar os créditos, não houve processos de cooperativização e, apesar das intenções, predominou o cultivo da cana-de-açúcar.

A respeito da comunidade Onze Negras, em 1968 a CRC deu o título da terra à comunidade localizada no Cabo de Santo Agostinho. As três famílias que ocuparam terras do engenho Trapiche eram remanescentes da escravidão, quilombolas, que trabalhavam para a Usina Santo Inácio. As terras eram da CRC, mas a Usina Santo Inácio indevidamente as utilizava, já que não pagava por isso. Nessas terras de mata nativa viveram, desde a década de 1940, os descendentes dessas três famílias até que, na década de 1960, foram indenizados para saírem das suas terras para a construção da rodovia BR 101 (FIGURA 50). Foi assim que em 1968 compraram terras localizadas acima daquelas que tinham, um pouco mais afastadas da rodovia, ainda nas imediações do Engenho Trapiche (DOS SANTOS, 2012). "Desse modo, a comunidade quilombola das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho assegurou suas terras, se diferenciando das histórias da maioria das comunidades existentes no país" (DOS SANTOS, 2012, p. 8). Em 1999, a comunidade, especificamente as mulheres, criou a Associação dos Moradores, Pequenos Produtores Rurais e Quilombola Onze Negras – AMPRUQUION. Desde 2007 foram reconhecidos como quilombolas e atualmente vivem na área aproximadamente 486 famílias (COMUNIDADES, 2014). Apesar do reconhecimento, a comunidade quilombola tem tido conflitos com as invasões de suas terras pela empresa Novo Projeto – Fábrica de espumas para colchões e móveis tubulares<sup>91</sup> (RACISMO AMBIENTAL, 2014).



Figura 50 - Placa indicativa da Comunidade quilombola Onze negras na BR101. Fonte: Solá Pérez, 2015.

A criação da Cooperativa Tiriri Ltda. foi em 1963, com patrocínio federal. O caso da criação da Cooperativa Tiriri foi outra tentativa de contenção social realizada pela direção da

---

<sup>91</sup> Mais informações sobre os conflitos socioambientais no Quilombo Onze Negras consultar as dissertações de Luciana Costa (2011) e Elielton Alves de Albuquerque (2011) do mestrado no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE.

SUDENE, encabeçada, à época, por Celso Furtado, pois 33 camponeses das Ligas Camponesas tinham ocupado a área da Rede Ferroviária do Nordeste no Engenho Tiriri e a SUDENE negociou com eles para criar a Cooperativa. Os trabalhadores rurais do Engenho Tiriri do município do Cabo de Santo Agostinho tinham entrado em greve devido às ameaças de serem demitidos em massa porque, segundo o argumento dos proprietários, não tinham condições de aplicar o Estatuto do Trabalhador Rural (instituído nesse mesmo ano de 1963) devido às grandes exigências econômicas - salário mínimo, salário de férias, repouso semanal remunerado - não havendo acordo possível.

Foi assim que, sem a resolução pelo Ministério do Trabalho, a SUDENE interveio na situação temendo uma “cubanização”, isto é, a instalação do comunismo (DABAT, 1996). A Igreja Católica e o Partido Comunista disputavam a formação de sindicatos rurais com as Ligas Camponesas (VANDEL, 2004; DABAT, 1996) e, nessa conjuntura, o Padre Antônio Melo<sup>92</sup>, vigário do Município do Cabo de Santo Agostinho do clero católico conservador, teve ingerência direta nas negociações da Cooperativa Tiriri e conduziu a cooperativa através de outra pessoa entre os anos de 1968 a 1982 (DABAT, 1996). Mais tarde, segundo depoimentos de trabalho de campo, este Padre foi responsável por desmontar a Cooperativa<sup>93</sup>.

A SUDENE – com apoio de João Goulart (1961-1964), então presidente do Brasil, e de Miguel Arraes (1963-1964), governador de Pernambuco – propôs em 1963 a criação de uma cooperativa que fosse organizada pelos camponeses<sup>94</sup> dos engenhos Tiriri, Massangana, Algodoads, Serraria e Jasmim, e fornecesse cana-de-açúcar à usina Salgado.

O pagamento do arrendamento das terras foi realizado na base de 5% da produção bruta de cana colocada na Usina, seguindo o acordo entre a SUDENE e os proprietários das terras – Rui Cardoso e Valter Cardoso (DABAT, 1996). A Cooperativa pagou um salário mínimo aos trabalhadores por uma quantidade fixa de cana cortada e, quando havia uma margem superior de produção alcançada, os trabalhadores receberam adicionais. No fim de cada ano agrícola, o balanço da Cooperativa, depois de proceder à integralização do fundo de

---

<sup>92</sup>Esse Padre fez também uma intervenção quando a COPERBO tinha tentado expulsar os camponeses/as das terras que havia vendido à CRC ao haver a desapropriação pelo Estado da Usina José Rufino. Ele conseguiu que o governo de Pernambuco falhasse a favor dos camponeses fazendo com que ficassem nas suas casas até que fossem instalados nos seus lugares de destino (ANDRADE, 2011). A Igreja Católica disputava com as Ligas Camponesas a sua influência com os camponeses, pois temiam que as Ligas promovessem o comunismo (DABAT, 1996).

<sup>93</sup>A jornalista Adriana Guarda (2011) confirma isso a partir da entrevista a um camponês que comenta que “Padre Melo era muito sabido. Sabido não, que isso não é defeito. Ele era desonesto mesmo. Fazia o agricultor analfabeto carimbar o polegar em documentos que a gente nem sabia o que era”, conta José Manoel dos Santos”.

<sup>94</sup>Dabat (1996) informa que há dúvidas a respeito da quantidade de famílias, sendo que depoimentos de suas entrevistas indicaram mais de 1000 famílias, Valdenice Villar (1986) assim como Maria Stella Grossi Porto (1989) citaram em torno de 400 famílias e na Assembleia Legislativa o Deputado Paulo Rangel (1963) mencionava mais de 3000 famílias.

capitalização, distribuiu 50% do restante entre os trabalhadores, priorizando aqueles trabalhadores mais esmerados. As decisões eram tomadas em assembleias e as mulheres e crianças menores de doze anos não trabalhavam mais com a cana-de-açúcar. Foi organizada uma cooperativa de consumo de alimentos, que passaram a ser cultivados nos mesmos engenhos (DABAT, 1996).

Segundo Dabat (1996), podem ser identificadas três fases da Cooperativa: a fundação até o golpe militar; a retomada pelas elites tradicionais - que implica no parcelamento das terras em 1968 - o desmonte protagonizado pelo Padre Melo, ao qual fazem referência os depoimentos; e a extensão industrial - através da compra das usinas de Mussurepe e Serro Azul em 1978.

A ditadura militar no país (1964-1985) significou a perseguição de trabalhadores organizados e destituiu o presidente João Goulart e o governador Miguel Arraes<sup>95</sup>. Nesse contexto de diminuição do apoio governamental, a Cooperativa começou a apresentar uma situação econômica em declínio. As Ligas Camponesas foram colocadas na clandestinidade e os sindicatos rurais se mantiveram ativos, mas sob tutela do clero conservador (KOURY, 2009).

Em 1968 foi rescindido o contrato entre a Cooperativa e a SUDENE por ter sido considerado que não haviam conseguido resultados econômicos que dessem viabilidade ao projeto. E, em 24 de janeiro desse mesmo ano, instituiu-se o Decreto 62 168 que:

Declara de interesse social, para fins de desapropriação imóveis rurais situados no Município de Cabo, no Estado de Pernambuco. [...] Art. 1º - são declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos do artigo 18, letra "a" e 26, inciso V da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, assim como do artigo 2º, parágrafo único da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, os Engenhos ALGODOAIS, SERRARIA, MASSANGANA, TIRIRI e JASMIN, pertencentes à Usina Santo Ignácio S.A, com área igual a 2.600 hectares; a propriedade SERRARIA, pertencente a Benevenuto de Azevedo Teles Filho, com a área de 260 hectares; e o imóvel Tiriri, pertencente à Rede Ferroviária do Nordeste, com área de 147 hectares, todos situados no município de Cabo, no Estado de Pernambuco.- Art. 2º - Para fins do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 31 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 31 de maio de 1956, é declarada de urgência a desapropriação de que trata o presente decreto. - Art. 3º - Fica o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, IBRA, autorizado a, com a colaboração técnica e financeira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, dar execução a este decreto, promovendo as medidas amigáveis ou judiciais necessárias, e incorporando ao seu

<sup>95</sup>Para que a reforma agrária tomasse o rumo pretendido pelo Estado e não pelos movimentos, no mesmo ano em que inicia o período de ditadura militar se promulgou o Estatuto da Terra, primeira lei de reforma agrária no país que, apesar de promulgar-se na ditadura foi gestada sob influência da Aliança para o Progresso (STÉDILE, 2012). A partir do Estatuto da Terra se buscava a modernização e industrialização da agricultura e "neutralizar os conflitos sociais no campo" (BRUNO, 1995, p. 6).

patrimônio os imóveis desapropriados, a fim de aplicá-los aos objetivos da Lei Nº4.504 [Estatuto da Terra], de 30 de novembro de 1964 (BRASIL, 2014).

Esse Decreto indica que, as terras desapropriadas - que totalizavam 3007 ha. - foram divididas em módulos de 10 ha. entre as famílias dos engenhos citados – Algodois, Massangana, Tiriri, Serraria e Jasmim. “Entre 1968-1978 delinea-se e desenvolve-se um processo de diferenciação social entre os cooperativados que tem origem na individualização da produção provocada pelo parcelamento da terra” (FIGUEIREDO, TEIXEIRA, 1988, p.8). A produtividade dos trabalhadores de cada lote era diferente, seja pela qualidade dos solos, a disponibilidade de mão de obra, o uso de tecnologias ou, pelo acesso a créditos. Isso implicou em disputas internas entre os associados da Cooperativa (FIGUEIREDO, TEIXEIRA, 1988). O panorama de desentendimentos permitiu que outras pessoas se aproximassem da Cooperativa Tiriri e tomassem o mando da mesma que, até 2005, continuou em funcionamento, mas com sede em Paudalho (64 km. distante da sede anterior do Cabo de Santo Agostinho, localizada na Zona da Mata norte de Pernambuco) (FREITAS, 2005).

Em trabalho de campo, um camponês disse ao contar a história da Cooperativa Tiriri: "Arraes deu seis sacos de feijão e fizeram a Cooperativa. Uns tempos depois Suape chegou dizendo que a propriedade é dela"<sup>96</sup>.

Em 1979, exatamente na área correspondente à Cooperativa Tiriri, foram expropriados 13.500 ha. para a instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape - CIPS. Mas - como já explicamos - a sobreposição não se restringia à Cooperativa, já que abrange outros 27 engenhos. Porém, no título de outorga das terras à Cooperativa Tiriri teve uma condição resolutiva que implicou que essas terras só poderiam ser para os camponeses da mesma.

A diferença fundamental entre as Ligas Camponesas e o Estado através da CRC e da SUDENE - à qual fazíamos referência - ultrapassa esse caso. O proceder do Estado diante da questão agrária é a colonização, a industrialização e a modernização - o desenvolvimento - e não a reforma agrária, a terra para os camponeses e resolver a questão agrária. O panorama apresentado mostra que os camponeses/as do que é hoje Suape estão, desde há 36 anos, sendo expropriados das suas terras/territórios em nome do interesse nacional de reprodução do capital através do CIPS.

Mas ao mesmo tempo, os camponeses/as traçaram diversas estratégias como forma de reproduzir a vida, tais como: fugir da escravidão e formar espaços comunitários, trabalhar

---

<sup>96</sup> Entrevista realizada no dia 5 de novembro de 2014 no engenho Tiriri.

na cana para morar na terra (moradores de condição), manter suas lavouras e a criação de animais, conseguir manter a situação de greve pelo fato de terem acesso ao alimento dos próprios sítios, trocar/vender a produção excedente, organizar-se socialmente em movimentos, ligas, sindicatos.

Historicamente esses sujeitos escravos, indígenas, quilombolas, posseiros, pequenos produtores, sitiantes, foreiros, enfim, camponeses/as são subalternizados, marginalizados e negados de viver. Mas também, historicamente, buscam os seus direitos de ser, fazer, r-existir de acordo com a sua própria lógica de reproduzir a vida e não necessariamente o capital.

A organização da sociedade espacialmente no que hoje é o Brasil marginaliza os camponeses/as e as comunidades rurais a partir do processo de privatização das terras, seja na constituição das sesmarias ou na lei de terras que constitui os latifúndios. O histórico da organização da sociedade no espaço da zona da mata sul de Pernambuco mostra essa diversidade de sujeitos que sofrem e resistem, até a atualidade, na condição de marginalidade do uso e ocupação da terra.

O Estado que busca, através da proibição de cultivar, desenraizar os camponeses/as de suas terras/territórios, é o mesmo que se coloca como reprodutor do capital e incentiva a instalação de empresas privadas no CIPS, também visando à reprodução do capital, expropriando os camponeses/as e em detrimento da reprodução de suas vidas. A expropriação é a negação de ser/existir que se reproduzem nesses territórios e não em outros.

Através do exposto observamos, nessas terras, uma mudança na lógica espacial do corte da cana-de-açúcar para a instalação de indústrias<sup>97</sup>, especialmente de petróleo e derivados. A respeito das estratégias da reprodução do capital, Harvey (2005) explica que “o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente” (HARVEY, 2005, p. 54). Em outros termos, na medida em que o capitalismo entra em crise, mecanismos de recriação são construídos para continuar com a acumulação. Isso nos demonstra que não significa que antes da instalação do CIPS não houvesse capitalismo nessas terras, mas sim, que atualmente o Estado considerou necessário mudar a lógica da acumulação em função da crise que se apresentava no setor sucroalcooleiro, especialmente no nordeste, já que o sudeste estava recebendo incentivos para a sua produção.

---

<sup>97</sup> No Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA - da Universidade Federal de Pernambuco há um projeto de pesquisa sobre as mudanças no uso da terra da agricultura para a industrialização, com especial ênfase para o CIPS na Zona da Mata Sul de Pernambuco e tem analisado os impactos socioambientais gerados por essa mudança. No capítulo 1 já citamos os projetos do grupo. Mais informações consultar: Gehlen (2005), Santos e Gehlen (2010).

Neste sentido de mudança de lógicas, no próximo item apresentamos as políticas públicas de modernização relacionadas com as políticas de reforma agrária e os conflitos que se estabelecem no território do que hoje é Suape entre os camponeses e a instalação do CIPS, fruto dessas políticas de modernização que são, nessa antinomia entre a questão agrária e o desenvolvimento, consideradas de maior importância. Paulatinamente abordamos as bases em torno das quais organizamos a nossa pesquisa: a permanente resistência camponesa e suas estratégias, e o que significa para a vida dos camponeses/as a instalação do desenvolvimento nos seus territórios e a vigência da questão agrária.

## 2.2 CONFLITOS TERRITORIAIS PELO ENCLAVE DE EXPORTAÇÃO - CIPS - ASSOCIADO À LÓGICA NEOCOLONIAL

Os conflitos territoriais são aqueles que são estabelecidos em decorrência de uma disputa de interesses entre diversos sujeitos em um mesmo território. Entre estes as lógicas culturais e de apropriação são diferenciadas e, conseqüentemente, resulta em conflitos (ZHOURI, LASCHEFSKI; 2010).

Tratamos nesta abordagem do desenvolvimento, a partir das políticas públicas na escala local – neste caso, do Complexo Industrial Portuário Suape (FIGURAS 51 e 52) aquilo que se contrapõe à reprodução dos modos de vida dos camponeses/as pela expulsão dos seus territórios.



Figura 51 -Foto panorâmica do CIPS desde a PE 28 a caminho da praia de Suape no Cabo de Santo Agostinho. Fonte: Solá Pérez, 2013.



Figura 52 - Foto panorâmica do CIPS desde o mirante de Ipojuca. Fonte: Solá Pérez, 2013.

Desde o auge do crescimento do CIPS, ano a ano, os camponeses/as estão sendo retirados dos seus territórios de vida sem que o Estado pernambucano, na figura do CIPS, lhes garanta as mesmas ou melhores condições de vida por terem que sair de seus territórios.

Os dados dos últimos anos mostram centenas de famílias saindo de seus territórios de vida. Segundo as informações do site do CIPS, foram realizadas 284 indenizações em 2011, 173 em 2012, 526 em 2013 e 232 indenizações em 2014, respectivamente (LOURENÇO, 2014).

Além do conflito pela expropriação, observamos extrema violência nesse proceder. Diariamente há dois seguranças privados fiscalizando se alguém está remodelando ou construindo benfeitorias, ou plantando. Eles utilizam uma moto, permanecem com capacete e ficam armados, e também, fazem uso de uma máquina fotográfica para amedrontar os camponeses/as em suas próprias terras (FIGURA 54). Em 2014 houve uma audiência na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com os camponeses/as do que hoje é Suape para que ela estivesse ciente das arbitrariedades que estão acontecendo entre eles/as e o CIPS. Nesta ocasião o representante da OAB questionou se alguém já tinha sofrido ameaças por parte dos seguranças do CIPS, e a resposta afirmativa dos camponeses/as foi unânime (FIGURA 53). Inclusive, em mais de um trabalho de campo presenciamos a ronda dos seguranças pelas comunidades, sendo que também fomos abordados sobre o que fazíamos no engenho. Perguntamos qual era a função deles, disseram que era "fiscalizar e fotografar desflorestamento e construções de casas"<sup>98</sup>.



Figura 53 - Audiência na OAB. 11 nov, 2014. Fonte: Solá Pérez, 2014. Figura 54 - Seguranças do CIPS. Fonte Solá Pérez, 2012.

Um dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST - comentou em entrevista<sup>99</sup> que o procedimento justo seria, primeiramente, permitir a permanência desses

<sup>98</sup> Encontro imprevisto com os seguranças do CIPS no dia 19 de agosto de 2012.

<sup>99</sup> Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2014.

camponeses em seus territórios de vida. Não sendo isso possível devido à periculosidade ou em decorrência da proximidade com empresas poluidoras, os camponeses/as deveriam poder escolher se queriam continuar reproduzindo a vida dentro de condições semelhantes às que viviam ou se preferiam morar na cidade. Nesse primeiro caso, os próprios camponeses/as deveriam escolher a terra e o CIPS deveria construir as casas e indenizar pelas benfeitorias e plantações, além da indenização específica pela produção em função dos anos de vida que restam ao camponês/a. No outro caso, o camponês/a que fosse morar na cidade deveria poder escolher o local de moradia. "É terra por terra, casa por casa, esse tem que ser o entendimento" (Entrevista militante MST, 2014).

O CIPS, em nota de esclarecimento veiculada através de jornal de ampla divulgação em Recife, explicou o procedimento das indenizações devido às mobilizações acontecidas no começo do ano de 2012.

As famílias são indenizadas pelas benfeitorias do terreno, ou seja, construções, plantações etc. Como as terras pertencem ao Complexo, os posseiros não têm direito a ressarcimento pelo terreno. O valor do pagamento é definido a partir de um laudo técnico, elaborado por um avaliador externo, segundo as normas da ABNT (NBR – 14653), uma das mais usadas em todo o Brasil. Após a conclusão da avaliação, a empresa Suape convida os posseiros para conhecer o resultado e negociar com a empresa. O acordo firmado é homologado na justiça. Caso não haja consenso durante o processo de negociação, o Complexo aciona o Poder Judiciário para decidir sobre o valor da indenização. Vale ressaltar, que mais de 90% dos casos são resolvidos na fase de negociação (JAMILDO, 2012).

Segundo os camponeses/as entrevistados, os procedimentos da expropriação eram diversificados e diferentes àquilo que a empresa mencionava. Houve oportunidades em que o presidente da associação dos moradores foi chamado para falar com os responsáveis do setor fundiário do CIPS e, muitas vezes, beneficiou-se em detrimento dos camponeses/as. Outras, o próprio camponês foi chamado pelo setor fundiário e recebeu a notícia que deveria sair da própria terra em alguns dias porque iriam derrubar a casa, sendo que, ilegalmente, o dinheiro estava depositado em uma conta aberta em nome dele. Ainda houve ocasiões em que a família não estava na casa e quando retornou, ela tinha sido demolida, mesmo sem haver um acordo sobre a expropriação (FIGURA 55). Ou, acontecia também a família ser acordada em uma manhã vendo ao lado de sua terra uma retroescavadeira (FIGURA 56) que, claramente, intimidava os moradores, o que impunha uma espécie de plantão doméstico para que não derrubassem a casa enquanto estavam ausentes.



Figura 55 - Retro-escavadeira da empresa Pernambuco Construtora. Figura 56 - "Os escombros do progresso" - Casas dos camponeses derrubadas. Fonte: Solá Pérez, 2012.

Os valores da tabela da FETAPE são maiores que os da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), por isso ambas disputam para que as indenizações sejam realizadas considerando suas próprias tabelas. Em uma ocasião, no ano de 2011, o então diretor da gestão fundiária do CIPS, Inaldo Campelo, disse não ter usado a tabela da FETAPE por ter deixado de existir, mas a própria diretoria da FETAPE desmentiu essa informação (PORTOGENTE, 2011). Um exemplo da diferença de valores: o líder do MST comentou que um pé de coco adulto, segundo a ABNT, custa R\$40,00 (quarenta reais), sendo que para a FETAPE equivale a R\$600,00 (seiscentos reais). Além da divergência de valores, deve-se levar em conta que o CIPS não paga pela terra as benfeitorias, construção e lavoura, e que antes de fazer o cálculo, determina o corte de árvores frutíferas e da lavoura.

Esta disputa, como dito anteriormente, teve início na década de 1970 quando as terras, tanto de antigos engenhos onde moravam camponeses/as com aquelas outorgadas pelo INCRA à Cooperativa Tiriri, foram apropriadas pelo CIPS. No caso dos cinco engenhos da Cooperativa - Algodoads, Massangana, Tiriri, Serraria e Jasmim - a venda dessas terras foi ilegal pelo fato de serem terras de reforma agrária.

Posteriormente, na década de 1990, o processo de modernização dos portos e a injeção de recursos financeiros pelo Programa Brasil em Ação gerou a instalação de mais empresas e, conseqüentemente, expropriação das terras camponesas.

E, ainda, desde a década de 2000, devido à estratégia do neodesenvolvimento executada através do PAC, ocorreu uma intensificação nas expropriações dos camponeses/as do que hoje é Suape. Nos próximos itens tratamos estes processos.

Já são 36 anos de conflitos e de dúvidas por parte dos camponeses/as de não saber se serão ou não expropriados, pois o setor fundiário não faz assembleias públicas nas quais se discuta a permanência ou não dos camponeses/as. Como veremos posteriormente, segundo o

plano de manejo de CIPS, algumas comunidades poderão ficar no que hoje é Suape, mas os próprios camponeses/as não recebem nem consultas nem informações.

### 2.2.1 Os primeiros conflitos década de 1970-2000

Apesar das previsões realizadas por alguns cientistas sobre os impactos devastadores - do mangue, da restinga, da expropriação dos camponeses/as, da mudança nos modos de vida dos camponeses/as - que provocaria o CIPS antes do megaprojeto ser criado - já citados no capítulo anterior - o empreendimento foi instalado e continua se desenvolvendo em detrimento da natureza e das comunidades locais.

No ano de 1975 foi realizado o primeiro plano de manejo do CIPS. Em 1983 foi instituído o Decreto Estadual 8.447 que determinou o zoneamento do CIPS. Nele havia duas áreas residenciais: Zona Residencial - ZR - e Zona Residencial Turística -ZRT:

Art. 11 - O zoneamento do solo constante do mapa anexo, fica detalhado como segue:

§ 6º - ZONA RESIDENCIAL (ZR) – subdividida nas unidades caracterizadas como se segue: a) – Zona Residencial de Expansão de Nossa Senhora do Ó, de Cabo e Ponte dos Carvalhos (ZR-1, ZR-3 A, ZR-3B e ZR-3C), a primeira situada no Município de Ipojuca e as demais no Município do Cabo, cujo uso está sujeito às adequações e restrições impostas pelos Regulamentos Municipais, Estaduais e Federais em vigor. b) – Zonas Residenciais a serem implantadas (ZR-2, ZR-3D), a primeira no chamado Engenho Boa Sica e a outra nos Engenhos Boa Vista e Jurissaca, onde são consideradas adequadas, além do emprego residencial já implícito, os demais usos especificados no Plano Básico Urbanístico da área.

§ 7º - ZONA RESIDENCIAL TURÍSTICA (ZRT) – localiza-se nas Praias de Gaibú, Itapuama, do Paiva e Pontal do Cupe, com idênticas finalidades para usos da Zona Residencial, e com especial destinação aos programas de turismo (PERNAMBUCO, 1983).

Nossa Senhora do Ó, Cabo e Ponte dos Carvalhos eram consideradas áreas de expansão para moradia. Inclusive nas entrevistas com as mulheres do Centro das Mulheres do Cabo fomos informados que esses foram os locais de instalação dos que moravam nas terras do que hoje é Suape. Sobre o engenho Boa Sica não temos informações de sua existência, portanto, não podemos saber o que aconteceu, e os engenhos Boa Vista e Jurissaca estavam nas periferias do CIPS.

Segundo relatos dos camponeses/as entrevistados do engenho Tiriri, na época do início da instalação do CIPS vários camponeses/as saíram de seus territórios, mas não houve um processo de expropriação generalizado. Enquanto as indenizações não foram feitas, os

camponeses/as continuaram nas suas terras, cultivando-as e mantendo os animais de criação, reproduzindo as suas vidas.

Em 1983, Grandejan e Martins publicaram um artigo no qual mostraram o processo de instalação e expropriação que estava acontecendo na área escolhida pelo CIPS. Inclusive apresentaram um quadro (QUADRO 2) que indicava a população atingida pelo Projeto.

SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SUAPE								
GRUPOS PESQUISADOS		RELAÇÃO DE TRABALHO		ATIVIDADE ECONÔMICA		CONDIÇÃO DE MORADIA		
		ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL	
RESIDENTES NA ÁREA DE DOMÍNIO	"PARTICULAR"	. ex-moradores de engenho	Moradores de condição e trabalhadores permanentes	Pequenos produtores sem terras	Agricultura de subsistência nos sítios	Agricultura de subsistência nos sítios	Casas e sítios cedidos nas dos engenhos	Casa e sítio cedidos provisoriamente pela Empresa Suape
		. pescadores tiradores de coco	autônomos moradores de condição ou trabalhadores permanente	autônomos trabalhadores permanentes	pesca ativ.extrativa	pesca ativ.extrativa	casas próprias	casa própria
	"TIRIRI"	. trabalhadores nas obras de Suape	autônomos moradores de condição ou trabalhadores permanente	trabalhadores permanentes	agricultura de inexistência nos sítios	agricultura de inexistência nos sítios	casas e sítios cedidos nas terras dos engenhos	casa cedida pela Empresa Suape
		. lotistas	pequenos produtores moradores de condição assalariados temporários	pequenos produtores sem terra assalariados temporários	cana de açúcar	atividade extrat. e agricultura da subsistência nos sítios	casas próprias	casa e lote cedidos pela Emp. Suape.
NÃO RESIDENTES NA ÁREA DE DOMÍNIO	"MIGRANTE"	. "moradores de cotistas"	pequenos produtores moradores de condição assalariados temporários	pequenos produtores sem terra assalariados temporários	agricultura de subsistência nos sítios	agricultura de subsistência nos sítios	casas e sítios cedidos nas terras dos lotistas	
		. "assalariados de cotistas"	pequenos produtores moradores de condição assalariados temporários	pequenos produtores sem terra assalariados temporários	agricultura de subsistência nos sítios	atividade extrat. e agricultura da subsistência nos sítios	casas e sítios cedidos nas terras dos lotistas	
	"TRANSFERIDA"	. ex-moradores de engenho	moradores de condição e trabalhadores assalariados	trabalhadores assalariados temporários	agricultura de subsistência nos sítios	agricultura de subsistência nos sítios	casas e sítios cedidos nas terras dos engenhos	casas próprias nas periferias das cidades
		. ex-lotistas	pequenos produtores	trabalhadores assalariados temporários	cana-de-açúcar	cana-de-açúcar	casas próprias	casas próprias nas periferias das cidades
		. lotistas	pequenos produtores	pequenos produtores	cana-de-açúcar	cana-de-açúcar	casas próprias	casas próprias
		. ex-moradores de lotistas ou trabalhadores assalariados	moradores de condição ou trabalhadores assalariados	pequenos produtores	Agricultura de subsistência nos sítios	cana-de-açúcar	casas e sítios cedidos nas terras dos lotistas	casas próprias

Quadro 2 – Situação da população atingida pela implantação do Projeto Suape. Fonte: Grandejan e Martins, 1983.

Como podemos ver no quadro, os autores diferenciaram os moradores residentes da área ligados à Cooperativa Tiriri, os "residentes particulares" e os não residentes, chamados de migrantes e transferidos. E, para cada caso, mostraram a relação de trabalho, econômica e de moradia no período anterior à instalação do porto e no ano de 1983. O panorama de mudança não beneficiou a nenhuma das categorias identificadas. O trabalho dos moradores virou temporário, a maioria deles não tinha mais terra e alguns deles moraram em casas aparentemente cedidas pela Empresa Suape e nas periferias da cidade. Com base nessa pesquisa, Martins se apresentou em 1983 na Assembleia Legislativa de Pernambuco - ALEPE - para fazer a denúncia do que estava acontecendo no que hoje é Suape.

Ainda, um artigo de 1984, de Rachel Lins, fez uma comparação entre duas terras onde moravam os camponeses/as, mas tiveram que sair, e onde foram morar depois da expropriação. A primeira com 4.900 ha., situada no que hoje é Suape entre os municípios de

Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, e a segunda, com 2.317,75 ha., localizada entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Paudalho. Ela mencionou que as condições eram bastante diferentes, especialmente no que se refere à presença de mangue e camboas, nas primeiras, que permitiam uma fonte adicional de alimentação e renda aos agricultores, sendo que na segunda o domínio era de monocultivo de cana-de-açúcar. Isso mostrou que as condições dos camponeses/as expropriados pioraram ao terem de se mudar para essas novas terras.

Nos primeiros anos as empresas instaladas foram a Petrobras - que construiu quatro tanques de armazenamento de álcool - e, a BR distribuidora, a Texaco, a Esso e a Shell, que se trasladaram para o CIPS em 1986 devido a um incêndio de um navio de combustível no porto de Recife.

O segundo período de instalação de empresas e construção do CIPS ocorreu na década de 1990. Seguindo a lei de modernização dos portos, o Complexo construiu um cais de usos múltiplos e iniciou a circulação de produtos através de contêineres. Em 1991, através do documento "Diretrizes da Política Nacional dos Transportes", este foi incluído entre os onze portos prioritários para investimento em infraestrutura do Brasil. O governo de Fernando Henrique Cardoso criou, em 1996, o Programa Brasil em Ação (com duração até 1999), que dispunha recursos para a construção do seu porto interno.

Valdeci Monteiro dos Santos (2012), codiretor da consultora Planave-Projetec, que realizou o plano diretor do CIPS (2010), em uma entrevista para o Instituto Unisinos explicou que:

Pode-se dizer que, até meados de 2005, Suape se caracterizaria por investimentos no porto e na instalação de empresas de médio porte, com baixa complexidade tecnológica, pouca exigência de qualificação profissional e limitada capacidade de irradiação na economia regional. Vale lembrar que as décadas de 1980 e 1990 e os anos iniciais do Século 21 foram marcados pelo baixo crescimento e, em especial, por um processo de desindustrialização da economia estadual (DOS SANTOS, 2012).

Isto significa que, apesar de haver a intenção de fazer crescer o CIPS a partir dos investimentos do Programa Brasil em Ação, efetivamente não se observou resultados significativos. Deste período não há muitos dados, mas os camponeses/as comentam que nessa época houve uma nova onda de expropriações semelhante à ocorrida no início da construção do CIPS. Talvez devido justamente às tentativas de fazer do CIPS realmente um complexo industrial portuário.

No início da década de 1990 houve um processo de ocupação da área do que hoje é Suape por 600 famílias, constituindo a Fazenda dos Trabalhadores, formada por cinco engenhos: Arendepe, Penderama, Tabatinga, Conceição Nova e Pirajá.

### 2.2.2 E os conflitos continuam e se intensificam com o PAC - Décadas de 2000, 2010 até 2014

Até começo da década de 2000, segundo indica o Estudo de Impacto Ambiental do Complexo, havia menos de 4500 empregos diretos e pouca influência por parte deste para promover o surgimento de indústrias complementares àquelas instaladas na área do CIPS (CPRH, 2000). Isso nos permite identificar que o processo de instalação e integração do CIPS aos próprios municípios nos quais se instalou foi deficiente.

Contudo, desde 2005 os investimentos são cada vez maiores, devido aos incentivos do PAC e à decisão da Petrobras de instalar no CIPS a Refinaria Abreu e Lima. Junto a isso, a instalação dos estaleiros e da Petroquímica Suape deram uma nova vocação à antiga área de cana-de-açúcar e de engenhos (DOS SANTOS, 2012). E, na medida em que o Complexo se consolidou, aumentaram os empregos temporários e precarizados, e as expropriações se intensificaram.

As expropriações se tornaram sistemáticas na medida em que as empresas se instalaram, mas também a partir do momento em que se atualizou o Plano de Manejo do CIPS através do Decreto Nº 37.160/2011, que instituiu o zoneamento (FIGURA 57).

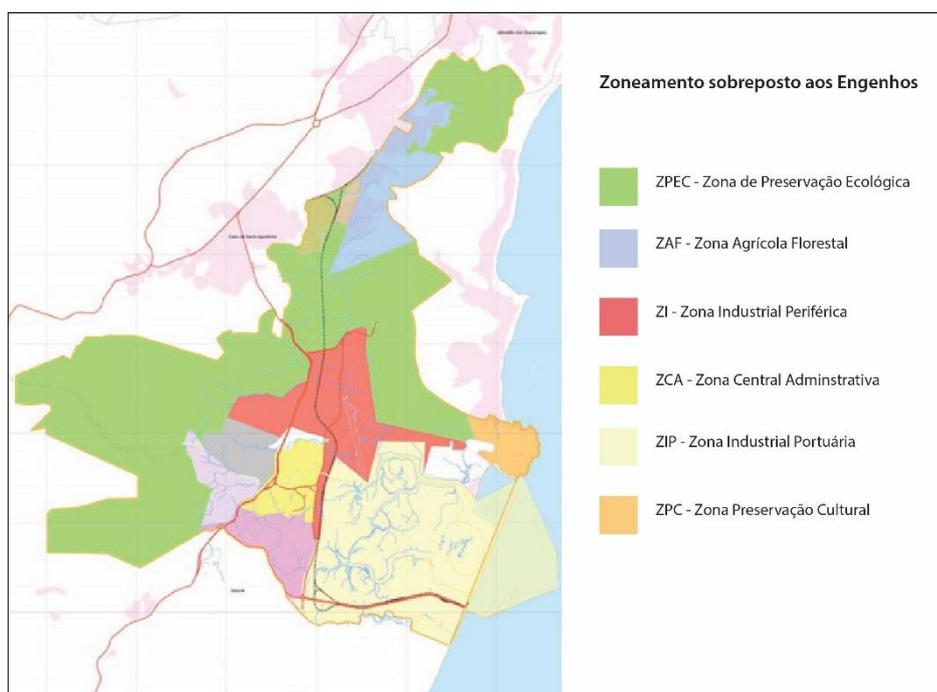


Figura 57 - Zoneamento no CIPS. Fonte: Adaptado de Planave-Projetec por Elisa Serafim, 2015.

Como podemos ver na legenda, a área de 13.500 ha. está dividida em seis zonas: zona industrial portuária, zona industrial periférica, zona central administrativa, zona de preservação ecológica, zona agrícola florestal e zona de preservação cultural. No plano de manejo vigente também estão indicadas as comunidades que permanecem no que hoje é Suape. Para ter informações dos vinte sete engenhos recorreremos também ao plano de manejo da Estação Ecológica Bita e Utinga, que está sendo instalado em onze dos vinte e sete engenhos do que hoje é Suape. Com base nas informações destes dois documentos e das notícias veiculadas pelo setor de comunicação do CIPS no site do mesmo, organizamos a tabela 6, que detalhamos a seguir segundo a sua especificidade e conflito.

<b>COMUNIDADES QUE NÃO PERMANECEM</b>		<b>COMUNIDADES QUE PERMANECEM</b>	
<b>ZI - SEGUNDO PLANO DE MANEJO CIPS e NOTÍCIAS SITE CIPS</b>	<b>ZPEC - SEGUNDO PLANO DE MANEJO EE de BITA e UTINGA</b>	<b>SEGUNDO PLANO DE MANEJO CIPS</b>	<b>SEGUNDO PROJETO HABITACIONAL SUAPE - NOTÍCIAS SITE CIPS</b>
Tatuoca Jurissaca Ilha Serraria Tiriri Massangana	Arendepe Penderama Tabatinga Conceição Nova Pirajá Jasmim Engenho do Meio Setúbal Trapiche Utinga de Baixo Utinga de Cima	Massangana Dois Irmãos ----- Boa Vista Jurissaca Rosário Algodoads Tabatinga Penderama Mercês	Vila Suape Vila Nazaré Vila Gaibu Massangana Dois Irmãos ----- Nova Vila Tatuoca Nova Vila Claudete

Tabela 6 - Tabela das comunidades que não permanecem e que permanecem no que hoje é Suape. Org. Solá Pérez, 2015.

Com base na figura dos engenhos sobreposta com a figura das zonas do CIPS conforme o seu plano de manejo é possível ter uma visualização, ainda que - como veremos nos próximos itens - não exatamente correspondente àquilo que os documentos indicam, sobre quais engenhos estão nas zonas de instalação de empresas e quais estão nas zonas consideradas como área de preservação ecológica (FIGURA 58).

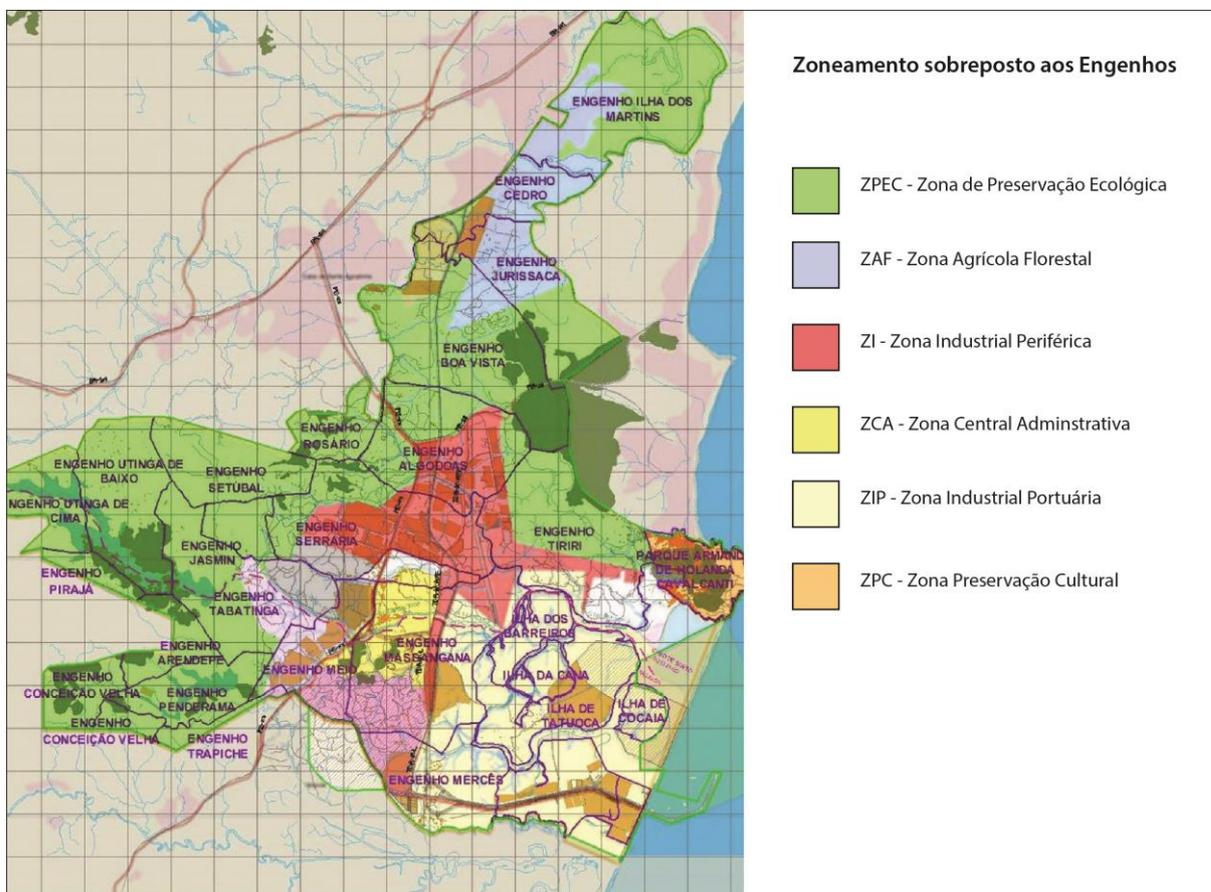


Figura 58 - Relação dos engenhos segundo o zoneamento do CIPS. Fonte: Adaptado de Planave-Projetec por Elisa Serafim, 2015.

### 2.2.3 Comunidades que não permanecem por estarem na Zona Industrial

As empresas que o CIPS considera mais importantes e que deram impulso a este período de intensificação de instalação de empresas e de expropriações são a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), a Petroquímica Suape e os estaleiros.

Em 2005 começou a ser planejada a instalação da Refinaria Abreu e Lima em uma parceria entre a Petrobras e a Companhia de Petróleo da Venezuela (PDVSA), mas desde 2013 ela foi desfeita devido à falta de investimentos acordados de 40% dos custos por parte da PDVSA para a construção da RNEST (VALOR, 2013). A RNEST começou a operar no fim de 2014 com restrições:

A obtenção da licença foi confirmada pela agência estadual de meio ambiente de Pernambuco, [...] para processar 45 mil barris/dia, ou 39 por cento da capacidade do primeiro trem de refino. O órgão limitará a operação até que um equipamento de controle de poluição mostre-se em funcionamento (REUTERS, 2014).

Em 2007 começaram as obras do primeiro estaleiro - Estaleiro Atlântico Sul, em 2008 começaram as operações e seu primeiro navio foi terminado em 2010. Em 2011, o estaleiro Construção e Montagem Off-shore (CMO) tinha começado as tratativas para se instalar no CIPS, mas a não realização da dragagem necessária - apesar de ter sido aprovado o recurso pelo BNDES - fez com que o empreendimento fosse instalado em São Francisco do Sul - SC (GUARDA, 2014). Em 2012 o segundo estaleiro de Suape foi inaugurado, o Vard Promar (FIGURA 59). A instalação destes estaleiros provocou a expropriação dos moradores da Ilha de Tatuoca, e também, perda do mangue, restinga e da biodiversidade marinha devido às dragagens e, portanto, a perda da possibilidade de pescar (MORETTI, 2013).



Figura 59 - a. Estaleiros desde dentro do CIPS. b. Estaleiros vistos desde o mar. Fonte: Solá Pérez, 2013 e 2014, respectivamente.

Na Ilha de Tatuoca (FIGURA 60), 75 famílias foram expropriadas para a instalação dos Estaleiros Atlântico Sul e Vard Promar. É uma comunidade que vivia há 200 anos na Ilha e reproduzia a vida plantando, criando animais e pescando. No início de 2014 as 75 famílias foram obrigadas a sair dos seus territórios para morar em casas do conjunto habitacional Nova Vila Tatuoca (FIGURA 61) construído pelo Estado de Pernambuco, o CIPS e a Caixa Econômica Federal, na praia de Suape. Este conjunto tem 5 ha. e 76 casas de 48 m<sup>2</sup> cada uma (AZOUBEL, 2013), sendo que uma delas é utilizada pelo CIPS para manter um segurança privado (FIGURA 62). Antes de saírem da Ilha de Tatuoca, como a mesma encontra-se dentro do CIPS, era necessário que os moradores passassem por duas cancelas para aceder ao próprio território (SILVEIRA, 2010). Os moradores da Nova Vila Tatuoca dizem que não têm sombra para sentar, que não podem modificar as casas e que precisam ir muito longe para poder

trabalhar. Ainda, uma questão preocupante é que não receberam título de propriedade da casa, mas um título de uso (FIGURA 63).



Figura 60 - Casa na Ilha de Tatuoca. Fonte: Solá Pérez, 2014. Figura 61 - Casas do conjunto habitacional Nova Tatuoca. Fonte: Solá Pérez, 2014.

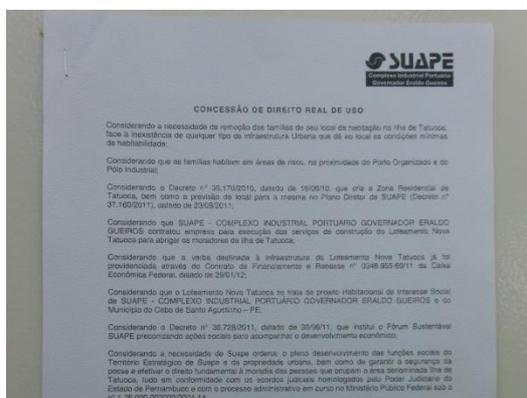


Figura 62 - Casa construída especificamente para o segurança privado do CIPS permanecer no conjunto habitacional. Fonte: Solá Pérez, 2014. Figura 63 - Contrato de concessão de direito de uso entre o CIPS e o camponês. Fonte: Solá Pérez, 2014.

Outro caso de expropriação foi nos engenhos Jurissaca e Ilha (dos Martins) devido à instalação da Companhia Siderúrgica Suape. Podemos observar que entre o engenho Jurissaca e o engenho Ilha está o engenho Cedro, mas em nenhum momento se faz menção dele, nem no site de notícias do CIPS nem no decreto do plano de manejo (FIGURA 64). Ainda, segundo o zoneamento esses estariam na zona agrícola florestal, não sendo possível, portanto, a instalação de uma siderúrgica, que deveria estar na ZI.

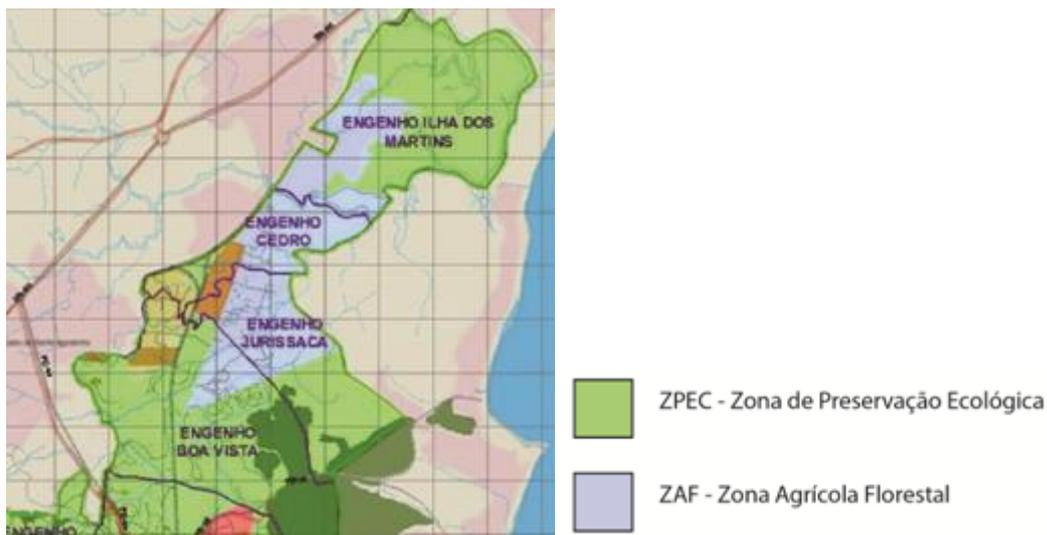


Figura 64 - Engenheiros Ilha, Cedro e Jurissaca. Fonte: Serafim, 2015.

Além disso, segundo o decreto do plano de manejo do CIPS, o engenho Jurissaca permaneceria, mas, segundo o site de notícias do CIPS, as famílias receberam, para sair, terras no Município de Barreiros<sup>100</sup> - distante 75 km do Município do Cabo de Santo Agostinho (LOURENÇO, 2013). As famílias dos engenhos Jurissaca e Ilha foram reassentadas no Assentamento Valdir Ximenes de Farias, em Barreiros, em 2013. Lotes de 5 ha. cada um foram entregues pelo ITERPE e o CIPS para 85 famílias, antes pertencentes aos engenhos Bobarda e Roncador (FETAPE, 2013). Este foi o único caso, até o momento, em que as famílias receberam terra como parte das indenizações. A promessa feita pelo diretor da Gestão Fundiária e Patrimônio do CIPS é que, após passarem cinco anos e com a condição de que os camponeses tenham demonstrado que praticam a lavoura nas terras, estes terão a propriedade dela (LOURENÇO, 2013). A construção das suas casas está atrelada à aprovação de crédito pela Caixa Econômica Federal do Programa de Habitação Rural. Em 2014, segundo publicação de Zaponi et al (2014), havia 109 famílias no assentamento.

O engenho Tiriri não aparece nem no Plano de Manejo do CIPS como comunidade que ficaria, nem no da EE Utinga e Bitá como área da EE, mas se encontra na ZPEC. Apesar disso, na tabela o colocamos na classificação das comunidades que não permanecem porque nela finaliza um dos trajetos da ferrovia Transnordestina e há relatos de despejos arbitrários nesse engenho. Em maio de 2012 foram destruídas seis casas e uma igreja. Na hora do despejo havia mais de cinquenta policiais militares e a tropa de choque (ALBUQUERQUE,

<sup>100</sup> Em junho de 2010 houve um temporal tão intenso que o prefeito do Município de Barreiros declarou estado de calamidade e indicou que 95% da área do município estava embaixo da enchente provocada pela chuva, muitas casas desabaram por ter um relevo bem ondulado e muitos barrancos e muitas pessoas tinham desaparecido (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2010). Esta é o local onde as famílias receberam terras, correndo riscos de verem suas casas desabar nos barrancos e com limitadas possibilidades de conseguir manter roças devido à fragilidade dos solos.

2012). Segundo relato<sup>101</sup> das famílias despejadas, elas receberam indenizações irrisórias para a desapropriação dos dez hectares que cada uma tinha, mesmo sem ter concordado com a imposição de saída da empresa Suape, e estão morando na casa de um vizinho do mesmo Engenho. Enquanto isso, as famílias constroem seis novas casas em um pequeno terreno de 10 x 27 metros que conseguiram comprar<sup>102</sup>.

Uma das camponesas explicou que eles eram moradores do lugar antes da chegada do CIPS, pois moravam há 62 anos no engenho Tiriri, e ela mesma nasceu em Boa Vista. Ela disse que plantavam macaxeira, fruteiras, feijão, batata e, com isso, viviam. Em 2013, em outro trabalho de campo<sup>103</sup>, os camponeses desse engenho estimaram que no ano anterior foram despejadas 31 famílias, em torno de 192 pessoas. E constatamos que os camponeses/as que continuam no engenho sofrem com a passagem permanente de caminhões da empresa Pernambuco Construções pelo caminho de terra da comunidade. Além do ruído constante, as casas próximas começaram a apresentar rachaduras nas paredes (FIGURA 65). Nessa mesma oportunidade um dos camponeses comentou que há famílias que estão ilhadas porque uns canais foram construídos, e quando chove sobe o nível da água. Ao mesmo tempo, as lavouras ficam sem água.



Figura 65 - Rachaduras nas casas por vibrações de caminhões que passam pelo caminho do engenho Tiriri. Fonte: Solá Pérez, 2013.

Além disso, como comentamos anteriormente, o engenho Tiriri fazia parte da Cooperativa Tiriri Ltda. junto com os engenhos Serraria, Jasmim, Algoduais e Massangana. Segundo relatos dos que acompanharam a fundação, eram aproximadamente 4000 famílias. Em 2012, uma das advogadas das famílias dos vinte e sete engenhos do que hoje é Suape

<sup>101</sup> Relato de trabalho de campo realizado no dia 19 de agosto de 2012.

<sup>102</sup> Para mais informações ver os vídeos postados no site do Movimento Ecosocialista de Pernambuco. Disponível em: < <http://www.mespe.com.br/photo/albums/mespe-e-organiza-es-sociais-visitando-o-engenho-tiriri-em-suape>>. Acesso em 19 nov. 2012.

<sup>103</sup> Trabalho de campo realizado no dia 3 de dezembro de 2013.

explicou em uma entrevista <sup>104</sup> que, desde o início da instalação do Complexo, há “controvérsias” quanto ao uso e ocupação da terra. Devido ao fato de que as terras desses engenhos nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca foram doadas para fins de reforma agrária pelo INCRA através da outorga à Cooperativa Agrícola do Tiriri, como título de propriedade para os camponeses cooperados. Nesse título de propriedade há uma cláusula resolutive expressa estipulando que, se a cooperativa deixasse de cumprir qualquer uma das obrigações ali assumidas, o domínio e a posse das terras reverteriam ao INCRA, com a anulação do registro no cartório de imóveis. E a principal obrigação assumida pela cooperativa, naquele título, era assentar os seus cooperados.

Assinado o título de propriedade em 22 de julho de 1980, a Cooperativa vendeu as terras dos camponeses para o CIPS, em 24 de julho de 1980. Esse é o título de propriedade que o CIPS ostenta até hoje afirmando que é proprietário de uma vasta área de terra que foi desapropriada para fins de reforma agrária. Este conflito ainda não está resolvido e o INCRA declarou, em 2011, não ter interesse sobre a área. Devido ao conflito das terras dos camponeses/as outorgadas pelo INCRA, resulta que as famílias que moram nessas terras são, hoje, obrigadas a saírem por indenizações irrisórias, não se colocando nestas o valor da terra, mas somente as benfeitorias.

Ao tratar sobre a ilegalidade da venda das terras da Cooperativa Tiriri, um líder do MST considera que os camponeses/as não deveriam ser expropriados até terem uma resposta sobre a legalidade da venda da terra. Inclusive, acredita que seria possível não aceitar nenhuma indenização e os camponeses/as ficarem nessas terras.

Os outros engenhos da Cooperativa - Serraria, Massangana, Algodois e Jasmim - além dessa situação de ilegalidade, têm conflitos específicos, que trataremos a seguir, tendo como referência o quadro das comunidades que permanecem e as que não mais estão.

Acerca do engenho Massangana, em 2012 houve uma tentativa do CIPS de derrubar uma das casas, mas a comunidade não permitiu. Esse momento foi oportuno para a comunidade reclamar que o projeto morador, apesar de ter sido instituído pelo Decreto Estadual 13.175 em 2006, ainda não tinha sido implementado (PORTAL, 2012). Em 2006 foi aprovada a Lei Estadual 13.175 sobre a doação de uma área de 239,50 ha. do CIPS à Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB) para concretizar o Projeto morador. Este Projeto consistia em construir conjuntos habitacionais para parte dos moradores do engenho Massangana que seriam expropriados devido à construção da Refinaria Abreu e

---

<sup>104</sup> Entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2012.

Lima. Os 239,50 ha. seriam de partes do engenho Massangana, da Vila Claudete e do engenho Tiriri (PERNAMBUCO, 2006). Acontece desde 2005, a expropriação de 161 famílias do engenho Massangana para a construção da Refinaria Abreu e Lima. Segundo Adriana Guarda (2007), os camponeses reclamavam que as indenizações estavam muito abaixo do valor do mercado a respeito da terra e dos imóveis. Ela escreveu um depoimento de um dos camponeses: "queria era meu sítio de volta" (GUARDA, 2007).

Em agosto desse mesmo ano, 2007, Adriana Guarda publicou uma notícia que reproduzimos a seguir sobre a situação em que se encontrava o Projeto (FIGURA 66).

**CLIPPING**

Data   Assunto   Região   Busca

**SUAPE - Governo vai honrar projeto habitacional**  
**O governo de Pernambuco garante que vai cumprir a lei nº 13.174, de 27 de dezembro de 2006, assinada pelo ex-governador José Mendonça Filho.**  
 28 de Agosto de 2007

Adriana Guarda  
 adriana guarda@jc.com.br

A lei autoriza a empresa Suape a doar a Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab) partes de terra com área total de 239,5 hectares localizadas na Vila Claudete, Vila Suape e Engenho Massangana para regularizar a situação dos moradores do complexo. A área seria utilizada para implantação do Projeto Morador. Na edição de domingo, o Jornal do Commercio publicou matéria sobre a doação da área e o pedido de reintegração de posse de 15 casas localizadas no Engenho Massangana. Procurado pela reportagem, o diretor de Planejamento e Urbanismo de Suape, Homero Bittencourt, afirmou que "essa lei foi uma intenção escusa do governo anterior de forçar, no apagar das luzes, a doação da área para construção de moradia". Ele acrescentou, ainda, que "Suape não será um centro de moradia".

Ontem, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e presidente de Suape, Fernando Bezerra Coelho, encaminhou nota oficial ao JC, por meio de sua assessoria de imprensa, tentando esclarecer que a lei será cumprida, apesar de ter sido chamada de "intenção escusa" pelo diretor de Suape. No texto, o secretário "reafirma o compromisso de Suape em seguir à risca a lei" assinada por José Mendonça Filho.

O secretário afirma, ainda, que "o Projeto Morador encontra-se atualmente em processo de análise pela diretoria de Suape, que tem procurado envolver os moradores na discussão sobre o seu formato ideal. A expectativa é que o projeto passe a funcionar o mais breve possível".

"A ideia do Projeto Morador é boa, mas estamos estudando a ocupação do território de Suape como um todo, levando em consideração inclusive a revisão do plano diretor do complexo. Mas não dá para fazer tudo de uma vez. Por enquanto, estamos tentando relocar as famílias de áreas consideradas estratégicas nesse momento, como os terrenos do estaleiro e da refinaria", defende.

Sobre a desapropriação das casas do Engenho Massangana, Bezerra Coelho explica que o pedido de reintegração de posse ocorreu desde o ano passado, ainda na antiga gestão. "Não vamos suspender essas ações na Justiça porque ainda estamos definindo como será a ocupação de Suape", explica. Enquanto as soluções não chegam, a situação dos terrenos em Suape vai acumulando impasses.

Jornal do Comércio - SP - 28/08/2007

Figura 66 - Notícia do Jornal do Comércio "Suape - Governo vai honrar projeto habitacional". Adriana Guarda, Jornal do Commercio, 28 agosto 2007.

Apesar das intenções declaradas pelo CIPS de doar 239,5 hectares para regularizar a situação dos moradores do que hoje é Suape, dados de que o Projeto morador tenha sido realmente colocado em prática não foram encontrados. A área citada no mesmo - Vila Claudete, Vila Suape e Engenho Massangana - possivelmente corresponde à parte da área que, até 2014, era considerada para o Projeto Habitacional de Suape, mas não se têm dados de que essa informação seja exata.

Em abril de 2013, segundo informações de uma das advogadas dos camponeses do que hoje é Suape, três famílias do engenho Massangana foram ameaçadas de expulsão, tanto judicialmente quanto pela milícia privada contratada pelo CIPS. Essa comunidade ocupa tradicionalmente esse território há quatro gerações e são famílias remanescentes de escravos. Estão na parte do vale espremidas entre a cerca da usina termoeletrica e a demolição da terraplanagem do morro que faz parte do sítio. Ainda antes das ameaças explícitas, o trabalho da terraplanagem já implicava na falta de água potável, a permanente poluição sonora – pela presença de máquinas e devido à proximidade com a usina termoeletrica – e do ar – devido às

partículas suspensas - produto da terraplanagem – e do rio que havia no sítio, que virou lama. Nessa lama, as famílias tomam banho, lavam louça e roupa, etc. Para beber, a empresa de terraplanagem entrega três botijões de água a cada 15 dias. Claramente, as áreas de roçado e pesca não existem mais.

Segundo relatos de uma das famílias, o Complexo devia indenizá-los, segundo o perito judicial, no valor de R\$ 897.978,45 pela terra e benfeitorias. O sítio é de 10 ha. e tinha mais de 2 mil pés de coqueiros, que foram derrubados pelas máquinas. A princípio o CIPS apelou dessa decisão e ganhou a causa, mas, posteriormente, a decisão do desembargador diante da apelação da advogada da família determinou a imediata abstenção da demolição do imóvel e obrigou o pagamento da indenização antes citada.

Por sua parte, os camponeses/as do engenho Algodoads estão sempre na incerteza da permanência ou não nas suas terras, pois o engenho conforma uma parte da zona de preservação ecológica e outra parte da zona industrial periférica (FIGURA 67). E, ainda segundo o decreto do plano de manejo do CIPS, esse engenho poderia permanecer.



Figura 67 - Engenho Algodoads. Fonte: Serafim, 2015.

Em 2013, devido a uma reunião no engenho Massangana sobre as arbitrariedades do CIPS, militantes da Comissão Pastoral da Terra receberam o depoimento de um camponês do engenho Algodoads.

Seu Barbosa, de 58 anos e que mora no engenho Algodoads disse que chegou a ser preso e que Suape destruiu toda sua lavoura. Quando ele perguntou se a polícia tinha alguma ordem judicial, os policiais responderam: "o juiz manda lá, aqui quem manda é Suape". Seu Barbosa acrescentou que, "só quem manda no Brasil são os empresários, para os pobres eles mandam a polícia. Tiro três salários por mês do meu sítio e eu não vou deixar Suape destruir o que é meu" (CPTNE2, 2013).

Os trabalhos de campo<sup>105</sup> permitiram constatar que em uma parte do engenho encontra-se o viveiro florestal do CIPS (FIGURA 68), e que do outro lado da PE 60, ainda pertencente ao engenho Algodoads, o rio está contaminado pelos resíduos da empresa Coca-

<sup>105</sup> Foram realizados três trabalhos de campo no engenho Algodoads nos dias 19 de agosto de 2012, 27 de abril e 24 de setembro de 2014.

Cola (FIGURA 69). Também foi possível verificar a destruição de uma das casas do engenho (FIGURA 70).



Figura 68 - Viveiro florestal Suape no engenho Algodóais. Figura 69 - Rio contaminado no engenho Algodóais. Figura 70 - Casa derrubada no engenho Algodóais. Fonte: Solá Pérez, 2014.

Portanto, os conflitos não se limitam ao ato da expropriação e suas consequências, mas também à contaminação, ameaças, poluição sonora, destruição, aos poucos, da vida camponesa. Esse panorama permite apenas ter uma aproximação sobre a violência que os camponeses/as estão sofrendo dia a dia. Eles/as são submetidos a viver desse jeito em nome do desenvolvimento que chega ao que hoje é Suape e para aumentar o PIB dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

#### **2.2.4 Comunidades que não permanecem no que hoje é Suape de acordo com o decreto do plano de manejo da Estação Ecológica Bita e Utinga**

O Plano de Manejo da Estação Ecológica, publicado em 2012, identifica um total de 1025 edificações - famílias - da Fazenda dos Trabalhadores, que corresponde aos engenhos Penderama, Arendepe, Tabatinga, Conceição Nova e Pirajá. Além da Fazenda dos Trabalhadores, os engenhos Conceição Velha, Jasmim, do Meio, Setúbal, Trapiche, Utinga de Cima e Utinga de Baixo se encontram na área de influência direta da EE Bita e Utinga (FIGURA 71) (CPRH, 2012).

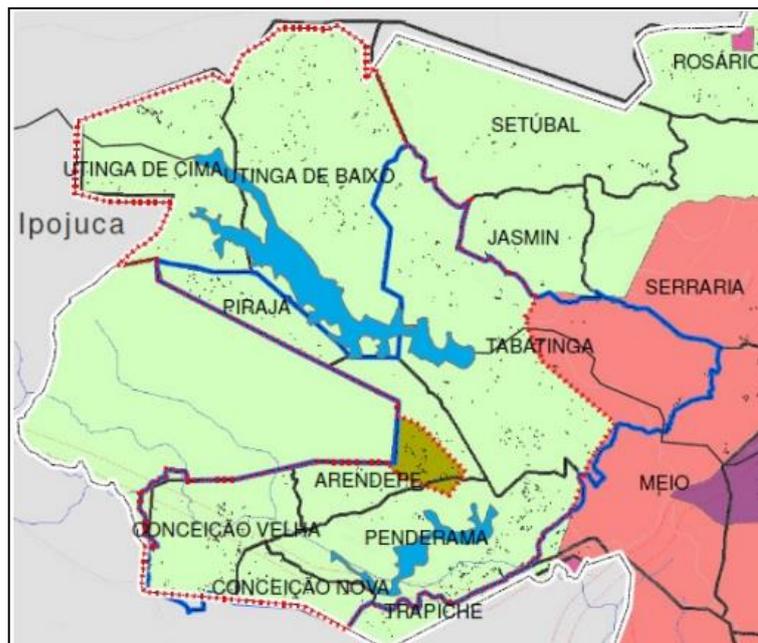


Figura 71 - Croquis dos engenhos compreendidos pela UC. Fonte: Diagonal/CEPLAN/SUAPE. Projeto Suape Sustentável. Zoneamento Plano Diretor, mar.2012 apud CPRH, 2013.

A Fazenda de Trabalhadores de Suape foi constituída em 1989 com 609 famílias nos engenhos Penderama, Arendepe, Tabatinga, Conceição Nova e Pirajá (CPRH, 2012). Desde 1986 um grupo de camponeses/as ocupava as terras (BARROS, SILVEIRA, 2010). Nesse mesmo ano - 1989 - esses camponeses/as se integraram ao Movimento dos Sem-Terra de Pernambuco, que planejava ocupar mais terras do CIPS (BARROS, SILVEIRA, 2010). Segundo Alfredo dos Santos, líder do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), após a constituição da Fazenda dos Trabalhadores, um novo grupo de 400 famílias ocupou parte das terras do CIPS, aliado aos já moradores/as, se organizaram em torno do MLST (DOS SANTOS, 2008). Mais uma vez vimos, como já citamos no capítulo 1, as r-existências cotidianas e públicas dos camponeses/as. Durante praticamente 25 anos as famílias cultivaram 800 ha. de terras e viveram da sua produção e, em certas ocasiões, complementavam a renda com trabalhos externos, mas sempre sofrendo as restrições e a repressão, por parte da segurança privada do CIPS, a respeito da proibição de cultivar roças duradouras e da construção e reforma de casas.

Quando, em 2008, começou o processo de indenização, as associações de moradores - Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Engenho Conceição Nova/Bita, Associação dos Trabalhadores Ocupantes de Suape da Fazenda dos Trabalhadores, Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga II - e o MLST, organizaram, junto com a administração do CIPS e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, um grupo de trabalho para

fazer as negociações (BARROS, SILVEIRA, 2010). O acordo no grupo de trabalho foi que a retirada dos moradores teria como condições a:

[...] realização de indenizações justas para as famílias retiradas; reassentamento dos agricultores em outras terras compradas pelo Estado; construção de casas populares para famílias retiradas de Suape que não serão reassentadas (não agricultores) além de outras reivindicações voltadas para melhoria das condições dos pequenos agricultores (BARROS, SILVEIRA, 2010, p. 175).

Apesar de haver um acordo, as negociações são individuais e nem sempre as partes se entendem devido às relações de poder desiguais que se estabelecem nessas negociações. Em 2013, os camponeses/as começaram a ser indenizados para sair das suas terras para que o CIPS instalasse uma área de preservação ambiental, que foi criada em 2012 (Decreto Estadual nº 38.261/2012), a Estação Ecológica Bita e Utinga, para compensação ambiental e preservação dos reservatórios de água e barragens construídos na década de 1980 (CPRH, 2012; SOUZA; LOURENÇO, 2013). Esta faz parte dos 55% de área que o CIPS faz alarde por conservar.

Penderama e Tabatinga aparecem no plano de manejo do CIPS (2011) como comunidades que permaneceriam, mas, no plano de manejo da Estação Ecológica de Utinga e Bita (2012), é indicado que nesses engenhos, além dos engenhos citados no quadro, foi criada essa Unidade de Conservação, dentro da Zona de Preservação Ecológica - ZPEC. Ainda, obtivemos depoimentos dos camponeses/as do Engenho de Tabatinga em 2015, onde reportaram que o setor fundiário do CIPS tinha avisado que teriam que sair. Mas, por enquanto, não se têm dados para onde é que as pessoas sairão ao serem expropriadas e os procedimentos de negociação, assim como os demais, são caso a caso.

Neste processo identificamos que, ao mesmo tempo em que se pretende mostrar a preservação ambiental, o CIPS oferece às empresas acesso à água, especialmente para a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica Suape, que demandam grande quantidade para refinar, destilar e transformar o petróleo em seus derivados. Nesse sentido, é importante salientar aqui a questão que já citamos anteriormente sobre a exportação da natureza para além dos produtos que se exportam derivados do petróleo, isto é, água, terra e biodiversidade. Em 2012, a UNESCO reportou a exportação de 112 trilhões de litros de água doce embutidos nos principais produtos que o Brasil exporta: carne bovina, soja, açúcar e café (LOBO, 2012), sendo que o uso de água para mineração e extração de petróleo e gases é bem maior, ainda que parte dela seja reciclada. E aqui estamos mencionando a água necessária para o refino do petróleo - o refino de um barril de petróleo equivale a 119,24 litros de água na extração e, por cada litro de petróleo refinado são utilizados em torno de 2,5 litros de água - para manutenção

das máquinas funcionando e para a termoelétrica a óleo combustível exclusivamente instalada para a Refinaria Abreu e Lima. Ou seja, a água é preservada para poder ser mercantilizada e exportada. Este ciclo de expropriação da natureza dos camponeses/as para exportação se mostra no CIPS, mas se repete tanto onde se extrai o petróleo, os minérios, como onde estão os monocultivos e onde se industrializam todos estes produtos. Isto é o que significa o modelo primário exportador neocolonial nos territórios: expropriação da natureza e dos camponeses/as. A água, bem que permite a vida dos seres humanos, se mercantiliza em nome da acumulação de capital.

### **2.2.5 Comunidades que segundo o plano de manejo do CIPS permanecem no que hoje é Suape**

A respeito das questões fundiárias, o Decreto que estabelece o plano de manejo do CIPS se refere à permissão de permanência de nove comunidades, duas no Setor Especial de Habitação de Interesse Social e sete no Setor de Proteção Cultural.

No artigo 17 considera-se área de interesse social parte dos Engenhos Massangana e a Vila Dois Irmãos para realização de regularização fundiária na Zona Central de Serviços. Nessa área, considerada como Setor Especial de Habitação de Interesse Social - SEHIS, é permitido - ainda segundo o mesmo Decreto - a conservação das edificações já construídas, e ainda, indica a necessidade de delimitar a área dos assentamentos habitacionais sem permitir posteriores ampliações e autoriza o uso residencial e misto. Já comentamos sobre o engenho Massangana, mas cabe ressaltar que, segundo o plano de manejo e o Projeto Habitacional de Suape, é uma das comunidades que permaneceriam. Contudo, as denúncias sobre expulsões são permanentes.

O artigo 59 explica que: "Os SPC [Setores de Proteção Cultural] serão individualmente tratados quanto à regulação de uso e ocupação do solo, admitindo-se, onde já existem aglomerados antigos, a permanência transitória do uso habitacional exclusivamente para as famílias neles residentes." E, anteriormente, o artigo 57 identifica que os SPC correspondem aos engenhos: I - Boa Vista; II - Jurissaca; III - Rosário; IV - Algodoads; V - Tabatinga; VI - Penderama; VII - Mercês. Apesar dessas indicações, diversas denúncias têm sido realizadas sobre casas derrubadas e ameaças nos Engenhos Algodoads, Rosário e Boa Vista. Inclusive as ameaças fizeram com que o Fórum Suape - Espaço socioambiental fosse chamado ao engenho Rosário e ao engenho Boa Vista para analisar possibilidades de reverter esta situação de dúvida sobre a permanência, ou não, nas suas terras. Cabe perguntarmos o

que significa 'permanência transitória' se o plano de manejo terá vigência até 2030 com revisões a cada dez anos?

Ainda, nas disposições transitórias e finais o Decreto detalha:

Art. 85. A Empresa SUAPE deverá promover o imediato reassentamento de todas as famílias ainda residentes na área da ZIP e, progressivamente, na área da ZI, assegurando-se condições adequadas de moradia em consonância com seus meios de vida e valores culturais.

Parágrafo único. O reassentamento das famílias ainda residentes na área da ZI seguirá um cronograma pré-estabelecido e será acompanhado de programas de assistência social e rigoroso controle urbano e territorial.

Portanto, as comunidades próximas às empresas, ou seja, que se encontram nas ZI e ZIP devem ser expropriadas. Se no Decreto do Plano de Manejo é indicada a necessidade de "assegurar condições adequadas de moradia em consonância com seus meios de vida e valores culturais" o "rigoroso controle urbano e territorial" realizado pela segurança privada do CIPS não contempla a primeira parte citada, pois não se asseguram condições adequadas de moradia. Em todos os relatos que obtivemos os camponeses/as comentaram que as condições de vida são totalmente precárias, já que ao sair precisam alugar apartamentos ou, compartilhar as casas com os filhos já casados e não têm possibilidades de continuar vivendo da terra, e em alguns casos, do mar e do mangue.

Segundo o RIMA do Contorno rodoviário do Cabo de Santo Agostinho, em processo de construção, o engenho Boa Vista tem 15 famílias, das quais seria adequado que 14 saíssem para a construção do mesmo (RIMA, 2010). Porém, em trabalho de campo realizado no engenho no dia 3 de dezembro de 2013, uma das camponesas comentou que moram mais de cem pessoas no engenho e o presidente da associação dos moradores disse que são 150 famílias. Muitos vivem das suas lavouras, pequenas criações (FIGURA 72) e a venda na feira, mas há tempo que os seguranças do CIPS não permitem plantar cultivos que durem mais do que três meses. A camponesa explicou que essas foram terras doadas por Miguel Arraes - 2600 ha. - junto com as da COHAB e que desde o começo do ano começaram a medir tudo, marcar as casas (FIGURA 73) e querer indenizar, mas ainda não a chamaram. E afirmou que "o dia que vierem me chamar para dar indenização eu não aceito". Disse que, além das indenizações serem ínfimas, não contabilizam as fruteiras, como cupuaçu, macaíba, azeitona, araçá, dendê e aticum porque são nativas. Alguns boatos indicam que no engenho serão construídas 1800 casas do programa Minha Casa, Minha vida para os camponeses/as dos outros engenhos.



Figura 72 - Plantações diversas no engenho Boa Vista. Figura 73 - Sítio com uma placa do CIPS no engenho Boa Vista. Fonte: Solá Pérez, 2013.

Tabatinga e Penderama são os engenhos nos quais já tratamos ao mencionar a EE Bitá e Utinga. Portanto, ao contrário do que se descreve no decreto do plano, essas comunidades estão saindo.

O Engenho Mercês é uma comunidade que está localizada na zona industrial portuária do Complexo (FIGURA 74). As aproximadamente 480 famílias estão sendo expropriadas na medida em que se instala a petroquímica, e o sustento fica cada vez mais dificultado, já que a prática de colheita de frutas está sendo limitada devido às restrições por parte do Complexo, mas algumas buscam se sustentar com a pesca e catação de caranguejo do mangue do rio Tatuoca (SILVEIRA, 2010). Em 2013 foi instituída a Lei 15.069, que "Autoriza a Empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, a permutar e alienar áreas de terra, com suas benfeitorias porventura existentes, situadas nos Municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, neste Estado" (ALEPE, 2013). Essa transferência se refere a terras e benfeitorias dos engenhos Mercês (Ipojuca) e Serraria (Cabo de Santo Agostinho) para terras da Usina Salgado, para instalação de empreendimentos econômicos. Em janeiro de 2014 a repórter do site do CIPS, Paula Lourenço, publicou que, no fim do ano anterior foram fechados sessenta e três acordos de indenização com famílias dos engenhos Serraria, Algoduais, Setúbal, Tiriri, Massangana, Ilha dos Martins e Mercês (LOURENÇO, 2014). Na nossa leitura isso significa que, assim como as terras, as pessoas e todo o seu modo de produzir a vida são plausíveis de serem negociadas e transferidas ao bel prazer do Estado, neste caso, no nome da Empresa Suape, que é pública de direito privado.



Figura 74 - Zona Industrial Portuária: engenho Massangana, Mercês e Ilha de Tatuoca, da Cana, Barreiros e Cocaia. Fonte: Serafim, 2015.

Especialmente nestes casos dos engenhos de "permanência transitória" podemos verificar os mandos e desmandos que ocorrem há 36 anos em torno das vidas dos camponeses/as do que hoje é Suape.

Na Zona de Preservação Cultural está o Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti, com 270 ha., criado em 1979 pelo governo de Pernambuco, doado em 1983 ao CIPS, com a condição de preservar a área porque nela se encontra a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e o Convento das Carmelitas, patrimônios histórico-culturais tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) desde 1961 e o forte de Nazaré datado de 1630. Porém, o CPRH indica que esse patrimônio está se perdendo devido ao abandono e supostas ocupações irregulares (FIGURA 75). Acontece que, apesar de ter sido doado para o CIPS, este nunca teve ações para preservá-lo, inclusive foi instalado na praia de Suape o hotel Vila Galé Eco Resort da FUNCEF (Fundação de Pensão dos Economiários da Caixa Econômica Federal), que iria se responsabilizar pelo cuidado e preservação do Parque, mas não o fez (PERNAMBUCO, s/d) (FIGURA 76).



Figura 75 - Ruínas de Capela no Parque Holanda Cavalcanti. - Figura 76 - Primeira plana, construção amarela, correspondente ao Hotel Vila Galé eco resort, ao fundo CIPS com destaque para o guindaste do Estaleiro Atlântico Sul. Fonte: Solá Pérez, 2012.

## 2.2.6 Comunidades que permanecem no que hoje é Suape segundo o projeto habitacional Suape

O setor de comunicação do CIPS tem publicado no site, desde o final de 2013 e durante todo o ano de 2014, sobre o Projeto Habitacional de Suape, que o projeto será constituído por 8 comunidades: Vila Suape, Engenho Massangana (I e II), Vila Nazaré, Vila Dois Irmãos, Vila Gaibu, Vila Cepovo, Nova Vila Claudete e Vila Nova Tatuoca<sup>106</sup> (FIGURA 77).

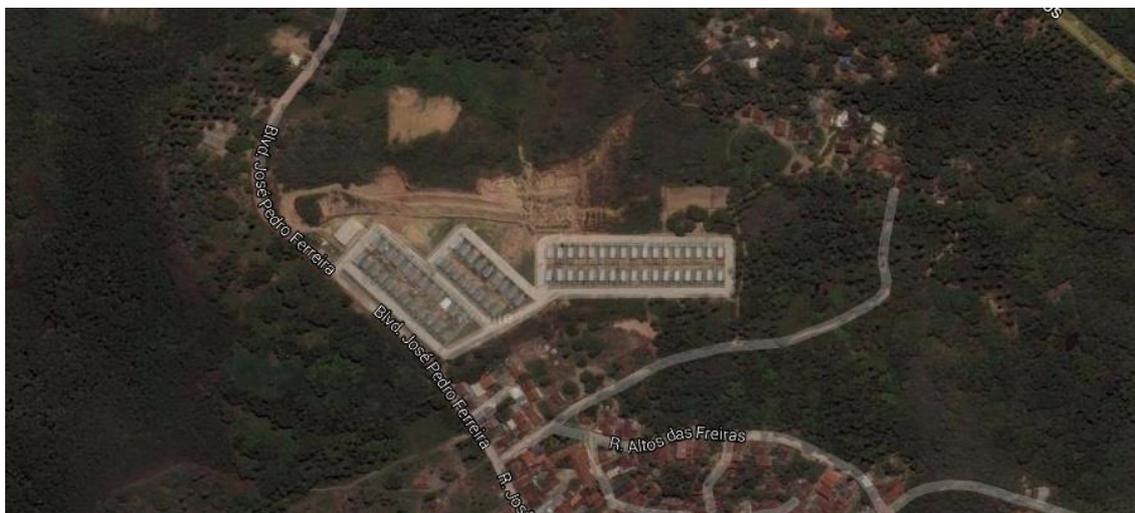


Figura 77 - Imagem satelital da Nova Vila Tatuoca. Fonte: Googlemaps, 2015.

<sup>106</sup> Uma imagem do googlemaps nos permite identificar as casas da Nova Vila Tatuoca, mas não se identificam outras vilas instaladas. Durante os trabalhos de campo realizados à Nova vila Tatuoca também não foi possível encontrar as outras vilas que cita o setor de comunicação do CIPS. Quando solicitamos informações no CIPS em 2012 e 2013 também não as obtivemos.

As já instaladas - Vila Suape, Vila Nazaré, Vila Cepovo, Vila Gaibu e Dois irmãos - receberão melhorias na infraestrutura, como saneamento, recuperação de áreas degradadas, macrodrenagem e contenção de encostas (LOURENÇO, 2014a).

O caso dos camponeses/as da Vila Claudete é um paradoxo, pois 98 das 537 famílias foram indenizadas durante o ano de 2014 para instalar a Nova Vila Claudete. No início de 2014, 37 famílias receberam em média R\$ 59.459 (SOUZA, 2014). Em março de 2014 mais 13 famílias foram indenizadas na Vila Claudete e receberam em média R\$84.615 (AZOUBEL, 2014a) e em abril 48 famílias homologaram acordos de indenização por R\$ 122.916 cada uma (AZOUBEL, 2014b). A Vila Claudete, segundo entrevista<sup>107</sup> realizada no CMC, foi construída a partir de 1971 por alguns camponeses que viviam no que hoje é Suape, e agora estão querendo que parte deles saia para construir o Projeto Habitacional de Suape.

A terraplenagem de Nova Vila Claudete atrasou em seu começo, sendo que a previsão era em março e, posteriormente, no segundo semestre de 2014, e entrega em 2016, com duração de 21 meses uma vez iniciadas as obras. "O conjunto habitacional Nova Vila Claudete, [é] destinado a posseiros realocados de áreas industriais ou de preservação ecológica do CIPS" (LOURENÇO, 2014). Haverá construção de casas pelo Programa Minha casa, Minha vida e acessarão ao programa aqueles camponeses (ex-posseiros) que atenderem aos requisitos. São projetadas 2620 casas de 53 metros<sup>2</sup> cada uma. A estimativa é que o Conjunto Habitacional de Suape atenda a 6.800 famílias. Até o momento, além de não terem sido construídos os conjuntos habitacionais, e ainda, considerando a aparente permanência dessas comunidades, as pessoas continuam sofrendo com a iminência do despejo das suas próprias casas para o mesmo local, ainda que deslocados apenas alguns metros.

Mais uma vez as decisões são tomadas arbitrariamente pelo CIPS sem haver uma consulta prévia, uma assembleia pública e outros instrumentos jurídicos que deveriam ser utilizados neste tipo de situações de conflito de expropriação de camponeses/as de seus territórios para instalação do megaprojeto. Como vimos até o momento, a modernização e o desenvolvimento significam espoliação para os camponeses/as.

O CIPS, para "mitigar" os danos, realiza diversos cursos tanto de capacitação profissional como de educação ambiental para as comunidades do que hoje é Suape e o público em geral. Um exemplo é a capacitação para oitenta e quatro moradores dos engenhos Mercês e Massangana para se empregarem na *Express Way*<sup>108</sup> da Concessionária Rota do

---

<sup>107</sup> Entrevista realizada no dia 3 de dezembro de 2013.

<sup>108</sup> A *Express Way* é mais um sistema viário sendo implantado para abastecer Suape. Este percorrerá todo o litoral sul do estado de Pernambuco.

Atlântico. “No total, o empreendimento vai gerar 250 empregos diretos, 500 terceirizados, além dos mais de 1,5 mil postos de trabalho durante o atual período de obras” (SUAPE, 2013). Ou seja, em troca do trabalho realizado e da negação da reprodução da vida dessas comunidades, oferta-se emprego e inserção precários dentro da lógica que os está destruindo.

Após esta análise situacional dos conflitos nas comunidades camponesas que vivem no que hoje é Suape, podemos identificar que os tipos de indenização são: em dinheiro, geralmente menos de R\$60.000; em dinheiro com possibilidade de aceder ao programa Minha Casa, Minha vida no conjunto habitacional Nova Vila Claudete; em dinheiro com uma casa no conjunto habitacional Vila Nova Tatuoca; em dinheiro e 5 ha. de terras ainda sem determinar o local, mas com necessidade de sair antes destas serem outorgadas ou; em dinheiro e terras em Barreiros, cujo título somente será outorgado após comprovação de uso da terra dentro dos cinco anos após a entrega em 2014.

As comunidades dos engenhos que pertenciam à Cooperativa Tiriri se veem submetidos às mesmas injustiças das outras comunidades, sendo que, em termos legais, a terra de reforma agrária não pode ser vendida. Mas, sejam estas comunidades ou as outras 17 citadas, todas deveriam ter reconhecido o seu direito à vida e a sua reprodução sem violência, sem injustiça, por isso r-existem no dia-a-dia - como já analisamos no capítulo anterior.

Todas estas formas arbitrárias de proceder do CIPS para expulsar os camponeses/as representam os conflitos de uso, controle, ocupação e manutenção dos territórios. Historicamente os camponeses/as vêm lutando pelo direito à terra e ao território, mas o Estado, através das políticas de desenvolvimento, neste caso, através da implantação do CIPS, em lugar de garantir esse direito, contribui ou é o ator principal gerador da espoliação. Por vezes, como veremos no capítulo 3, esse mesmo Estado cria figuras legais de territórios para os povos rurais, devido à sua luta, mas não executa o que institui.

Como veremos a seguir, o Estado tem atuado nessa relação entre a sociedade e o capital - representado pelo latifúndio e as empresas - para benefício deste último ainda querendo enganar com discursos de bem-estar da sociedade através do desenvolvimento. Nesta última fase de conflitos apresentada, o Estado brasileiro é "um Estado neodesenvolvimentista que articula o nacionalismo econômico mitigado com a obediência resignada à ortodoxia do comércio internacional e das instituições do capitalismo global" (SANTOS, 2010, p. 15). Isto é, se submete e promove o modelo primário exportador neocolonial, gerando espoliação dos camponeses/as, povos rurais e da natureza.

### 2.3 ANTINOMIA ENTRE O DESENVOLVIMENTO, O MODELO PRIMÁRIO EXPORTADOR NEOCOLONIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA

Para demonstrar como atua o Estado nessa relação sociedade-capital trazemos, a seguir, as políticas públicas de desenvolvimento desde a década de 1950, quando teve início o discurso do desenvolvimento considerando os países da América Latina, claramente o Brasil incluído, como subdesenvolvidos.

Na década de 1950, junto ao processo de substituição de importações em curso - desde a década de 1930 -, havia alguns setores políticos que tinham um discurso favorável à reforma agrária. Porém, claramente prevaleceu o da modernização (DELGADO, 2005). O Estado, especialmente a partir do golpe militar (1964), apostava, como até hoje, no processo de modernização, deixando de lado a reforma agrária, mesmo considerando-se os dois Planos Nacionais de Reforma Agrária (1985 e 2003), já que estes não tiveram expressão e, inclusive, podem ser considerados planos de contrarreforma<sup>109</sup>.

Durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954) as políticas de desenvolvimento foram de cunho nacionalista. Nessa perspectiva foram criados: o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) e, no segundo governo, a Petrobras (1953) (BRASIL, 2014). Em 1954, Vargas propôs a criação da Eletrobras, porém, só foi efetivamente aprovado o projeto em 1961, durante o governo de Jânio Quadros (ELETROBRAS, 2014).

Nessa lógica de modernização, o governo criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, atual BNDES, pela inserção do Social em 1982<sup>110</sup> – para formular e executar a política de desenvolvimento econômico no país (BNDES, 2014). Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), a proposta foi gerar crescimento econômico através da industrialização com base na intervenção do Estado e no investimento por parte de setores privados nacionais e de capital estrangeiro, especialmente o estadunidense (BRASIL, 2014).

O processo de modernização era promovido pelo discurso de desenvolvimento propagado desde os organismos internacionais - Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional - para alcançar o *american way of life* (ESTEVA, 2000). Assim, foi proposta a adoção de um pacote que foi denominado de

---

<sup>109</sup> Sobre esta questão da contrarreforma, consultar: Carvalho "Governo Lula e a contra-reforma agrária no Brasil" e Olivera "Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula".

<sup>110</sup> Para uma análise sobre o papel do BNDES, consultar Carla Hirt (2013).

revolução verde, o qual consistia na utilização de insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes), técnicos (maquinarias) e biológicos (ANDRADES; GANIMI, 2007). Na Zona da Mata de Pernambuco foi introduzida uma nova espécie de cana-de-açúcar, mas a utilização de maquinarias ficava restringida devido ao relevo acidentado. E a criação do Instituto do Açúcar e o Alcool foi uma das políticas de protecionismo promovidas pelo Estado para esse setor, já que mantinha "quotas asseguradas para a sua produção" (SALES, 1982, p. 21).

O processo de industrialização no país se intensificou com a criação do Plano de Metas – com o lema "cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo" – do governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Para determinar o rumo dos investimentos, o governo seguiu as recomendações da Comissão Econômica para América Latina – CEPAL – e do BNDE e, para isso, criou o Conselho de Desenvolvimento. O plano era subdividido em trinta e uma metas para os setores de energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. As empresas multinacionais começaram a ingressar no país e as inversões continuavam nessa tripartição: Estado, setor privado nacional e capital estrangeiro. A construção de rodovias (em torno de seis mil quilômetros) e a criação de Brasília contribuíram para a integração regional do país (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS FILHO, 2013).

Apesar dos investimentos nos eixos estruturais da política de desenvolvimento, havia grande quantidade de importações de diversos produtos, que provocaram uma alta na inflação e um pedido de empréstimo financeiro aos EUA, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), para continuar o plano. Em 1959, Kubitschek, diante da impossibilidade de fazer os ajustes impostos pelo FMI, devido ao empréstimo outorgado, e não podendo pagar a dívida, rompeu as negociações. Nesse mesmo ano, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - planejando integrar a região nordeste para promover uma unidade nacional. A sua função era, entre outras, atrair empresas, através de isenção de impostos, que se interessassem pelas matérias primas regionais (OLIVEIRA, 2008).

Parte das propostas da SUDENE era distribuir "terras improdutivas dentro das propriedades canavieiras, que seriam destinadas à produção de alimentos para suprir o mercado dos grandes centros consumidores" (SALES, 1982, p. 27) - como mencionamos anteriormente. Contudo, poucas parcelas para produção de alimentos foram efetivadas através dos incentivos da SUDENE, mas, em parte sim, promoveu a modernização (SALES, 1982).

Segundo Oliveira (2008) o fundamento real da criação da SUDENE era a importância política que tomavam as forças populares de camponeses e proletários aliados, especialmente no movimento das Ligas Camponesas. O receio era que as Ligas Camponesas

começassem a ter importância nacional e a expandir-se para o centro-sul do país, como já estava acontecendo, prejudicando os interesses capitalistas.

Neste sentido, na década de 1950:

Assiste-se no Brasil, concretamente, à própria transformação do Estado: este criará ou utilizará o imposto como crédito para financiar o movimento de centralização dos capitais, recusará sua utilização como gasto improdutivo e lançar-se-á em esfera produtiva, transformando o caráter de sua intervenção de simples agente técnico da divisão do trabalho naquele de um agente da divisão social do trabalho. O Estado se transformará também em produtor de mais-valia, daí a transformação operada nas próprias empresas do Estado, que passam de deficitárias a superavitárias [...] O Estado é agora produtor de mais-valia, e segue-se a isso que o seu caráter opressor e repressor não pode mais ser mascarado (OLIVEIRA, 2008, p. 231-232).

O Estado atuou como uma empresa na qual era necessária a captação de mais-valia e na relação capital-trabalho lida em favor do primeiro reprimindo o trabalhador, neste caso, o camponês. Este adota aquilo que os organismos internacionais indicam -sem importar o que a sociedade reivindique.

Durante um brevíssimo período de governo de Jânio Quadros (31-1-1961 a 25-8-1961) houve a intenção de dar sequência ao plano de metas, através do plano quinquenal e, por isso, continuaram os empréstimos do FMI para equilibrar o processo inflacionário do país. Diante das pressões políticas, Quadros renunciou à presidência e, para garantir que João Goulart, vice-presidente, pudesse assumir o cargo de presidente, o Congresso instaurou o regime parlamentarista (BRASIL, 2014).

O governo de João Goulart (1961-1964) foi, portanto, parlamentarista, sendo o primeiro ministro Tancredo Neves. João Goulart – que durante a renúncia de Jânio Quadros estava em visita oficial à China – se declarou contra as sanções impostas por EUA a Cuba e em 1960, após ele mesmo ter atuado como mediador entre Cuba e EUA, promoveu o decreto de formação de uma zona de livre comércio, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALAC<sup>111</sup> – cuja primeira função foi o desagravamento tarifário, isto é, a isenção de taxas. Em 1962 foi anunciado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado. Ainda, a principal problemática a ser resolvida era a contenção da inflação aliada ao crescimento real da economia.

<sup>111</sup> “Na segunda metade do século XX, houve uma série de tentativas de se conseguir uma *integração institucional*, principalmente mediante acordos comerciais. Entre as entidades criadas nos últimos quarenta anos com esta finalidade podemos mencionar (junto com o ano de sua criação): a Comunidade Andina - CAN (1969); a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (1978); a Associação Latino-americana de Integração ALADI (1980); o Mercado Comum do Sul - Mercosul (1991); a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América ALBA (2004); a União de Nações Sul-americanas - UNASUL (2008); e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos - CELAC (2010)” (LITTLE, 2013, p. 29).

Contudo, os empréstimos dos EUA, através do FMI para executar o Plano Trienal, eram condicionados, pois o país devia aceitar medidas restritivas de crescimento. As taxas de inflação não diminuíram e foram propostas outras estratégias para contê-la. Goulart outorgou à Petrobras o monopólio das importações de petróleo, fez reformas trabalhistas de reajuste salarial e aprovou a previdência social dos trabalhadores rurais.

Esse proceder, aos olhos dos militares, caracterizava uma ameaça, podendo significar a instalação do regime comunista no Brasil. A pressão dos militares alcançou tal grau de intensidade que Goulart renunciou ao seu cargo<sup>112</sup> (BRASIL, 2014). Mas não só os militares discordaram das políticas nacional-desenvolvimentistas desses últimos governos, também os Estados Unidos, já que essas implicavam no controle dos *recursos naturais* não só do Brasil senão também dos outros países da América Latina, que também instituía essas políticas provocando um encarecimento das matérias primas exportadas desde os países do sul aos centrais e, conseqüentemente, uma crise econômica e política entre eles (MACHADO ARÁOZ, 2011). Não é coincidência a instauração de governos militares na Bolívia, Argentina, Brasil, Paraguai, Chile e Uruguai no mesmo período - nos referimos à operação Condor - aliança das ditaduras instaladas no cone sul e os Estados Unidos - aos poucos propiciou o neoliberalismo, que se instaurou posteriormente na década de 1990.

Cabe destacar aqui que João Goulart apoiou a realização do Congresso dos Camponeses realizado em Belo Horizonte em 1961. Este Congresso reuniu em torno de 1500 trabalhadores e delegados das Ligas Camponesas (LIMA, 2012). Inclusive, João Goulart assinou o decreto que permitiu a desapropriação de áreas rurais situadas à margem das rodovias (VANDEK, 2004). Esses feitos também foram motivos para a pressão por parte dos militares.

Começou o longo período de governos militares (1964-1989<sup>113</sup>) com presidentes eleitos indiretamente por uma junta militar. Estes foram: Paschoal Ranieri Mazzilli, Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Aurélio Lyra Tavares, Augusto Rademaker, Márcio de Souza Mello, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, João Baptista Figueiredo, Tancredo Neves e José Sarney, sendo que estes dois últimos não foram pela junta militar, mas pelo colégio eleitoral de deputados e senadores. Não nos deteremos em cada um, mas faremos um

---

<sup>112</sup> Cabe destacar aqui que João Goulart apoiou a realização do Congresso dos Camponeses realizado em Belo Horizonte em 1961. Este Congresso reuniu em torno de 1500 trabalhadores e delegados das Ligas Camponesas (LIMA, 2012).

<sup>113</sup> Apesar do governo de José Sarney (1985-1990) ter sido um governo civil, não foi eleito por vias diretas, portanto o consideramos aqui, parte do período ditatorial ainda que ele não fosse um militar. A Constituição Federal de 1988 foi instituída neste contexto e, apesar de haver avanços político-sociais na mesma, pouco foi realizado efetivamente a respeito da questão agrária no país.

balanço geral desse período de censura, repressão e desenvolvimento de infraestruturas e modernização.

Este contexto da escala nacional do Brasil nos permite compreender os conflitos que já vinham sendo delineados anteriormente. A modernização no campo, que repercutia na falta de possibilidades de acesso à terra e o território, e a falta de regulamentação trabalhistas fizeram com que as populações agrárias precisassem se organizar para lutar. Contudo, especialmente nesse período de ditadura, os sindicatos e entidades de representação foram perseguidos e as Ligas Camponesas proibidas e, portanto, colocadas na clandestinidade. Outro modo de apaziguar a luta camponesa foi a promulgação do Estatuto da Terra, ao qual já fizemos referência. Contudo, vale frisar que o intuito era a modernização sem as reformas de base (DELGADO, 2005). Especificamente para as regiões norte e nordeste foi criado em 1971 o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - Proterra.

Os objetivos do Proterra eram referidos a: aquisição de terras para venda a pequenos produtores; empréstimos para aquisição de terras, para projetos agroindustriais, para modernização das propriedades e para uso de insumos agrícolas; garantia de preços mínimos para produtos de exportação e custeio de ações de fiscalização de uso e posse da terra (SALES, 1982).

O Proterra foi contemporâneo do Programa de Modernização da Agroindústria Açucareira - criado no mesmo ano - e ambos, apesar de terem sido criados para fins teoricamente diferentes, resultaram na modernização da agricultura em detrimento da proposta de redistribuição de terras que se tinha como discurso para a implantação do primeiro. Por isso, em 1975, os presidentes da FETAPE e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), à época, não concordaram com as medidas do Proterra (SALES, 1982).

A proposta apresentada agora pelo Proterra era mais um pacote de medidas que se juntava às outras que a antecederam desde o Estatuto da Terra, a criação de órgãos e siglas para efetivar planos de reforma agrária, o IBRA [Instituto Brasileiro de Reforma Agrária], o IDRA [Instituto de Desenvolvimento da Reforma Agrária], o INDA [Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário], o GERA [Grupo Executivo de Reforma Agrária], reunidos depois no INCRA [Instituto de Colonização e Reformas Agrária], sem que nenhuma dessas intenções viesse em nenhum momento a afetar a estrutura da propriedade latifundiária (SALES, 1982, p. 44).

Essa afirmação contundente, junto aos sucessivos planos de modernização, já citados e que ainda citaremos, nos permitem perceber que a balança entre modernização e reforma agrária realmente pende para a primeira proposição. Ainda que órgãos para a reforma agrária

tenham sido criados, as políticas, nesse sentido, não eram efetivadas. Como vimos anteriormente, o processo de reforma agrária iniciado junto com a criação da Cooperativa Tiriri não teve seus resultados, já que apenas foi indicada a titulação de terras para os cinco engenhos; a empresa Suape, criada pelo estado de Pernambuco para construção e administração do CIPS, começou a expropriação desses engenhos. Ainda, a respeito dos camponeses/as dos outros engenhos - nunca conseguiram seus títulos de propriedade das terras, abandonadas pelas usinas falidas e apropriadas de fato por eles/as.

Também, durante o período de ditadura militar, as relações econômicas, políticas e militares com os EUA foram estreitadas, e o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi criado. O PAEG tinha o objetivo, novamente, de cortar a inflação e retomar o crescimento econômico, entre outros elementos, através da normalização do crédito. Junto a esse Plano em 1965 foi criado o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, devido à recomendação do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), ligado ao Banco Mundial. A sua atribuição era prestar apoio técnico e administrativo ao poder executivo para organizar a política nacional de transportes em seus diversos modais. A partir disso, buscou-se melhorar o sistema de transporte no contexto de industrialização, crescimento econômico acelerado e de aumento das exportações das *commodities* (MONIÉ, 2011).

Foram criados o Plano Estratégico de Desenvolvimento (1967-1970) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND entre 1972 e 1974, e o II PND entre 1975 e 1979). Os objetivos, além da contenção da inflação e a geração de crescimento, eram a criação de infraestruturas de transporte, telecomunicações, a expansão das indústrias naval, siderúrgica e petroquímica, e estimular a produção de alimentos, insumos básicos, energia (hidrelétricas, álcool e nuclear) e bens de capital (BRASIL, 2014).

É no II PND que se inclui o CIPS, como parte das infraestruturas a serem instaladas. Em 1973 Eraldo Gueiros (1971-1975), governador de Pernambuco, solicitou ao governo federal a inclusão do projeto do CIPS no Programa Nacional de Desenvolvimento. O projeto foi aceito no II PND, a partir do qual foram destinados nove milhões de cruzeiros para a construção do CIPS (ALVES, 2011). As obras começaram em 1977 quando da expropriação de 13 500 ha. de terras dos moradores. A criação de novos portos, como o CIPS, era considerada uma estratégia fundamental já que eram necessárias adequações aos novos padrões mundiais de circulação marítima e operação portuária (MONIÉ, 2011).

de Desenvolvimento Econômico e Social, de 1967-1976; Programa Estratégico do Governo; os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (PND I e II); bem com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), dentre outros – expressavam a materialização no interior do Brasil da geopolítica internacional de expansão do capital transnacional para os países do Sul (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS FILHO, 2013, p. 278).

Buscava-se, portanto, a inserção do Brasil na geopolítica internacional através das políticas de desenvolvimento e da construção de infraestruturas que propiciassem maior circulação de capital. Isto é, uma inserção a partir da exportação, da mercantilização da natureza e da acumulação por espoliação. Mas, ainda que houvesse intenção política de construção de infraestruturas para a integração, Monié (2011) identifica que, especialmente a respeito dos portos, as mudanças não foram suficientes em relação à defasagem com a competitividade do sistema mundial.

Na implantação desses Planos foram também criadas: a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), o Conselho Nacional de Energia, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool)<sup>114</sup>; assinado o acordo nuclear Brasil-Alemanha; e contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo no país foram adotados. Grandes obras foram implantadas, como Itaipu, as rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho, a primeira refinaria de petróleo em Paulínia (SP) e a construção do gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra na Bolívia e Paulínia (SP). Também a Fundação Nacional do Índio – FUNAI – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, antes existentes sob outras denominações (Serviço de Proteção ao Índio e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente). Os investimentos eram do BNDE e dos petrodólares<sup>115</sup>, que implicaram no aumento da dívida externa chegando, ao final da ditadura militar, a \$ 61 bilhões de dólares aproximadamente<sup>116</sup> (BARBOSA, DE LA CAL, 1992).

É o Estado interventor: aqui [na continuidade da política de financiamento da industrialização], com o subsídio de bens intermediários (aço, energia, petróleo, pelas empresas estatais) e empréstimos a juros baixos (via BNDE) ao fomento industrial; ali [na implantação de infraestrutura de transportes, comunicações e energia], com o recurso do planejamento (o Plano SALTE, dos anos 1940, o Plano

<sup>114</sup> O Programa Nacional do Álcool - criado em 1975 - funcionava como alternativa para sustentar o setor após a crise de exportação do açúcar utilizado como fonte de energia alternativa diante da crise do petróleo (SALES, 1982)

<sup>115</sup> Os petrodólares eram os dólares que se utilizavam nas relações comerciais de compra de petróleo durante a crise de 1973 e que geravam intenso fluxo de capitais. Esses capitais, petrodólares, eram emprestados aos países subdesenvolvidos como o Brasil a juros altíssimos que significaram a dívida externa.

<sup>116</sup> Para se ter uma estimativa do que isso significa, entre 1973 e 1989 houve um aumento da dívida externa de quinze vezes. "O período 1973/1979 foi o período de maior crescimento da dívida externa, que se elevou de 6.156 para 40.214 milhões de dólares - 550%. Entre 1979 e 1982, cresceu 64% e depois da crise de 1982 até 1989, a dívida externa aumentou 41%" (BARBOSA, DE LA CAL, 1992, p. 20).

de Metas, dos anos 1950, e os PNDs, dos anos 1970-1980) (MOREIRA, 2012, p. 300).

O Estado tinha o papel fundamental de ser provedor de créditos para promover a circulação de mercadorias e a industrialização com o intuito permanente de inserir-se na lógica do sistema mundo moderno/colonial.

As questões em relação à agricultura que eram preocupantes tinham base em cinco pontos: 1. liberar mão de obra para a indústria; 2. gerar oferta adequada de alimentos; 3. suprir as indústrias de matérias primas; 4. elevar as exportações agrícolas e, 5. transferir renda real para o setor urbano. Esses pontos deveriam ser solucionados e, aquilo que não correspondesse a esses, como a reforma agrária, não era considerado relevante (DELGADO, 2005). Segundo Delgado, durante todo período ditatorial:

[...] houve aumento significativo nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, aumento da produção e sua diversificação, e significativa alteração no padrão técnico do setor rural. Este passa a abastecer-se crescentemente de meios de produção oriundos da indústria, para o que contribui fortemente a política de crédito rural do período (DELGADO, 2005, p. 60)

Também neste âmbito, o Estado tinha o papel principal de prover recurso financeiro para o desenvolvimento rural. Mas promoveu um êxodo rural que provocou inchaço nas cidades e precarização da vida desses/as camponeses/as que saíram do campo para viver nas periferias das cidades. Em síntese, o período militar representou o aprofundamento das relações entre a agricultura e a indústria e, entre estas e o setor externo, com base no uso de insumos, maquinarias e créditos, amarrados ao pacote tecnológico da revolução verde. Contudo, na região Nordeste e na Amazônia, os índices de modernização foram menores que nas outras regiões (DELGADO, 2005).

Não podemos deixar de citar o lado violento e repressivo do período militar que, inclusive, instaurou a pena de morte. Apesar dessa violência, várias organizações sociais tentaram tirar os militares do governo e organizaram guerrilhas rurais na Serra de Caparaó (MG), no Araguaia (PA), em Ribeira (SP); a guerrilha urbana em São Paulo, a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e movimentos grevistas – especialmente de metalúrgicos, dentre outros.

Desde um ponto de vista geral, o terrorismo de estado não só cumpriu a "função política" de dismantelar os processos de mobilização e organização popular através dos perversos mecanismos de perseguições clandestinas, torturas e desaparecimento forçada de pessoas, senão que também desempenhou a crucial "função econômica"

de instaurar as bases do novo ciclo expropriatório que se aplicaria durante as duas décadas seguintes, principalmente através do ciclo de endividamento externo (MACHADO ARÁOZ, 2011, p. 157).

No sentido de reprimir levantamentos sociais, foram vários aspectos que os militares, junto aos organismos internacionais de controle, provocaram no país, tais como: induzir à dívida externa para que os organismos internacionais tivessem ingerência nas políticas do país, encaminhar as políticas para a reprimarização da economia e implantar o neoliberalismo, etc. Ao mesmo tempo, a luta social continuava, se reproduzia em diferentes lugares do país e eram focos de r-existência em si mesmos, e também para aqueles/as que os viam atuando, ainda que não pudessem agir da mesma maneira em seus lugares.

Nos anos de 1980 a pressão do movimento pelas Diretas já apressou o fim da ditadura e o começo de transição à democracia, que implicou a lei da anistia, a abertura política e a saída dos militares do poder. Como fruto disso:

[...] abre-se uma temporada de oxigenação às forças sociais submetidas a duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura. Durante o regime militar, o debate da 'Questão Agrária' não teve espaço para se exercitar, nem teórica nem politicamente. Com o ambiente de abertura política ocorre uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária: nasce o MST, reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a Comissão Pastoral da Terra da CNBB (criada em 1979) é fortalecida pela Igreja e surgem várias ONGs em apoio ao “Fórum Nacional pela Reforma Agrária” (DELGADO, 2005, p. 9).

Nesse contexto, em 1985, Tancredo Neves propôs o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA - (1985-1988), sancionado pelo presidente José Sarney através do decreto 91.766, em 10 de outubro de 1985<sup>117</sup>. O resultado da implantação foi o assentamento de 140.000 famílias, apesar da previsão ter sido de 1.4 milhões de famílias. Isto significou que apenas 8% das terras previstas foram desapropriadas e somente 10% das famílias foram assentadas. A elaboração do I PNRA provocou também a mobilização e a união dos setores ruralistas, que implantaram a União Democrática Ruralista - UDR - e, assim os latifúndios se militarizaram e a violência no campo aumentou brutalmente (OLIVEIRA, 2001). Ainda, em 1988 os camponeses conseguiram a institucionalização da função social da terra na Constituição Federal. A função social da terra está instituída no Artigo nº 186 da Constituição Federal que determina:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:  
I - aproveitamento racional e adequado;

<sup>117</sup> Para consultar maiores detalhes, acessar:

[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i\\_pnra.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf)

- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1998).

Sem obter resultados, apesar do I PNRA e da função social, a partir da década de 1990 a luta pela terra tomou novo fôlego e novos movimentos de luta foram organizados. Foi neste momento que a FETAPE mudou seu estatuto para atuar na ocupação de terras e que o MST começou a atuar em Pernambuco. A partir da segunda metade da década de 1990, Pernambuco começou a destacar-se como um dos estados com o maior número de ocupações de terras (SIGAUD, 2004), lembrando que o MST iniciou suas ocupações exatamente no que hoje é Suape em 1989, momento em que o governador Miguel Arraes (1963-1964; 1987-1990; 1995-1999) estava no poder e poderia contribuir com a criação de assentamentos de reforma agrária. E também porque foi ele que, anteriormente, no contexto de criação da SUDENE, que promoveu alguns projetos de assentamento.

A política de tendência liberal da ditadura se expressou no governo de Collor de Melo (1990-1992) através da eliminação de tarifas aduaneiras, aumentando escandalosamente as importações e diminuindo as vendas de produtos nacionais no mercado interno. Assim começou o período de neoliberalismo de desregulação, liberalização e privatização (ZIBECHI, 2011). Desde o começo da década de 1990 o papel do Estado, de face neoliberal, intensificou esse processo de modernização e de reprodução do capital. Isso mediante a privatização dos setores sociais do Estado, flexibilização e precarização do trabalho, desregulamentação do mercado, etc. (HARVEY, 2007). A dívida externa contraída durante a ditadura militar implicou neste período em ajustes estruturais de disciplinamento econômico e na exportação de produtos básicos e agro-processados (DELGADO, 2005).

A via do desenvolvimento na fase neoliberal, no contexto do Consenso de Washington, implicava a financeirização, cada vez maior, da economia, a destruição dos serviços públicos, o desmantelamento dos sistemas de proteção social, a destruição e mercantilização da natureza - reforçando o nível de exploração da pobreza, precarização da vida da maioria da população, adequação do trabalho formal dentro de marcos de empregabilidade flexível, implicando em contratos sempre precários e o aumento do poder das empresas multinacionais (MACHADO ARÁOZ, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2006; SVAMPA, 2009). Foi no contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999; 1999-2003) que:

[...] acelerou o processo de privatização, liberalizou o fluxo de recursos financeiros, removeu barreiras econômicas e, para atrair capitais, reduziu o Estado social,

estabeleceu superávits primários crescentes e manteve os juros com uma das taxas reais mais altas do mundo. A sua aposta era que, com essas medidas, a entrada de investimentos diretos estrangeiros seria vigorosa e impulsionaria o crescimento econômico (LEHER, 2003, p. 81).

Isto significa que o Estado reduziu suas funções sociais, abriu o país ao mercado mundial e “está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos” (HARVEY, 2005, p. 29). A empresa Vale do Rio Doce, apesar da manifestação contra essa abertura com aproximadamente cinco mil pessoas no Rio de Janeiro, foi uma das empresas públicas privatizadas nesse período - especificamente em 1997 (MARTINS, 2007).

No ano de 1996 (até 1999), ainda no governo de FHC, o Programa Brasil em Ação foi criado, e teve, por objetivo, induzir à modernização a partir de novos investimentos produtivos com parceria público-privada. A diferença deste Programa para os anteriores era que se baseava em eixos de integração e não somente em polos de desenvolvimento (OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS FILHO, 2013). O CIPS recebeu pelo Programa Brasil em Ação R\$185 milhões para “áreas de serviços portuários, metalurgia, cerâmica, material cirúrgico, têxteis e embalagens” (BRASIL, 2012).

Os portos são fundamentais para a lógica de livre comércio e a inserção do país na divisão internacional do trabalho, no caso brasileiro - assim como colombiano e latino-americano - com a especificidade de exportadores de matérias primas. Essa lógica se potencializou devido à ‘containerização’ iniciada na década de 1990 e que permitiu diminuir os custos de transporte e melhorar a gestão intermodal (MONIÉ, 2011). A ‘containerização’ significou a mudança no modo de transportar as mercadorias. Esta é uma tendência mundial e se aplica a todos os portos, junto com outros procedimentos, como é o incentivo às parcerias público-privadas. No país, esta política normatizou-se em 1993, através da Lei Nº 8.630 - de modernização portuária. Para o CIPS, a normatização significou a sua construção dentro dos padrões da containerização e nas parcerias público-privadas que foram instituídas através do Decreto Estadual Nº 15.750 de 1993, que instituiu que o CIPS seria administrado pelo governo do Estado de Pernambuco<sup>118</sup> e operado pelas empresas privadas (BRASIL, 2012).

---

<sup>118</sup> A respeito da administração de Suape, em 16 de maio de 2013 houve uma corrida na Câmara dos Deputados e, posteriormente, na Câmara dos Senadores para votar a Medida Provisória 595 dos Portos. Nessa Medida Provisória se determina que as decisões sobre todos os portos públicos, a princípio, serão da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários – (AMATO, PASSARINHO, 2013), mas que poderá transferir para estados e municípios a realização de licitações para os portos delegados da esfera nacional para a estadual, como é o caso de Suape (ELOI, 2013).

A respeito da questão agrária, a abertura comercial do governo de FHC gerou uma queda generalizada na renda agrícola e provocou a desvalorização do preço da terra, fato que poderia favorecer o processo de reforma agrária. Porém, o fato de não haver políticas de sustentação de preços gerou que as possibilidades de permanência na terra fossem menores (DELGADO, 2005). Aproveitando essa situação, o governo promoveu a reforma agrária de mercado, criando o Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra (OLIVEIRA 2001). Apesar de ter tido algumas mudanças - devido às pressões sociais e à compra de terras pelo Estado<sup>119</sup> - os índices de Gini mostram que mudanças expressivas não aconteceram na questão fundiária desde 1940 (DABAT, 2007; OLIVEIRA, 2013). Ou seja, as prioridades – ou investimentos – eram voltadas para o desenvolvimento, à modernização e o lucro das empresas.

O Estado tornou-se assim dependente do mercado (KURZ, 1997). Fato que, no caso do CIPS, se identifica na parceria público-privada que se estabeleceu, sendo a terra e a administração do Estado, porém, o uso foi das empresas privadas que nele se instalaram. Assim, a noção de público – associado ao controle da terra pelo Estado e, formalmente para benefício de toda a população – muda radicalmente de figura.

Na realidade, esses usos tendem a beneficiar alguns grupos de cidadãos e, ao mesmo tempo, prejudicar outros. Consequentemente, o usufruto particular das terras públicas se converte numa luta pelo controle do aparelho do Estado ou, no mínimo, pelo direcionamento de suas ações em benefício de um ou outro grupo específico de cidadãos (LITTLE, 2002, p.7).

Little se refere aos benefícios do Estado para o agronegócio e as empresas agroindustriais que têm relação direta com toda a cadeia produtiva e, também, com a instalação de complexos industriais portuários.

Só a modo de exemplo, cabe consignar que entre 1990 e 2000, a expansão da agroindústria e a mineração significaram o desflorestamento de 467 mil km<sup>2</sup> em toda a região [de América Latina]; somente na Amazônia brasileira, em 2004 se chegou ao lamentável recorde de 26 mil km<sup>2</sup> de mata nativa arrasado. Da mão das grandes indústrias de celulose e de transnacionais agroindustriais, os monocultivos florestais alcançaram a cobrir 5 milhões de ha no Brasil e a agricultura transgênica chegou a ocupar 140 km<sup>2</sup> na Argentina (MACHADO ARÁOZ, 2011, p. 163).

Nessa linha de beneficiar às empresas agroindustriais e inserir-se no mundo moderno/colonial através da reprimarização, o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e o primeiro governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006) relançaram a estratégia:

---

<sup>119</sup> A desvalorização do preço da terra fez com que fosse mais lucrativo aos proprietários vender a terra ao Estado devido ao critério de desapropriação pela função social do que vendê-la no mercado. Isso propiciava de certa maneira a reforma agrária.

[...] dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos [...] Ela implica o relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isto reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Este arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento [sic] pela via campesina (DELGADO, 2005, p. 51).

Estes governos, portanto, promoveram a concentração da terra através das políticas agrícolas que favorecem o agronegócio e se submetem à lógica do sistema mundo moderno/colonial através da exportação primária em detrimento dos camponeses/as e povos rurais, que vão sendo, cada vez mais, espremidos nos seus territórios pela expansão do capital. Isso aconteceu no governo que propôs, em 2003, o II PNRA. Não somente não ocorreram mudanças no acesso à terra como foi propiciado uma contrarreforma agrária, isto é, não rompeu com a estrutura do latifúndio, deram migalhas àqueles/as que demandam terras e, em certas ocasiões, os movimentos de luta pela terra são criminalizados (CARVALHO, s/d). Todos os benefícios são para o agronegócio e o processo de reforma agrária ficou paralisado (DELGADO, 2005).

Nesse período foi intensificado o modelo primário exportador neocolonial, especialmente no segundo governo de Lula (2007-2010), a partir da criação, em 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - que propiciou a construção e ampliação de diversos empreendimentos ao longo do país, que geraram e ainda geram a circulação e a disponibilidade de serviços para as empresas nacionais e internacionais. São empreendimentos na área de transportes, energia e urbanos, como: portos, aeroportos, estradas, gasodutos, minerodutos, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia elétrica, saneamento, pavimentação, estações de tratamento de esgotos.

Na Colômbia também foram executadas Políticas Nacionais de Desenvolvimento e Programas, como o de Desenvolvimento Rural Integrado - DRI - que apontava para a aplicação dos pacotes da revolução verde. Era uma política para evitar a implementação da reforma agrária pela qual os povos agrários lutavam desde a década de 1920<sup>120</sup>. Na década de 1990 o narcotráfico, com a plantação de maconha, coca (especialmente transformada em

---

<sup>120</sup> Em 1961 se criou o Instituto Colombiano da Reforma Agrária (INCODER) através da Lei 135. A sua ação consistia no impulso de parcelamento e titulação de terras para camponeses sem terra, construção de infraestruturas e, junto com o Instituto Colombiano Agropecuário e o Instituto Colombiano de Marketing Agropecuário, gerir as comprar de colheitas pra assegurar preços. Contudo, estas estratégias de atuação tiveram pouco alcance pela pressão dos latifundiários e empresários interessados na terra. Nesta lei também se reconheceu o direito à terra pelos camponeses através das Unidades Agrícolas Familiares (UAF). Essa figura tornaria possível a titulação de terras para camponeses em terras *baldías* e outras outorgadas por processos de reforma agrária. Mas leis posteriores, 4ª de 1973 e 6ª de 1975, limitaram a criação de UAF às terras *baldías* (FAJARDO, 2014).

cocaína) e amapola (heroína), propiciou maior integração econômica do país ao sistema mundo moderno/colonial. Durante as entrevistas na ZRC-VRC um camponês e uma camponesa comentaram que, na década de 1990 até meados da década de 2000, eles sentiram necessidade de plantar coca, mas quando iniciaram as fumigações do Plano Colômbia, começaram a substituição de cultivos e conseguiram projetos produtivos financiados para não ter que continuar nesse circuito do narcotráfico.

A megamineração e a produção de monocultivos - especialmente de cana-de-açúcar e palma africana para obtenção de agrocombustíveis - também se expandem desde a década de 1990 na mão da violência paramilitar nos territórios das comunidades agrárias, gerando *desplazamientos*. Isso vem apoiado por políticas de desenvolvimento que incentivam através das isenções fiscais e subsídios a grandes empresários e a fragilização nas normativas ambientais (FAJARDO, 2014). Exatamente a isso se referia o camponês da ZRC-VRC quando se remeteu à locomotiva minero-energética na Colômbia, que expropria das terras as comunidades agrárias com a conivência do Estado colombiano<sup>121</sup>.

Assim como o PAC no Brasil, os PND na Colômbia, a IIRSA na América do Sul e o Plan Puebla-Panamá para América Central, se constituem como projetos de potencialização do modelo primário exportador neocolonial para América Latina. A megamineração<sup>122</sup>, a extração de petróleo e de gás, os monocultivos florestais, etc., são fundamentais nesse modelo que extrai da natureza dos países que têm essas riquezas e os exportam, especialmente através dos portos, aos países que os consomem (ACOSTA, 2012). Por isso, o modelo primário exportador neocolonial propicia a intensificação das atividades portuárias, já que é um dos enclaves fundamentais da rede mundial. Monié considera que:

A atividade portuária brasileira está em franco crescimento desde o início dos anos 2000 em consequência do aumento do PIB, da expansão e diversificação do comércio exterior, da internacionalização das corporações brasileiras e da reestruturação do aparelho industrial, geradora de interações espaciais pluri-escalares mais intensas (MONIÉ, 2011, p. 313).

Neste caminho, o CIPS é um desses enclaves, já que é nele que se industrializa e se exporta parte dos minerais, derivados de petróleo e agrocombustíveis do país. É por isso que,

<sup>121</sup> Durante todo o ano de 2015 umas das grandes polêmicas sobre a questão da terra na Colômbia foi o projeto de Lei 223 de ZIDRES - Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural, Econômico e Social que principalmente permitiria que as terras do Estado plausíveis de serem ocupadas por comunidades agrárias sejam, no lugar disso, apropriadas por empresários. Além das permanentes denúncias aos Planos Nacionais de Desenvolvimento que comprometem a Lei 160 de 1994 na qual, entre outras regulações, se instituem as Zonas de Reserva Camponesa.

<sup>122</sup> "A região latino-americana é o primeiro destino dos investimentos mineiros, com o 25% do total, onde se destacam Chile, Peru, Brasil, Colômbia, México e Argentina. Em 2003, apenas o 10% do investimento mineiro mundial se dirigia para América Latina" (ZIBECHI, 2015, p. 208-209). "O problema principal é que a atividade mineração, que inclui o uso de cianuro e mercúrio, afeta as lagoas de altura das quais se abastecem as comunidades camponesas e as cidades" (ZIBECHI, 2015, p. 210).

na prática, o CIPS, somente a partir da década de 2000, começou a intensificar suas atividades, a promover a instalação de novas empresas no complexo e expropriando aos camponeses/as de suas terras/territórios.

Mas, apesar das convergências entre os governos de FHC e Lula, durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) o Brasil mudou sua estratégia político-econômica neoliberal para uma estratégia que buscou amenizar as consequências do neoliberalismo com políticas keynesianas (HARVEY, 2012). Essa estratégia neodesenvolvimentista consiste em justificar, a partir da criação de diversos auxílios sociais de redistribuição de renda, a continuidade das políticas desenvolvimentistas. No caso brasileiro, significa a intensificação das atividades de mega-mineração, a construção de infraestruturas para exportação de matérias primas, o aumento do consumo, a diminuição dos índices de indigência e a criação de empregos temporários e, portanto precários.

Um elemento fundamental para esta guinada foi a importância que tomou o BNDES, desde 2003, na internacionalização de empresas brasileiras a partir do investimento que estas receberam para execução de obras de infraestrutura em outros países. Assim, o BNDES assumiu maiores investimentos na IIRSA e no país através dos PAC (HIRT, 2012; OLIVEIRA, GONÇALVES, RAMOS FILHO, 2013; ZIBECHI, 2012). Em 2012, o BNDES aprovou, para o CIPS, um total de R\$ 920 milhões para infraestrutura.

O primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) deu continuidade ao neodesenvolvimento através do PAC II (2011-2014), apoiando as demandas do agronegócio <sup>123</sup>. Os investimentos para o CIPS em relação ao PAC I foram de aproximadamente R\$ 1.4 bilhões e os do PAC II em torno de R\$ 280 milhões <sup>124</sup>.

Especificamente, os incentivos dos Programas de Aceleração do Crescimento I e II têm fomentado a modernização no CIPS. O PAC I proporcionou às empresas do CIPS, dragagem do canal interno (68% da obra foi realizada no período de 2007-2010), dragagem externa (tendo iniciado em novembro de 2010, dando continuidade mesmo após a finalização do PAC I) e acesso rodoferroviário à Ilha de Tatuoca (não finalizado no período do PAC I, continuou suas obras após 2010) (BRASIL, 2012). Estima-se que desde 2007 têm sido investidos R\$1.4 bilhões para obras relacionadas ao Complexo (PERNAMBUCO, 2012).

---

<sup>123</sup> Um exemplo nítido desse apoio foi a aprovação do novo código florestal, amplamente rechaçado pela sociedade, mas aprovado pela bancada ruralista em 2012. Assim como o código florestal, também foram sendo flexibilizados os códigos de mineração e dos portos.

<sup>124</sup> Este valor corresponde ao porto, sendo que para as estradas de comunicação e empresas como a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) os valores são calculados separadamente. No caso da RNEST calcula-se que a construção custou US\$ 20 bilhões (REUTERS, 2014).

O PAC II fez investimentos no CIPS para a finalização das dragagens e para a instalação de um terminal de granéis sólidos, com um valor estimado em R\$300 milhões (PERNAMBUCO, 2012). Ou seja, os investimentos que o governo faz são para infraestrutura utilizada pelas empresas multinacionais que, além de exportarem os produtos nacionais, ficam com os lucros da comercialização. O desenvolvimento chega ao estado de Pernambuco através do CIPS e cria conflitos pela terra, pelo território, pela vida.

A instalação não implicou do terminal somente em expropriações de terra, mas em um processo de urbanização acelerado e não planejado (MACHADO et all, 2009; SILVEIRA, 2010) e em fortes consequências ambientais (BRAGA et all, 1989; CAVALCANTI, 2008).

Durante 2013 a quantidade de empregados diretos era de 25.000, mas, na finalização das obras a tendência é diminuir essa quantidade (COUTINHO, 2013). Ou seja, aproximadamente a quantidade de pessoas que estão sendo expropriadas é a mesma quantidade de empregados. Mas a conta não fecha quando esses 25000 camponeses/as conseguiram reproduzir a vida sem necessidade estrita de se assalariar, pois tinham áreas de cultivo, de criação de pequeno porte ou mesmo a pesca.

O balanço da reforma agrária no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff foi nefasto, posto que sua administração foi:

[...] menos desapropriou terras e assentou famílias para a Reforma Agrária; menos demarcou os territórios Indígenas, Quilombolas e de diversas populações tradicionais; menos criou Reservas Extrativistas [...] Além da paralisação das desapropriações, seguiu-se um processo de privatização dos assentamentos, de legalização das grilagens de terra e de sepultamento do INCRA. Na questão agrária, o mercado capitalista foi quem regulou o Estado. Continuou em curso uma ampla Contra-Reforma Agrária (CPT NE II, 2015).

E ainda, criminalizou os movimentos sociais e os grupos subalternizados e a violência continua intensa (CPT NE, 2015, SEOANE, 2012; ZIBECHI, 2012). Esses fatos, aliados à questão do Partido dos Trabalhadores ter consolidado as políticas compensatórias de redistribuição da renda e de conhecer o discurso da esquerda, provocou certo apaziguamento dos movimentos sociais (ZIBECHI, 2011).

Geopoliticamente falando, a estratégia neodesenvolvimentista do Brasil modificou o seu posicionamento em relação à América do Sul, disputando a influência com os EUA, a China e a Espanha; promovendo relações assimétricas entre os países do Cone Sul e obtendo certo poder internacionalmente pela consolidação de tratados no âmbito da UNASUL - União das Nações Sul-Americanas - e dos BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (LITTLE, 2013; ZIBECHI, 2012).

Contudo, no sistema mundo moderno/colonial materializado na América Latina a partir do modelo primário exportador neocolonial, o Brasil continua em relação de periferia. Se, por um lado, a partir de 2003, com a modificação do estatuto do BNDES o país tem estendido sua influência através dos investimentos na internacionalização de empresas, e a partir das obras da IIRSA aos países de América do Sul e também a vários países de África, por outro lado, as relações comerciais com a China, principal país comprador de *commodities* brasileiros, são desiguais, "já que a porcentagem de comércio que a China ocupa nos países latino-americanos (10%) é quase o dobro (5,5%) da porcentagem do comércio que estes países ocupam na China" (LITTLE, 2013, p. 57), sendo que o montante de investimentos de capitais do Brasil para a China, entre 2006 e 2010, foi de 234,83 milhões de dólares, e da China para o Brasil de 607,92 milhões de dólares (LITTLE, 2013).

Como vimos, ainda neste período de neodesenvolvimento, as políticas referidas à modernização - atualmente, para consolidação do modelo primário exportador neocolonial - não somente são a prioridade, mas promovem a criminalização e a exacerbação dos conflitos com os camponeses/as e povos rurais. Várias pesquisas têm mostrado os conflitos socioambientais dos megaprojetos de desenvolvimento que vêm se instalando no Brasil neste período, e a violência que as comunidades estão sofrendo (ALVARENGA, 2013; ANTONGIOVANNI, 2006; GONÇALVES, 2012; NEGRI, 2010; ROUGEMONT, 2014).

Da mesma maneira, há diversas denúncias na América Latina que retratam esses conflitos em torno dos modos de produzir a vida e a instalação de megaprojetos de desenvolvimento atrelados ao modelo agroexportador neocolonial (MACHADO ARÁOZ, 2011; NAVARRO, PINEDA, 2009; SVAMPA, 2011; WAHREN, 2011).

Pelo exposto até o momento, concordamos com Achkar e Dominguez (2006) em que, no contexto das políticas de desenvolvimento, o público alvo de benefício são os donos de grandes empresas, indústrias e empreendimentos e, praticamente como condição, isso implica em prejudicar segmentos da sociedade que estão inseridos nessas políticas. O capitalismo não permite a reprodução da vida sem a exclusão, a subordinação e a negação de qualquer outro modo que não seja a mercantilização dessa vida. Modos de vida divergentes se enfrentam na luta pela terra e pelo território entre os quais não há possível convivência.

O discurso do desenvolvimento tem permeado essas políticas de modernização e vai adquirindo diversos adjetivos buscando, em vão, amenizar seus "efeitos colaterais", querendo parecer: social, humano, local, sustentável, etc., mas ocorre a intensificação da priva(tiza)ção da natureza, da terra e da vida dos camponeses/as. O Estado deixa de lado a questão agrária e

se foca no desenvolvimento como um modo de inserir-se no sistema mundo moderno/colonial.

Os camponeses/as, nesta lógica que mostramos existente no Brasil, especificamente, mas em geral na América Latina também, são considerados como sujeitos subalternizados plausíveis de serem inseridos marginalmente no modo de produção capitalista, sem identidades, terras e territórios para reproduzir suas vidas de acordo com os seus parâmetros. Ainda, em países nos quais ocorreram reformas agrárias, como na Bolívia, México ou Peru, a luta pela terra e pelo território continua vigente, especialmente no contexto de intensificação do modelo primário exportador neocolonial (ZIBECHI, 2015).

Para Harvey (2004), este modelo implica a continuidade da expansão do capital, a recriação do mesmo diante das crises, e o denomina de acumulação por espoliação.

Com esse conceito, Harvey fez uma distinção entre o que foi a acumulação primitiva do capital quando este se expandiu pela ampliação das fronteiras de atuação, através da invasão do que hoje é América Latina na época em que iniciou o sistema mundo moderno/colonial e; a atual expansão do capital através da pilhagem da natureza apropriada privadamente e transformada em mercadoria, assim também como da própria vida humana. O capital foi se recriando e, quando necessário, destruiu o que ele mesmo criou para poder continuar reproduzindo-se. Atualmente o faz nessa relação estreita do Estado com as empresas, este fornecendo a circulação, a comunicação, mudando as leis para flexibilizar e precarizar as condições de trabalho e de vida das pessoas, para que estas possam continuar com a acumulação.

Apesar desses mecanismos serem hegemônicos e se imporem com intensidade, também observamos que há r-existências a estes. É uma luta entre os camponeses/as, os povos rurais, os subalternizados, tanto do campo como da cidade, que buscam viver apesar do avassalamento do capital através do Estado, das empresas e do latifúndio. Nessa luta, o Estado faz o papel de negociador e, por vezes, precisa ceder ou, estrategicamente, concede certas prerrogativas à população.

Como veremos a seguir, ao mesmo tempo em que políticas de cunho neoliberal são instaladas, geram a diminuição das ações sociais do Estado, a luta social pressiona para que se resolva a questão agrária pendente. E isto é feito através de diversas estratégias, como a luta pelo reconhecimento identitário. Neste sentido, esses povos agrários se fazem presentes na cena política do Brasil, da Colômbia, da América Latina, como indígenas, afrodescendentes, povos e comunidades tradicionais, camponeses/as, que reivindicam territórios para viver.

### 3. AS R-EXISTÊNCIAS QUE SE DISSEMINAM - BRASIL, COLÔMBIA

*"Portanto, o território para um grupo camponês tradicional ocupa o lugar de elemento central no processo identitário grupal" (INCRA, 2015, p. 7)*

Nos capítulos anteriores foram identificadas as lutas, conflitos e resistências dos camponeses/as do que hoje é Suape e dos camponeses/as da ZRC-VRC. Estas lutas e resistências são identificadas também nas escalas nacionais de cada país, Brasil e Colômbia, e também nos outros países do que hoje chamamos de América Latina. E, assim como existem traços comuns na reprodução do capital na lógica do sistema mundo moderno/colonial, eles também existem entre os sujeitos agrários que lutam pela terra e pelos territórios.

Nos casos de Brasil e Colômbia, os processos de luta pela terra e pelo território, consequentes da histórica concentração e apropriação privada da terra, têm gerado, nas últimas décadas, alguns marcos legais de distribuição da terra e de reconhecimento identitário. Também, nas vigentes Constituição Federal do Brasil de 1988<sup>125</sup> e Constituição Política da Colômbia de 1991<sup>126</sup>, estão instituídas a função social da propriedade da terra. Mas, apesar

---

<sup>125</sup> Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. § 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. § 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação. § 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação. § 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício. § 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. **Art. 185.** São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II - a propriedade produtiva. **Parágrafo único.** A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social. **Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988). Para uma discussão sobre os artigos da Constituição Federal de 1991 que se referem à reforma agrária e à função social da propriedade da terra consultar a tese de Carlos Alberto Feliciano (2009).

<sup>126</sup> Art. 58. Garante-se a propriedade privada e os demais direitos adquiridos em concordância com as leis civis, os quais não podem ser desconhecidos nem vulnerados pelas leis posteriores. Quando a aplicação de uma lei expedida por motivos de utilidade pública ou interesse social, resultarem em conflito com direitos dos particulares com a necessidade com ela reconhecida, o interesse privado deverá ceder ao interesse público ou social. A propriedade é uma função social que implica em obrigações. Como tal, lhe é inerente uma função ecológica. O Estado protegerá e promoverá as formas associativas e solidárias de propriedade. Por motivos de utilidade pública ou de interesse social definidos pelo legislador, poderá haver expropriação mediante sentença judicial e indenização prévia. Esta se fixará consultando os interesses da comunidade e do afetado. Nos casos que determine o legislador, dita expropriação poderá adiantar-se por via administrativa, sujeita a posterior ação contenciosa administrativa, inclusive a respeito do preço (COLÔMBIA, 1991). Fredy Castro Paez (2015),

desses marcos legais existirem, os pesos e as medidas que são aplicados para essas leis não são iguais a respeito daqueles marcos legais que beneficiam os latifundiários. Seja pela interpretação produtivista que se tem na função social da propriedade da terra, possibilitando a continuação da concentração da terra (índice de Gini de 0,872 no Brasil e de 0,850 na Colômbia), ou seja, através da fragilização das leis de mineração, florestal, etc. e da implantação dos Planos de Desenvolvimento, que vão na contramão das territorialidades rurais.

No caso do Brasil, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (JUNGES, 2011) explica que, cerca de 60% das terras não têm titulação, mas que muitas tituladas são terras que estão ilegalmente apropriadas por latifundiários. Estas deveriam cumprir a função social instituída no Artigo N° 186 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a desapropriação de terra deve acontecer quando a mesma não cumprir sua função social.

Ele explica que, pelo fato dessas terras terem sido griladas, isto é, tituladas com documentos falsos, as mesmas deveriam cumprir sua função social realizando uma reforma agrária, outorgando-as a comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, ou instituindo áreas de conservação da natureza. Porém, não é isso o que histórica e atualmente tem acontecido. Frente a esta situação, desde o ano 2000 iniciou no Brasil uma campanha pelo estabelecimento de um limite do tamanho da propriedade, sendo que este limite deveria ser um dos critérios para a expropriação do latifundiário.

Na Colômbia, no último quarto de século, em torno de seis milhões de hectares de terras tem sido despojadas de camponeses/as, indígenas e afrodescendentes. Isso equivale à expropriação de 5,5 milhões de pessoas e, ainda, 85% da população rural carecem de títulos de propriedade (VEGA, 2012). César Jerez<sup>127</sup> (2015), um dos líderes da Associação Nacional

---

advogado colombiano, explica que apesar da função social romper com o conceito de limite negativo e impulsionar ao proprietário a ser produtivo e ter um manejo ambiental adequado, o que se tem identificado é o aumento da concentração da terra, desigualdade no acesso e deterioro ambiental. Isso se vê exacerbado pelas políticas de desenvolvimento no campo que propiciam a concentração de terras produtivas para pecuária, mineração, hidrocarburos, infraestruturas e agroindústrias. Quer dizer, que apesar de haver uma legislação acerca da função social da terra no lugar de se privilegiar a produção de alimentos e a garantia de vida digna para os camponeses/as o desenvolvimento intensifica a concentração de terras em mãos privadas. "A função social e ecológica da propriedade parece vincular o bem-estar da coletividade para a realização do único interesse superior do desenvolvimento econômico, e já não ao da solidariedade e o interesse comunitário, à satisfação plena das necessidades da população, a realização e garantia da integralidade dos direitos sociais, econômicos, culturais e coletivos do ambiente e muito menos a consolidação de uma reforma agrária integral" (PAEZ CASTRO, 2015).

<sup>127</sup> Conferência ministrada na segunda sessão da Cátedra Aberta de Assuntos Rurais: Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da posse da terra, da pesca e dos bosques no contexto da segurança alimentaria nacional intitulada "O acesso e posse da terra na Colômbia, terras ou territórios rurais?".

de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC), indica que das terras camponesas, 60% não são tituladas.

Uma das estratégias da luta por terra é o apelo à questão identitária relacionada a territórios específicos, onde os diferentes povos reproduzem suas vidas. A partir desta apelação, a Organização Internacional do Trabalho instituiu a Convenção 169, em 1989, que trata sobre povos indígenas e tribais.

No Brasil a ratificação da Convenção 169 da OIT de 1989, através do Decreto 5051 de 2004, institui o autorreconhecimento identitário e o direito de propriedade e de posse a esses povos autorreconhecidos. O Artigo 14 trata sobre esse reconhecimento de propriedade e de posse:

Artigo 14 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de sua subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. 2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse. 3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados (BRASIL, 2004).

Este Decreto, portanto, permite aos povos indígenas, negros e tradicionais reconhecerem-se como sujeitos políticos com direitos territoriais de posse e propriedade. E, nesse sentido:

A questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. (LITTLE, 2002, p.2)

Assim, desde os últimos vinte anos o cenário político tem permitido este outro tipo de "reforma agrária", a partir da demarcação de Terras Indígenas e Terras de Remanescentes de Quilombos e demais.

Na Colômbia a Convenção 169 de 1989 da OIT foi ratificada pela Lei 21 de 1991. Esta trata especialmente sobre os direitos das comunidades negras e dos povos indígenas, mas não propicia, como no Brasil, uma categoria de povos e comunidades tradicionais com modos de vida específicos, e cria uma diferenciação de direitos entre os camponeses/as não

reconhecidos como sujeitos políticos frente aos afrodescendentes e os povos indígenas. Isso implica o reconhecimento destes povos e que nos territórios indígenas e afrodescendentes há consulta prévia, livre e informada frente a intervenções nos seus territórios, porém, nos territórios dos camponeses/as essas consultas não são legalmente necessárias.

Ainda como parte de suas identidades, essas comunidades e povos vêm chamando a atenção para a questão ambiental, no sentido de ser considerado que os modos de vida que levam em seus territórios são mais ligados com a natureza e não depredadores se comparados com os níveis de depredação da acumulação capitalista.

Para esses povos ambas as questões estão intrinsecamente ligadas à necessidade de ter acesso, controle e uso da terra e dos territórios nos quais reproduzem suas vidas, isto é, ter justiça territorial. Por isso, a luta é sim por terra e território, mas é pelo direito de existir a partir de parâmetros específicos identitários, de relação com a natureza e da vida como eles/as a vivem.

A seguir trataremos sobre os marcos legais políticos e territoriais conseguidos, em torno da justiça territorial, pelas lutas dos diversos sujeitos agrários - entendidas como parte das lutas das r-existências. Também abordaremos os traços comuns das lutas e resistências dos diversos povos agrários no que hoje é América Latina. Com isto, não se trata de homogeneizar, mas de demonstrar que existem sujeitos agrários, povos do campo, organizações sociais que estão em movimento, r-existindo e criando mundos possíveis, um pluriverso.

### 3.1 BRASIL - RECONHECIMENTO DE SUJEITOS AGRÁRIOS E OS PARÂMETROS LEGAIS

No Brasil, segundo Porto Gonçalves et al (2014), os dados referentes à violência através de despejos, expulsões, assassinatos, mas também das manifestações no campo, são elementos, entre outros, que demonstram a atualidade da questão agrária.

Nos últimos 30 anos (1985-2014) tivemos no Brasil anualmente, em média, 566 localidades em conflito por terra envolvendo em média anualmente 41.935 famílias, com 12.692 famílias despejadas, outras 2.580 famílias expulsas e, ainda, a média de 58 pessoas assassinadas por ano! Nessa série histórica foram registradas 13.279 manifestações no campo envolvendo 7.674.581 pessoas! Para quem quer ter um critério objetivo para definir sobre a existência de uma questão agrária no Brasil esses dados nos parecem consistentes até porque indicam que o agrário está sendo posto em questão! (PORTO-GONÇALVES et al., 2014, p. 152).

Isto significa que a questão agrária envolve, ao mesmo tempo, conflitos e resistências, como foi abordado ao longo dos capítulos. A atualidade da questão agrária se manifesta a partir da luta pela terra e território de diversos sujeitos do campo, como camponeses, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, e também, pelo acirramento dos conflitos entre a reprodução da vida e a reprodução do capital através da luta pela água e pela terra frente ao modelo primário exportador neocolonial já caracterizado - infraestruturas, monocultivos.

Nesse sentido, as lutas e r-existências das comunidades agrárias por territórios legalmente reconhecidos também têm se realizado justamente como forma de combater os conflitos que a reprodução do capital, no campo, implica na vida delas. Veremos a seguir como vem sendo aplicado, ou não, no âmbito nacional para cada caso.

### **3.1.1 Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária**

As primeiras ocupações de terra como forma de luta aconteceram concomitantemente em várias regiões do país na década de 1960. Mas, a repressão social do período da ditadura militar impediu que essa estratégia de luta continuasse. A retomada das ocupações se deu no final da década de 1970 no Rio Grande do Sul, generalizando-se na década de 1980, sendo Pernambuco um dos estados que historicamente liderava o número de ocupações até 2006, quando o estado de São Paulo passou a ser o estado com maior número de ocupações (SCOLESE, 2007).

As ocupações pelos movimentos sociais são realizadas em terras griladas e/ou consideradas improdutivas. Na edição de 2014 da publicação da CPT dos Conflitos no Campo - Brasil 2014, as ocupações são constituídas a partir de:

[...] ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada nos imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios frente à demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhes são asseguradas por direito (CANUTO, SILVA, RODRIGUEZ, 2014, p. 13).

Cada ocupação tem a sua especificidade, mas, em termos gerais, os camponeses chegam à noite ou na madrugada e montam as barracas de lona preta, geralmente organizadas em fileiras como ruas. Durante o período da ocupação assembleias são organizadas, nas quais discute-se sobre a organização do acampamento, as estratégias de luta, a situação da terra que se quer para o assentamento, etc.

Por outro lado, "A partir das ocupações de terra se assume uma posição de enunciação no espaço público" (ASTELARRA et. al., 2014, p. 425), evidenciando a existência frente à concentração da terra e à expansão do capital. Os processos de demarcação de um assentamento, como sabemos, são extremamente demorados e há casos de acampamentos que têm entre oito e dez anos de existência, sem constituir-se em assentamentos.

Stédile (2013) estima que há em torno de 150.000 famílias que se encontram nas ocupações lutando pelo direito à terra. Ainda assim, esse é um dos mecanismos que os camponeses utilizam para ter acesso à terra (GRÁFICO 1).

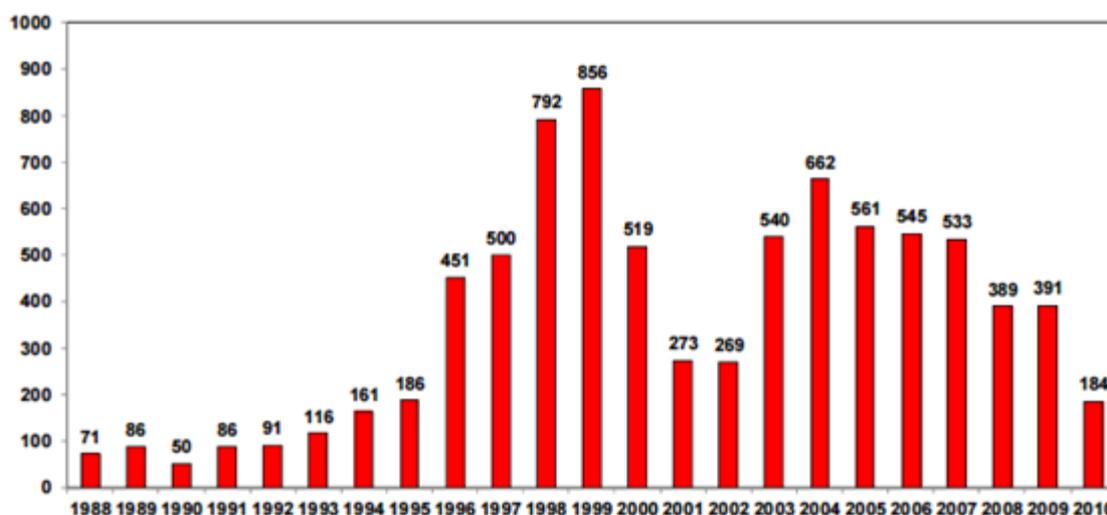


Gráfico 1 - Ocupações de terra de 1988 a 2010. Fonte: DATALUTA - Banco de dados da luta pela terra, 2011.

Como se observa no Gráfico 1, foi durante os primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso que registra-se a maior quantidade de ocupações (de 1996 a 2000). A partir de 1998, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) instituiu a Medida Provisória Nº 2027 - que proíbe a vistoria pública de áreas ocupadas pelos Sem Terra, as ocupações são realizadas na propriedade e, posteriormente, se retiram para a beira da estrada para que a vistoria aconteça. Ainda assim é o ano de 1999 o ápice das ocupações, com 856 em todo o país, diminuindo drasticamente em 2000, 2001 e 2002 com 519, 273 e 269 ocupações respectivamente, voltando a aumentar entre 2002 e 2007, sendo nesse período o ano de 2004 com maior número de ocupações - 662, mas não atingindo as ocupações realizadas durante o período do governo de FHC.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST – é, atualmente, o principal movimento rural, com 350.000 famílias presentes em 24 estados (MST, 2015).

Começou sua atuação através da ocupação de terras improdutivas e, apesar de continuar com essa estratégia, segundo comentários de uma assentada do Movimento<sup>128</sup>, desde o decreto de FHC de não assentar nos lugares onde houvesse ocupação nas terras improdutivas, essa estratégia tem sido reprimida pelo Estado, dificultando assim esse tipo de resistência.

O fato continua sendo que, para que a área de terra improdutiva seja reconhecida, os camponeses precisam ocupá-la para que, assim, o INCRA abra um processo. Isso implica que a política governamental atual consiste em uma tímida política de assentamentos pontuais, que só funciona com a pressão dos movimentos sociais. Neste sentido, a conquista da terra depende mais da iniciativa dos trabalhadores em organizar ações sociais coletivas para pressionar o Estado a desapropriar terras improdutivas do que de uma política pública planejada pelo INCRA (FIGUEIREDO, 2008, p. 199-200). Para se ter uma ideia da regionalização das ocupações no período de 1988 a 2010, apresentamos a seguir a figura 78.

---

<sup>128</sup> Esses, e outros, comentários foram realizados pela mestranda e assentada do MST Maria Stélia Araujo no contexto das Jornadas do coletivo de Geografia Crítica de Raiz Latino-americana - GeoRaizAL na Universidad Externado de Colombia durante o segundo semestre de 2015. Esta liderança participou especificamente na sessão de 22 de outubro de 2015 intitulada "Luta pela terra e território na Colômbia e no Brasil".

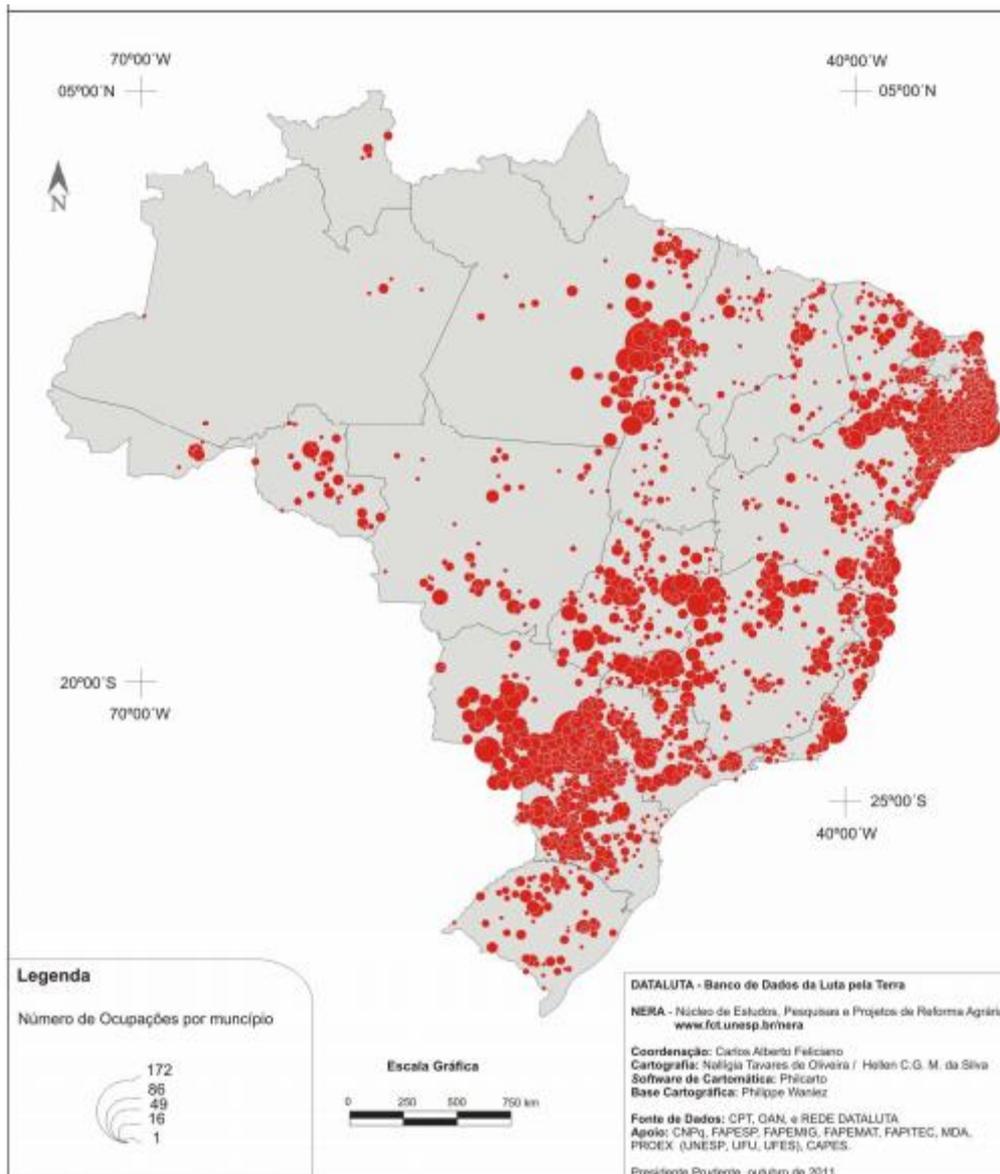


Figura 78 - Mapa das ocupações de terra no período de 1988 a 2010 no Brasil. Fonte: DATALUTA - Banco de dados da luta pela terra, 2011.

Neste mapa é possível identificar que as ocupações se destacam na região Nordeste, especialmente nos estados de Pernambuco e Paraíba e, na região sul, especialmente Santa Catarina e Paraná, assim como São Paulo e Mato Grosso do Sul no Sudeste e no Centro-Oeste, respectivamente.

O gráfico e o mapa mostram que as ocupações continuam sendo uma forma de luta pelo acesso à terra para constituição de assentamentos de reforma agrária, ainda que haja outras estratégias que destacamos nos próximos itens.

Segundo dados do INCRA há, atualmente, 9277 projetos de assentamento que constituem uma área total de 88.250.576,1668 ha., para 969.296 famílias, que são em torno de 1.174.451 camponeses e camponesas. Mas estes dados incluem as 60 Reservas Extrativistas,

as 14 Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as 9 Florestas Nacionais (BRASIL, 2015). Isso quer dizer que, se na legislação há figuras diferentes para a diversidade de sujeitos, na contagem todos os territórios são considerados projetos de assentamento, aumentando assim os números de reforma agrária.

#### O assentamento rural, segundo o INCRA:

É um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si instaladas pelo INCRA onde originalmente existe um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias (BRASIL, 2015).

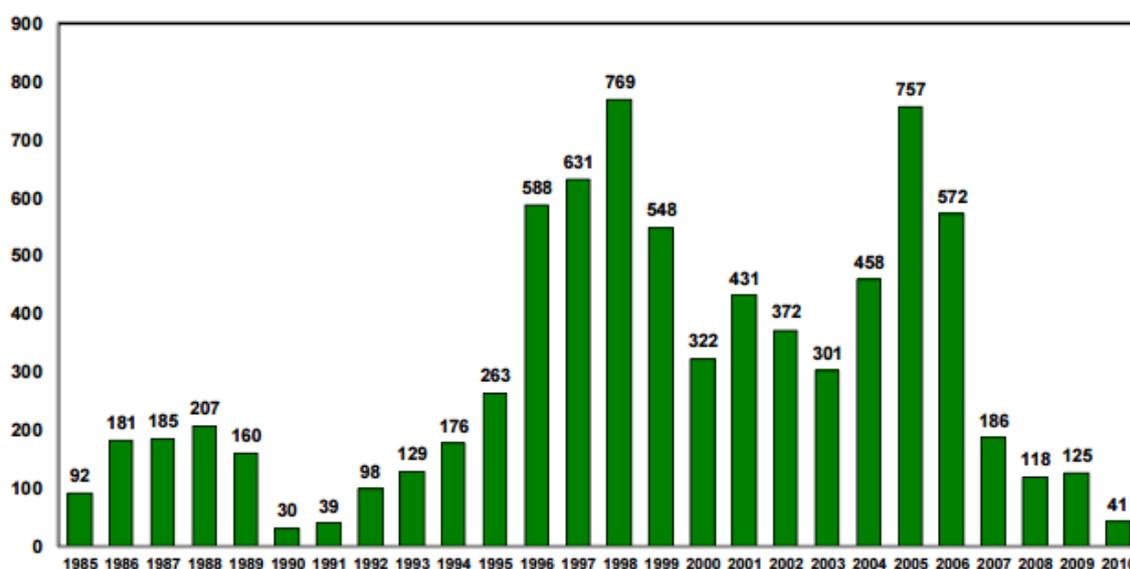


Gráfico 2 - Assentamentos obtidos nos período de 1985 a 2010. Fonte: DATALUTA - Bando de dados da luta pela terra, 2011.

Durante o período do governo de FHC, entre 1996 e 1999, se identifica o maior número de áreas obtidas para assentamentos, diminuindo nos últimos anos do mesmo governo e aumentando novamente, ainda que não da mesma maneira, durante o primeiro período de governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2007), especialmente nos anos de 2004 a 2006.

Segundo Alentejano (2004), os motivos pelos quais há um inchaço na quantidade de assentamentos durante o período de FHC se deve a: grande parte dos assentamentos era um processo de regularização fundiária, isto é, concederam títulos de terras a posseiros que ocupavam as áreas há tempo; houve grande pressão social, com destaque para o MST e a CONTAG e, portanto, os assentamentos representam respostas localizadas; o governo apostou na mercantilização da terra através da compra da mesma para fins de reforma agrária, criando maior especulação. Alentejano também demonstra que, ao contrário de beneficiar às comunidades agrárias, durante esse governo houve a expulsão de camponeses, seja por

impossibilidade de competir com os preços agrícolas, pela falta de apoio técnico e creditício, ou pela abertura econômica e os incentivos ao agronegócio, ou ainda, pela criminalização dos movimentos sociais, "o que faz com que o número de famílias que perdeu a terra supere as beneficiadas pelos assentamentos" (ALENTEJANO, 2004, p. 5).

Quando os movimentos sociais rurais passam por todos os procedimentos para que a terra improdutiva seja declarada assentamento, o desafio passa a ser resistir e produzir na terra, especialmente quando se trata de combater a lógica do pacote tecnológico dos agrotóxicos, monocultivos e inserção no mercado através da reprodução do capital. E ainda, apesar do Estado outorgar a terra ao assentado/a, ele deve pagar pela mesma.

Atualmente, depois de trinta anos de luta pela terra, o MST tem como desafio a manutenção dos assentamentos dentro da lógica própria de produção, isto é, de combate aos agrotóxicos, ao monocultivo, ou seja, ao pacote tecnológico do agronegócio. "Pelo contrário, as famílias assentadas que produzem em forma agroecológica são uma minoria, enquanto o movimento não se empenha tudo o necessário em promover nos assentamentos uma matriz tecnológica diferente, segundo o dirigente" [Edgar Kolling]. Por isso, propôs 'colocar os assentamentos no centro da ação do MST e construí-los como um exemplo de organização da produção e do trabalho, de coerência na seleção da matriz produtiva e tecnológica'. Os assentamentos, uns 1500 em todo o país<sup>129</sup>, deveriam ser lugares onde se viva bem, em equilíbrio com a natureza e a comunidade. 'Que sirvam de exemplo na disputa pela hegemonia nos mais de mil municípios nos que estamos presentes', aponta Kolling. (ZIBECHI, 2015, p. 130).

Isso significa que a r-existência não se dá somente na conquista pela terra, mas na reprodução da vida nela. Nesse sentido, o MST vem se fortalecendo em vários âmbitos, como a agroecologia, a educação do campo<sup>130</sup>, a discussão em torno das questões de gênero, da juventude no campo, etc.

A respeito dos direitos das mulheres à titulação da terra, a Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu Artigo 189, estipula que as terras oriundas de programas de reforma agrária deveriam ser conferidas ao homem, à mulher ou a ambos, independentemente do estado civil. Contudo, esse direito só começou a efetivar-se a partir de 2003, com a instituição da Portaria 981 e a Instrução Normativa 38 do INCRA. Essa conquista foi conseguida politicamente pela pressão das mulheres, especialmente da Comissão Nacional de Mulheres do MST (criada em 1985 e, posteriormente, modificada e ampliada, passou a ser o Coletivo

<sup>129</sup> Segundo o INCRA na página que trata especificamente sobre os assentamentos se indicam 9256, já na tabela de dados titulada Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implantação de 16 de julho de 2015, se indicam 9277 assentamentos. Entre estes são considerados os Fundos de Pasto, territórios de povos tradicionais da Bahia, Florestas Nacionais, RDS, ReSex, Florestas Estaduais.

<sup>130</sup> Sobre a luta pela educação do campo contextualizada e a instituição da política da educação do campo ver OLIVEIRA (2015). Para conhecer os dados da II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, consultar o INCRA (<http://www.incra.gov.br/pronera/ii-pesquisa-nacional-de-educa-o-na-reforma-agr-ria-pnera---jun-2015>).

de Gênero em 1995) e da Marcha das Margaridas, cuja primeira edição foi no ano 2000. Também, fruto da Marcha das Margaridas do ano 2000, a Portaria 121 foi assinada no ano 2001, que institui uma cota de 30% dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) às mulheres, e também definiu que o Banco da Terra outorgasse 30% dos créditos às mulheres (FRANCO GARCÍA, MONTEIRO, 2015).

As lutas e as r-existências camponesas, como vimos, são históricas, atuais e permanentes tanto nas ocupações de terra como nos assentamentos para ter condições de reproduzir suas vidas. Os desafios que se apresentam são entre os diversos sujeitos camponeses - mulheres e homens - e em todas as esferas da vida. Os camponeses/as do que hoje é Suape não têm garantida a reprodução da vida porque sofrem a expropriação nos seus territórios. E ainda, naqueles que seriam projetos de reforma agrária, não há garantias de permanência ou de re-territorialização mantendo as mesmas condições de reprodução da vida.

E, assim como existem questões de dominação de gênero que precisam ser superadas, também existe uma dominação étnico-racial da lógica moderna/colonial que vem sendo discutida na luta por visibilizar e firmar outras lógicas de reproduzir a vida desde os sujeitos diversos, como os povos indígenas em seus territórios, dos quais trataremos a seguir.

### **3.1.2 Territórios indígenas**

Segundo dados do IBGE (2010), há no país aproximadamente 700.000 indígenas de 220 povos, entre os quais há 170 línguas. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2010 havia 817.962 indígenas, representando 305 etnias diferentes e 274 línguas (FUNAI, 2015). Já o Conselho Indigenista Missionário, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - um dos órgãos de importante atuação com estes povos - estima que há 240 povos (CIMI, 2012) e o Instituto Socioambiental - que tem sido uma referência em questões relacionadas às comunidades indígenas - indica que no Brasil há 246 povos indígenas, 700 terras indígenas em aproximadamente 13% do território nacional (ISA, 2015).

Esta divergência de dados pode ser consequência tanto do descaso dos órgãos oficiais com esta população como da discriminação que estes povos sofrem pelo fato de serem

indígenas. Historicamente e até a atualidade estes povos têm sido julgados como inferiores, assassinados<sup>131</sup>, e expropriados dos seus territórios de reprodução da vida.

O reconhecimento territorial dos povos indígenas se encontra no Artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Segundo este artigo, as terras tradicionalmente ocupadas por indígenas são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 2014).

Resende (2014, p. 299) identifica que os avanços a respeito dos povos indígenas na Constituição Federal são: "o reconhecimento da diversidade étnica e cultural das populações indígenas e o reconhecimento de sua capacidade civil e jurídica plena". O antropólogo Paul Little explica que:

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, distintas modalidades territoriais foram fortalecidas ou formalizadas. São os casos das terras indígenas e dos remanescentes das comunidades de quilombos. “Terras indígenas” é uma categoria jurídica que originalmente foi estabelecida pelo Estado brasileiro para lidar com povos indígenas dentro do marco da tutela. De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que, em muitos casos, prejudicaram seus direitos (LITTLE, 2002, p. 13).

A questão que sempre fica pendente é justamente a que diz respeito se é necessário garantir territórios através dos mecanismos legais do Estado, ainda que isso possa prejudicar os direitos dos povos. Já que, ao estabelecerem territórios legais há maior controle por parte do Estado, que pode implicar que este queira determinar o que os povos podem ou não fazer, menosprezando os parâmetros culturais dos indígenas, contudo, se não houver a garantia mínima do Estado de assegurar um território, voltamos à questão: como ficam os povos agrários diante do avassalamento e expropriação da expansão permanente do capital?

Para o caso dos indígenas, cabe ao Estado, através da FUNAI, demarcar as terras indígenas que constituem Patrimônio da União, sendo reconhecidas aos indígenas a posse permanente e o uso exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. São terras inalienáveis e indisponíveis.

---

<sup>131</sup> O Relatório de Violência contra os povos indígenas no Brasil do CIMI indica um total de 138 assassinatos de indígenas em 2014 e 135 casos de suicídio (CIMI, 2014). Desde o ano de 2015 o CIMI tem uma campanha para que o governo instale uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar e punir o genocídio de indígenas, especialmente no Mato Grosso do Sul onde existem "mais de 50 áreas em situação de conflito, aguardando demarcação e homologação das terras, conforme determina a Constituição Federal" (PELA CPI DO GENOCÍDIO, 2015).

O processo de regularização das terras indígenas está definido na Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio) e no Decreto nº 1.775/96. O procedimento para reconhecimento de uma terra indígena começa na seleção de um antropólogo para elaboração de um estudo de identificação da Terra Indígena - TI - em questão. Esse estudo passa pela aprovação da FUNAI, o ministério de justiça expede uma declaração dos limites da TI, o INCRA faz a demarcação física e o presidente da República homologa a terra através de um decreto (ISA, 2015).

Assim como há divergências a respeito da quantidade de povos indígenas, também há cálculos diversos a respeito das terras indígenas no país. A seguir apresentamos três tabelas (TABELAS 7, 8 e 9) que indicam a situação das Terras Indígenas, segundo o processo de regularização da FUNAI, ISA e CIMI respectivamente.

FASE DO PROCESSO	QTDE	SUPERFÍCIE(ha)
DELIMITADA	37	2.701.755,7469
DECLARADA	66	4.315.018,8429
HOMOLOGADA	8	521.202,6119
REGULARIZADA	434	104.824.123,2344
<b>TOTAL</b>	<b>545</b>	<b>112.362.100,4361</b>

Tabela 7 - Terras indígenas segundo o processo de regularização. Fonte: FUNAI, 2015.

Os dados da tabela (TABELA 7) que a FUNAI apresenta indicam que há um total de 545 terras indígenas em diferentes fases do processo de homologação, mas no próprio site a FUNAI, na parte de demarcação de terras indígenas, indica que "Atualmente existem 462 terras indígenas regularizada[s]" (FUNAI, 2015).

Na tabela do Instituto Socioambiental (TABELA 8), o dado total a respeito das terras indígenas nos diferentes estágios do processo de regularização é de 470.

SITUAÇÃO	Nº TIS	EXTENSÃO (Ha)
IDENTIFICADA	36 (5,16%)	2.707.317 (2,38%)
DECLARADA	66 (9,46%)	4.012.806 (3,53%)
RESERVADA	27	117.182
HOMOLOGADA	21	2.316.212

RESERVADA OU HOMOLOGADA COM REGISTRO NO CRI E/OU SPU	422	103.385.889
<b>TOTAL</b>	<b>470</b> <b>(67,34%)</b>	<b>105.819.283</b> <b>(93,13%)</b>

Tabela 8 - Situação de regularização fundiária das TI no Brasil. Fonte: Instituto Socioambiental, 2015.

Na tabela elaborada pelo CIMI (TABELA 9), incorporam as terras indígenas "sem providência" (339) e as terras "a identificar" (154), contudo, sem considerar estas duas situações, o total de terras indígenas estaria em 502.

SITUAÇÃO GERAL DAS TERRAS INDÍGENAS	QUANTIDADE
REGISTRADAS	361
HOMOLOGADAS	44
DECLARADAS	58
IDENTIFICADAS	37
A IDENTIFICAR	154
SEM PROVIDÊNCIA	339
<b>TOTAL</b>	<b>995</b>

Tabela 9 - Situação geral das terras indígenas. Fonte: CIMI, 2012

Se considerarmos como números, a diferença entre 462, 470 e 502 não seria muito, mas levando-se em consideração que estamos tratando de territórios nos quais os povos indígenas reproduzem suas vidas, a homologação de um território notoriamente é importante, especialmente no contexto de conflitos e expropriação pela expansão do modelo primário exportador neocolonial.

Apesar de haver divergências nas quantidades de terras indígenas no país, consideramos interessante incorporar um mapa das áreas identificadas pelo ISA (2015) para termos uma aproximação sobre a localização das mesmas (FIGURA 79).

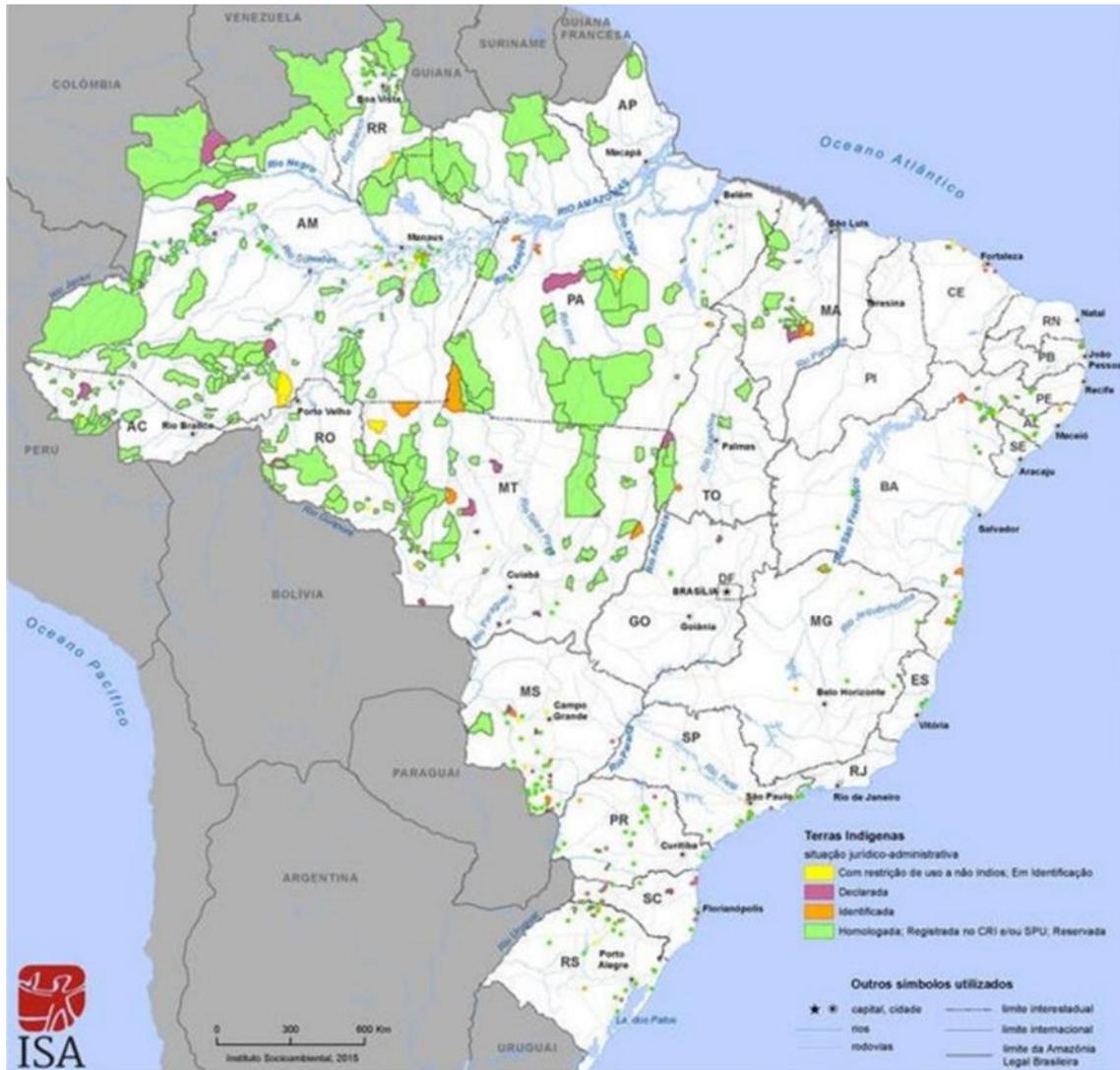


Figura 79 - Mapa das Terras Indígenas segundo a situação jurídico-administrativa. Fonte: ISA, 2015.

Na figura identifica-se que a região em que há maior área e territórios homologados é a Norte, seguida pelas regiões Sul e Nordeste. "A maior parte das TIs concentra-se na Amazônia Legal: são 422 áreas, 111.401.207 hectares, representando 22,25% do território amazônico e 98,42% da extensão de todas as TIs do país. O restante, 1,58%, espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e estado do Mato Grosso do Sul" (ISA, 2015). Esta informação se confirma no site da FUNAI, que identifica que os povos indígenas estão, em ordem decrescente, nas regiões norte - com destaque para o estado do Amazonas, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul e; seus territórios homologados estão - em ordem decrescente - na região do norte (54%), centro-oeste (19%), nordeste (11%), sul (10%) e sudeste (6%) (FUNAI, 2015).

Uma vez mais se torna evidente o processo de colonização e expropriação dos povos indígenas quando se observa que, próximo ao litoral, na área principal de invasão, durante a colonização e de privatização da terra, praticamente não há presença indígena.

Segundo o ISA (2015), nos últimos três governos foram homologadas 145, 87 e 18 terras indígenas nos governos de FHC (1995-1998; 1999-2002), Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e o ano de 2015) respectivamente.

Apesar deste panorama de poucos avanços na homologação de Terras Indígenas, e do longo tempo que demora o Estado em demarcar as terras, os latifundiários e seus representantes no governo buscam diminuir toda possibilidade de demarcação. Um exemplo disso é que, desde o ano 2000, o deputado federal do PL/RR Almir Moraes de Sá apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição PEC 215 que:

[...] propõe que as demarcações de terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental passem a ser uma responsabilidade do Congresso Nacional, ou seja, uma atribuição dos deputados federais e senadores, e não mais do poder Executivo, como é hoje. (CIMI, 2015, p. 2)

Essa Emenda atingiria tanto indígenas como comunidades quilombolas. Como veremos a seguir, o processo pelo qual devem passar as comunidades quilombolas para terem seus territórios demarcados também é longo e difícil.

Ainda havendo certas possibilidades de acesso às terras e territórios indígenas, Resende demonstra que:

[...] a situação atual dos povos indígenas continua sendo amplamente determinada por sua experiência colonial e pelas formas que ela assumiu nos períodos subsequentes. A história dos direitos indígenas revelou a continuidade de algumas práticas, dispositivos, discursos e valores, construídos ao longo desses 500 anos de relações entre índios e brancos. Além disso, revelou muitas ambiguidades e contradições, como, por exemplo, o reconhecimento dos direitos dos índios em relação às próprias terras e a garantia da proteção de suas especificidades culturais, sociais e políticas, os quais [...] não foram respeitados. O resultado dessas experiências e a constatação de que os povos indígenas se encontram, hoje, em uma situação de grande fragilidade no Brasil demonstram que eles ainda vivem sob influência das estruturas coloniais (latifúndio e poder das oligarquias locais) e da ideologia positivista (tutela-proteção), dotadas de suportes políticos e jurídicos importantes (RESENDE, 2014, p. 303).

Neste sentido, a necessidade de luta e re-existência dos povos indígenas permanece vigente pelo reconhecimento identitário e o direito a terem territórios próprios, mas especialmente, pela reprodução da vida a partir de suas próprias lógicas sem serem inferiorizados, estigmatizados e expropriados.

### 3.1.3 Comunidades negras - remanescentes de quilombos

O reconhecimento político das comunidades negras no Brasil é através do autorreconhecimento e, a partir disso, se procede ao reconhecimento territorial. A autodefinição está respaldada na Convenção 169 da OIT, ratificada no Brasil pela Lei 5051 de 2004, e deve ser atestada pela comunidade, isso implica uma identidade coletiva construída.

Uma questão que deve ser considerada a respeito do autorreconhecimento das comunidades quilombolas é que:

As comunidades negras, rurais e urbanas, que atualmente vêm protagonizando o autorreconhecimento como remanescentes de quilombos, uma identidade vinda de fora proveniente de uma política de ordenamento territorial, o que representa a única alternativa encontrada por essas comunidades, tanto para garantir o direito à terra, como o acesso a determinadas condições sociais que lhes foram negadas historicamente. Não é a memória de um quilombo formado durante o período da escravidão que motivou as famílias negras rurais e urbanas a se autorreconhecerem e a lutarem por um território ocupado tradicionalmente, mas a perda [ou negação] histórica do direito à terra e a condições materiais de existência. Por outro lado, não podemos negar que o emergir da consciência sobre a questão quilombola e da identidade quilombola não esteja imbuída de significados simbólicos e subjetivos ligados ao resgate da autoestima dos grupos sociais que vivem nessas comunidades, estigmatizados pelos históricos preconceitos raciais, como também a visibilidade e a valorização da sua história e cultura.

Se reconhecer enquanto remanescente de quilombo representa, em última instância, para essas comunidades a alternativa possibilitada pelo Estado para ter o direito à terra e ao território e a determinadas condições materiais de sobrevivência. Uma alternativa possibilitada pelo Estado, mas que representa uma conquista efetiva dos movimentos sociais negros e das comunidades quilombolas (FRANCO GARCÍA, MONTEIRO, 2015, p. 315-316).

Isto implica mencionar que o autorreconhecimento é identificado por estas comunidades como uma possibilidade de reconhecimento da necessidade de aceder à terra e ao território. Conforme consta no artigo 2º do Decreto 4887 de 2003:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Isto significa que, diante da autoatribuição das comunidades quilombolas, o Estado deve garantir um território no qual seja possível a reprodução das relações territoriais

específicas destas comunidades. Este Decreto - 4887/03 - está sustentado no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988<sup>132</sup> que estabelece que "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 1988).

E é no Decreto 4887/03 que se regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação de terras quilombolas e, também, define que "são consideradas terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural". Isso implica que as terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas são territórios de vida nos quais existem modos de fazer, criar e viver social, econômica e culturalmente específicos. Por este motivo, os títulos de propriedade nas terras quilombolas são coletivos, outorgados à associação de moradores, e são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis (Art. 17 Decreto 4887/03).

A Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério de Cultura, certificou o autorreconhecimento das comunidades quilombolas através de um informe técnico de identificação e reconhecimento do território. Posteriormente, a comunidade aguarda a publicação de uma Portaria de Reconhecimento do território, a emissão do Decreto de Desapropriação por interesse social e emissão de títulos pelo INCRA, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social - MDS. Além do INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, ou os Estados e Municípios - segundo a jurisdição - também expedem títulos ou Contratos de Concessão de Direito Real de Uso às comunidades quilombolas.

Desde 2004 o Programa Brasil Quilombolas foi lançado, é dirigido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), e consiste em consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, e como desdobramento, foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações de diversos ministérios voltadas às comunidades em quatro eixos principais, quais sejam: 1) Acesso a Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e 4) Direitos e Cidadania (INCRA, 2015, p. 9). Este Programa, no ano de 2012, foi incorporado ao Programa de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, que contempla os povos tradicionais, apresenta um orçamento menor do

---

<sup>132</sup> Também, os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 tratam sobre a proteção do patrimônio cultural quilombola e reconhece estas comunidades como formadoras do Brasil. Para uma explicação jurídica sobre a aplicação do Artigo 68 do ADCT e dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, consultar GAMA (2010).

que anteriormente e, entre outras questões, pretende regularizar as terras de comunidades quilombolas.

Segundo o INCRA estima-se que há mais de três mil comunidades quilombolas no país (INCRA, 2015). A atual situação dos títulos de terras quilombolas é o seguinte (TABELA 10):

GOVERNO	TÍTULOS EXPEDIDOS	TERRITÓRIOS TITULADOS	COMUNIDADES BENEFICIADAS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	ÁREA TITULADA
FHC	44	41	89	6.459	773.153,0323
LULA	75	66	99	5.147	212.614,8680
DILMA	88	41	50	4.113	54.734,8762
TOTAL	207	148	238	15.719	1.040.506,7765

Tabela 10 - Situação da titulação de Terras Quilombolas no Brasil. FONTE: INCRA, 2015.

Até março de 2013 a Fundação Cultural Palmares certificou 2040 comunidades quilombolas nas cinco regiões do Brasil, destacando-se, pela concentração, os estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Ainda havendo a certificação de 2040 comunidades, os territórios titulados são 148 e as comunidades beneficiadas são 238, como observamos na tabela 10. Isso demonstra a morosidade dos diversos órgãos responsáveis pelos procedimentos de titulação de terras quilombolas.

E, assim como no caso dos povos indígenas, há divergências quanto aos dados. No final de agosto de 2011 Verdum (2015, p. 1) indicou que, segundo os dados oficiais "das 3.524 comunidades quilombolas mapeadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), apenas 1.711 (48,55%) obtiveram o certificado de 'comunidade remanescente de quilombo' e, entre 1995-2010, somente 189 (5,36%) obtiveram o reconhecimento de suas terras, por meio de 120 títulos de terra".

Os mais recentes, encontrados na página web da Comissão Pró-índio de São Paulo, mostram que as terras tituladas até fevereiro de 2015 são 154 frente às 1462 que estão em processo de titulação, isto é, pouco mais de 10% das terras estão tituladas (FIGURA 80).



Figura 80 - Terras quilombolas tituladas e em processo de titulação pelo INCRA, 2015. FONTE: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A informação sobre a preponderância de comunidades quilombolas nos quatro Estados já citados é coincidente. Podemos também observar que em onze Estados brasileiros há terras quilombolas em processo de titulação, mas ainda não têm nenhuma terra titulada.

Até o momento, as comunidades negras - os/as afro-brasileiros/as - descendentes das aproximadamente cinco milhões de pessoas que vieram escravizadas para o Brasil entre os séculos XVI a XIX, lutam e r-existem frente à discriminação, seja no acesso à terra ou em outros âmbitos da reprodução da vida e, por meio do reconhecimento político como

remanescentes de quilombos, e buscam dia-a-dia o reconhecimento de seus territórios<sup>133</sup>. Muitas pessoas preferem não se autorreconhecer como negras devido à estigmatização e inferiorização que sofrem.

### 3.1.4 Povos e Comunidades Tradicionais

Oficialmente a categoria de povos e comunidades tradicionais nasceu no Brasil a partir do ano de 2007, quando o Decreto 6040 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) foi promulgado. Mas, desde o ano de 2004, quando a Convenção 169 da OIT foi ratificada, a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais foi criada para coordenar e implantar a PNPCT e, antes ainda, na década de 1980 já havia uma luta por terra e territórios de comunidades camponesas que hoje se integram nessa categoria, os seringueiros da Amazônia.

A partir da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, suas reivindicações territoriais resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária (INCRA), em 1987, e a criação da modalidade das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país (IBAMA), em 1989 (IEA 1993). Estas duas modalidades territoriais forneceram um reconhecimento formal por parte do Estado da territorialidade dos extrativistas, constituindo uma demonstração da transformação de uma realidade consuetudinária, mediante uma luta política, em realidade legal. Nessas áreas, o controle e uso coletivo dos recursos são reconhecidos legalmente e normatizados por planos de utilização elaborados pelas associações locais de trabalhadores agro-extrativistas e aprovados pelos respectivos órgãos federais responsáveis. No marco legal do Estado, essas terras pertencem formalmente à União.

Posteriormente, esta modalidade territorial foi apropriada por outros grupos de extrativistas que não exploravam a borracha, para incluir castanheiros, quebradoras de babaçu e comunidades pesqueiras (LITTLE, 2002, p.18).

A luta pelo reconhecimento e pelos territórios ocorreu no país inteiro com as reivindicações de diversos povos além dos citados por Little, como os povos faxinalenses, cipozeiros, fundos e fechos de pasto, gerazeiros, butiazeiros, quebradeiras de coco babaçu, religiões de matriz africana, ciganos, etc. Como o autor cita, as reservas extrativistas são de uso coletivo, pertencem à União e devem ter um plano de manejo. A PNPCT define os povos tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (PNPCT, 2007).

<sup>133</sup> Para conhecer os modos de vida de algumas das comunidades negras quilombolas do país, consultar [http://www.incra.gov.br/memoria\\_quilombola](http://www.incra.gov.br/memoria_quilombola).

Isto significa que são povos que têm práticas sociais, econômicas e culturais diferenciadas, produzindo territórios de vida específicos. Esta categoria não implica um essencialismo, mas sim um fazer/viver diferente e em territórios específicos.

A autodefinição libera, como vemos, da obrigação de reivindicar algum tipo de identidade essencial ou "biologizada", essa definição de povo ou comunidade tradicional se cria e recria através da defesa histórica e atual de formas de vida, de uso do território, de uma identidade coletiva que se forja na mobilização contra a expulsão e a marginalização, em favor de políticas públicas que garantam seu reconhecimento (MONTENEGRO, 2014, p. 134).

Em outros termos, não é a etnia que determina as práticas sociais, culturais e econômicas destes povos, mas a relação destes entre si e com a natureza. É também o seu autorreconhecimento como identidade coletiva frente ao "outro", os latifundiários, o agronegócio, aqueles/as que criam conflitos em seus territórios por diferenças a respeito dos modos de uso e apropriação da terra e da natureza.

E é diante desses conflitos pela expansão do capital no Brasil que os povos lutam pelo acesso, uso e apropriação de seus territórios. Produto dessa luta social, a partir da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no ano 2000, duas figuras territoriais foram criadas, as Reservas Extrativas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que são de uso dos povos tradicionais.

As Reservas Extrativistas são Unidades de Conservação que, conforme disposto na Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), possuem por objetivo proteger os meios de vida das populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais [...] O Brasil conta hoje com 59 Reservas Extrativistas Federais, distribuídas em 17 estados brasileiros, somando cerca de 11 milhões de hectares. A partir da experiência com as Reservas Extrativistas e considerando algumas particularidades, foi criada, com a promulgação do SNUC, uma nova categoria de Unidade de Conservação, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, da qual há somente uma federal criada no País (BRASIL, 2011, p. 5).

Além das Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) foram criadas Reservas Extrativistas Marinhas, Florestas Nacionais (FLONAS) - figura existente anterior ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - e na esfera estadual Fundos de pasto e Faxinais, na Bahia e Paraná, respectivamente, com direito de uso coletivo dos povos tradicionais. Atualmente, no INCRA (2015) estão registradas 60 RESEX, 14 RDS e 9 FLONAS.

É interessante salientar que o próprio INCRA, a partir de 2002, reconheceu esses territórios como parte da Política Nacional de Reforma Agrária, justamente pelo fato de não haver 'vontade' política para a implantação de uma Reforma Agrária integral.

No ano de 2002, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente reconheceram as Populações Tradicionais residentes em Reservas Extrativistas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Em 2008, esse reconhecimento foi estendido às Populações Tradicionais das Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável [...] a Portaria Interministerial MDA-MMA nº 3, de 3 de outubro de 2008, reconhece os povos e comunidades tradicionais beneficiários em Reservas Extrativistas (RESEX), Floresta Nacionais (FLONA) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como potenciais beneficiários do PNRA." (BRASIL, 2011, p. 7-8).

Todas estas categorias de Unidades de Conservação (UC) são consideradas de uso sustentável, os povos tradicionais podem ter concessão real de uso das mesmas e, no caso das RESEX, geralmente quem inicia o processo de criação é a comunidade, sendo que nos outros casos é o governo; também nas RESEX não é permitida a mineração, sendo que nas outras sim. No caso das RDS nem sempre é necessário desapropriar terras de proprietários privados, somente se estes realizarem atividades não compatíveis com a UC (ISA, 2014).

Apesar de existir uma legislação que garante o autorreconhecimento destes povos e os direitos aos seus territórios específicos, a titulação ainda é tímida. Isto pode ser identificado nos fascículos da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais, que mostram, a partir de mapeamentos participativos, os conflitos e as r-existências destes povos em seus territórios. São centenas de povos espalhados por todo o Brasil que lutam pela manutenção dos seus territórios específicos, nos quais reproduzem as suas vidas a partir de práticas sociais, econômicas e culturais específicas.

Até o momento identificamos brevemente a normatividade que respalda os povos agrários do Brasil e, a seguir, sistematizamos as informações na tabela 11<sup>134</sup>.

Brasil		
Sujeitos	Normatividade	Descrição
Camponeses/camponesas	Art. 184-186 CF/1988	Desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Cumprimento da função social da propriedade rural: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - cumprimento das disposições

<sup>134</sup> Almeida (2008) apresenta no seu texto a legislação vigente das formas de reconhecimento jurídico das terras tradicionalmente ocupadas e apresenta também seus limites no sentido de não contemplarem as costumes, tradições e terras ocupadas de fato a partir de outros parâmetros não legais.

		que regulam as relações de trabalho IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988)
Povos Indígenas	Art. 20 CF/1988  Art. 231 CF/1988  Estatuto do índio Lei 6001 de 1973	Reconhecimento da posse permanente e uso exclusivo da natureza, o solo, rios e lagos. São terras tradicionalmente ocupadas aquelas por eles ocupadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis para a preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias para sua reprodução física e cultural segundo seus usos, costumes e tradições
Comunidades negras (quilombolas)	Art. 2 Decreto 4887/2003  Art. 68 Acto de las disposiciones constitucionales transitorias de la CF/1988	Autorreconhecimento coletivo e individual; Reconhecimento de territórios coletivos concedidos à associação de moradores
Povos e comunidades tradicionais	Decreto 6040/2007 Ley 9985/2000	Autorreconhecimento Reconhecimento de RESEX, RDS, FLONAS com direito real de uso coletivo

Tabela 11 - Síntese dos marcos legais dos povos rurais do Brasil. Org. Solá Pérez, 2015.

Se, de alguma maneira, estas especificidades na legislação para os diversos sujeitos do campo geram lutas e r-existências separadas, nos últimos anos esses sujeitos vêm compreendendo que a luta e a r-existência têm um fundamento que os une, que é privilegiar a vida em lugar do capital.

Na luta para conquistar seus direitos territoriais frente ao Estado, os distintos grupos sociais localizados em regiões dispersas no país formam redes que lhes articulam politicamente, para assegurar seus direitos territoriais dentro do campo das políticas públicas territoriais, o que transforma sua luta local numa luta com caráter nacional.” (LITTLE, 2002, p. 21)

Nesse sentido, no ano de 2012 esses sujeitos se reuniram durante três dias em Brasília, no Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Stédile (2013), líder do MST, comentou sobre o Encontro que:

Em agosto de 2012, reunimos os 33 movimentos sociais que atuam no campo, desde a Contag, que é a mais antiga, MST, Via campesina, até o movimento dos pescadores, quilombolas, etc., e construímos uma plataforma unitária de propostas de mudanças. É preciso que a agricultura seja reorganizada para produzir, em primeiro lugar, alimentos saudáveis para o mercado interno e para toda a população brasileira. E isso é necessário e possível, criando políticas públicas que garantam o estímulo a uma agricultura diversificada em cada bioma, produzindo com técnicas de agroecologia. E o governo precisa garantir a compra dessa produção por meio da Conab.

Deste Encontro foi gerada uma Declaração que apresentou uma agenda comum de dez pontos de acordo e doze compromissos dos trabalhadores, trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas (ANEXO 2). Esses são momentos fundamentais para que a luta se unifique e se fortaleça.

Resulta interessante observar que, estes povos indígenas, negros e tradicionais trazem à tona questões fundamentais que extrapolam as reivindicações de terra, ressaltando a importância desta como territórios, nos quais se vive no sentido de compreender todas as esferas da vida relacionadas a estes. Isto é, a economia, o trabalho, a natureza, as relações sociais, a cultura como âmbitos de reprodução da vida integral não alienada. Isto se fortalece quando a reivindicação não é somente por terra, mas por território e pelo reconhecimento de identidades outras, cujas lógicas se entendem na comunidade, quer dizer, nos territórios do viver, nos territórios de vida aos quais nos remetemos ao longo do trabalho.

Os camponeses/as do que hoje é Suape não têm títulos de propriedade, mas historicamente têm trabalhado no corte da cana-de-açúcar e as terras que constituem seus territórios pertenciam, por titulação, aos senhores do açúcar, mas de fato, aos camponeses/as que nela trabalhavam e que quando as usinas faliram, estes, ao contrário dos senhores do açúcar, não foram embora, permaneceram nessas terras. Reproduziram suas vidas, r-existiram dia-a-dia, inclusive diante da chegada de um novo marco de legalidade nesses seus territórios - a implantação de um megaprojeto e de sua respectiva área de preservação ambiental. Esses camponeses/as constituíram seus territórios de vida, criaram gerações de filhos/as e netos/as que hoje se vêm diante da espoliação, da expropriação, mas r-existem.

Adiante veremos como se consolidam as lutas comuns entre os sujeitos do campo na América Latina, mas antes identificaremos os parâmetros legais existentes na Colômbia a respeito dos sujeitos do campo.

### 3.2 COLÔMBIA - RECONHECIMENTO DE SUJEITOS POLÍTICOS E SUAS TERRITORIALIDADES

Assim como no caso brasileiro, na Colômbia a Constituição Política de 1991 foi instituída na lógica do multiculturalismo neoliberal. Fredy Castro Paez (2015) explica que:

A Assembleia Nacional Constituinte que deu lugar à nova Constituição de 1991 encaminhou a construção do Estado em dois sentidos: de um lado, o Estado Social de Direito com uma clara inspiração social derivada das lutas proletárias, camponesas, indígenas e populares; e de outro, o Estado Neoliberal que tinha concentrados seus interesses em afiançar o crescimento econômico com base em um sistema progressivo de privatizações em marcha desde os anos 1980 e uma abertura econômica que permitisse firmar no país os interesses dos grandes investidores multinacionais. A velha estrutura da propriedade privada não só continuou seu curso na Constituição de 1991, mas se afiançou com o passar dos anos, mediante os Planos Nacionais de Desenvolvimento, a legislação mineira, agrária, ambiental e os Tratados de Livre Comércio, entre outras, apesar do amplo catálogo de direitos que permitiam a reivindicação da diversidade social, cultural e territorial colombiana com a consagração da figura plasmada no art. 58 constitucional da função social da propriedade (CASTRO PAEZ, 2015).

Isto implica que, ao mesmo tempo em que se reconhece legalmente a diversidade e a diferença de sujeitos e povos, se aplicam com maior intensidade políticas neoliberais e de desenvolvimento rural - como os Planos de Desenvolvimento Nacional - que desqualificam os parâmetros legais de reconhecimento identitário e territorial conseguidos com a luta desses povos (DUARTE, 2015<sup>135</sup>).

Antes de passar aos parâmetros legais, consideramos fundamental reforçar que a luta e r-existência rural pautada durante mais de cinquenta anos na Colômbia, compreendida como um conflito armado, é fruto de um conflito de interesses pelo uso e apropriação da terra (FAJARDO, 2015) entre camponeses - organizados em diversos movimentos como as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo - FARC-EP, o Ejército de Liberación Nacional - ELN - e o Ejército Popular de Liberación - EPL - e diversos atores ligados ao latifúndio, ao Estado e à violência (paramilitares, exército, polícia militar...). Desde 2012 em La Habana - Cuba, os Diálogos de Paz entre as FARC-EP e o Estado foram iniciados, nos quais seis pontos foram discutidos - Política de desenvolvimento agrário integral; Participação política; Fim do conflito; Solução ao problema das drogas ilícitas; Vítimas e Implementação; Verificação e Referendum - com previsão para assinar o acordo geral em 23 de março de 2016. Contudo, até não concordarem em todos os pontos entre

---

<sup>135</sup> Parte substancial do que apresentaremos a seguir foi tratado pelo Prof. Dr. Carlos Duarte nas Jornadas GeoRaizAL sobre Territorialidades rurais e construção de paz na sessão de Territorialidades rurais, territórios de vida e os acordos de paz do dia 24 de setembro de 2015 e na sua Conferência realizada no VIII Seminário Internacional Desenvolvimento Rural e Território - Dinâmicas de mudança e políticas públicas no dia 21 de outubro de 2015 na *Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá*.

ambas as partes, eles dizem que "Nada está acordado até que tudo esteja acordado" (ACUERDO, 2012).

Duarte (2015) é categórico em mostrar que o reconhecimento político dos sujeitos não é o mesmo que o reconhecimento territorial, especialmente pela assimetria entre o reconhecimento dos povos indígenas, comunidades camponesas e comunidades negras, sendo que os camponeses não têm reconhecimento político.

Constitucionalmente, existe a função social da propriedade rural na Colômbia - como já citamos - e também se reconhecem territórios camponeses, indígenas e negros, cada um com as especificidades que indicaremos a seguir.

### 3.2.1 Comunidades camponesas

Assim como acontece com os camponeses do Brasil, na Colômbia as organizações sociais são as que fazem pressão ao Estado para conseguir determinadas políticas. Durante a década de 1980 e 1990 foram organizadas em diversas regiões da Colômbia associações, cooperativas e sindicatos - como o Sindicato de pequenos agricultores de Cundinamarca, a Associação municipal de colonos do Pato Balsillas, a Associação camponesa do vale do rio Cimitarra - como já citada - reivindicando figuras territoriais.

Desde 1994 a Lei 160 foi instituída, através da qual "se cria o Sistema Nacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural Camponês" (COLÔMBIA, 1994). Anteriormente a esta lei tinham sido realizadas outras tentativas de reforma agrária, como a lei 200 de 1936, a lei 135 de 1961 e a atual, que se caracteriza por ser uma lei que substitui o protagonismo estatal para dar espaço ao mercado de terras<sup>136</sup>.

A Lei 160 de 1994, em seu Capítulo XIII, trata sobre a *Zonas de Reserva Campesina* - ZRC - que são "áreas geográficas selecionadas pela Junta Diretiva do INCORA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atual Instituto Nacional de Colonização e Desenvolvimento Rural - INCODER] levando em conta as características agroecológicas e socioeconômicas regionais" (COLÔMBIA, 1994). As ZRC são regulamentadas pelo Decreto Nº 1777 de 1996 e pelo Acordo Nº 24 do mesmo ano, como fruto da pressão social através de manifestações, devido ao fato de que, durante os dois anos nada tinha sido feito a respeito dessa Lei.

---

<sup>136</sup> Sobre as diversas leis de reforma agrária e sobre o conflito causado pela falta de acesso à terra consultar Fajardo (2015), Alfredo Molano (2015) e Jairo Estrada (2015).

"A norma tem um espírito de campesinização em dois sentidos: impede a concentração de terras em zonas declaradas de reserva para camponeses e determina que as terras baldias se devem adjudicar a eles" (BRAVO, 2014). As terras baldias são terrenos do domínio eminente do Estado colombiano, suscetíveis de apropriação privada mediante ocupação acompanhada do trabalho do camponês ou camponesa. As ZRC começaram a ser solicitadas em áreas de colonização nos territórios onde os camponeses já estavam instalados desde o final da década de 1970 devido aos *desplazamientos* (deslocamentos) forçados provocados por paramilitares em diversas regiões.

A institucionalização das ZRC começou com a ZRC de Calamar (Guaviare) e a ZRC El Pato-Balsillas (Caquetá) no ano de 1997; seguiu com a ZRC Morales e Arenal (sul de Bolívar) em 1999; ZRC de Cabrera (Cundinamarca) e ZRC Bajo Cuembí e Comandante (hoje Perla Amazônica), em 2000 e; a ZRC do Vale do Rio Cimitarra (ACVC, sul de Bolívar e Antioquia) em 2002 (conforme figura 2, página 23). Entre esses anos, 1996-2000 mais especificamente, foi realizado um projeto piloto em três das ZRC - Cabrera, Guaviare e El Pato-Balsillas - ideado pelo Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural através do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, e financiado pelo Banco Mundial (ESTRADA et al, 2013). Cada ZRC está organizada em Juntas de Ação Comunal e em diversos comitês - como os de jovens, crianças, mulheres, de atividades produtivas específicas - e têm seus Planos de Desenvolvimento Sustentável específicos.

Mas, quando Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) assumiu a presidência, as ZRC foram proscritas, estigmatizadas e seus líderes perseguidos e, em muitos casos, assassinados. Mesmo sem apoio e com a repressão do Estado, as comunidades camponesas das ZRC continuaram sua organização social, as suas práticas produtivas e reproduzindo suas vidas, fortalecendo assim, a sua territorialidade (ESTRADA et al, 2013).

Quando o presidente Juan Manuel Santos assumiu em 2010 (2010-2014; 2014-2018) as 6 ZRC voltaram a ser reconhecidas. Ainda assim, devido aos Diálogos de Paz iniciados em 2012, o governo apresenta ressalvas quanto à institucionalização legal de outras 85 que estão em processo de constituição, atrelando a constituição das mesmas ao fim dos acordos, já que esta é uma das reivindicações nos pontos de diálogo de La Habana, ainda que seja lei desde 1994. Algumas, como a ZRC Catatumbo, foi declarada de fato pelos próprios camponeses através da sua organização social - Associação Camponesa do Catatumbo (ASCAMCAT). Em 2010 a ACVC organizou o I Encontro Nacional de Zonas de Reserva Camponesa e, até o ano de 2015, vêm sendo organizados encontros anuais, que reúnem camponeses e camponesas de todas as ZRC constituídas, de fato e em processo de constituição. Desde 2011 foi criada a

Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa, que tem, entre outras atribuições, a incumbência de organizar esses encontros e reunir os cinco núcleos regionais, nos quais as ZRC do país são organizadas.

Por outro lado, desde o Coordenador Nacional Agrário - CNA - há também a proposta de constituição de Territórios Agroalimentares. Apesar de não haver uma legislação territorial para estes, há 33 territórios constituídos de fato pelas comunidades camponesas e uma proposta que busca modificar, principalmente, a Lei 160 de 1994, partindo do reconhecimento político do campesinato<sup>137</sup> (DUARTE, 2015).

Todas estas organizações de comunidades camponesas estimam que ainda há a necessidade de 10.000 hectares para camponeses e camponesas colombianos - em torno de três milhões - que continuam na luta por consegui-las.

### 3.2.2 Comunidades negras afrocolombianas raizales e palenqueras<sup>138</sup>

A Colômbia é o país hispano-falante de maior presença de comunidades negras e o segundo depois do Brasil. Calcula-se uma população de mais de quatro milhões de afrocolombianos, isto significa mais de 10% do total da população colombiana (LAOMONTES, 2014).

Atualmente os territórios coletivos negros reconhecidos legalmente na Colômbia estão na região do Pacífico e são cerca de um milhão e meio de afrocolombianos/as vivendo em 5,5 milhões de hectares. Estão titulados 113 territórios coletivos, respaldados na Lei 70 de 1993, que instituiu o "reconhecimento das comunidades negras que ocupam *tierras baldías*"<sup>139</sup> [seriam equivalentes às terras devolutas no Brasil] nas áreas rurais ribeirinhas dos rios da Bacia do Pacífico" (Art. 1 da Lei 70, Colômbia, 1993). Segundo Escobar, esta lei:

<sup>137</sup> A proposta dos territórios agroalimentares pode ser consultada no site do CNA, disponível em: < <http://cnagrario.org/2014/12/30/territorios-agroalimentarios-cartilla/>>.

<sup>138</sup> Estas denominações fazem referência à diversidade de comunidades negras sendo as *palenqueras* aquelas que são descendentes daqueles que fugiram da escravidão e constituíram *palenques* residências anticoloniais, seriam no Brasil os denominados quilombos; *raizales* são os descendentes da mestiçagem entre indígenas, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e africanos que vivem nas ilhas caribenhas de São Andrés, Santa Catalina e Providência (COLÔMBIA, 2010).

<sup>139</sup> Tierras baldías: son terrenos del dominio eminente del Estado, susceptible de apropiación privada mediante ocupación acompañada del trabajo, o de la adquisición de bonos del Estado. O sea, terrenos que no han sido adjudicados por un título de propiedad y que pueden adjudicarse sobre ciertas condiciones.

[...] reconhece às comunidades negras de Colômbia como grupo étnico com direitos coletivos aos seus territórios e à sua identidade cultural; identifica a aqueles assentamentos ancestrais que mantiveram ocupação coletiva e cria os mecanismos para a titulação coletiva desses territórios; estabelece parâmetros para o uso dos territórios e a proteção do meio ambiente, de acordo com as práticas tradicionais de agricultura, caça, pesca, mineração artesanal e outras; cria mecanismos para a proteção e desenvolvimento da identidade cultural das comunidades; e compromete ao estado a adotar "medidas para garantir-lhe às comunidades negras das quais trata esta Lei o direito a desenvolver-se econômica e socialmente atendendo aos elementos de sua cultura autônoma" (Artigo 47), incluindo suas próprias formas de economia (Artigo 52) (ESCOBAR, 2014, p. 79).

Isto é, o Estado colombiano reconhece étnica e territorialmente as comunidades negras, em suas especificidades quanto às suas práticas sociais, econômicas e culturais. O Art. 2 define as comunidades negras como "um conjunto de famílias de ascendência afrocolombiana que possui uma cultura própria, compartilha uma história e tem suas próprias tradições e costumes dentro da relação campo-povoado, que revela e conserva consciência de identidade que a distingue de outros grupos étnicos" (COLÔMBIA, 1993). O Art. 7 desta Lei indica que as terras das comunidades negras são de uso coletivo inalienáveis, imprescritíveis e não podem ser embargadas, tal como com os indígenas.

E assim como os camponeses têm seus planos de desenvolvimento sustentável, as comunidades negras têm seus planos étnico-raciais para a gestão dos seus territórios. Contudo, o Estado não tem dado apoio financeiro para que os mesmos sejam executados.

As comunidades negras se organizam em Conselhos Comunitários, assim como as camponesas se organizam em Juntas de Ação Comunal, e os povos indígenas em Cabildos.

Uma das questões ainda pendentes na legislação é que haja reconhecimento de territórios coletivos negros para além da região Pacífico, nas regiões do Caribe, Amazônia, Orinoquia e Vales interandinos, onde também há população afrocolombiana, e a outra questão é que muitos afrocolombianos estão assentados em cidades como Cali, Cartagena, Buenaventura, Barranquilla, Medellín, Tumaco, Quibdó, Turbo e Bogotá em áreas marginais com condições de vida críticas e sem possibilidades sequer de ter acesso aos diferentes programas ou ações distributivas do Estado.

Estas questões não estão contempladas na Lei 70 de 1993, nem nas outras políticas voltadas para estes povos (INCODER, 2015). Apesar de haver críticas a respeito da implementação desta Lei, e de alguns pontos da mesma para as comunidades negras, tem sido fundamental o reconhecimento de sua identidade, das suas formas de viver e do direito à ocupação coletiva de seus territórios (ESCOBAR, 2014).

Segundo o Processo de Comunidades Negras<sup>140</sup>, principal organização que congrega duzentas organizações de comunidades negras, identifica uma demanda atual das comunidades negras de 1.300.000 ha. para instituir territórios coletivos.

Em 2013, por motivo dos vinte anos da promulgação da Lei 70, as comunidades negras organizaram o I Congresso Nacional Autônomo do Povo negro, afrocolombiano, palenquero e raizal, com o objetivo de incentivar o processo de articulação da comunidades de base e organizações locais, regionais e nacionais. Para a construção do mesmo foram realizados, previamente, 35 congressos departamentais e setoriais em toda Colômbia (LAO-MONTES, 2014). Esse Congresso fez um convite:

[...] o convite é para aprofundar a reflexão e especialmente para não esquecermos que esta é uma revolução moral e política contra a opressão do Povo Negro, Afrocolombiano, Raizal e Palenquero, mas também para todos aqueles colombianos que vivem sob a opressão de um sistema capitalista, racista, discriminatório, patriarcal e corrupto (LAO-MONTES, 2014, p. 22).

As comunidades negras mostraram assim o caráter descolonial das suas propostas, mas também o tornaram explícito nas conclusões dos anais do Congresso, nos quais quatro princípios ético-políticos foram apresentados: "1) Direito ao ser (Povo Negro), 2) Exercício do ser (autonomia e participação), 3) Espaço do ser (território), e 4) Visão própria de futuro (Bem Viver)". Consolidaram, assim, os princípios que os Conselhos Comunitários e a Autoridade Nacional Afrocolombiana (ANAFRO - que rege os assuntos nacionais) têm para suas ações.

### 3.2.3 Comunidades indígenas

Foi a partir da Lei 135 de 1961 que começaram a ser reconhecidos legalmente os territórios indígenas e, a partir da Constituição Política de 1991, foi outorgado o reconhecimento étnico, ratificando a legalidade dos territórios indígenas, denominados resguardos.

Na Colômbia há 91 povos indígenas reconhecidos, mas nem todos possuem seus territórios. Em torno de 87.000 famílias indígenas demandam 1.500.000 ha. (FERRO,

---

<sup>140</sup> Esta organização defende "sua identidade (de aí o direito a ser diferente); seus territórios (como espaço para exercer a identidade), a sua autonomia local e a sua própria visão do desenvolvimento" (ESCOBAR, 2010, p. 87).

HERRERA, 2013). As comunidades indígenas que não têm territórios estão, mesmo assim, organizadas socialmente em *cabildos*, isto é, fóruns de decisão a respeito da própria comunidade.

As comunidades indígenas têm seus direitos étnicos e territoriais reconhecidos através dos Artigos 63 e 239 da Constituição Política de 1991, da Lei 21 de 1991 que ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, do Capítulo XIV da Lei 160/1994 da Reforma Agrária, e do Decreto 1397 de 1996. Este marco legal indica que as comunidades indígenas têm reconhecimento identitário e político, têm direitos à propriedade coletiva e seus territórios são inalienáveis, imprescritíveis e não podem ser embargados, como os territórios coletivos das comunidades negras.

Assim como nos territórios coletivos dos afrocolombianos, nos territórios indígenas deve haver consulta prévia e consentimento livre e informado, não sendo assim nos territórios camponeses, apesar das lutas destes para que também sejam contemplados. Contudo, há comunidades indígenas, afrocolombianas e camponesas que têm conflitos nos seus territórios devido às atividades de empresas de mineração e hidrocarbonetos.

A figura 81 indica que 1.378.884 de indígenas vivem no país - segundo dados do último censo (DANE, 2005), e que 1.071.482 encontram-se nos resguardos indígenas e indica que há 768 resguardos.

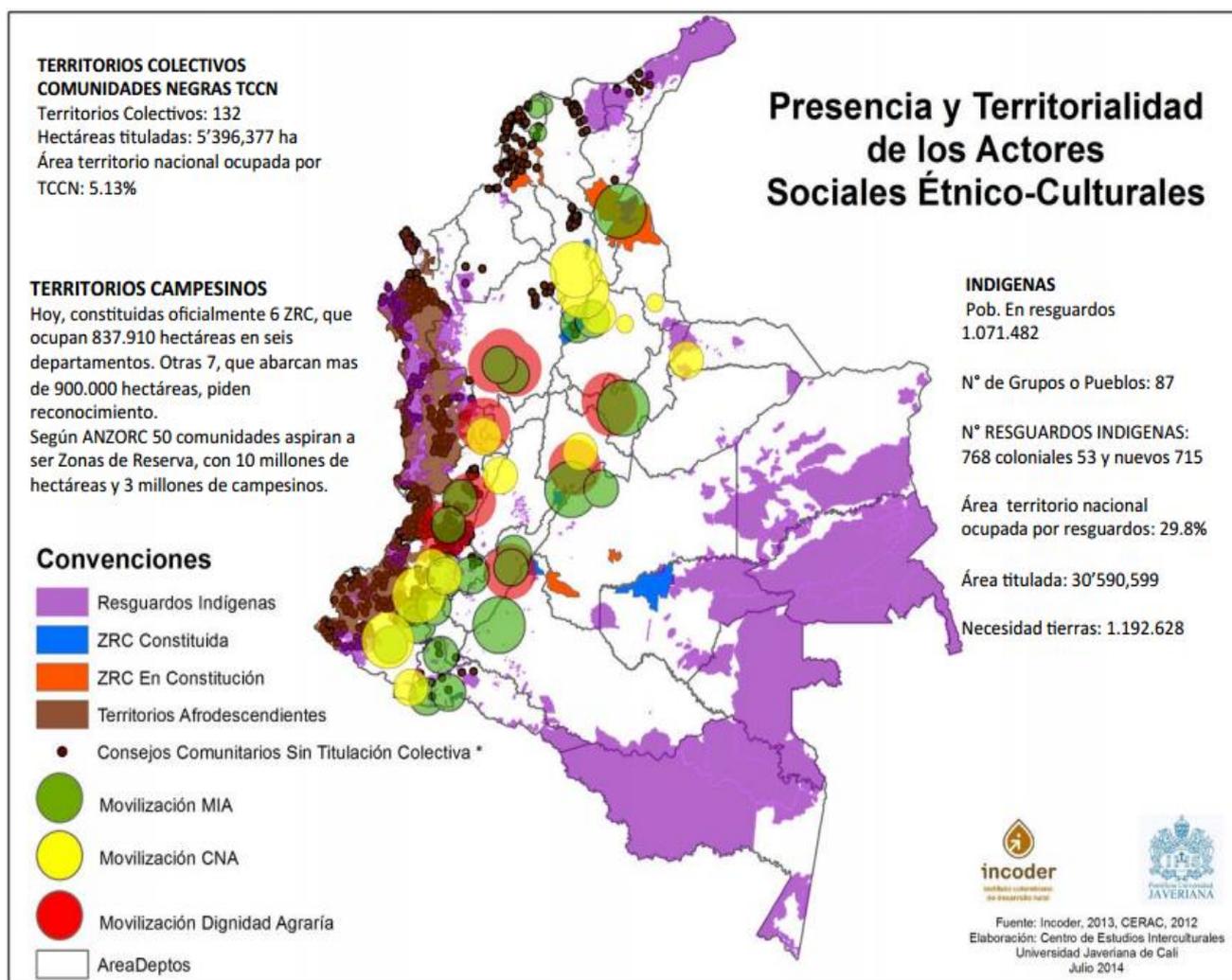


Figura 81 - Presença e territorialidade dos atores sociais étnico-culturais. Fonte: Centro de Estudios Interculturales, Universidad Javeriana de Cali, 2014.

Esta figura também indica os territórios camponeses nas Zonas de Reserva Campesina e os territórios coletivos dos afrocolombianos. Também mostra os focos de mobilizações de três organizações que, desde o início da década de 2010, têm sido protagonistas na luta e resistência rural na Colômbia, no sentido, do reconhecimento político das comunidades rurais, do direito à terra e ao território e contra os planos nacionais de desenvolvimento e tratados de livre comércio que estão sendo aplicados no país contra a economia, a territorialidade e a vida das comunidades rurais.

Em 2012, por exemplo, foram unidas às manifestações dos cortadores de cana de açúcar<sup>141</sup> no Vale do Cauca e às da Organização Nacional Indígena de Colômbia,

<sup>141</sup> "Vale assinalar que em 2005 se iniciou a preparação de um tratado de livre comércio entre os Estados Unidos e Colômbia, o qual foi aprovado pelo Congresso norte-americano em 2011. O tratado foi objeto de estendidas resistências em nosso país, particularmente dentro dos setores vinculados à agricultura e um das causas da demora de sua aprovação alegada pelos funcionários norte-americanos era a perseguição aos sindicalistas colombianos. Independentemente da preocupação dos congressistas norte-americanos pela sorte dos trabalhadores colombianos, se constata que entre 1999 e 2005 foram assassinados 860 sindicalistas colombianos,

especialmente o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), as reivindicações da Associação Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC) (FAJARDO, 2014). Em 2013 - e dando continuidade em 2014 devido ao não cumprimento das promessas que o governo fez, dos 88 compromissos assumidos o governo cumpriu apenas 16 (CAICEDO MOYA, 2014) – uma greve nacional agrária foi realizada. Esta reuniu vários setores, que se uniram para reclamar pela falta de políticas para o campo e contra a aplicação das políticas do Tratado de Livre Comércio, demandando do Estado o aumento das taxas às importações. Esta é considerada uma das maiores greves no país porque congregou, durante 24 dias em 22 departamentos, trabalhadores do campo - do corte de cana de açúcar, do café, do leite -, camponeses, indígenas, afrocolombianos. Como resultado da mesma, em março de 2014, foi formada a "Cúpula Agrária, camponesa, étnica e popular"<sup>142</sup> que reuniu a ONIC, o PCB, a ANAFRO, Marcha Patriótica, ANZORC e a Federação Nacional Sindical Agropecuária (FENSUAGRO) (CÓRDOBA, 2015<sup>143</sup>). A Cúpula agrária, camponesa, étnica e popular organizou um documento que congregou as demandas das diversas organizações e uma única com oito pontos: 1. Terras, territórios coletivos e ordenamento territorial; 2. Economia própria contra o modelo de espoliação; 3. Mineração, energia e ruralidade; 4. Cultivos de coca, maconha e amapola; 5. Direitos políticos, garantias, vítimas e justiça; 6. Direitos sociais; 7. Relação campo-cidade; 8. Paz, justiça social e solução política ao conflito armado (CUMBRE, 2014).

A seguir, organizamos uma tabela (TABELA 12) que demonstra a normatividade a respeito dos direitos ao reconhecimento e aos territórios dos diversos sujeitos do campo colombiano.

Colômbia		
Sujeitos	Normatividade	Descrição
Camponeses	Cap. XIII Lei 160/1994	<i>Zonas de Reserva Campesina</i> Áreas geográficas selecionadas pela Junta Diretiva do INCODER considerando as características agroecológicas e socioeconômicas regionais

os quais representaram entre o 57 e o 88% do total de sindicalistas assassinados no mundo durante esses anos" (FAJARDO, 2014, p. 146).

<sup>142</sup> Assim que se conformou a Cúpula se publicou a Declaração Política em 13 de setembro de 2013. Informações sobre a mesma, consultar: <<http://prensarural.org/spip/spip.php?article12071>> Acesso em 20 de maio 2015.

<sup>143</sup> CÓRDOBA, Luz Perly. Conferência da sessão "Territorialidades rurais, territórios de vida e os acordos de paz" das Jornadas GeoRaizAL 2015 - Territorialidades rurais e construção de paz.

Indígenas	Lei 21/1991 (169 OIT) Art. 63 CP 1991 Art. 239 CP 1991 Cap. XIV Art. Lei 160/1994 Decreto 1397 de 1996	Reconhecimento de comunidades indígenas Reconhecimento territorial: inalienáveis, imprescritíveis e não embargáveis Propriedade coletiva não enajenável Resguardos Indígenas
Comunidades negras	Lei 70/1993	Reconhece as comunidades negras da Colômbia como grupo étnico com direitos coletivos de seus territórios e da sua identidade cultural

Tabela 12 - Normatividade sobre os direitos ao reconhecimento e aos territórios dos diversos sujeitos do campo colombiano. Org. Solá Pérez, 2015.

Apesar das tentativas do Estado de colocar os diversos sujeitos do campo uns contra os outros, criando uma política desigual de direitos para camponeses, indígenas e afrocolombianos, há uma consciência por parte destes sujeitos sobre quem são os dominadores e avassaladores reais em seus territórios. Isso fica demonstrado não somente com a criação da Cúpula agrária, mas também na formação de territórios interculturais propostos entre os territórios das ZRC e os resguardos indígenas, especialmente no Cauca e no Catatumbo. Por outro lado, em Rio Sucio - Caldas, a luta pela terra e o território se dá de maneira conjunta entre indígenas e camponeses.

Durante os Diálogos de Paz de La Habana, o quinto ponto dos diálogos - que se refere ao "fim do conflito", estava sendo discutida a possibilidade de instalação de territórios específicos para os guerrilheiros desmobilizados no pós-conflito. Seriam os territórios especiais para a construção da paz - TERREPAZ<sup>144</sup>.

Como vimos, há desigualdade a respeito dos direitos territoriais e de reconhecimento político entre os diversos sujeitos do campo. Também há conflitos devido às políticas de desenvolvimento que se traduzem em Planos Nacionais de Desenvolvimento, criação de leis como a das Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural, Econômico e Social - ZIDRES - e

<sup>144</sup> Sobre este tema consultar a página das FARC-EP, disponível em: < <http://www.pazfarc-ep.org/noticias-comunicados-documentos-farc-ep/delegacion-de-paz-farc-ep/3191-propuesta-quinta-sobre-el-%E2%80%9Cfin-del-conflicto%E2%80%9D-referida-a-la-definicion-de-territorios-especiales-para-la-construccion-de-la-paz-terrepaz> y <http://www.pazfarc-ep.org/noticias-comunicados-documentos-farc-ep/delegacion-de-paz-farc-ep/3196-propuesta-quinta-sobre-el-fin-del-conflicto-referida-a-la-definici%C3%B3n-de-territorios-especiales-para-la-construccion-de-la-paz-terrepaz-segundo-bloque-de-iniciativas> > Acesso em 25 dez 2015.

tratados de livre comércio. E ainda, assim como acontece no Brasil, há conflitos de ordenamento territorial pela sobreposição de territórios rurais e unidades de conservação. Todas estas questões são fruto das políticas do Estado multicultural neoliberal que privilegia a reprodução do capital através da implantação do modelo primário exportador neocolonial.

O multiculturalismo neoliberal implantado pelos Estados brasileiro e colombiano responde em parte à adjectivação do discurso do desenvolvimento como desenvolvimento local ou endógeno, e em parte também, à luta legítima das próprias comunidades, mas também se "culpava" as comunidades e povos por não serem desenvolvidos e foram situados mais uma vez na linha unidirecional do *American way of life* da modernidade e da mercantilização. Sempre privilegiando muito mais o lado neoliberal do que o multiculturalismo e o direito à diferença e, inclusive, pretendendo aproveitar-se do discurso da diferença para colocar as diversas e diferentes comunidades e povos em conflito entre si, enquanto o capital, com sua face do modelo primário exportador neocolonial para América Latina, continua se expandindo.

Ainda assim, as organizações do campo ao longo da Abya Yala continuam lutando e r-existindo pela reprodução de suas vidas e, nisso, como já vimos e veremos de maneira mais sistemática a seguir, unificam as lutas e multiplicam aquelas que, de alguma maneira, lhes oferecem certos resultados.

### 3.3 TRAÇOS COMUNS DAS RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO, GIRO AMBIENTAL E TERRITÓRIOS DE VIDA

*Para sobreviver, os de baixo necessitam estreitar laços com outros como eles, estabelecer vínculos fortes que são os que explicam as resistências e resiliências, materiais e simbólicas. Nesse trajeto costumam criar diversas formas de comunidade, ejidos ou colônias, que geralmente estão conformados por grupos de famílias com certa estabilidade e permanência. Se denominam, as chamamos e se reconhecem como "comunidades", no sentido amplo. Todas repousam num espaço físico delimitado, ao qual chamamos como "território" (ZIBECHI, 2015, p. 189).*

Acontecimentos como o que comentamos sobre a greve nacional agrária na Colômbia, também têm acontecido no Brasil, como a Marcha das Margaridas, a manifestação dos povos indígenas na Praça dos Três Poderes em Brasília em 2014. Assim também aconteceram em outros países, tais como: em 2010, em razão do bicentenário na Argentina da Marcha de Povos Originários e porque "queremos demonstrar que não somos passado, que existimos e temos resistido mais de 500 anos e seguiremos resistindo por nosso direito a

ser"<sup>145</sup>; a Marcha Indígena, Camponesa e Popular na Guatemala, realizada em 2012, "pela defesa da Mãe Terra, contra os despejos e a criminalização e pelo desenvolvimento rural integral"<sup>146</sup>; as marchas e debates dos camponeses do Paraguai, em 2015, pela reforma agrária e contra o modelo primário exportador neocolonial<sup>147</sup>; dentre outros. Todos estes eventos não são simplesmente questões isoladas, mas lutas contra o sistema mundo moderno/colonial capitalista, que vão se delineando a partir de outras formas de ser/fazer não necessariamente alinhadas com essa lógica.

Anteriormente mostramos, a partir de dois países do que hoje chamamos de América Latina – Brasil e Colômbia, as lutas e r-existências de alguns dos diversos sujeitos do campo pelo reconhecimento político de suas identidades e de seus direitos aos territórios para reproduzirem suas vidas.

Na presente abordagem nos propomos identificar alguns traços comuns dessas r-existências com ênfase nos territórios de Abya Yala que ocorrem entre as diversas organizações do campo. Podemos inferir que, o que se apresenta atualmente como essencial é a vida em si, pois é ela, em todas as esferas, a que se coloca em questão diante da continuação da reprodução do capital. Com este aporte pretendemos não somente contribuir com a visibilização das r-existências dos povos rurais da Abya Yala, mas ser propositivos diante do panorama que colocamos dos camponeses do que hoje é Suape, no sentido de mostrar diversas estratégias vividas ao longo do continente para r-existir ao capital.

Escobar (2014), em relação aos indígenas, afrodescendentes e camponeses, apresenta dois processos na América Latina que se relacionam: 1. o surgimento das vozes, conhecimentos, práticas e estratégias políticas de organizações e movimentos sociais de corte étnico-territorial; 2. a problematização da vida relacionada às discussões sobre a crise da biodiversidade e a sustentabilidade, pois "há um sentimento compartilhado de que o que está em jogo é a sobrevivência da vida mesma no planeta" (ESCOBAR, 2014, p. 68). Neste sentido o autor questiona:

[...] como se explica a tenacidade com a qual muitas populações e organizações locais não somente lutam por defender seus territórios; mas o fazem em nome de

<sup>145</sup>Para conhecer sobre a Marcha dos povos originários na Argentina, consultar Leone (2013) e enlaces das páginas do jornal argentino Página 12, Disponível em < <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-145627-2010-05-13.html>> e das Madres de Plaza de Mayo, disponível em: < <http://www.panuelosenrebeldia.com.ar/content/view/935/132/>>.

<sup>146</sup>Sobre os acordos conseguidos consultar página do Comitê da Unidade Camponesa, disponível em: < [http://www.cuc.org.gt/es/index.php?option=com\\_content&view=article&id=430:marcha-indigena-campesina-y-popular-logra-comprometer-al-gobierno-en-8-puntos-&catid=36:noticias&Itemid=57](http://www.cuc.org.gt/es/index.php?option=com_content&view=article&id=430:marcha-indigena-campesina-y-popular-logra-comprometer-al-gobierno-en-8-puntos-&catid=36:noticias&Itemid=57)>.

<sup>147</sup>Sobre as marchas e debates dos camponeses no Paraguai consultar a página da Federação Nacional Camponesa, disponível em: < <http://www.fnc.org.py/?p=2632>>.

outra concepção de desenvolvimento, uma relação harmônica com a natureza e uma forma diferente de vida social? (ESCOBAR, 2014, p. 73).

É exatamente a questão da vida que se coloca como horizonte e, por isso, estes dois elementos - o reconhecimento identitário e político e a preocupação com a natureza - são fundamentais - e não separadamente um do outro - para diversas organizações deste continente. Para os povos do campo, a questão da vida se materializa no acesso, ocupação, apropriação e construção dos seus territórios e é neles que se estabelece a relação entre os seres humanos entre si e com a natureza.

Svampa (2012) também coloca estes elementos - a ambientalização das lutas e a emergência de novos movimentos socioambientais, rurais e urbanos de caráter policlassista e caracterizados por um formato de assembleias - como traços comuns das lutas diante dos conflitos resultantes do modelo primário exportador neocolonial ao longo da América Latina. Neste mesmo sentido, Zibechi (2015) ressalta a importância da questão da comunalidade<sup>148</sup> e da organização social em formato de assembleias, que identifica nestes povos - rurais ou urbanos - como praticam e vivenciam outras formas de se relacionarem, divergentes da lógica hierárquica e machista da relação moderna/capital colonial.

Na ZRC da Associação do Vale do Rio Cimitarra, por exemplo, tivemos a oportunidade de participar de uma assembleia<sup>149</sup>, na qual os pontos de discussão giraram em torno da limpeza do aqueduto comunitário, da construção de uma área de uso múltiplo pela Junta de Ação Comunal (JAC), sobre quem estaria encarregado do depósito e em quais condições. Inicialmente foi repassado os eventos externos nos quais alguns dos membros da JAC participariam representando a comunidade, foram discutidos outros pontos já citados e firmado um acordo que não teria custo o uso da água dos idosos, da escola e da horta

---

<sup>148</sup> A questão da comunalidade vem sendo trabalhada especialmente no contexto dos povos andino-indígenas, mas também em outros âmbitos. Em 2015, justamente identificando essa tendência social, se realizou em Puebla, México, o I Congresso Internacional de Comunalidade. Lutas e estratégias comunitárias: horizontes políticos para além do capital. Para conhecer sobre as temáticas trabalhadas no Congresso, consultar: < <http://www.congresocomunalidad2015.org/>>. A comunalidade abre a discussão para a comunidade no sentido do coletivo de pessoas, mas também para o uso comum da natureza, o compartilhar todos os âmbitos da vida em comunidade não separando a economia, da política, do trabalho, da cultura, etc. Para Ceceña (2012, p. 321) "o conceito de comunidade é muito amplo e complexo e com vários elementos de coesão ou identidade: a história compartilhada, a língua, os sentidos comuns, o trabalho coletivo e a complementariedade, geralmente organizada por partes como água e fogo, homem e mulher, vale e montanha, noite e dia, lua e sol e muitos outros".

<sup>149</sup> Assembleia do dia 6 de setembro de 2015 em Puerto Matilde, Antioquia, com a participação de 70 camponeses e camponesas adultos, jovens e muitas crianças que se bem não participavam ativamente da reunião sim estavam presentes na mesma. As assembleias são realizadas a cada seis meses na comunidade, reunindo todos os sócios e sócias das Juntas de Ação Comunal para fazer o repasse do andamento de todas as comissões (mulheres, jovens, de búfalos, de gado branco, de comunicação, etc.) e as atividades externas das quais participam como Associação do Vale do Rio Cimitarra, seja junto à Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa ou em outros âmbitos como a Cúpula Agrária camponesa, étnica e popular.

comunitária, e que seria assumido pela própria JAC. Todos os espaços que são da JAC são alugados por camponeses/as da comunidade e o dinheiro do aluguel é utilizado para a manutenção dos espaços e para a JAC, são estes: o depósito, a padaria, o açougue e a quitanda. Foram feitos comentários sobre a comissão de conciliadores (três delegados escolhidos pela JAC) e sua importância na resolução de conflitos na comunidade. Ao finalizar a assembleia - como comentamos no capítulo 1 - o almoço foi comunitário e preparado por duas das mulheres da comunidade.

Assim como neste exemplo, Zibechi (2015) reporta os exemplos dos zapatistas no México, dos indígenas Nasa na Colômbia, e Mapuche no Chile e Argentina, assim como várias organizações urbanas, que se reúnem em assembleias, decidem coletivamente as questões gerais e têm rotação de atividades de maneira que "o poder não está separado da sociedade" (ZIBECHI, 2015, p. 95). São outras formas de organizar-se que vão sendo disseminadas nestes movimentos do campo.

São formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos (ALMEIDA, 2008, p.25).

Essas características são observadas nas diversas organizações da Abya Yala. Fatores étnicos ou, melhor, identitários, mas que reivindicam reconhecimento como sujeitos políticos, isso aliado a um reconhecimento coletivo pela própria comunidade; consciência ecológica ou, uma relação com a natureza entendida como sujeito - conforme os povos indígenas reivindicam – instituíram em suas Constituições e procuram praticar no Equador e na Bolívia (CECEÑA, 2012), compreendendo a natureza como parte fundamental da vida; identificação de outras formas de dominação além da relacionada à de classe da relação capital-trabalho, como a dominação por gênero, étnico-racial, colonial, religiosa, etc. (GROSFOGUEL, 2008), como já demonstramos, estão entre as preocupações dos povos afrodescendentes que participaram no I Congresso Nacional Autônomo do Povo negro, afrocolombiano, palenquero e raizal; são características que se repetem entre os povos agrários do que hoje é América Latina e que constituem partes das lutas por territórios e pela vida.

Além dessas, Svampa (2012) também ressalta como características comuns nos movimentos sociais da América Latina o caráter multiescalar dessas lutas que são constituídas em uma rede densa de organizações, como a Via campesina<sup>150</sup>, em fóruns temáticos e

---

<sup>150</sup> A Via Campesina foi criada em 1993 e reúne milhares de camponeses, povos sem terra, indígenas, migrantes, pequenos e médios produtores, trabalhadores agrícolas em torno de temas como o direito ao território, a defesa da soberania alimentaria e a globalização da esperança.

plataformas de ações conjuntas, como o Fórum Social Mundial, a Cúpula dos Povos, a Marcha pelos Povos e, valorizando os saberes locais para além dos discursos dominantes.

Assim como Svampa (2012), Fabrini considera que "não se forma apenas uma rede global de mercadorias, mas também a formação de uma rede de movimentos sociais fortalecidos e de resistência. Cada movimento sai da sua ação de escala local se integra a muitos outros fortalecendo as lutas" (FABRINI, 2007, p. 16).

Isto significa que, assim como os conflitos pelo modelo primário exportador neocolonial estão disseminados por toda América Latina, nas últimas décadas foram criados diversos movimentos de atingidos que r-existem nas diferentes escalas diante desses conflitos – Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração, Articulação Antinuclear Brasileira, Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía da Guanabara<sup>151</sup>.

A questão da luta e r-existência pela vida acaba sendo pautada pela luta por territórios nos quais as comunidades rurais possam viver e se relacionar entre si com a natureza de acordo com os seus próprios parâmetros. Neste sentido, Valter do Carmo Cruz aponta que, "no caso dos movimentos latino-americanos, especialmente os movimentos sociais do mundo rural buscam afirmar suas diferenças por meio do direito ao território. São lutas por direitos territoriais, em que o território funciona como uma espécie de condensador de direitos" (CRUZ, 2013, p. 120). Na mesma linha, Raúl Zibechi questiona:

Até agora, o que observamos? Poderes territoriais autônomos em resistência, ligados a relações sociais não capitalistas, que resolvem a reprodução da vida das pessoas que vivem nesses espaços. Esses poderes têm sido criados, sistematicamente, pelos "sem", me refiro aos setores sociais que têm sido privados de seus direitos. Os que são diferentes porque vivem e se relacionam de maneira diferente (e porque com frequência a cor da pele e o som da língua são diferentes), estão fazendo política de maneira também diferente. Ou, pelo menos, tentam (ZIBECHI, 2008, p. 175).

Isto é, ressalta a emergência de sujeitos coletivos que resistem de maneira autônoma em seus territórios para reproduzir suas próprias vidas de maneira diferente à capitalista, ou seja, moderno/colonial. Também resulta importante considerar que a autonomia não é somente fruto de um fazer/ser diferente, mas da histórica ausência que tem tido o Estado

<sup>151</sup> Mais informações, sobre o Movimento dos Atingidos pela Vale acessar: <http://atingidospelavale.wordpress.com/>; o Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente a Mineração (MAM) não têm um site, mas é possível acessar a informações através dos sites da FASE e do IBASE, disponíveis em: < [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br) > e < [www.ibase.br](http://www.ibase.br) > respectivamente; o Movimento dos Atingidos por Barragens: < <http://www.mabnacional.org.br/> >; o Movimento Antinuclear Brasileiro, encontra-se disponível em: < <http://antinuclearbr.blogspot.com.br/> > e; o Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía da Guanabara tem o site: < <http://fappbg.blogspot.com.br> >.

nestes espaços no sentido dos serviços sociais como educação, saúde e demais. Isso não quer dizer que, para alguns povos não haja demandas para o Estado, senão que eles têm que ter o direito de acessar se e como eles considerarem pertinente. Especialmente quando o que pode ser perdido é um território, ou nem sequer se tem um território onde reproduzir a vida. Zibechi (2015) coloca o exemplo dos zapatistas que têm rejeitado sistematicamente as ações do Estado nos seus territórios e essa é uma das possibilidades de exercer a autonomia. Contudo, não são todos os povos que atuam dessa maneira. Alguns reclamam do Estado condições que consideram que este deve prover, ainda que seja a partir de lógicas outras e por eles escolhidas e decididas. Nisso também reside a autonomia, em poder decidir quando e de que maneira o Estado ou qualquer outro ator externo terá intervenção nos territórios dos diversos povos.

Como vimos, os camponeses/as do que hoje é Suape têm seus territórios constituídos historicamente e de fato, mas são expropriados e não lhes são garantida a possibilidade de escolher onde e como viver. O Estado não somente não provê de saúde e educação, como tira os territórios desses camponeses/as e, assim, suas vidas do jeito que as viviam.

Enfatizamos ainda que:

A luta por direitos territoriais é, assim, a plataforma primordial nas novas experiências emancipatórias, porque é a partir do território que esses diferentes povos e comunidades buscam afirmar suas identidades, sua autonomia, seu modo de vida, sua forma de produzir, enfim, seus diferentes modos de existir (CRUZ, 2013, p. 137)

A luta pela terra e pelo território reúne assim uma luta por modos de vida específicos e autônomos. A questão é que, ao se tratar de camponeses/as - os camponeses/as do que hoje é Suape - identifica-se um ser/fazer diferente, específico que decorre da relação com os seus territórios de vida, com a proximidade aos estuários, com a zona da mata e, inclusive com a cana-de-açúcar, ainda que não necessariamente tenham uma cosmologia diferente tendo, sim, modos de reproduzir a vida diferentes. E dos camponeses/as da ZRC-VRC, que esse ser/fazer diferente decorre do histórico de conflito social armado e da relação com seus territórios conquistados. Territórios de vida nos quais é possível plantar, pescar, criar animais, principalmente, viver, ainda que os conflitos estejam latentes e próximos. Isso é parte do conflito que viemos trabalhando, que resulta da negação da vida camponesa e na negação das terras tradicionalmente ocupadas por eles, seus territórios de vida.

Assim, como citamos anteriormente, identificamos a emergência de sujeitos que, ao serem inseridos na categoria de camponeses, não tiveram suas reivindicações respondidas.

Mas que, a partir do apelo a uma identidade específica, respaldada internacionalmente pela Convenção N° 169 da Organização Internacional do Trabalho da Organização de Nações Unidas, estes sujeitos poderiam obter, especialmente, a possibilidade de conservar seus territórios específicos para reproduzir suas vidas.

Em 2007 foi publicada a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas - produto da luta dos povos rurais. No ano de 2012 foram iniciados os diálogos, através da Via Campesina junto à Organização das Nações Unidas, para a realização de uma declaração internacional dos direitos dos camponeses e camponesas e outros trabalhadores das zonas rurais que contenha direitos básicos contra a expropriação camponesa, a mercantilização dos alimentos, as doenças geradas pelo uso e consumo de agrotóxicos, a especulação, a migração, entre outras questões (VIA CAMPESINA, 2015). E também em 2012, a Via Campesina conseguiu a publicação, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), de um documento de "Diretrizes voluntárias sobre a governança responsável da posse da terra, a pesca e os bosques no contexto da segurança alimentar nacional"<sup>152</sup> (FAO, 2012). Apesar de haver muitas críticas sobre este documento, especialmente no sentido de serem diretrizes voluntárias e não obrigatórias a serem assumidas pelos Estados, para os movimentos sociais têm sido fundamental a garantia de direitos para a reprodução de suas vidas.

No caso dessas declarações e diretrizes serem instituídas nos respectivos países, os camponeses/as teriam mais regulamentações que lhes permitiriam lutar pelo reconhecimento de todos os seus direitos sociais, culturais, políticos, territoriais.

Identificamos que as organizações sociais vão aprendendo estratégias umas com as outras, montando-as e repetindo aquelas que têm obtido sucesso. Ao longo da tese temos delineado algumas resistências históricas camponesas que, até hoje, são referências para as lutas rurais e, com certeza, essas que hoje existem, r-existirão até a consolidação de outros mundos existentes e possíveis.

Desde a lógica hegemônica do discurso do desenvolvimento e do sistema mundo moderno/colonial, as comunidades rurais têm sido historicamente inferiorizadas, estigmatizadas e expropriadas, e é contra isso que lutam e r-existem. Mas, fundamentalmente, lutam e r-existem para poder reproduzir as suas vidas seguindo os seus próprios parâmetros não especificamente voltados ao mercado e à reprodução do capital. Para isso, muitos povos

---

<sup>152</sup> Para uma análise sobre as Diretrizes, consultar: Fian (2015), Fian Colômbia (2015), Gómez (2015).

buscam garantir do Estado o acesso legal à terra, o reconhecimento das suas identidades, isto é, garantir os seus territórios de vida.

O Estado tem buscado historicamente homogeneizar as comunidades rurais inserindo-as na lógica moderno/colonial capitalista, ainda que de maneira desigual e na condição de proletários e vendedores da sua força de trabalho. Mas as comunidades agrárias continuam mantendo suas práticas sociais, econômicas, culturais diversas e diferentes dessa pretensa homogeneização, por isso lutam por territórios específicos.

Para além da perspectiva institucionalizada, considera-se necessária a luta autônoma para além do capital. Utilizar o Estado para atender demandas imediatas, mas lutando pela emancipação do sistema avassalador, homogeneizante, colonial, desenvolvimentista. O Estado tem seus limites porque a própria função deste é mediar a relação capital-trabalho. Neste sentido, Luis Macas considera que, "Não é possível a convivência do Sumak Kawsay e o sistema atual, não pode ser um sistema de este Estado, temos que pensar fundamentalmente na mudança de estruturas deste Estado e construir um novo, mas feito com as nossas mãos" (MACAS, 2010, p. 16 apud ZIBECHI, 2015, p. 286). É preciso reinventar outras instituições, outros mundos possíveis que neguem a exploração, a propriedade privada e a mercantilização da vida.

Estas são algumas pistas que os camponeses/as do que hoje é Suape poderiam utilizar. Diante do avassalamento do Estado de Pernambuco através da expropriação dos seus territórios para a instalação das empresas ou para sustentar o discurso ambiental, os camponeses/as atuam, como já comentamos, r-existindo cotidianamente, publicamente e através de alianças. Todas essas são estratégias necessárias de serem realizadas para lutar contra a expropriação.

Inclusive, outra via poderia ser o apelo à identidade como povo tradicional que vive nesse território historicamente e segundo uma lógica de reproduzir a vida com o mangue, o mar e a terra; e/ou talvez, pressionar o Estado alertando sobre a questão ambiental, mostrando que, até a atualidade, há vegetação própria da mata atlântica, nesse território, justamente pela presença destes camponeses/as e; fundamentalmente pressionar pelo direito à reprodução da vida em seus territórios.

E, em cada um desses aspectos, é interessante considerar que essa r-existência segue em movimento, buscando não reproduzir a lógica hierárquica, patriarcal, opressora do modelo moderno/colonial capitalista e percorre outros caminhos possíveis e existentes.

As propostas que são pautadas pelos movimentos sociais e povos do campo estão sustentadas, como vimos, pelas questões essenciais da reprodução da vida a partir de modos

específicos que vão por outros caminhos e que não necessariamente seguem a proposta hegemônica unidirecional do sistema mundo moderno/colonial, e é sobre isso que nos deteremos no próximo capítulo. Buscamos, assim, trazer a discussão sobre justiça territorial, descolonialidade e pós-desenvolvimento como possibilidades de caminhos outros que não somente se colocam discursivamente dentro dos movimentos sociais e alguns setores da academia militante, mas são praticados, são criados no dia-a-dia entre os povos historicamente expropriados que buscam sair da subalternização à qual foram colocados.

#### **4 JUSTIÇA TERRITORIAL, PÓS-DESENVOLVIMENTO E DESCOLONIALIDADE COMO LUTAS PELA VIDA**

Depois de quatro anos de pesquisa, durante o doutorado, junto aos camponeses/as do que hoje é Suape - PE, Brasil, e, durante seis meses através do estágio propiciado pelo convênio firmado com a Universidade Externado de Colômbia, junto aos camponeses/as das ZRC na Colômbia, analisando as r-existências sociais territoriais, construímos um raciocínio desde as perspectivas do pós-desenvolvimento e a descolonialidade porque verificamos que estas nos permitem efetivamente fazer uma leitura da realidade.

E essa leitura da realidade foi sendo mediada pela justiça ambiental. Esta entendida como um:

[...] conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2002, p. 2).

Esta definição, que traz como fundamento a necessidade de lutar contra o racismo ambiental - que se refere às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua 'raça', origem ou cor (RBJA, 2015) - nos permitiu ver esse conflito como um conflito ecológico-distributivo, que está intrinsecamente relacionado às desigualdades sociais decorrentes do sistema mundo moderno/colonial. Essa perspectiva nos dá a percepção, portanto, de que existe uma questão ecológica, mas também uma questão social em função do desenvolvimento e da marginalização das classes subalternizadas.

No caso dos camponeses/as do que hoje é Suape, que estão sofrendo a expropriação dos seus territórios pela instalação e ampliação do CIPS, também poderíamos utilizar a justiça ambiental como perspectiva explicativa do conflito, e começamos a considerar a possibilidade de pensarmos uma 'justiça territorial'.

Isso por três razões primordiais: 1. a ênfase nesta pesquisa são os territórios, tendo claro que estes implicam intrinsecamente a questão ambiental, e 2. os movimentos sociais, como vimos no capítulo anterior, têm colocado o território como fundamental para reprodução de suas vidas. Ou seja, que a questão territorial se coloca como uma questão diretamente relacionada à reprodução da vida a partir de lógicas específicas do fazer/ser das

diferentes comunidades. Também, em diálogo com Fredy Paez Castro<sup>153</sup>, discutimos a implicação de separar as diferentes justiças ambiental, social, territorial, etc. que poderiam gerar uma fragmentação na luta. Contudo, isso nos serviu para fortalecer a ideia de que, 3. a justiça territorial seria a categoria que nos permitiria reunir os diversos aspectos sociais, ambientais, econômicos, políticos, etc. que constituem a reprodução da vida considerada como a questão essencial dos camponeses/as e dos diversos povos agrários, aos quais nos referimos ao longo do texto, e porque o território implica em uma construção social que se materializa em um espaço delimitado a partir das relações dos sujeitos entre si e com a natureza.

Por isso, a seguir, trataremos sobre o que compreendemos por justiça territorial e a sua importância no atual contexto dos camponeses/as em r-existência e do sistema mundo moderno/colonial.

Também continuaremos com a construção do raciocínio em torno do pós-desenvolvimento e da descolonialidade, agora a partir de novas constatações da leitura da realidade das r-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape e dos camponeses/as das ZRC.

#### 4.1 JUSTIÇA TERRITORIAL COMO PARTE DO CAMINHO A SER RECORRIDO

Anteriormente abordamos os diversos parâmetros legais conseguidos pelos povos do campo e os traços comuns a respeito das r-existências sociais, especialmente agrárias na Abya Yala. E destacamos que o território tem se tornado uma categoria de luta para estes povos por compreenderem que é nele que podem ser/fazer /reproduzir suas vidas a partir de modos específicos de relação entre si e com a natureza. De alguma maneira, todas essas questões nos levam a pensar na necessidade de uma justiça territorial.

No atual contexto de expansão do capital pelo modelo primário exportador neocolonial instalado nos países do que hoje é América Latina pelas políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas, a pressão para usurpar as terras dos povos agrários se intensifica. A acumulação por espoliação.

A justiça ambiental - como citamos anteriormente - busca evitar o impacto desigual das ameaças ambientais sobre populações mais vulneráveis. E ainda, considera que existem

---

<sup>153</sup> Este advogado que já citamos anteriormente, também pesquisa temáticas relacionadas à justiça social (2013; 2015) e contribuiu de maneira significativa nas reflexões acerca desta e outras questões, especialmente no âmbito colombiano.

desigualdades sociais, étnico-raciais, de classe, de gênero, etc. que implicam em uma distribuição desigual dos efeitos negativos ambientais para certas comunidades.

No caso dos camponeses/as do que hoje é Suape a justiça ambiental seria plausível de ser considerada ao tratar sobre os perigos que implica a instalação das empresas, especialmente de refino e petroquímica, para os camponeses/as, para a contaminação da água e do solo. Isto mesmo nos permitiria relacionar com a injustiça espacial quando se refere à proximidade de instalações prejudiciais aos seres humanos.

Edward Soja (2010) aborda a justiça espacial que trata sobre as desigualdades de acesso àquelas instalações necessárias para a sociedade e da proximidade de certas instalações prejudiciais à mesma (centrais nucleares, lixões, aeroportos, etc.) que se instalam em espaços das classes mais pobres, estigmatizadas racial ou sexualmente. Ele entende que tudo que é social é intrinsecamente espacial e continua a linha de raciocínio do direito à cidade nos tempos de Lefebvre, Harvey e Don Mitchell. Este conceito tem sido utilizado, geralmente, para apresentar modelos de localização e distribuição de bens e serviços especificamente no espaço urbano como modo de identificar a justiça ou a injustiça espacial.

Bernard Bret (2014) desloca o conceito de justiça social - asseguraria a todos as mesmas condições de acesso aos serviços públicos, o emprego e as diversas vantagens da vida em sociedade; - o conceito de justiça espacial, dando ênfase no desenvolvimento geográfico desigual, indicando que uma possibilidade de justiça espacial seria possível a partir da atuação do Estado como gestor da redistribuição das riquezas.

Fraser (2002) identifica que, atualmente, há uma tendência das lutas sociais pelo reconhecimento identitário, no sentido de aceitar a diferença, e indica que, além da necessidade do reconhecimento, não pode ser deixada de lado a luta pela redistribuição mais justa dos recursos e da riqueza. Assim, para esta autora a justiça social tem que tratar sobre estes dois aspectos: reconhecimento e redistribuição.

No caso da justiça territorial, trata-se de compreender que existem desigualdades ambientais e de dominação, que há necessidade de um reconhecimento político e social e, também, de redistribuição, e que os povos do campo lutam e r-existem pela defesa dos seus territórios porque, diante da expansão do capital, são expropriados destes. E mais, são considerados como inferiores, atrasados, subalternos, dispensáveis; privilegia-se o interesse nacional, que significa a instalação de infraestruturas para o transporte, a produção de energia e a comunicação para o modelo primário exportador neocolonial e, ainda; não existe consulta prévia a esses povos nem a possibilidade de darem consentimento ou não diante da instalação do empreendimento, gerando violência simbólica e física, e expropriação dos seus territórios.

Desde a perspectiva dos movimentos sociais, a justiça territorial pode ser entendida como o direito ao acesso, ocupação e posse da terra e aos territórios destes frente ao avassalamento da expansão do capital, especialmente desde o neoliberalismo e da atualização do modelo primário exportador na América Latina na sua face neocolonial. Mas, como vimos anteriormente, há também povos agrários que não possuem terras, mas precisam destas para garantir suas vidas. Assim, a justiça territorial pode ser entendida como o direito de garantir a vida dos camponeses/as e comunidades agrárias a partir da distribuição de terras e da ocupação, manutenção e posse legal de seus territórios tendo como base em seus próprios parâmetros.

Um exemplo de demanda, e ao mesmo tempo de construção pelas próprias comunidades, de justiça territorial é o que Astelarra et al (2014) tratam sobre os camponeses do departamento de Bermejo na província do Chaco, Argentina. Eles trabalhavam e moravam nas terras de um engenho de cana-de-açúcar declarado falido em 1991 e, quando o Engenho Las Palmas, declarou falência, os trabalhadores decidiram não aceitar as indenizações e ficaram nas terras. Em 2400 hectares de terras baixas com banhados há trinta famílias - aquelas que trabalhavam no antigo engenho e outras sem terras que chegaram posteriormente - organizaram uma zona de reserva camponesa, "Las Limitas", através da União de Pequenos Produtores do Chaco – Unpeproch, onde reproduzem suas vidas de maneira coletiva a partir da criação de animais, na construção de suas casas e definem entre todos/as o que, para que e como produzir.

Assim como estes camponeses/as do Chaco decidiram que ficariam nas terras, os camponeses/as do que hoje é Suape poderiam, se assim considerassem pertinente, decidir e reivindicar o direito deles de ficarem em suas terras, que ocupam tradicionalmente há mais de quarenta anos. Eles também poderiam decidir sair, por exemplo, diante do racismo ambiental sofrido, mas respeitando as condições que eles mesmos considerarem justas. As condições, por exemplo, poderiam ser aquelas às quais fazia referência o líder do MST de trocar terra por terra, além da indenização em dinheiro, que permitiria às famílias se sustentarem durante o tempo em que a terra começa a produzir, só saírem quando tiverem suas casas construídas na nova terra e que estas permitam manter a sociabilidade dos seus territórios.

No caso da Colômbia, como já citamos, um dos pontos fundamentais na discussão dos diálogos de paz é sobre a questão da reforma rural integral. Nesse ponto trata-se da necessidade de: distribuição e desconcentração da terra, cumprindo a função social; reconhecimento das mulheres na titulação de terras; garantias para a produção de alimentos; estimular a economia solidária e cooperativa, entre outros. Ainda, como visto diversas vezes,

há a necessidade de respeitar as características sócio-históricas, culturais, ambientais e produtivas dos territórios das comunidades rurais. Se esse ponto dos Diálogos de Paz for cumprido, condições de justiça territorial na Colômbia serão possíveis. Assim também, as demandas da Cúpula Agrária, camponesa, étnica e popular - como já citamos - colocam como primeiro ponto "Terras, territórios coletivos e ordenamento territorial", e este poderia nos dar uma boa definição do que se entenderia por justiça territorial quando se coloca que:

O país necessita um processo de ordenamento territorial onde as comunidades sejam quem redefinem a maneira como se organiza a produção, se distribui o uso do solo, se governa o subsolo, e se protegem o ar, a água, os ecossistemas estratégicos e os meios de vida das comunidades agrárias. Esse ordenamento apontará a harmonizar a conservação do meio ambiente com o aproveitamento para a sobrevivência das comunidades agrárias (CUMBRE, 2013).

Isto nos permite compreender a necessidade de justiça territorial e também como esta deve pautar-se, isto é, a partir do que as próprias comunidades definam. Com base nesta afirmação, é importante trazer a tona a questão da autonomia em relação ao Estado e, por isso, problematizar a noção de justiça.

A justiça se atrela a um direito ocidental moderno/colonial a partir do qual a lei é igual para todos, ainda que 'alguns sejam mais iguais do que outros', mas isto difere da demanda de igualdade na diferença<sup>154</sup>; se privilegia a propriedade privada, sendo que, em alguns casos, os povos do campo combinam áreas de uso privado com áreas de uso coletivo e; a própria noção de justiça - entendida como um equilíbrio de interesses, oportunidades, privilégios e prejuízos - se contradiz com a essência do sistema mundo moderno/colonial de exploração dos seres humanos entre si e da natureza.

Por isso, resulta necessário, ao mesmo tempo que reivindicar do Estado, uma justiça territorial, garantir a autonomia nesses territórios como maneira dos povos do campo decidirem sobre os mesmos e reproduzirem suas vidas de acordo com os seus próprios parâmetros. Seguindo com as demandas da Cúpula agrária, camponesa, étnica e popular da Colômbia:

Que sejam as comunidades e povos quem definam quais devem ser os usos do territórios e as maneiras de habitá-lo, conservá-lo e cuidá-lo conforme as

<sup>154</sup> Valter do Carmo Cruz identifica que "Esses movimentos [da América Latina e o Brasil] colocam como desafio a construção de uma ideia de cidadania e de justiça que seja capaz, simultaneamente, de pautar-se na igualdade e na valorização das diferenças. As experiências emancipatórias contemporâneas, na América Latina e no Brasil, mostram-nos que a agenda e as pautas de lutas dos movimentos sociais estão referenciadas, simultaneamente, nas lutas por uma maior 'redistribuição material' dos recursos, ou seja, na luta por maior igualdade (luta contra exploração, privação e marginalização socioeconômica), mas também por 'demandas pelo reconhecimento' das diferenças étnico-raciais, sexuais, religiosas (lutas contra as formas de discriminação, desrespeito e preconceito contra determinados grupos sociais, frutos de herança colonial, da colonialidade do poder, do saber e ser) ainda fortemente presentes tanto no Estado como nas sociedades latino-americanas" (CRUZ, 2013, p. 127).

cosmovisões dos povos e comunidades agrárias, de acordo a uma política diferencial própria que inclua as distinções étnicas, regionais e produtivas, e que garantam a segurança jurídica para os territórios individuais e coletivos (CUMBRE, 2013).

Isso é justamente o que reivindicam os diversos movimentos sociais - não somente na Colômbia ou no Brasil, mas na América Latina - quando defendem seus territórios e lutam pela vida, deslocando-se da reprodução do capital. A consolidação dos territórios de vida pode dar-se independentemente do Estado, mas não quando o próprio Estado ou as empresas invadem os territórios das comunidades rurais, como no caso dos camponeses/as do que hoje é Suape.

Por isso nos referíamos a que o Estado, diante da expansão do capital, deveria garantir territórios às comunidades rurais. Porém, é importante que a justiça territorial não seja uma armadilha de controle ou de direitos adquiridos somente nos próprios territórios ou, ainda, que isso signifique ausência total do Estado, fazendo com que os povos sejam isolados.

Considerando que o Estado garante os direitos de propriedade (da terra, das patentes, intelectual, etc.) e a proteção de contratos para que as empresas e os latifundiários tenham segurança jurídica, mas não outros direitos (DÁVALOS, 2014), o que os movimentos buscam é que seus direitos de posse de territórios sejam garantidos.

Contudo, é necessário ressaltar que a justiça territorial não pode ser uma meta final, mas um dos requisitos para propiciar a autonomia dos povos do campo, quer dizer, o princípio de decidirem sobre como reproduzir suas vidas. Há uma necessidade fundamental - que esses povos possam fazer/ser/reproduzir a vida a partir de suas próprias lógicas, e é isso que fazem quando têm seus territórios.

Poderíamos inferir então que a justiça territorial traz a ênfase na defesa e na necessidade das comunidades agrárias do acesso, uso, manutenção e controle dos seus territórios para a reprodução da vida de acordo com os próprios parâmetros, isto é, com autonomia.

Algumas comunidades rurais, com destaque para as zapatistas<sup>155</sup>, mas também as indígenas Mapuche do que hoje é o Chile e a Argentina, e Nasa do pacífico colombiano buscam, a partir da vida nos seus territórios, a autonomia integral (ZIBECHI, 2015). E é por esses mundos existentes - e possíveis - que muitos autores vêm apostando e construindo, junto às comunidades, a perspectiva do pós-desenvolvimento e da qual trataremos a seguir.

---

<sup>155</sup> Há vinte anos os zapatistas trabalham e constroem o autogoverno, o bom-governo baseado no mandar obedecendo.

## 4.2 MUNDOS EXISTENTES E POSSÍVEIS – PÓS-DESENVOLVIMENTO<sup>156</sup> E SUMAK KAWSAY

*O pós-desenvolvimento não é um período histórico ao que se chega ou que se apresenta ao alcance. Também não é uma lista de práticas que devem ser seguidas para alcançar uma forma alternativa de desenvolvimento. O pós-desenvolvimento nos ajuda a compreender as experiências diversas com que alguns grupos enfrentam seu futuro, a possibilidade de realizar esse processo sem a obrigação de submeter tudo aos ditames estreitos da economia e a importância do território e a cultura como bases da identidade e não da mercantilização da vida, aspirando ao bem viver e não ao viver melhor (MONTENEGRO, 2014, p. 129).*

Parece-nos fundamental, antes de qualquer explanação, ressaltar que, o que foi colocado como epígrafe sobre o que se entende por pós-desenvolvimento, explicitando que esta perspectiva não se propõe como uma fase do desenvolvimento, mas tem como propósito desconstruir o que se coloca como único caminho possível e visibiliza outros caminhos que estão sendo trilhados. Também ressalta o que estamos tratando sobre a importância do território como aspiração para a reprodução da vida, trazendo a categoria do bem viver contraposta ao viver melhor e à mercantilização da vida.

Dito isto, trazemos a seguir um brevíssimo repasse sobre a construção desta perspectiva como pensamento do que o desenvolvimento foi implicando historicamente para o Brasil. Escobar (2014) considera que a era do desenvolvimento pode ser delimitada por quatro momentos: a teoria da modernização aliada ao crescimento nas décadas de 1950-1960, a teoria da dependência nas décadas de 1960-1970, as aproximações críticas ao desenvolvimento através do discurso cultural dos anos de 1990 e, durante o neoliberalismo, há um parcial abandono do interesse pelo desenvolvimento.

A modernização, aliada ao crescimento, nasceu a partir da criação do discurso do desenvolvimento, através da qual foi estabelecida uma diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. No ano de 1949, na esfera mundial, nasceu uma nova identidade para cada país outorgada pelo presidente eleito nos EUA, Harry S. Truman, exatamente no discurso de sua segunda investidura. A partir deste discurso o mundo ficou dividido não somente entre o socialismo ao estilo da União Soviética e o capitalismo do

---

<sup>156</sup> Não é possível aqui fazer um histórico situado desde o Brasil sobre o percurso das perspectivas do pós-desenvolvimento e da descolonialidade, mas desde a Geografia, estas vêm sendo trabalhadas por autores como: Cruz (2011), Montenegro (2006), Oliveira (2014), Porto-Gonçalves (2004), entre outros. No ano de 2014 foi realizado no Rio de Janeiro o I Seminário de Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. As reflexões destes autores têm contribuído na academia trazendo estas perspectivas de interpretação.

*american way of life*, mas entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos. A divisão foi de tal forma naturalizada que implicou na homogeneização de diversas formas de organização social e em um único caminho para o progresso, o caminho do desenvolvimento (ESTEVA, 2000).

A partir desse momento, América Latina, África e Ásia passaram a ser subdesenvolvidos e, portanto, necessitados de desenvolvimento (ESCOBAR, 2005). Na década de 1950 o aspecto fundamental para alcançar o desenvolvimento era o econômico, baseado em etapas propostas por Rostow (1961), que implicavam em uma linearidade, que consistia em repetir o exemplo das economias desenvolvidas (GUDYNAS, 2012).

Por isso nos países da América Latina foi promovido um processo de industrialização – através da substituição de importações<sup>157</sup> –, objetivando-se, com isso, aumentar o indicador de crescimento, o índice de Produto Interno Bruto (PIB) (ESTEVA, 2000). No Brasil, já identificamos anteriormente como o discurso do desenvolvimento foi sendo imposto aliado ao crescimento durante as décadas de 1950-1960 a partir de políticas de modernização do campo pela revolução verde, do processo de substituição de importações - iniciado na década de 1930 -, da relativa industrialização e como isso tudo foi deslocando o discurso da necessidade de uma reforma agrária para a necessidade da modernização no campo.

Nas décadas de 1960 e 1970, a teoria da dependência criada por autores, como Celso Furtado, identificava que a questão do subdesenvolvimento se devia à dependência econômica que os países assim considerados tinham a respeito dos países desenvolvidos e, como consequência disso, não conseguiam se desenvolver. Portanto, o subdesenvolvimento não era por falta de ideais sobre a modernidade, mas devido ao capitalismo (ESCOBAR, 2014). Entendia-se que havia uma assimetria no comércio internacional entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, que significavam um freio para o progresso. Ainda que se criticasse a distribuição dos benefícios e as assimetrias das relações internacionais entre os países, mantinha-se a ideia da necessidade do crescimento, do progresso através da industrialização e da eficiência na apropriação de recursos naturais (GUDYNAS, 2012).

---

<sup>157</sup> Na visão descolonial, Quijano explica que (...) durante a crise econômica mundial dos anos [19]30, a burguesia com mais capital comercial da América Latina (Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai e até certo ponto a Colômbia) foi forçada a produzir localmente os bens que serviam para seu consumo ostentador e que antes tinham que importar. Este foi o início do peculiar caminho latino-americano de industrialização dependente: a substituição dos bens importados para o consumo ostentador dos senhores e dos pequenos grupos médios associados a eles, por produtos locais destinados a esse consumo. Para tal finalidade não era necessário reorganizar globalmente as economias locais, assalariar massivamente servos, nem produzir tecnologia própria. A industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso revelador das implicações da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005, p. 245).

O próprio discurso dos organismos internacionais, principais fomentadores do desenvolvimento no mundo, mudou ao diferenciar o desenvolvimento do crescimento adjetivando-o como 'desenvolvimento social' (ESTEVA, 2000; GUDYNAS, 2012; LATOUCHE, 2007).

No Brasil dessa época foi considerada a possibilidade de uma reforma agrária como modo de colonização e expansão da fronteira agrícola e como possibilidade de inserção dos camponeses ao mercado, mas seguindo a lógica da necessidade de modernização.

Nas décadas de 1980 e 1990 começou a ser questionado o desenvolvimento considerado como um discurso que pretendia impregnar o terceiro mundo com um modelo cultural, social e econômico (ESCOBAR, 2014). Esteva comenta que:

Apesar dos véus tendidos sobre sua realidade pelas elites locais, nas maiorias, particularmente entre os marginalizados, se produziu um despertar. Descobriram que, apesar de todos os despojos do colonialismo e o desenvolvimento, ainda contavam com a benção de sua dignidade, e com ela vinha sua própria definição da boa vida, do bem viver, de suas formas sensatas e de convivência de honrar a Mãe Terra e de conviver com outros. Descobriram que, afinal de contas, o 'desenvolvimento' só significava aceitar uma definição universal da boa vida que, além de inviável, carecia totalmente de sentido. E descobriram, ainda, que era totalmente possível leva à prática suas próprias definições de bem viver - ainda que fazê-lo implicasse intensificar a resistência diante de desenvolvimentistas públicos e privados, debilitados pelas crises, mas não eliminados, e lutar na contramão dos ventos dominantes (ESTEVA, 2009).

Nesse contexto foi construído o pós-desenvolvimento que "surgiu da análise do desenvolvimento como um conjunto de discursos e práticas que teve um impacto profundo na maneira em que Ásia, África e América Latina chegaram a ser consideradas como subdesenvolvidas e tratadas como tais" (ESCOBAR, 2014, p. 30).

O pós-desenvolvimento consiste na "necessidade de descentralizar o desenvolvimento como um descritor social; [n]o questionamento das práticas de conhecimento do desenvolvimento e [n]a crítica do pós-desenvolvimento às ideias de crescimento, progresso e modernidade" (ESCOBAR, 2014, p. 32). Quer dizer que as críticas ao desenvolvimento estão postas no seu discurso, naquilo que significa para os povos na prática e na consideração da economia como aspecto fundamental e a conseqüentemente mercantilização da vida.

Nessas décadas de 1980-1990, institucionalmente o desenvolvimento foi recriado a partir do conceito de desenvolvimento sustentável (GUDYNAS, 2012). E nesse apelo ambiental foram fortalecidos movimentos que conseguiram algumas políticas voltadas ao multiculturalismo, mas de viés neoliberal e vinculadas a uma contrarreforma de mercado.

"O pós-desenvolvimento significa antes de tudo adotar uma atitude hospitaleira diante da pluralidade real do mundo" (ESTEVA, 2009). Desde esta perspectiva a importância da escala local é fundamental, justamente para fazer visíveis outras formas de conhecimento e discursos não atrelados diretamente ao conhecimento científico racional, mediado pela construção do desenvolvimento. Por isso, muitos movimentos sociais criaram seus próprios espaços de educação formal, formaram seus intelectuais e desde a própria comunidade se comunicam com o mundo. A importância de se deter na escala local reside também em conhecer as tentativas das pessoas da construção de suas vidas no dia-a-dia a partir de modos solidários, comunitários, diferentes da mercantilização da vida.

Além desse aspecto, o pós-desenvolvimento nos ajuda a enxergar as políticas públicas e a história do desenvolvimento a partir de outro viés, identificando a homogeneização que pretendem impor e a negação de outros modos de viver que não percorrem o esperado caminho do desenvolvimento. Neste sentido, Escobar (2010) identifica o que os movimentos sociais compreendem por desenvolvimento:

Primeiro, o fato de que o desenvolvimento é um projeto tanto econômico (capitalista e imperial) como cultural. É cultural em dois sentidos: surge da experiência particular da modernidade europeia; e subordina às demais culturas e conhecimentos, as quais pretende transformar sob princípios ocidentais. Segundo, o desenvolvimento e a modernidade envolvem uma série de princípios: o indivíduo racional, não amarrado nem ao lugar nem à comunidade; a separação de natureza e cultura; a economia separada do social e o natural; a primazia do conhecimento esperto por cima de todo outro saber (ESCOBAR, 2010, p. 22).

Significa que o desenvolvimento, como discurso e como prática, se impõe econômica e culturalmente a partir de um parâmetro único, considerado como válido, caracterizado pela modernidade europeia ocidental racional binária e, assim, qualquer outro tipo de procedimento ou pensamento diferente é considerado subdesenvolvido. "O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. [...] Transforma as atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado" (ESTEVA, 2000, p. 74).

Ainda assim, muitas comunidades marginalizadas abandonaram o ideal desenvolvimentista nos parâmetros capitalistas e buscaram a restauração de sua própria definição de necessidades (ESTEVA, 2000). E a perspectiva do pós-desenvolvimento nos permite enxergar e visibilizar estes mundos existentes que estão surgindo nas diferentes escalas locais que, de alguma maneira, se regionalizam a partir dos traços comuns de luta, dos

movimentos como a Via Campesina e dos encontros internacionais contra diversos projetos de desenvolvimento e pela vida.

Montenegro (2006) organizou, a partir de Escobar (1997, 2005), uma tabela na qual podem ser identificadas tanto as críticas ao pós-desenvolvimento como os contrapontos a essas críticas (TABELA 13).

<b>Críticas ao pós-desenvolvimento</b>	<b>Contra-críticas a partir do pós-desenvolvimento</b>
Devido ao seu foco no discurso, o pós-desenvolvimento não leva em consideração os verdadeiros problemas do desenvolvimento: a pobreza e o capitalismo.	Essa crítica parte de uma premissa falsa: o discurso não é material. Porém, perde de vista que a modernidade e o capitalismo são simultaneamente sistema de discurso e de práticas.
Consideram o desenvolvimento como algo homogêneo, ainda que em realidade tem grandes diferenças entre estratégias de desenvolvimento e instituições.	Essa crítica foi considerada importante, mas o objetivo do pós-desenvolvimento era analisar o desenvolvimento como um todo, construindo um objeto de crítica para o debate e ação acadêmica e política e não oferecer uma aproximação mais precisa e diversa do real.
Romantizaram as tradições locais e os movimentos sociais sem levar em consideração as relações de poder que existem também nesses âmbitos.	Contra a tendência de outras correntes de pensamento (sobretudo liberal e marxista) de "falar em nome das pessoas", o pós-desenvolvimento reforça sua posição de criticar a razão ocidental e defender a importância do local como formas de distanciar-se do realismo em que se baseiam as críticas recebidas.

Tabela 13 - Críticas ao pós-desenvolvimento e contra-críticas do pós-desenvolvimento. Fonte: MONTENEGRO, 2006.

Esta tabela nos permite, além de conhecer as críticas, firmar alguns aspectos sobre o que implica a perspectiva do pós-desenvolvimento: entender o desenvolvimento como discurso e como prática, desmascarar as implicações do desenvolvimento e trazer outros discursos e práticas a partir do local.

Algumas das propostas existentes, e que estão sendo construídas na contramão do desenvolvimento, como "alternativas ao desenvolvimento", são: a convivencialidade, o biocentrismo, o decrescimento - especialmente para a Europa, a justiça ambiental, a descolonialidade e correntes que privilegiam as ontologias relacionais, como o pluriverso (ESCOBAR, 2015; GUDYNAS, 2011).

As alternativas ao desenvolvimento "apontam gerar outros marcos conceituais a essa base ideológica. É explorar outros ordenamentos sociais, econômicos e políticos daqueles que vínhamos chamando de desenvolvimento" (GUDYNAS, 2011, p. 42). O que se destaca nestas

é que não se propõem uma única via, mas uma diversidade de possibilidades de como viver bem. Os movimentos sociais, especialmente os indígenas andinos, mas também as tradições críticas e contestatórias das margens da modernidade, como o ecologismo biocêntrico e o feminismo, vêm pautando o *sumak kawsay*, *suma qamaña*, *ñandereko*, termos relacionados ao bem viver, como alternativas ao desenvolvimento (DÁVALOS, 2014; ESCOBAR, 2014; GUDYNAS, 2011; ZIBECHI, 2015).

O "bem viver" ou "viver bem" são práticas para muitos povos indígenas que, inclusive, têm conseguido que a sua luta pela reprodução da vida fosse plasmada nas constituições federais de Bolívia e Equador. O termo tem sido utilizado como 'conceitos' que confrontam a lógica da reprodução moderna capitalista/colonial e, nesse sentido, são pertinentes às pesquisas e às práticas que buscam fortalecer a ideia de que há modos de viver existentes e possíveis. Ao mesmo tempo, é considerada necessária a construção de conceitos e práticas próprios que contribuam com o pluriverso ao qual Escobar (2015) faz referência ao citar aos zapatistas que lutam por um mundo onde caibam muitos mundos. Trata-se de diferentes formas de viver que têm, como premissa, o respeito para com os seres humanos e com a natureza, diametralmente contrário aos preceitos do capital (CECEÑA, 2012).

Dávalos (2014) e Zibechi (2015), respaldados nos indígenas da Bolívia e Equador, chamam a atenção para a possível cooptação da categoria do bem viver pelos governos destes países. Dávalos (2014) considera que o Estado se apropria dando continuidade ao modelo primário agroexportador neocolonial de base capitalista/colonial. Zibechi (2015) identifica que constitui-se principalmente de uma declaração de intenções que apenas setores de comunidades rurais e dirigentes e intelectuais indígenas estão realmente levando à prática.

Diversos intelectuais indígenas marcam distâncias com a versão de *Sumak Kawsay* que oferecem os governos. *Viver Bem* não é viver melhor, o que geralmente se consegue às custas de outras pessoas, ou seja, da exploração. "*Viver Bem* é viver em comunidade, em irmandade e especialmente em complementariedade", diz o chanceler boliviano David Choquehuanca (CHOQUEHUANCA, 2010, p. 8 apud ZIBECHI, 2015, p. 285-286).

Por isso, mais uma vez, é importante relativizar o papel do Estado nas práticas que valorizam a dimensão da vida a partir de outros valores, como a irmandade e a complementaridade. Para além do nome, conceito ou categoria que se utilize, é importante que muitos povos e comunidades estejam fazendo, criando e r-existindo pela construção das suas vidas de maneiras diferentes, não privilegiando ou enaltecendo a esfera econômica, mas

a vida em todos os aspectos, não necessariamente seguindo o único caminho considerado como válido na lógica do desenvolvimento moderno/colonial capitalista.

Tanto o pós-desenvolvimento como a perspectiva da descolonialidade fazem fortes críticas ao Estado, por isso, não apontam como é plausível a construção de outros mundos possíveis. É perceptível que "Dentro do capitalismo não há solução para a vida; fora do capitalismo há incerteza, mas tudo é possibilidade. Nada pode ser pior do que a certeza da extinção. É o momento de inventar, é momento de ser livres, é momento de *viver bem*" (CECENÑA, 2012, p. 323). Por isso, desde o pós-desenvolvimento - como vimos - e desde a descolonialidade - como veremos a seguir - a proposta é deslocar-nos do lugar que nos colocaram como subdesenvolvidos, subalternizados, atrasados e inferiores, lutando contra a hegemonia e continuando a construção desses mundos outros nos quais se privilegia a vida.

#### 4.3 MODERNIDADE/COLONIALIDADE/DESCOLONIALIDADE

Diversos autores agruparam-se em torno da discussão modernidade/colonialidade/descolonialidade e já possuíam essas preocupações desde outras teorias, por exemplo, Quijano da teoria da dependência, Dussel da filosofia da libertação e Mignolo dos estudos pós-coloniais. Esse grupo - que também reúne Lander, Grosfoguel, Walsh, Coronil, Escobar, Sachs, Castro-Gómez, Maldonado Torres, etc. - tem realizado reuniões permanentes e publicações<sup>158</sup> nas quais vão construindo o programa da modernidade/colonialidade/descolonialidade abordando a modernidade de maneira crítica, entendida como a outra cara da colonialidade (MIGNOLO, 2005) e, buscando descolonizar as epistemes, no sentido de considerar que a produção do conhecimento se dá em vários espaços, e que este aspecto é crucial para desmontar a dominação (ESCOBAR, 2014).

A perspectiva modernidade/colonialidade/descolonialidade:

"a) Aborda o conceito de "modernidade" de uma maneira nova, crítica e decidida; b) identifica a descolonização epistêmica (do espaço de produção do conhecimento com domínio crucial de luta e de transformação do mundo; logo, c) faz um esforço valioso por ir além das perspectivas intra-europeias - quer dizer, superar o eurocentrismo. Em resumo, o MCD [programa de modernidade/colonialidade/descolonialidade] pode ser visto como um marco de teoria social forte com uma orientação cultural e epistêmica determinante" (ESCOBAR, 2014, p. 42).

<sup>158</sup> Um histórico sobre o percurso do grupo modernidade/colonialidade/descolonialidade pode ser encontrado no prólogo organizado por Castro-Gómez e Grosfoguel à edição de 2007 do livro "El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global".

São vários os conceitos acunhados por este grupo enquanto coletivo e seus autores individualmente - diferença colonial, pensamento de fronteira, transmodernidade, etc. Nos deteremos em sintetizar o que se entende por colonialidade - do poder, do saber e do ser - e o que se propõe com esta perspectiva epistêmica.

A desconstrução do que é a modernidade se realiza através da caracterização da história longa do continente, desde o olhar da modernidade - compreendida como colonialidade e eurocentrismo, isto é, considerando que esses três vão se constituindo juntos e interligados uns aos outros. Dussel (2012) explica que a origem da modernidade está em 1492, ano da invasão do que hoje chamamos de América Latina, e na expulsão dos árabes do que se passou a chamar Europa. Desde essa época foi pautada uma classificação racial - uma forma de fazer com que algumas pessoas fossem naturalizadas como inferiores a outras, gerando, assim, relações de poder e dominação coloniais (QUIJANO, 2005). Mignolo (2015) explica que o mundo moderno/colonial:

[...] se construiu a partir de dois genocídios básicos: o genocídio indígena e o genocídio de escravizados africanos, por isso a modernidade implica em si mesma a colonialidade. A colonialidade é justamente essa violência que é necessária para fazer avançar o projeto de modernidade que tem várias faces: a cristianização, a missão civilizadora, o desenvolvimento e a modernização, o globalismo - que não é globalização - quer dizer, o projeto neoliberal (MIGNOLO, 2015).

Esses genocídios fundaram a base da desigualdade, criada em um lugar de poder a partir do homem europeu branco como enunciador. Quijano (2005) se remete à colonização e explica que só foi possível submeter os territórios de Abya Yala, Tawantinsuyu, Anáhuac à identidade de América Latina estabelecendo um novo padrão de poder, baseado na ideia de raça e a partir “da articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p. 227). Isso permitiu ter o controle do comércio mundial na época da colonização e, a perpetuação da dominação como colonialidade, isso demonstra que, ainda que o foco do poder tenha sido deslocado para EUA, essa relação continua vigente, pelo fato de ainda predominar o modo de produção capitalista (MIGNOLO, 2007).

Assim, se - o colonialismo acabou com as independências jurídico-políticas dos Estados-Nação, a hierarquização étnico-racial - desde a invasão do que hoje chamamos de América Latina, a nova divisão internacional do trabalho - desde o final da segunda guerra mundial, através das agências internacionais - FMI, BM, ONU - perpetuam formas de dominação e subordinação de classe, epistêmicas, espirituais, étnico-raciais, de gênero, que caracterizam a colonialidade.

A colonialidade significa então uma lógica que é subjacente à modernidade, enquanto o colonialismo é um período. Assim, a colonialidade não é somente entendida como estruturas de dominação da cultura ou da economia política, mas integrada por processos econômicos, políticos e culturais dessas hierarquias - gênero, raça, classe, sexualidade, conhecimento, espiritualidade (CASTRO-GÓMEZ, GROSFUGUEL, 2007). A colonialidade envolve todas as esferas não somente o poder, a economia, mas, simbolicamente, envolve toda a estrutura social, a subjetividade (MIGNOLO, 2015).

Por fim, a colonialidade é entendida como continuidade da colonização econômica, política e cultural. A modernidade, aliada à colonialidade tem, assim, caracterizado a identidade dos colonizados a partir de hierarquias e de um julgamento negativo, gerando a inferiorização, dominação e periferização entre os Estados-Nação e também entre os diversos grupos sociais, como indígenas, comunidades negras, camponeses, mulheres, homossexuais, etc. A subalternização dos povos, das suas culturas e saberes é, portanto, intrínseca ao mundo moderno/colonial. É a diferença colonial que projeta nos colonizados a subalternidade e a opressão permanente, que se constata por haver uma única visão, a do colonizador, como parâmetro.

Com esta perspectiva, a lógica capitalista do mundo moderno/colonial vê os povos agrários como se estivessem subsistindo ou fossem atrasados. Porém, esse é justamente o olhar externo cheio de (pré)conceitos e julgamentos negativos, que não identifica a possibilidade de outras vivências, outros fazeres. As suas histórias, experiências, vivências são silenciadas, apagadas com o desenvolvimento, e prevalece assim, a história dos conquistadores e a vida dos dominadores (MIGNOLO, 2007).

Neste sentido, o giro descolonial (DUSSEL, 2012) ou a opção descolonial (MIGNOLO, 2015) propõe uma crítica ao eurocentrismo no sentido do conhecimento europeu - científico - como o único válido, negando, silenciando, inferiorizando os demais tipos de conhecimento. Questiona-se para que serve a análise da ordem colonial do poder, e responde-se a partir da compreensão de qual é o lugar no qual estamos situados - na matriz colonial de poder.

E quando sabemos onde estamos racial e sexualmente (nacionalidades, crenças) temos que nos questionar o que fazer. Ou seja, de um lado, a decolonialidade nos oferece um instrumento de análise, uma maneira de analisar e ao mesmo tempo nos oferece uma maneira de pensar está certo e agora o que fazer" (MIGNOLO, 2015).

Assim, a opção descolonial vai sendo construída pela necessidade de ter um outro horizonte epistêmico e, por consequência, implica ter também um posicionamento político<sup>159</sup> (MIGNOLO, 2015). Por isso, a descolonialidade muda o foco do olhar, para enxergar desde o outro, desde os oprimidos, situar-se desde o outro (DUSSEL, 2012). A descolonialidade propõe então visibilizar os conhecimentos subalternizados pela visão eurocentrica, promovendo "uma reestruturação, descolonização ou pós-ocidentalismo das ciências sociais" (CASTRO-GÓMEZ, GROSGOUEL, 2007, p. 21). Nesse sentido, a descolonialidade "terá que dirigir-se à heterarquia das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que a primeira descolonização deixou intactas" (CASTRO-GÓMEZ, GROSGOUEL, 2007, p. 17).

Dussel (2012) destaca na América Latina seis revoluções que marcam uma nova concepção da política: a cubana, a chilena, a sandinista, os zapatistas no México e a revolução bolivariana na Venezuela. Segundo o autor, estas revoluções nos dão pistas sobre como descolonizar-nos, destacando algumas questões como, as mudanças nas constituições e o *mandar obedecendo* dos zapatistas. Comenta que, ao contrário do que pretende o mundo moderno/colonial, sempre fomos comunidade e não indivíduos. Assim, apresenta a política como positividade, como poder político, que é a "vontade de vida de um povo que significa querer viver, mas viver é querer comer, querer ter água, querer ter uma cultura própria e até ter seus próprios deuses - se os têm [...] e, segundo, é coincidir consensualmente em torno às decisões da comunidade". Ressalta também a importância da via campesina como um movimento - não é étnico ou de gênero - que busca a soberania alimentar, isto é, uma condição fundamental do viver. Estes são alguns dos caminhos que se propõem desde a perspectiva descolonial como possibilidade de quebrar com as lógicas de dominação, às quais esta perspectiva faz referência.

Assim como o desenvolvimento coloca como caminho o *american way of life*, a colonialidade coloca os parâmetros ocidentais como superiores e, portanto, como modelo a seguir. Ambas as perspectivas, a do desenvolvimento e a da colonialidade, são lógicas de dominação e hierarquização, pois ambas buscam gerar a perpétua acumulação de capital através da exploração da natureza e dos seres humanos.

Estas perspectivas têm nos servido como lente para olhar a realidade e, como já indicamos, visibilizar as r-existências cotidianas, públicas, por alianças, territoriais das

---

<sup>159</sup> Apesar desta afirmativa, uma das críticas que recebe esta perspectiva é a falta de relação direta com as lutas e a linguagem academicista utilizada (ESCOBAR, 2014). Contudo, os autores que fazem parte desta perspectiva estão em permanente contacto com processos sociais nos quais referenciar as suas pesquisas e são esses processos os que vão mostrando esses caminhos outros da descolonialidade.

comunidades rurais, especificamente dos camponeses do que hoje é Suape e também dos camponeses da ZRC-VRC. As vivências mais ou menos próximas junto a estas comunidades nos permitem comprovar aquilo que muitos autores apresentam como traços comuns dos movimentos sociais na América Latina, porque também os autores estão transitando, vivenciando e teorizando junto a estas comunidades.

Consideramos também que estas chaves explicativas que estão, claramente, entrelaçadas, nos permitem analisar as políticas de desenvolvimento das últimas décadas no Brasil com esse olhar crítico acerca da modernização, do desenvolvimento e da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Assim, persistimos na ideia de que é urgente, desde as perspectivas do pós-desenvolvimento e da descolonialidade, aceitar e respeitar outras racionalidades de vida, outras formas de produção e a compreensão da necessidade de mudança de paradigmas. Porque é necessário que cesse a violência, a expropriação e a negação da vida dos/as camponeses/as, dos povos agrários, de todas as pessoas.

Os camponeses/as do que hoje é Suape estão sendo expulsos de seus territórios onde, geração após geração, conseguiram reproduzir suas vidas. O Estado utiliza todos os mecanismos possíveis de espoliação da vida desses camponeses/as.

E na ZRC-VRC os camponeses/as conseguem r-existir na medida em que conseguem projetos de financiamento externo, tendo que se proteger da violência do Estado pelo exército e pelos paramilitares colocando escudos humanos "internacionais". Todas as histórias de vida desses camponeses/as trazem um episódio de morte e *desplazamiento*.

Contra e devido a isso, é urgente reconhecer as formas diferentes de reproduzir a vida, que devem ser equalizadas sem hierarquias, aceitar que há maneiras diversas de compreender a relação cultura-natureza e não necessariamente separadas como antagonismos, que há outros conhecimentos tão válidos como o conhecimento científico ligados às vivências e podem servir para compreender melhor os tempos da natureza, da própria vida. Isto significa uma necessidade de mudança radical no atual modelo de produção capitalista, já que neste há intrinsecamente relações hierárquicas, de dominação e negação da vida, hoje enfatizadas pelo desenvolvimento (LATOUCHE, 2007) e pela colonialidade (QUIJANO, 2005).

Por isso, torna-se imprescindível deslocar-se do lugar do subalterno e privilegiar a vida. Trata-se de "conformar outras lógicas de produção, abrir o horizonte da valorização da vida, saindo da valorização do capital" (PRADA ALCOREZA, 2012, p. 181). Isto implica trilhar outros caminhos, são necessárias estratégias de defesa dos territórios - fazer com que o

Estado garanta o que a comunidade quer -, é fundamental que nesses territórios se organizem outras lógicas comunitárias, relacionais, pluriversais; em outra direção, que não sejam hierárquicas, não dominadoras de classe, gênero, étnico-racial, etc. e da natureza.

Muitos povos agrários estão saindo ou nunca estiveram realmente inseridos na lógica do sistema mundo moderno/colonial, procurando não reproduzir a lógica mercantilista de espoliação humana e da natureza, saindo do modelo agroexportador neocolonial e do lugar de subalternizados. É necessário que essas práticas se multipliquem e se evidenciem para que nos levem por outros caminhos não de dependência, mas de autonomia.

É necessário fortalecer e que continuem a ser disseminadas essas outras lógicas que privilegiam a vida. Garantir territórios para reproduzir a vida é um dos passos necessários para isso e negar a acumulação, a apropriação privada, o consumismo e a dominação e exploração do ser humano pelo ser humano e da natureza pelo ser humano são bons começos. Instituir territórios livres de exploração do subsolo, livres de reservas da natureza para o capital, da exploração capitalista. Deslocar-nos do papel de subalternizados, garantir nossos direitos e praticar lógicas diferentes de reproduzir a vida para além do capital e, portanto, do Estado entendido como mediador da relação capital-trabalho. Apostar na vida em todas as suas esferas.

## CHEGANDO AO FINAL COM ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*"A simples tentativa de pensar distinto, de manter imaginários utópicos e de recriar as memórias em uma circunstância homogeneizante e avassaladora como a que tenta impor o capitalismo já é uma rebeldia descolonizadora" (CECEÑA, 2012, p. 321).*

Ao longo da tese demonstramos uma relação de constante conflito e r-existência, especialmente entre os modos de reproduzir a vida, seja privilegiando-a ou mercantilizando-a. Mas, essa aparente dualidade que, em termos didáticos, pode parecer binária, representa a multidimensionalidade da realidade, a contradição constante da negação e o reconhecimento da diferença, a possibilidade ou não de construir e resignificar os mundos possíveis e existentes.

A nossa proposta foi analisar as r-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape diante do conflito da instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape nos seus territórios. E, a partir dessa experiência, tivemos a possibilidade de vivenciar outra - com os camponeses/as da Zona de Reserva Camponesa Vale do Rio Cimitarra, no Magdalena Médio, Colômbia.

Para alcançar o nosso objetivo apresentamos um panorama das realidades vivenciadas, identificamos as políticas públicas de desenvolvimento que interferem e geram conflitos nos territórios das comunidades camponesas. Mostramos as r-existências dos povos agrários brasileiros e colombianos pela conquista de marcos legais para formação de seus territórios. Delineamos as teorias que nos ajudaram a apreender essas realidades. Em cada um dos capítulos buscamos inserir alguns conceitos que consideramos explicativos da realidade.

No primeiro capítulo a proposta foi a de trazer um panorama da escala local. O vivido dia-a-dia pelos camponeses/as do que hoje é Suape, PE-Brasil, e pelos camponeses/as da Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra, Colômbia. Essa vivência e a sua apresentação nos permitiram mostrar como interferem, no local, as ações das outras escalas, especialmente no contexto de um modelo de sistema mundo moderno/colonial, que traça estratégias de reprodução do capital e discursos que se pretendem hegemônicos.

Com ênfase nos camponeses/as do que hoje é Suape nós colocamos a questão da necessidade de uma justiça territorial. Desde o começo da tese enfatizamos o conflito relacionado à expropriação através da violência por parte do CIPS. Mas, também, identificamos, no capítulo 3, que a virada territorial dos movimentos sociais na América Latina luta, denuncia, grita por justiça territorial. Hoje, ao finalizá-la, continuamos afirmando

que, alcançar a justiça territorial é urgente e um requisito fundamental para a consolidação de outras formas de ser/fazer a vida. Por isso, ressaltamos a importância da manutenção das terras tradicionalmente ocupadas e, especialmente dos territórios, pois neles se reconhece intrinsecamente a identidade camponesa e dos povos rurais.

Identificamos, a partir dos camponeses/as do que hoje é Suape e dos camponeses/as da ZRC-VRC, as resistências cotidianas, as resistências públicas e as resistências em alianças. Fomos alinhando essas r-existências com o ser/viver desses camponeses/as. Consideramos que as resistências sociais não ocorrem simplesmente devido aos conflitos que acontecem em seus territórios, mas seguem por um caminho diferente não atrelado ao padrão de dominação moderno/colonial e, assim, reproduzem suas vidas, r-existem, se resignificam, se descolonializam.

Também nos termos das resistências públicas, quando os camponeses/as do que hoje é Suape junto com o líder do MST entraram na administração do CIPS e impuseram os termos das negociações, subverteram, ainda que temporariamente, a relação de poder de dominação imposto. Também foi ilustrado quando a camponesa da ZRC-VRC proibiu aos paramilitares de utilizarem o telefone da comunidade. Esses fatos, seguindo Scott, constituem rebeliões em pequena escala, silenciosas, apenas perceptíveis, mas de grande força moral e significado para as comunidades.

Apontamos didaticamente um terceiro tipo de resistência, as resistências em alianças, por entender que o contexto do neoliberalismo fez emergir sujeitos que trabalham em instituições, algumas do Estado, outras privadas e, especialmente, não governamentais; alianças que estabelecem relações, denunciam ou atuam como mediadoras nos conflitos. Resistências em alianças de sujeitos que utilizam diferentes estratégias que as caracterizadas - como resistências públicas ou cotidianas, ainda que contribuam com as mesmas. Que não são, no sentido de apaziguar as lutas ou de uma resolução negociada dos conflitos, mas de uma justiça social, ambiental, territorial.

Outro aspecto fundamental percebido graças a essas vivências foi a atuação do Estado, no sentido de pender a balança especialmente para os interesses do capital, ou atuando em benefício das comunidades na medida em que estas o pressionam, ou criando políticas que não são executadas. E, com base nisso, a forma como os camponeses/as e povos agrários precisam estar permanentemente atentos, reivindicando, lutando e usando essa estrutura reguladora da relação entre a sociedade e o capital para seus próprios fins. Retomamos esses aspectos no capítulo 3 ao mostrar os marcos legais conseguidos exatamente devido à luta dos povos agrários para concretizar políticas de Estado de reconhecimento identitário e territorial.

Também no capítulo 4 mostramos que se a justiça territorial é uma reivindicação necessária, descolonizar o pensamento, o ser e privilegiar a vida são caminhos que estão sendo traçados, percorridos e recriados. Atuar por fora e/ou dentro do Estado, com ou sem ele, são decisões que as próprias comunidades precisam ir tomando, sempre tendo consciência dos limites e possibilidades de cada uma das escolhas.

Ainda em relação ao segundo capítulo, enfatizamos os conflitos a partir da apresentação das políticas de desenvolvimento para o que hoje é Suape, o Brasil e a América Latina tendo como ponto inicial a história da instalação da cana-de-açúcar e toda a lógica dos engenhos, dos diversos programas para modernização do país, incluindo a instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape e da inserção marginal do Brasil e os outros países da América Latina no modelo primário exportador neocolonial. Isso, com o intuito de mostrar a relação de escalas e que os conflitos que se apresentam nos territórios são produto de conjunturas mais amplas de um modelo primário exportador neocolonial vinculado ao sistema mundo moderno/colonial.

Para tanto, realizamos um histórico sobre a produção do território dos camponeses/as do que hoje é Suape. Fizemos um percurso pela história desde a colonização – correndo o risco de ser superficiais - para mostrar como foi se configurando a colonialidade do poder, do saber e do ser, mas também para reportar a reprodução da vida dos indígenas que viviam na região antes mesmo das invasões portuguesa e holandesa. Passamos pela transformação da mata atlântica para o monocultivo de cana-de-açúcar e comentamos sobre as relações de escravidão e, posteriormente, do sistema de morada nessa produção. Salientamos que ainda que o sistema de morada beneficiasse aos senhores de engenho, também permitia aos moradores produzir o seu alimento e ter uma casa na terra. Enfatizamos que, na maioria dos casos em que a sociedade se organiza, como foi através das Ligas Camponesas, o Estado reage e, na época, o fez desapropriando - dos donos dos engenhos - a terra para os camponeses, organizando uma Cooperativa Agrícola, demarcando terras a comunidades negras, etc. E nada disso foi gratuito, mas como um mecanismo de apaziguar os ânimos dos camponeses indignados com a situação permanente de espoliação.

Confirmamos também que, como viemos trabalhando nos últimos anos do Grupo de Trabalho sobre "multidimensionalidade e desenvolvimento do/no território" das Jornadas de Trabalho, há uma diversidade de sujeitos rurais. Esses camponeses/as do que hoje é Suape representam essa diversidade de sujeitos - posseiros, indígenas, quilombolas, pequenos produtores, trabalhadores rurais, pescadores -, que historicamente lutam pela reprodução da vida na terra, nos seus territórios e utilizam todos os meios possíveis para a sua reprodução:

plantação de alimentos, plantação de cana-de-açúcar, criação de animais, pesca no mangue e no mar, "trabalhos na rua", etc.

Também trouxemos os conflitos decorrentes da aplicação das políticas de desenvolvimento de infraestruturas nas terras/territórios dos camponeses do que hoje é Suape. Com isso, pretendemos problematizar - ainda que superficialmente - a questão que foi pautada especialmente na década de 1950 entre a modernização e a reforma agrária e que, claramente, o Estado apostou na primeira, mas não resolveu a questão agrária ainda vigente. O Estado prioriza a construção de megaprojetos em detrimento da vida dos camponeses/as, Harvey (2014), nesse sentido, nos alerta que, para a construção de megaprojetos se realizam parcerias público-privadas nas quais o público assume o risco e o privado leva o lucro. Nada diferente do caso do CIPS, empresa pública do Estado de Pernambuco que outorga a terra sem camponeses/as e disponibiliza os serviços de vias de circulação, comunicação e água para as empresas que nele se instalam.

Ainda relacionado a isso - e considerando a inserção do Brasil no modelo primário exportador neocolonial - observamos nos últimos governos, de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, por um lado, uma diminuição na exportação de produtos manufaturados, fato que mostra o fortalecimento desse modelo, segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - vinculado ao ministério de planejamento "a primarização das exportações brasileiras não é apenas o resultado de um bom desempenho das commodities no mercado internacional". É também o reflexo da perda de competitividade de todos os outros setores no comércio industrial (DE NEGRI; ALVARENGA, 2011).

Por outro lado, a logística da circulação não está sendo muito eficaz, por exemplo, a Ferrovia Transnordestina está sendo construída para levar minérios para os Complexos Industriais Portuários de Pecém - CE e de Suape - PE desde o Piauí, mas não prevê o que levará ao retornar dos portos para o Piauí (COZIC, FERNANDES, 2013).

Ao abordar as políticas de desenvolvimento e as políticas relacionadas à questão agrária (muitas vezes também imbuídas pela lógica do desenvolvimento) verificamos que a importância que o Estado brasileiro lhes deu e lhes dá ao longo do tempo nos mostra que os pesos e medidas são diferentes na hora de executar as políticas, pendendo claramente para o desenvolvimento, as reformas de mercado e a mercantilização da vida. Apesar do Estado ter instituído diversas leis, e inclusive artigos na Constituição Federal, a respeito do direito às terras tradicionalmente ocupadas e ao território - especificamente no caso dos povos e comunidades tradicionais - a reforma agrária não se efetiva, senão ao contrário. A fragilização das leis no sentido do novo Código Florestal, do Código de Mineração, etc. e ainda, a

construção de megaprojetos como hidrelétricas, rodovias, complexos industriais portuários, refinarias, gasodutos, dentre outros, intensificam a violência no campo, a espoliação da natureza e do ser humano.

Neste sentido, a atuação do Estado se realiza por diversos mecanismos - sistematizados graças à contribuição de Valter do Carmo Cruz durante a qualificação deste trabalho - a militarização, a batalha no campo jurídico e o discurso de responsabilidade social e ambiental. A militarização, compreendida pela presença de diversos aparatos policiais públicos e privados, tanto nas obras como o CIPS, como nas r-existências públicas das comunidades rurais e urbanas. A batalha no campo jurídico, justamente nisso que fazíamos referência à fragilização das leis, mas também ao outorgar normativas de uso e controle para territórios dos povos agrários. O discurso de responsabilidade social e ambiental se identifica no permanente discurso do CIPS de cuidado com as comunidades, gerando as condições de vida melhores nos conjuntos habitacionais e, ambientalmente, quando faz alarde do 55% de área de preservação ambiental. O Estado na Colômbia, ao mesmo tempo em que está em diálogo com as FARC-EP sobre a urgência de haver uma reforma agrária integral, pretende aprovar a lei de Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural Econômico e Social (ZIDRES) que aprofunda a instalação do modelo primário exportador neocolonial no país, exatamente indo na contramão do que se propõe com o histórico acordo entre as guerrilhas e o Estado.

Não conseguimos mostrar como se aplica o modelo primário exportador neocolonial na Colômbia - fica pendente para uma próxima pesquisa -, contudo, as vivências e as leituras que realizamos sobre esta questão - Estrada, Fajardo, Mondragón - nos possibilitam inferir que as implicações são semelhantes às do Brasil.

Na Colômbia o modelo primário exportador que é identificado através da pecuária extensiva, a mega-mineração, os monocultivos como cana-de-açúcar e palma africana, a exploração do petróleo, etc., é propiciado também pelo conflito armado, que resulta na desterritorialização dos camponeses/as e povos rurais. E, atualmente, a discussão que se levanta neste sentido e no contexto dos diálogos de paz é se haverá uma intensificação do modelo primário exportador neocolonial com a desmobilização das guerrilhas. Isso, também aliado aos Tratados de Livre Comércio assinados, especialmente os que estabelecem relações comerciais desiguais com EUA.

Identificamos então que a inserção do Brasil, da Colômbia e da América Latina no sistema mundo moderno/colonial se faz com muito sangue, violência, conflitos, injustiça territorial e exploração da natureza e do ser humano pelo ser humano. Nesse sentido, atentamos para a acumulação por espoliação a que faz referência Harvey (2004) e outros

autores da América Latina que analisam o modelo primário exportador neocolonial, especialmente Acosta, Giarraca, Gudynas, Machado, Svampa, Seoane, Zibechi, desde a ótica da espoliação, do despojo, da expropriação da vida, do privilégio do mercado e da acumulação frente à vida. Gostaríamos de ter abordado esta questão a partir da Colômbia e também as questões geopolíticas do sistema mundo moderno/colonial que se apresentam com a emergência dos BRICS, a CELAC e outros tratados, mas - devido à falta de tempo - isso fica como possibilidade para futuras pesquisas.

No capítulo 3 - assim como no capítulo 2 identificamos estratégias conjunturais de empresas, organismos e estados para a reprodução do capital - transitamos por conjunturas sociais que vêm emergindo na Abya Yala. São velhos/novos sujeitos - camponeses/as, indígenas, afrodescendentes, povos e comunidades tradicionais -, povos agrários, comunidades, movimentos sociais que nascem e se visibilizam frente à indignação, em contraposição à imposição do capital na sua forma neoliberal ou neodesenvolvimentista. É a sociedade civil que se organiza no espaço urbano ou agrário no continente, como grupos que emergem por causas determinadas, por lutas históricas da falta de direito: ao território, à diversidade, à natureza e ao “viver bem”. São movimentos que apostam na pluralidade, em outras racionalidades, diversos parâmetros de ser/fazer e que vão trilhando possibilidades para outros mundos existentes e possíveis.

Mostramos quais foram os mecanismos e os marcos legais de constituição de territórios conseguidos pelas comunidades camponesas e povos afrodescendentes e indígenas no Brasil e na Colômbia. A reivindicação pela justiça territorial se dá por esses povos agrários acudindo a mecanismos como, projetos de assentamentos de reforma agrária, zonas de reserva camponesa, terras indígenas, terras quilombolas/coletivas negras, reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável, entre outras figuras territoriais.

Os assentamentos e as ZRC conseguidos com muita luta precisam ser mantidos e, para isso, também existem diferentes estratégias, como a agroecologia, a criação de agroflorestas, os projetos de cultivo de arroz comunitário, de criação de búfalos, etc. Identificamos também que existem traços comuns ao longo da América Latina - ambientalização das lutas, reconhecimento identitário, virada territorial - porque assim como existem lógicas do capital inter-escalarmente, há lógicas de vida que se replicam, multiplicam, disseminam entre as escalas. Neste sentido, também apontamos que os camponeses/as do que hoje é Suape, assim como o fazem os camponeses/as da ZRC-VRC com a criação de uma área ambiental dentro da sua ZRC, podem mostrar ao Estado que seus modos de vida têm permitido a manutenção da natureza. Isso, aliado aos marcos legais de reconhecimento das

comunidades tradicionais, deveriam ser justificativas suficientes para que haja uma justiça territorial, o reconhecimento de seus modos de viver e a possibilidade de continuar reproduzindo suas vidas de acordo com os seus próprios parâmetros, sem serem violentados, expropriados e espremidos em seus territórios pelo CIPS.

Finalmente, no capítulo 4, com foco na realidade atual apreendido a partir das vivências nos trabalhos de campo, pincelamos sobre a justiça territorial, o pós-desenvolvimento e a descolonialidade. A questão da justiça territorial, que foi abordada como justiça e injustiça ao longo do texto, foi apresentada neste capítulo estabelecendo relações com a justiça espacial, a justiça ambiental e a justiça social. O intuito desta discussão foi enfatizar a necessidade da ocupação, controle e permanência dos povos rurais nos seus territórios no sentido de que isso lhes permite reproduzir suas vidas a partir de parâmetros específicos que são consoantes aos seus modos de ser/fazer/reproduzir a vida. Contudo, se a justiça territorial é urgente, ressaltamos também que não é o horizonte final. É necessário consolidar e construir essas outras racionalidades que estão sendo negadas, para assim vislumbrar o fim do capitalismo moderno/colonial.

Ao tratar sobre pós-desenvolvimento identificamos que o desenvolvimento é um discurso e uma prática pretensamente homogeneizante, hierarquizante. O desenvolvimento se impõe desde fora, implicando em um padrão urbano industrial ocidental moderno e colonial que, em lugar de reproduzir a vida, a mercantiliza e destrói os processos sociais que garantem a reprodução da vida. Em contraposição a isso, vemos a necessidade de um reconhecimento dos modos de vida destes camponeses/as e povos rurais que estão sofrendo violência por desqualificarem seus modos de vida. Por isso, ao longo do trabalho enfatizamos as resistências sociais e os modos de ser/fazer dos camponeses/as e povos rurais no Brasil, na Colômbia e na América Latina.

Na mesma linha do pós-desenvolvimento apresentamos as bases da descolonialidade, especialmente para compreender que a dominação não se restringe à lógica do capital-trabalho, mas que também se forja nas questões de gênero, étnico-raciais, epistêmicas, econômicas, etc. E isso impregna a vida dos subalternizados/as por meio do discurso da modernidade, atrelado inerentemente à colonialidade. Esta perspectiva descolonial nos convida a refletir e atuar considerando a importância de tornar visível o invisibilizado, fortalecer outras epistemes, outros poderes, relacionar-nos socialmente a partir de outros parâmetros. Isso foi o que procuramos fazer ao longo da tese e durante os trabalhos de campo realizados nas relações que estabelecemos com os sujeitos da pesquisa.

A insistência permanente de querer mostrar as r-existências, não somente dos camponeses/as do que hoje é Suape ou dos camponeses/as da ZRC-VRC, mas de movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, afrodescendentes, indígenas e, inclusive, organizações urbanas ou de luta contra a ditadura, decorre de que a mídia, a academia e o dia a dia pretendem nos mostrar unicamente aquilo que está diretamente relacionado com o modo de viver urbano, ocidental, moderno/colonial, inferiorizando, criminalizando, ocultando ou negando essas r-existências. E essas r-existências nos servem tanto para reconhecer outros mundos existentes como para disseminá-las.

Nesse sentido, no capítulo 4 colocamos como possibilidade para os camponeses/as do que hoje é Suape e outros povos que, ao identificar semelhanças entre conflitos em outras comunidades, que estes possam utilizar essas estratégias de r-existências. Os líderes de Anzorc comentaram que a luta pelas ZRC se espelhou na luta do MST do Brasil e, estas por sua vez, servem de inspiração para as citadas r-existências no Chaco na Argentina de constituição de Zonas de Reserva Camponesa.

A questão agrária permanece vigente e se atualiza no dia a dia porque o capital continua se reproduzindo, espoliando e mercantilizando a vida em todas as suas esferas. Mas também, e especialmente, continua vigente porque os povos r-existem, dia a dia privilegiam as suas vidas e as recriam a partir de diversas estratégias em seus territórios. Não se atém ao que está posto, mas lutam contra a violência, a expropriação, a exploração, a espoliação. Essas vidas que são privilegiadas estão no cerne das práticas de r-existências dos povos, organizações, *dos sem*, das pessoas que trilham e constroem caminhos possíveis para o pluriverso.

Os desafios ainda estão postos e, assim como os camponeses/as e os povos rurais andam seus caminhos outros e os fazem ao andar; ao transitar por outras experiências que nos abrem horizontes para seres/fazeres que não privilegiam a acumulação, mas a vida; nós, desde o nosso lugar, seguimos encontrando e continuamos à procura de encontrar, traçar, compartilhar mundos existentes e possíveis. E tudo isso não seria possível sem a experiência vivida junto a esses povos.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **La maldición de la violencia: extractivismo al desnudo**. ALDEAH, 2012.

ACUERDO general para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera. La Habana, 26 de agosto de 2012. Disponível em: < <https://www.mesadeconversaciones.com.co/sites/default/files/AuerdoGeneralTerminacionConflicto.pdf> > Acesso em 10 maio 2015.

ACVC. **Llegó el tercer campamento ecológico de la Zona de Reserva del Valle del Rio Cimitarra**. Disponível: < <http://prensarural.org/spip/spip.php?article15131> > Acesso em 16 jul 2015.

ACVC. **Nace COOMUNALPAZ: Cooperativa Multiactiva Nacional para la Paz**. 22 jul. 2015. Disponível em: <<http://prensarural.org/spip/spip.php?article17350> > Acesso em 22 jul 2015.

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. **Guarani-Kaiowá denuncia a morte de mais de 300 indígenas em conflitos fundiários em MS**. 7 out. 2015. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497808-GUARANI-KAIOWA-DENUNCIA-A-MORTE-DE-MAIS-DE-300-INDIGENAS-EM-CONFLITOS-FUNDIARIOS-NO-MS.html> > Acesso em 2 nov 2015.

ALBUQUERQUE, Elielton Alves de. **Território e identidade: conflitos socioambientais na Comunidade Quilombola Onze Negras – Cabo de Santo Agostinho/PE**. Dissertação de Mestrado no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife: UFPE, 2011.

ALBUQUERQUE, Renata. **Suape - Organizações sociais prestam solidariedade às famílias despejadas do engenho Tiriri**. CPTNE2, 2 jul 2012. Disponível em: < <http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/55-pe/3416-suape-organiza%C3%A7%C3%B5es-sociais-prestam-solidariedade-%C3%A0s-fam%C3%ADlias-despejadas-no-engenho-tiriri.html> > Acesso em 6 ago 2012.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **A política de assentamentos rurais no governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI**. Revista Agrária, Nº 1, 2004. Disponível em: < [www.revistas.usp.br/agraria/article/download/73/71](http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/73/71) > Acesso em 20 maio 2015.

ALIMONDA, Héctor. **Presentación**. In: ESCOBAR, Arturo. Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, 2010.

ALVARENGA, F. M. **Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do Complexo Industrial Portuário do Açú e seus impactos sócio-territoriais**. Dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

ALVES, José Luis. **Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico.** Tese de doutorado, UFPE, 2011.

AMATO, F; PASSARINHO, N. **Entenda os principais pontos da MP dos Portos aprovada pelo Congresso.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/entenda-os-principais-pontos-da-mp-dos-portos-aprovada-pelo-congresso.html>> Acesso em 16 maio 2013.

ANDRADE, G. O. de; LINS, R. C. **Pirapama: um estudo geográfico e histórico.** Recife: Massangana, 1984.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **O rio Ceará-Mirim.** Os rios do açúcar do Nordeste Oriental I. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1956.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **O rio Paraíba do Norte.** Os rios do açúcar do Nordeste Oriental III. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1958.

ANDRADE, M. A. de. **De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital.** In: PANIAGO, M. C. S. (org.). Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O rio Mamanguape.** Os rios do açúcar no Nordeste Oriental II. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1957.

ANTF - Associação Nacional dos Transportes Ferroviários. Transnordestina. Disponível em: <<http://www.antf.org.br/index.php/associadas/transnordestina>> Acesso em 9 abril 2014.

ANTONGIOVANNI, Lídia Lúcia. **Território como abrigo e território como recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo.** Tese de Doutorado em Geografia, UFF, 2006.

ATLAS Brasil. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil\\_print/cabo-de-santo-agostinho\\_pe](http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/cabo-de-santo-agostinho_pe)> Acesso em 6 mar 2014.

AZUBEL, E. **Futuros moradores de Nova Tatuoca conferem andamento das obras.** Suape, 4 jun 2013. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=176>> Acesso em 6 jun 2013.

BARBOSA, Fernando de Holanda; DE LA CAL, Manuel Sánchez. **Crescimento econômico e renegociação da dívida externa.** Revista de Economia Política, vol 12, Nº 1 (45), 1992. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/45-2.PDF>> Acesso em 6 jan 2015.

BARROS, André Paulo de; SILVEIRA, Carla Augusta. **A produção do espaço rural-urbano e seus rebatimentos nos conflitos socioambientais na área de Suape, Pernambuco - Brasil.** Cadernos CERU, série 2, v. 21, n. 1, junho de 2010.

**BDE. Base de dados do Estado de Pernambuco: Cabo de Santo Agostinho.** Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/CABO%20DE%20SANTO%20AGOSTINHO.pdf>> Acesso em 6 mar 2014.

**BDE. Base de dados do Estado de Pernambuco: Ipojuca.** Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/IPOJUCA.pdf>> Acesso em 6 mar 2014.

**BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.** Disponível em: <[http://bdtb.biblioteca.ufpb.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1583](http://bdtb.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1583)> Acesso em 30 mar 2014.

**BIDASECA, Karina; GIARRACCA, Norma. Notas sobre entrevistas, voces y ensambles.** En: GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel (coord.). La tierra es nuestra, tuya y de aquel: Las disputas por el territorio en América Latina. Buenos Aires: Antropofagia, 2009.

**BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/O\\_BNDES/A\\_Empresa/historia.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html)> Acesso em 28 mar 2014.

**BRASIL. Biblioteca da Presidência da República, Getúlio Vargas.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/biografia-periodo-presidencial>> Acesso em 28 mar 2014.

**BRASIL. Biblioteca da Presidência da República, Jânio Quadros.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/janio-quadros>>. Acesso em 28 mar 2014.

**BRASIL. Biblioteca da Presidência da República, Juscelino Kubitschek.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk>>. Acesso em 28 mar 2014.

**BRASIL. Constituição Federal de 1988.** Disponible en: <[bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao_federal_35ed.pdf?)> Acceso el 20 sept. 2014.

**BRASIL. ICMBio.** Disponible en: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/cartilhamanualprocedimentos.pdf>> Acceso el 15 sept 2015.

**BRASIL. INCRA assentamento.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em 12 dez 2015.

**BRASIL. INCRA quilombolas.** Disponible en: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>> Acceso el 10 sept. 2015.

**BRASIL. INCRA Relación de proyectos de reforma agraria.** 17 jul. 2015. Disponible en: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf)> Acceso el 10 sept. 2015.

**BRASIL. PAC 2. Ministério de Planejamento.** Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/obra/30373>> Acesso em 19 abril 2014.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República**. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/sistema-portuario-nacional> > Acesso em 9 abril 2014.

BRASIL. **Câmara dos deputados, Decreto 62 168**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62168-24-janeiro-1968-403699-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 9 abr 2013.

BRET, Bernard. **Equidad territorial**. Hypergeo, 2014. Disponível em: <<http://www.hypergeo.eu/spip.php?article560> > Acesso em 31 dez 2015.

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 5, novembro 1995: 5-31.

CABO. **Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, Nossa cidade**. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/index.php/nossa-cidade/> > Acesso em 10 mar 2014.

CAICEDO MOYA, Juan Camilo **¿Ya se nos olvidó el paro agrario de 2013?** Disponível em: <<http://www.las2orillas.co/ya-nos-olvidamos-del-paro-agrario-de-2013/> > Acesso em 20 agosto 2015.

CAMARGO, Aspácia. **História das Ligas Camponesas**. Memorial das Ligas Camponesas. Disponível em: <[http://www.ligascamponesas.org.br/?page\\_id=99#](http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99#)> Acesso em 3 fev. 2014.

CAMARGO, Paula. **A Nova Transnordestina e os conflitos socioterritoriais no campo do sertão pernambucano**. Anais XIV EGAL, 2013.

CAMARGO, Paula. **A Nova Transnordestina e os conflitos socioterritoriais no campo do sertão pernambucano**. Anais XIV EGAL, 2013.

CAMPANHA pelas águas e contra o mineroduto da Ferrous. Disponível em: <<http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>> Acesso em 9 abril 2014.

CANCIAN, Renato. **Invasão holandesa: Portugal perde Pernambuco para Holanda**. 31 jul 2005. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/invasao-holandesa-portugal-perde-pernambuco-para-holanda.htm> > Acesso em 24 mar 2013.

CARVALHO, Horacio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Boletim dataluta, 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. **Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico**. IN: El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá Siglo del hombre, 2007. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/homoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>> Acesso em 6 set 2015.

CECEÑA, Ana Esther. **No queremos desarrollo, queremos vivir bien**. In: MASSUH, Gabriela, Renunciar al bien común: extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina, Buenos Aires, Mardulce, 2012.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: < [http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo\\_id=5719&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5719&action=read)> Acesso em 9 nov 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **PEC 215 Ameaça aos direitos dos povos indígenas, quilombolas e meio ambiente.** 2015. Disponível em: < <http://www.cimi.org.br/pec2015/cartilha.pdf> > Acesso em 10 out 2015.

CMC - **Centro das Mulheres do Cabo.** Projetos. 19 jan 2015. Disponível em: < <http://www.mulheresdocabo.org.br/wordpress/?p=404>> Acesso em 19 jan 2015.

COLÔMBIA. **Constitución política de Colombia.** Disponível em: < [http://www.procuraduria.gov.co/guiamp/media/file/Macroproceso%20Disciplinario/Constitucion\\_Politica\\_de\\_Colombia.htm](http://www.procuraduria.gov.co/guiamp/media/file/Macroproceso%20Disciplinario/Constitucion_Politica_de_Colombia.htm)> Acesso em 9 set 2015.

COLÔMBIA. **Lei 160 de 1994.** Disponível em: < [http://www.secretariasenado.gov.co/senado/basedoc/ley\\_0160\\_1994.html](http://www.secretariasenado.gov.co/senado/basedoc/ley_0160_1994.html) > Acesso em 15 maio 2015.

COLÔMBIA. **Lei 70 de 1993.** Disponível em: < <https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Leyes/70-1993.pdf>> Acesso em 6 setembro 2015.

COLÔMBIA. **Ministério de Cultura. Afrocolombianos, población con huellas de africanía.** 2010.

Disponível em: <<http://www.mincultura.gov.co/areas/poblaciones/comunidades-negras-afrocolombianas-raizales-y-palenqueras/Documents/Caracterizaci%C3%B3n%20comunidades%20negras%20y%20afrocolombianas.pdf>> Acesso em 20 maio 2015.

COMISSÃO Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde. **Boletim informativo 1 – Identidades coletivas e conflitos territoriais do Sul do Brasil,** Deserto verde no Município de Imbaú, IFPR, 2013.

COMUNIDADES quilombolas do Estado de Pernambuco, Comissão Pró-índio de São Paulo. Disponível em: <[http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe\\_onze\\_historia.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_onze_historia.html)> Acesso em 12 nov. 2014

COSTA, Luciana. **Representações da paisagem através de registro fotográfico da comunidade quilombola Onze Negras, no entorno do Complexo Industrial e Portuário de Suape – PE.** Dissertação de mestrado no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife: UFPE, 2011.

COUTINHO, Katherine. **Atrasadas, obras da Transnordestina em PE prejudicam porto de Suape.** Globo PE, 8 abril 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/04/atrasadas-obras-da-transnordestina-em-pe-prejudicam-porto-de-suape.html>> Acesso em 8 abril 2014.

COUTINHO, Katherine. **MPPE diz que supressão de mangue em Suape afetou fauna marinha.** Globo PE, 17 out 2013. Disponível em: <

<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/mppe-diz-que-supressao-de-mangue-em-suape-afetou-fauna-marinha.html>> Acesso em 9 jan 2014.

CPRH. **Agência Estadual de Meio Ambiente.** Disponível em: < <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/pnma2/projeto-orla-cabo/3.1analise-situacional.pdf> > Acesso em 11 mar 2014.

CPRH. **Agência Estadual de Meio Ambiente; Geosistemas Engenharia e planejamento.** Plano de manejo da Estação Ecológica de Bitá e Utingá. Volume 1 - Diagnóstico socioeconômico e ambiental. Maio 2012. Disponível em: <[http://www.cprh.pe.gov.br/arquivos\\_anexo/PM\\_Bita\\_1.pdf](http://www.cprh.pe.gov.br/arquivos_anexo/PM_Bita_1.pdf)> Acesso em 27 jan 2015.

CPRH. **CPRH recebe entidades e lideranças para discutir a questão da Fazenda dos Trabalhadores de Suape.** Disponível em: < <http://www.cprh.pe.gov.br/imprensa/noticias/40294%3B53340%3B1315%3B1197%3B1419.asp>> Acesso em 20 jan 2014.

CPRH - RIMA **Implantação e pavimentação do contorno rodoviário do Cabo de Santo Agostinho.** 2010. Disponível em: < [http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS\\_ANEXO/rima\\_cabo;2802;20100728.pdf](http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/rima_cabo;2802;20100728.pdf) > Acesso em 15 jan 2013.

CPT NE 2. **Comissão Pastoral da Terra Regional Nordeste II. Balanço da reforma agrária 2014 e do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff.** 2, jan. 2015. Disponível em: < <http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/4108-cptne-2-balan%C3%A7o-da-reforma-agr%C3%A1ria-2014-e-do-primeiro-mandato-da-presidenta-dilma-rousseff.html>> Acesso em 3 jan 2015.

CPT NE 2. **Comissão Pastoral da Terra Regional Nordeste II. Possesiros protestam contra Suape no Cabo de Santo Agostinho - PE.** 3 fev 2012. Disponível em: <<http://cptne2.org.br/indez.php/publicacoes/noticias/3214-posesiros-protestam-contra-suape-en-cabo-de-santo-agostinho-pe.html>> Acesso em 12 abr 2012.

CPTPE. **Comissão Pastoral da Terra, Pernambuco.** Disponível em: < <http://www.cptpe.org.br/index.php/publicacoes/noticias/2-noticia/3186-pescadores-vao-a-onu-contra-suape.html> > Acesso em 30 maio, 2012.

CRUZ, Valter do Carmo. **Das lutas por redistribuição de terras às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais?** ACSELRAD, Henri. Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: IPPUR, 2013.

CUMBRE agraria, campesina, étnica y popular. **Pliego de exigencias. Mandatos para el buen vivir, por la reforma agraria estructural, la soberanía, la democracia y la paz con justicia social.** 11 abril 2014. Disponível em: < <http://prensarural.org/spip/spip.php?article13670>> Acesso em 19 maio 2015.

DABAT, C. R. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** Recife: UFPE, 2007.

DAFLON, Rogério. **Ministério Público denuncia violações no projeto do mineroduto Rio-Minas.** Brasil de Fato, 14 maio 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12897>> Acesso em 19 abril 2014.

DE ESTRADA, María. **Territorios en resistencia: la Zona de Reserva Campesina del Río Cimitarra como alternativa al desarrollo.** Monografia de conclusão do curso de Geografia, Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2011.

DE NEGRI, Fernanda; ALVARENGA, Gustavo Varela. **A primarização da pauta das exportações no Brasil - ainda um dilema.** IPEA, Radar, Nº 13, 2011.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Pernambuco já tem 14 mil desabrigados em decorrências das chuvas.** 20 jun 2006. Disponível em: <<http://www.old.diariodepernambuco.com.br/nota.asp?materia=20100620102145>> Acesso em 3 jan 2015.

DIARIO de Pernambuco. **Suape entrega 85 títulos de posse de terra a agricultores em Barreiros.** 17 jul. 2013. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/07/17/internas\\_economia,451095/suape-entrega-85-titulos-de-posse-de-terra-a-agricultores-em-barreiros.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/07/17/internas_economia,451095/suape-entrega-85-titulos-de-posse-de-terra-a-agricultores-em-barreiros.shtml)> Acesso em 3 jan 2014.

DOS SANTOS, Alfredo. **MLST: A luta pela terra e contra a criminalização dos movimentos sociais.** Entrevista 28 jul 2008. Disponível em: <<http://exiliomidiatico.blogspot.com.ar/2008/07/no-dia-12-de-abril-de-2008-entrevistei.html>> Acesso em 3 jan 2014.

DOS SANTOS, Maria José. **Mulheres quilombolas: memória é acervo de nossa história.** Cadernos Imbondeiro, Vol. 2, nº 1, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/14142>> Acesso em 12 nov. 2014.

DOS SANTOS, Valdeci Monteiro. **Suape: um desafio para Pernambuco.** IHU-online, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508579-suapeum-desafio-para-pernambuco-entrevista-especial-comvaldeci-monteiro-dos-santos>>. Acesso em 28 abr 2012.

DUSSEL, Enrique. **O giro descolonizador.** Oslo, dez. 2012 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mI9F73wIMQE>> Acesso em 12 dez 2015.

DUTRA JUNIOR, W. **Geografia, capitalismo e desenvolvimento – Ensaio sobre o “Estado de exceção”.** In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz (org.). Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

ELETOBRAS. Disponível em: <<http://www.eletobras.com/elb/data/Pages/LUMISB33DBED6PTBRIE.htm>>. Acesso em 30 mar 2014.

ELOI, C. **Governo aceita flexibilizar Medida Provisória e atende Suape.** Diário de Pernambuco, 17 abr 2013. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/04/17/interna\\_politica,4346](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/04/17/interna_politica,4346)>

68/governo-aceita-flexibilizar-medida-provisoria-e-atende-suape.shtml > Acesso em 17 abr 2013.

ESCOBAR, Arturo. **El “posdesarrollo” como concepto y práctica social.** En: MATO, Daniel (coord.) Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Universidad de Venezuela, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?** In LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Julho de 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>> Acesso em abr. 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia.** Medellín, UNAULA, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales.** Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima, 2010.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento.** IN: SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESTEVA, Gustavo. **Más allá del desarrollo: la buena vida.** 2009. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/38110>> Acesso em 13 ago 2014.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** São Paulo: Revista Nera, Nº 11, 2007.

FAJARDO, Darío. **Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de sus persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana.** IN: ESTRADA, Jairo et ali. Conflicto social y rebelión armada en Colombia - Ensayos críticos. Bogotá: Gentes del común, 2015.

FAO. **Food and Agriculture Organization, United Nations. Directrices voluntarias sobre la gobernanza responsable de la tenencia de la tierra, la pesca y los bosques.** 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/i2801s/i2801s.pdf>> Acesso em 10 maio 2015.

FAO. **Organização para a Alimentação e a Agricultura. Listado de projetos.** Disponível em: <<http://www.fao.org/colombia/programas-y-proyectos/lista-de-proyectos/es/>> Acesso em 15 nov. 2015.

FERREIRA, Cláudia; AMARAL, Tércio. **Seis décadas depois, a vida no Engenho Galiléia, marco das Ligas Camponesas, mudou totalmente.** Diário de Pernambuco, 12 jan 2015. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/01/12/interna\\_politica,554159/seis-decadas-depois-a-vida-no-engenho-galileia-marco-das-ligas-camponesas-mudou-totalmente.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/01/12/interna_politica,554159/seis-decadas-depois-a-vida-no-engenho-galileia-marco-das-ligas-camponesas-mudou-totalmente.shtml)> Acesso em 19 abr 2015.

FETAPE. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. **Diretrizes para a reestruturação socioprodutiva da zona da mata. Uma contribuição da sociedade civil.** Disponível em: < [http://www.fetape.org.br/imagens/documentos/zona\\_da\\_mata.pdf](http://www.fetape.org.br/imagens/documentos/zona_da_mata.pdf)> Acesso em 18 dez 2013.

FETAPE. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. **Governo do Estado cria Assentamento de Reforma Agrária em Barreiros.** 30 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.fetape.org.br/noticias-detalle.php?idNoticia=4358>> Acesso em 19 abr 2014.

FIAN COLÔMBIA. **Quien conoce lo que tiene, más fácil lo defiende. Gobernanza de la tierra, la pesca y los bosques en nuestros territorios. Una herramienta para que las comunidades rurales conozcan la situación de la gobernanza de la tenencia de la tierra, la pesca y los bosques en sus territorios e influyan en ella.** Colômbia, 2015.

FIAN internacional. **Vigilando la gobernanza de la tierra, la pesca y los bosques.** Julho 2015 Disponível em: < [http://www.fian.org/fileadmin/media/media\\_publications2015/FIAN\\_herramienta\\_monitoreo\\_revisada\\_esp\\_200715.pdf](http://www.fian.org/fileadmin/media/media_publications2015/FIAN_herramienta_monitoreo_revisada_esp_200715.pdf) > Acesso em 31 dez 2015.

FIGUEIREDO, M. A. **Agroecologia e campesinato: reflexões sobre a contribuição dos sítios de moradores da zona da mata pernambucana para a conservação da agrobiodiversidade, a produção de alimentos e a resistência camponesa.** In: MACIEL, C. A. A; GONÇALVES, C. U; PEREIRA, M. C. de B. (org.). *Abordagens geográficas do urbano e do agrário.* Recife: UFPE, 2012.

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; LIMA, Jorge Tavares de; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sítio camponês: um sistema ecológico para produção de alimentos na região canavieira pernambucana.** Revista Brasileira de Agroecologia, Vol. 4 N° 2, 2009.

FIGUEIREDO, Vilma; TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. **Diferenciação social e resposta sindical às transformações tecnológicas na agricultura brasileira.** Anais do XII Encontro ANPOCS, 1988. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=6567&Itemid=370](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=6567&Itemid=370)> Acesso em 28 mar 2014.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo justiça ambiental e saúde no Brasil.** PB - Acampamento sem terra 15 de novembro luta contra Usina São João por território e subsistência. Disponível em: <<http://www.confliotoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=552>> Acesso em 18 nov 2015.

FORUM SUAPE. **Espaço socioambiental. Manifesto, 2013.** Disponível em: < <http://forumsuape.ning.com/manifesto>> Acesso em 19 abril 2013.

FRANCO GARCÍA, Maria; MONTEIRO, Karoline dos Santos. **Acesso das mulheres à terra e ao território no Brasil: entraves e estratégias das camponesas quilombolas no espaço agrário da Paraíba.** In: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; FRANCO GARCÍA, María; VIANA, Pedro Costa Guedes (org.). *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.* São Paulo: Outras expressões, 2015.

FRASER, Nancy. **La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación.** In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribución o reconocimiento?* Barcelona: Morata, 2006.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Quem são. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#> > Acesso em 18 nov. 2015.

GAMA, Alcides Moreira da. **O direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades descendentes de quilombos.** Fundação Cultural Palmares, 2010. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/O-direito-de-propriedade-das-terras-ocupadas-pelas.pdf> > Acesso em 25 dez. 2015.

GEHLEN, Vitória. **Do rural ao urbano: a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco.** Projeto de pesquisa CNPQ, 2005.

GIARRACA, N; TEUBAL, M. **Disputas por los territorios y recursos naturales: el modelo extractivo.** Anais ALASRU, 2011.

GIARRACA, Norma. **Notas metodológicas: experiencia de investigación desde lugares diferentes (Algunas reflexiones acerca del intelectual comprometido).** In: GIARRACCA, Norma; VALENCIA, Rubén; VENEGAS, David. *Quando hasta las piedras se levantan.* Oaxaca, México 2006. Buenos Aires: Antropofagia, 2008.

GIARRACA, Norma. **Tres paradojas para repensar la política.** In: MASUH, G. *Renunciar al bien común: extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina.* Buenos Aires: Mardulce, 2012.

GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel. **Disputas por los territorios y recursos naturales: el modelo extractivo.** Anuarios ALASRU. (2011)

GODOY, José Henrique Artigas de. **Apresentação na mesa redonda O projeto de Suape e suas relações econômicas e socioambientais.** 65ª SBPC, 2013a.

GODOY, José Henrique Artigas de. **Apresentação na sessão livre: O Complexo Industrial de Suape, os desafios do ‘novo desenvolvimento’.** Para onde vamos? XV ENANPUR, 2013b.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** São Paulo: Revista NERA, 2015. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4001/3053> > Acesso em 31 dez. 2015.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. **A vida pode mudar com a virada da peneira: (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFG Catalão, 2012.

GRANDJEAN, Pernette; MARTINS, Paulo Henrique. **Suape: ambição e desventura.** *Revista germinar - Ensino e pesquisa no nordeste.* Ano 1, Nº 1, 1983.

GUARDA, Adriana. **Disputa fundiária em Suape, Pernambuco.** 13 jan 2011. Disponível em: < <http://cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias-do-campo/2699-disputa-fundiaria-em-suape-pernambuco.html> > Acesso em 27 jan 2014.

GUARDA, Adriana. **Documento Suape 2011.** Especial do Jornal do Commercio 12 ago 2011. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/especial/suape/ocupacao.html>> Acesso em 3 jan 2013.

GUARDA, Adriana. **Justiça: indenização pela área da refinaria é contestada.** Jornal Tribuna popular. 31 maio 2007. Disponível em: < <https://tribunapopular.wordpress.com/2007/05/31/justica-indenizacao-pela-area-da-refinaria-e-contestada/> > Acesso em 3 jan 2013.

GUARDA, Adriana. **Suape - Governo vai honrar projeto habitacional.** Adriana Guarda, Jornal do Commercio, 28 agosto 2007. Disponível em:< <http://notes.abcp.org.br:8080/Producao/clipp/clipp.nsf/59dac160bc7df2ba03256aef00407549/33451b9fd7a174fb832573450048dde2?OpenDocument> > Acesso em 28 mar 2012.

GUARDA, Adriana. **Suape perde estaleiro do CMO.** 5 out 2014. Disponível em: < [http://www.cliptvnews.com.br/mma/amplia.php?id\\_noticia=53885](http://www.cliptvnews.com.br/mma/amplia.php?id_noticia=53885) > Acesso em 3 jan 2015.

GUARDA, Adriana. **Território estratégico de Suape não deslança.** JC, 24 jun 2012. Disponível em: < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2012/06/24/territorio-estrategico-de-suape-nao-deslanca--46568.php> > Acesso em 28 mar 2013.

GUIBU, F. **Conflitos acompanham progresso em Suape.** Folha de São Paulo, 30 set. 2012. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1161617-conflitos-acompanham-progresso-em-suape.html> > Acesso em 30 set. 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anna Blume, 2005.

HARVEY, David. **Até agora, o combate à crise resolveu a situação de uma minoria, que acumula grandes riquezas à custa da maioria.** Desafios do desenvolvimento: IPEA, Ano 9 . Edição 71, 2012.

HERNANDES, Dalmo. **Governo suspende licitação para anel viário em Pernambuco e pode atrapalhar planos da Fiat.** 26 mar 2014. Disponível em: < <http://www.flatout.com.br/governo-suspende-licitacao-para-anel-viario-em-pernambuco-e-pode-atrapalhar-planos-da-fiat/> > Acesso em 26 mar 2014.

HIRT, Carla. **O BNDES e o território: análise escalar do capitalismo brasileiro.** Anais do X ENANPEGE. Campinas, 2013.

HORA do povo. **Exército agiliza obras no país e as empreiteiras se queixam.** 2 fev 2012. Disponível em: < <http://www.horadopovo.com.br/2012/02Fev/3033-17-02-2012/P3/pag3a.htm> > Acesso em 28 mar 2014.

IBGE Cidades – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução populacional – Cabo de Santo Agostinho.** Disponível em: <

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=260290&search=pernambuco|cabo-de-santo-agostinho|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria> > Acesso em 11 mar 2014.

IBGE Cidades – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico – Cabo de Santo Agostinho.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260290> > Acesso em 11 mar 2014.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Quilombolas perguntas e respostas.** Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf> > Acesso em 24 dez 2015.

IPO - International Peace Observatory. **Quem somos.** Disponível em: < <http://www.peaceobservatory.org/es/138/que-es-ipo> > Acesso em 18 nov 2015.

ISA - Instituto Socioambiental. **Demarcações nos últimos seis governos.** Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/demarcacoes-nos-ultimos-governos> > Acesso em 20 dez. 2015.

ISA - Instituto Socioambiental. **Localização e extensão das TIs.** Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/localizacao-e-extensao-das-tis> > Acesso em 6 out. 2015.

ISA - Instituto Socioambiental. **Povos indígenas do Brasil. Como é feita a demarcação hoje?** 2015. Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/como-e-feita-a-demarcacao-hoje> > Acesso em 10 abr 2015.

ISA - Instituto Socioambiental. **Unidades de conservação: quadro comparativo das categorias.** Disponível em: < <http://uc.socioambiental.org/o-snuc/quadro-comparativo-das-categorias> > Acesso em 10 jan 2014.

JC Economia. **A última casa antes da refinaria.** 7 jun 2007. Disponível em: < [http://siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/clipagem0706\\_a?op=makePrintable](http://siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/clipagem0706_a?op=makePrintable) > Acesso em 19 abr 2013.

JC Online – Jornal do Commercio. **Coperbo uma ideia feliz e adequada ao seu tempo.** Especial 80 anos, 1999. Disponível em: < [http://www2.uol.com.br/JC/\\_1999/80anos/80d\\_29.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1999/80anos/80d_29.htm) > Acesso em 2 fev 2014.

JUNGES, Márcia **É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva.** Entrevista especial com Ariovaldo Umbelino, Unisinos, 10 ene 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/39669-e-uma-mentira-dizer-que-no-brasil-a-terra-e-produtiva-entrevista-especial-com-ariovaldo-umbelino>> Acesso el 4 oct 2014.

KATER, Maria das Graças Lins. **Projeto de colonização 2 no município do Cabo em Pernambuco.** Cadernos de Estudos Sociais, FUNDAJ, Recife, V. 1, Nº 2, 1985.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Ciclo de greves na agroindústria açucareira: Pernambuco, 1964-1968.** Caderno CRH vol.22, Nº 56, 2009. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000200012> >. Acesso em 3 fev 2014.

LAO-MONTES, Agustín. **PRÓLOGO Ubuntu Criollo, Uramba Nacional: madurando movimiento social Afrocolombiano en el Congreso Nacional del Pueblo Negro, Afrocolombiano, Palenquero y Raizal en Quibdó, Chocó.** In: Memorias del primer congreso nacional autónomo del pueblo Negro, Afrocolombiano, Palenquero y Raizal. Bogotá, 2014. Disponível em: < <http://renacientes.net/wp-content/uploads/2015/11/LIBRO-CONGRESO-AFRO1.pdf> > Acesso em 28 dez 2015.

LATOUCHE, S. **Vida, muerte y resurrección de un concepto.** In: Sobrevivir al desarrollo. De la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa. Barcelona: Icaria, 2007.

LEHER, R. Región Sur. **O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil.** In: OSAL, Observatório Social de América Latina, Nº 10, 2006. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal10/regionsur.pdf> > Acesso em 17 mar. 2011.

LEONE, Miguel. **Pueblos originarios y democracia. Conformación de nuevos sujetos políticos.** Argentina 1983-2010. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-038/158> > Acesso em 30 dez 2015.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na "Zona da Cana Nordestina": o estudo da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco.** Tese de Doutorado em Geografia, UFPE, 2011.

LITTLE, Paul Eliot. **Megaproyectos en la Amazonía: un análisis geopolítico y socioambiental con propuestas de mejor gobierno para la Amazonía.** Peru, 2013.

LITTLE, Paul Eliot. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** In: Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia. Anais. Gramado, 2002.

LOPES DE SOUZA, Marcelo José. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LOURENÇO, Paula. **Complexo de Suape fecha 526 negociações com posseiros.** Site Suape, 15 jan 2014. Disponível em: <<http://suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=264>> Acesso em 28 mar 2014.

LOURENÇO, Paula. **Suape entrega 85 títulos de posse de terra a agricultores em Barreiros.** Site Suape. 16 jul 2013. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=200>> Acesso em 20 ago 2013.

LOURENÇO, Paula. **Suape fecha 63 acordos com posseiros do Cabo e de Ipojuca.** Site Suape, 2 jan 2014a. Disponível em: <<http://suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=259>> Acesso em 28 mar 2014.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. **El auge de la minería transnacional en América Latina.** In: ALIMONDA, Hector (org.) La naturaleza colonizada - Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA, Ano 11 N°12, 2008.

MARTINS, Clair da Flora. **A privatização da Vale dez anos depois.** Entrevista com Clair da Flora Martins. 8 maio 2007. IHU Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/6941>> Acesso em 7 abril 2014.

MEDEIROS, A. D. de. **Fatores intervenientes na competitividade dos portos brasileiros: um estudo de caso no nordeste.** Dissertação do mestrado em Ciências de Engenharia em Produção. Natal: UFRN, 2005.

MELO, J. **Suape promete licitar Projeto Morador ainda em 2011.** Blog do Jamildo, Jornal do Comércio. 16 mar. 2011. Disponível em: <[http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2011/03/16/suape\\_promete\\_licitar\\_projeto\\_morador\\_ainda\\_em\\_2011\\_95080.php](http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2011/03/16/suape_promete_licitar_projeto_morador_ainda_em_2011_95080.php)> Acesso em 11 jun 2013.

MELO, Rafaela Dias de. **Conversão no uso da terra e vulnerabilidade socioambiental: uma análise das condições de vida no assentamento Tiriri – Mata Sul de Pernambuco.** Dissertação de mestrado no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife: UFPE, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/12407/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Rafaela%20Dias%20de%20Melo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 6 set 2015.

MÉNDEZ BLANCO, Yenli Angélica. **Derecho de los campesinos al territorio, justicia y Zonas de Reserva Campesina, la experiencia del Valle del río Cimitarra.** Bogotá: Ántropos, 2014.

MENDOZA Romero, Constanza; MOLANO Camargo, Frank. **Voces de la historia. Reconstrucción de las memorias de la ACVC.** Prensa Rural, 27 jan 2009. Disponível em: <<http://www.prensarural.org/spip/spip.php?article1861>> Acesso em 19 mar 2014.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** In: LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6\\_Mignolo.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf)> Acesso em 28 mar 2010.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial.** Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, Walter. **La opción decolonial y la actualidad mundial**. 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Kwcigz1NPQc> > Acesso em 26 dez 2015. "1:29 r-existir"-

MOARES & ALBUQUERQUE advogados. **RIMA do Arco Viário da Região Metropolitana de Recife**. Disponível em: < [http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/RIMA-ARCO\\_VIARIO\\_DA\\_RMR.pdf](http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/RIMA-ARCO_VIARIO_DA_RMR.pdf)> Acesso em 28 mar 2014.

MONDRAGÓN, Héctor. **Colombia: o mercado de terras o reforma agraria. Espacio Crítico**. 2012. Disponível em: [http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/artcls/a0329\\_mndrgrn\\_01tierra.pdf](http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/artcls/a0329_mndrgrn_01tierra.pdf) Acesso em 6 set 2014.

MONIÉ, Frédéric. **Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade/porto no Brasil**. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (org.) Geografia dos transportes, circulação e logística no Brasil. São Paulo: Outras expressões, 2011.

MONTEIRO, Antonio Luiz Ribeiro. **A Refinaria Abreu e Lima em Suape: perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico regional**. Tese de doutorado em Geografia: UFPE, 2011.

MONTEIRO, Tânia. **Dilma lança em junho a 3ª etapa do Minha Casa Minha Vida**. Estadão, 28 abril 2014. <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/dilma-lanca-em-junho-3aetapa-do-minha-casa-minha-vida>

MONTENEGRO FILHO, S. **Eles vão comandar o dinheiro**. Jornal do commercio, 4 jul 2010. Disponível em: <[http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/07/04/eles\\_vao\\_comandar\\_o\\_dinheiro\\_\\_74581.php](http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/07/04/eles_vao_comandar_o_dinheiro__74581.php)> Acesso em 3 nov. 2013.

MONTENEGRO, Jorge. **El desarrollo que no cesa. Entre las viejas fórmulas que se venden como nuevas y las viejas resistencias que se renuevan**. Revista Veredas. México, Nº 28, 2014.

MOREIRA, Ruy. **Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira**. In: A formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Comunidade quilombola do Maranhão é ameaçada por fazendeiro**. 12 nov 2014. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/2014/11/12/comunidade-quilombola-do-maranhao-e-ameacada-por-fazendeiro.html> > Acesso em 28 mar 2015.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>> Acesso em 18 nov 2015.

NAVARRO Trujillo, Mina Lorena; PINEDA Ramírez, César Enrique. **Luchas socioambientales en América Latina y México - Nuevas subjetividades y radicalidades en movimiento**. Bajo el volcán, Puebla, México, vol 8, nº 14, 2009.

NEGRI, Sérgio Sebastião. **Uso desigual do território em Rondonópolis no processo de expansão do agronegócio da soja em Mato Grosso**. Tese de doutorado em Geografia, UNESP Rio Claro, São Paulo, 2010.

NÓBREGA, L. N; MARTINS, M. P. M. J. **O povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém: tessituras socioambientais de um “admirável mundo novo”**. Anais do IV Simpósio Internacional de Propriedade e Meio Ambiente e IV Encontro de Propriedade e Meio Ambiente, Fortaleza, 2010.

OAB-PE. **Moradores de áreas de Suape pedem apoio da OAB-PE em casos de desapropriação**. 11 nov 2014. Disponível em: <<http://www.oabpe.org.br/2014/11/moradores-de-areas-de-suape-pedem-apoio-da-oab-pe-em-casos-de-desapropriacao/>>. Acesso em 12 nov 2014.

OBSERVATÓRIO das metrópoles. **Avaliação do Plano Diretor de Ipojuca**. 2010. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetrolopes.net/planosdiretores/produtos/pe/PE\\_Avalia%C3%A7%C3%A3o\\_PDP\\_Ipojuca\\_mar\\_2010.pdf](http://web.observatoriodasmetrolopes.net/planosdiretores/produtos/pe/PE_Avalia%C3%A7%C3%A3o_PDP_Ipojuca_mar_2010.pdf)> Acesso em 4 abril 2013.

OBSERVATÓRIO das metrópoles. **Avaliação do Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho**. 2010. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetrolopes.net/planosdiretores/produtos/pe/PE\\_Avalia%C3%A7%C3%A3o\\_PDP\\_Cabo\\_de\\_S%C3%A3o\\_Agostinho\\_mar\\_2010.pdf](http://web.observatoriodasmetrolopes.net/planosdiretores/produtos/pe/PE_Avalia%C3%A7%C3%A3o_PDP_Cabo_de_S%C3%A3o_Agostinho_mar_2010.pdf)> Acesso em 1 mar 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Revista Estudos Avançados, vol. 15, Nº 43, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A questão agrária no Brasil. VI SEET - Seminário Estadual de Estudos Territoriais e I Jornada De Pesquisadores sobre a Questão Agrária no Paraná**. Palestra. Curitiba, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As políticas públicas em educação do campo entre a subordinação e a autonomia: o Projovem campo - saberes da terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária**. Tese de Doutorado em Geografia, UFPR, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/37714>> Acesso em 15 nov. 2015.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 2007. Disponível em : <[http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_es.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_es.pdf)> Acesso em 31 dez. 2015.

ORJUELA, Mónica. **Arraigo y resistencia, sinónimo de los proyectos productivos alternativos de las comunidades campesinas.** Prensa rural, 1 dez 2011. Disponível em: < <http://prensarural.org/spip/spip.php?article6894> > Acesso em 18 set 2015.

PALMEIRA, M. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional (1977).** In: WELCH et al. (org.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.* São Paulo: UNESP, 2009.

PEDESENVOLVIMENTO. **Suape começa a implantar plano habitacional.** 27 agos. 2011. Disponível em: < <http://pedesenvolvimento.com/2011/08/27/suape-comeca-a-implantar-plano-habitacional/> > Acesso em 25 maio 2012.

PELA CPI DO GENOCÍDIO. Disponível em: < [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=907434022684734&id=892771547484315](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=907434022684734&id=892771547484315) > Acesso em 20 dez 2015.

PERNAMBUCO – CPRH. **Perfil socioeconômico e ambiental do Projeto Orla do Cabo de Santo Agostinho.** Disponível em: < <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/pnma2/projeto-orla-cabo/3.2.3.1parque-metropolitano-armando-holanda-cavalcanti.pdf> > Acesso em 3 jan 2015.

PERNAMBUCO – **Secretária das Cidades.** 30 jan 2012. Disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/media/set/?set=a.272841906115902.65435.259692514097508&type=3> > Acesso em 3 jun 2013.

PERNAMBUCO – Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Suape bate recordes econômico e social em 2013.** 27 dez 2013. Disponível em: < <http://www.sdec.pe.gov.br/noticias/suape-bate-recordes-economico-e-social-em-2013/> > Acesso em 8 jan 2014.

PERNAMBUCO – **Suape inicia a construção do loteamento Nova Tatuoca.** 25 mar. 2013 Disponível em: < <http://www.pe.gov.br/blog/2013/03/25/suape-inicia-a-construcao-do-loteamento-nova-tatuoca/> > Acesso em 30 maio 2013.

PERPART – **Pernambuco Participações S.A.** Disponível em: < <http://www.perpart.pe.gov.br/perpart/wp/a-perpart/institucional/a-empresa/> > Acesso em 1 maio 2014.

PLANAVE/PROJETEC – **5º Relatório de acompanhamento de cadastro socioeconômico das comunidades que ocupam o território do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros** – SUAPE, s/d.

PORTOGENTE - **Suape: FETAPE desmente Campelo.** 19 jan 2011. Disponível em: < <https://portogente.com.br/noticias-do-dia/suape-fetape-desmente-campelo-35617> > Acesso em 19 abril 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et all. **O campo se manifesta - A questão (da Reforma) Agrária.** In CANUTO, Antônio; SILVA LUZ, Cássia Regina da; RODRIGUES COSTA, Edmundo (coord.) *Conflitos no campo - Brasil 2014.* CPT Nacional, Brasil 2014. Disponível em: < <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43->

conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=23 >  
Acesso em 19 abr 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial**. SADER, Emir (org.) Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRADA ALCOREZA, Raúl. **El círculo vicioso del extractivismo**. In: MASSUH, Gabriela (org.). *Renunciar al bien común - extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Dulce, 2012.

PREFEITURA de Ipojuca. Disponível em: < <http://www.ipojuca.pe.gov.br/conheca-o-ipojuca/apresentacao/> > Acesso em 9 abril 2014.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RACISMO AMBIENTAL. PE - **Quilombo Onze Negras, no Município do Cabo de Santo Agostinho**, é invadido por empresa fabricante de espuma para colchões e móveis tubulares. 7 fev. 2011. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2011/02/07/pe-quilombo-onze-negras-no-municipio-do-cabo-de-santo-agostinho-e-invadido-por-empresa-fabricante-de-espumas-para-colchoes-e-moveis-tubulares/>> Acesso em 9 jan 2013.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. **Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960-2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial**. Tese de Doutorado em História, Brasília: UNB, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17769/1/2014\\_AnaCatarinaZemaDeResende.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17769/1/2014_AnaCatarinaZemaDeResende.pdf)> Acesso em 24 dez. 2015.

REUTERS Brasil - **RNEST recebe licença para operar com restrições; venda de diesel deve atrasar**. 3 nov. 2014. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0IN22820141103> > Acesso em 3 nov. 2014.

ROSA, Marcelo. **Sem-Terras e sindicalistas: a influência das ações recentes por reforma agrária nas lutas sindicais na Zona da Mata de Pernambuco**. In: LEVY, Bettina; GIANATELLI, Natalia (comp.) *La política en movimiento: identidades y experiencias de organización en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

ROUGEMONT, Laura. **Venta forte na Baía de Guanabara: A resistências dos pescadores(as) da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) frente à instalação do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro)**. Dissertação de mestrado do IPPUR, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: encuentros en Buenos Aires**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortéz, 2004.

SANTOS, Carlos; GEHLEN, Vitória. **Desenvolvimento econômico e conversão do uso da terra no Município de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco - Brasil**. Anais do 4º Congresso luso brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável, 2010.

SCOLESE, Eduardo. **São Paulo supera PE e lidera ranking de ocupação de terras**. 2007. Disponível em: < <http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias-do-campo/1799-sao-paulo-supera-pe-e-lidera-ranking-de-ocupacoes-de-terra.html> > Acesso em 20 nov. 2014.

SEOANE, J. **Neoliberalismo y ofensiva extractivista: Actualidad de la acumulación por despojo, desafíos de Nuestra América**. THEOMAI 26, 2012.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra**. São Paulo: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, Vol. 17 Nº1, 2004.

SILVA JÚNIOR, José Plácido. **"Ilhados" pela cana, "suspensos" pela usina, "assituados" pela vida: desterritorialização e resistência de uma comunidade de pescadores artesanais no estuário de Sirinhaém, Sirinhaém/PE**. Dissertação de mestrado em Geografia, Recife: UFPE, 2011.

SILVA, Girlan Cândido da. **A representação socioeconômica da cana de açúcar para a região da zona da mata pernambucana**. Revista Geoambiente, Nº 14, 2010.

SILVA, Girlan Cândido da. **Relações de poder, trabalho, disputas pelo território e economia solidária no contexto da zona da mata sul de Pernambuco: Um estudo sobre a Usina Catende**. Dissertação de mestrado em Geografia, Recife: UFPE, 2011.

SILVEIRA, K. A. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife: UFPE, 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOARES, Goretti. **Harmonia conquistada – Empregados assumem usina falida e garantem sustento para as famílias**. Revista Desafios do desenvolvimento. IPEA, 2006.

SOJA, Edward. **En busca de la justicia espacial**. Universidad de Minnesota, 2010.

SOLÁ PÉREZ, M; ALBUQUERQUE, R. de M; ROUGEMONT, L. **O modelo agroexportador em sua fase desenvolvimentista: apontamentos desde a América Latina e Brasil**. Anais da XIV Jornada do Trabalho, 2013.

SOUZA, Grace. **Suape inicia processo de indenizações para a construção do habitacional Nova Vila Claudete**. Site Suape, 14 fev 2014. Disponível em: <<http://suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=277>> Acesso em 28 mar 2014.

SOUZA, Grace; LOURENÇO, Paula de. **Suape conclui maior indenização de sua história para consolidar estação ecológica.** Site Suape. 11 set. 2013. Disponível em: < <http://www.suape.pe.gov.br/news/matLer.php?id=225>> Acesso em 11 set. 2013.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003.** São Paulo: Expressão popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **O dilema da reforma agrária no Brasil do agronegócio.** Carta Capital, 5 jan 2013. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/edicao-da-semana/veja-os-destaques-da-edicao-imprensa-de-cartacapital-71/> > Acesso em 19 abr 2014.

SVAMPA, M. **Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: um giro eco-territorial hacia nuevas alternativas?** CEB Continental. 12/2012

TAIBO, Carlos et all. **La rebelión de los indignados.** Movimiento 15M:democracia real, ¡ya! Madrid: Editorial Popular, 2011.

TERMOPE – Termoelétrica de Pernambuco. Disponível em: < [http://www.termope.com.br/termope\\_historia.asp](http://www.termope.com.br/termope_historia.asp) > Acesso em 14 maio 2013.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. Disponível em: < [www.tlsa.com.br](http://www.tlsa.com.br)> Acesso em 6 jun 2013.

VEGA CANTOR, Renán. **Colombia un ejemplo contemporáneo de acumulación por despojo.** Buenos Aires: Revista Theomai N° 26, 2012. Disponível em: < <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO%2026/Vega%20Cantor%20-%20Colombia.pdf> > Acesso em 20 out 2015.

VENDRAMINI, M. **Ranking dos portos públicos (2008-201).** AECOM. Disponível em: <[http://issuu.com/exame/docs/estudo\\_portos\\_brasil](http://issuu.com/exame/docs/estudo_portos_brasil)> Acesso em 3 abril 2012.

VERDUM, Ricardo. **Terras e territórios quilombolas no PPA 2012-2015, INESC, 2011.** Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/terras-e-territorios-quilombolas-no-ppa-2012-2015> > Acesso em 18 dez 2015.

VIA CAMPESINA. **La vía campesina impulsa declaración internacional de los derechos de los campesinos y campesinas en el Consejo de Derechos Humanos de ONU.** 24 set. 2015. Disponível em: < <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/derechos-humanos-mainmenu-40/2481-la-via-campesina-impulsa-declaracion-internacional-de-los-derechos-de-los-campesinos-y-campesinas-en-el-consejo-de-derechos-humanos-de-onu> > Acesso em 20 nov 2015.

WAHREN, Juan. **Movimientos sociales y disputas por el territorio y los recursos naturales: la Unión de Trabajadores Desocupados de Gral. Mosconi en Argentina y la Asamblea del Pueblo Guaraní de Tarija en Bolivia (1995-2010).** Tese de doutorado em Ciências Sociais, UBA, Buenos Aires, 2011.

ZAPONI, José Roberto Carvalho, et all. **Oferta de água e esgotamento sanitário: um estudo do assentamento Valdir Ximenes e ações propostas por Suape - Complexo industrial portuário Governador Eraldo Gueiros.** Anais do V Congresso Brasileiro de

Gestão Ambiental, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <  
<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/IX-010.pdf>> Acesso em 2 jan 2015.

ZIBECHI, R. **Brasil potencia. Entre la integración y un nuevo imperialismo.** Colombia: Desde Abajo, 2012

ZIBECHI, R. **Dibujando fuera de los márgenes: los movimientos sociales en la transformación sociopolítica en América Latina.** Buenos Aires: La Crujía, 2008.

ZIBECHI, R. **Tensiones entre extractivismo y redistribución em los procesos de cambio de América Latina.** ALDEAH 20 jan. 2011.

ZIBECHI, Raúl. **Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias.** Bogotá: Desde abajo, 2015.

ZIBECHI, Raúl. **Dibujando fuera de los márgenes: los movimientos sociales en la transformación sociopolítica en América Latina.** Buenos Aires: La Crujía, 2008.

## ANEXO A

### Manifesto Suape

No dia 5 de abril de 1975, um sábado, o semanário *Jornal da Cidade* (ano II, nº 24, 6-12.4.75), do Recife, hoje extinto, trouxe enorme manchete de capa, com os dizeres: “CIENTISTAS LANÇAM MANIFESTO CONTRA O COMPLEXO DE SUAPE”. O Manifesto, redigido por Clóvis Cavalcanti, é este que vai a seguir

### A propósito de Suape

Tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico – que se entende como aumento da renda *per capita* -, o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa, que as autoridades presumem consultar o interesse público e julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada. Esta é uma regra quase universalmente seguida, cuja validade não tem sido – a não ser em casos excepcionais – posta em dúvida. Isto não impede, todavia, que pessoas interessadas e grupos de indivíduos manifestem sua opinião a respeito de tais projetos e empreendimentos, reagindo contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível a tradição autocrática de não fazer a confecção de grandes projetos ser precedida de consulta às aspirações da coletividade. Estas considerações vêm a propósito do intento do governo de Pernambuco de implantar a todo custo, em sítio privilegiado do estado, um complexo industrial portuário, o Projeto de Suape, cuja elaboração tem avançado no sentido da realização da obra sem que atenção devida seja dada às vozes que manifestam oposição à iniciativa.

Pois bem, parece oportuno tornar público agora que a idéia de realização do complexo industrial portuário de Suape não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana. E não se trata, por outro lado, de mera reação suscitada por interesses feridos, a desses cidadãos preocupados com o bem-estar comum. O que há de relevante a examinar no que toca a Suape são variáveis que envolvem, inclusive, uma apreciação baseada em critérios puramente econômicos, dentro do figurino do mais rigoroso raciocínio analítico, da significação em termos sociais do projeto.

Em primeiro lugar, seja dado o destaque, ao decidir levar a cabo a idéia do complexo, o governo tomou decisões quanto à **alocação de recursos em Pernambuco que implicam em se recusarem muitos projetos menores, iniciativas em setores e regiões diversas do**

**estado, cuja necessidade de suporte econômico-financeiro conflita irrecusavelmente com os requisitos de Suape.** Com efeito, a crer nas próprias informações do governo pernambucano, o total de **investimentos previstos para o complexo envolvendo recursos públicos e privados, é da ordem de três bilhões de dólares<sup>[1]</sup>, ou seja, cerca de 23 bilhões de cruzeiros<sup>[2]</sup>, cifra que é mais da metade dos fundos que se investirão, no período 1975-79, no colossal Programa de Industrialização do Nordeste e quase oito vezes mais que os recursos consignados ao Polonordeste nos anos 1975-77**, ambos de iniciativa federal e considerados projetos-impacto. É ocasião então de perguntar: que razão de benefício-custo ou que taxa interna de retorno norteou a decisão do governo de Pernambuco, ou para ser menos sofisticado, que grandeza da relação capital-produto serviu de marco de referência para Suape? Se algum parâmetro dessa natureza foi usado – e não se concebe procedimento de outra forma, pois se este fosse o caso, perderia seriedade qualquer escolha envolvendo massa tão formidável de recursos sabidamente escassos –, que alternativas serviram para a decisão tomada? Isto é, dado que Suape implica numa certa configuração do destino concebido para alocação de recursos, é de se esperar que o governo haja contemplado caminhos alternativos, configurações alternativas para o uso dos recursos envolvidos, de tal modo que, pesando benefícios e custos das diversas rotas por que poderia optar, resolveu, avaliando através de coeficientes técnicos relevantes, seguir o caminho de Suape. Indaga-se: o governo fez isto? Certamente que não, parece ser a resposta, tal a maneira quase histórica com que se fala do projeto, anunciando-se tão só suas vantagens, sem nenhuma alusão àquilo que os economistas em seu esoterismo vocabular classificam de “custos de oportunidade”.

Esquecendo o aspecto acima, seria admissível transformar Suape em complexo industrial portuário, se não fosse possível conceber para o local utilizações alternativas e se não houvesse a opção para o que ali se encontra. Assim, de um prisma estritamente econômico, a decisão do projeto continua controvertida, na medida em que Suape permite imaginar outros usos para sua feliz dotação de beleza natural e de outros recursos para o lazer, além de ser sítio histórico do maior interesse. A idéia do turismo, por exemplo, vem de imediato à mente quando se pensa em aproveitar recanto de tão comovente harmonia estética. Uma rigorosa avaliação não poderia indicar relação benefício-custo mais alta no caso do turismo do que no do complexo imaginado? Esta é uma indagação de cuja objetividade não se pode escapar e que deveria, para ser aceita a decisão do projeto em andamento, ter sido pesada e confrontada com a obsessão em que se transformou a implantação do parque industrial e pólo portuário de Suape. Afinal de contas, vai se permitir que **o governo sacrifique um número incalculável de projetos de menores dimensões, mas de alcance social talvez maior**, investindo

formidável e maciçamente numa obra que pode até – se faltarem fundos em instantes críticos – terminar como um dos mais conspícuos elefantes brancos da megalomania algo irresponsável de tantos exemplos da atividade governamental no Brasil? Suape como projeto é muito mais do que simples distrito industrial, do que um açude ou um empreendimento da agro-indústria. Vale a pena meditar cuidadosamente, pois, nos retornos totais e nos custos completos – diretos e indiretos, sociais e privados – da iniciativa. Vale a pena também refletir no fato de que os possíveis empreendimentos que se dizem atraídos por Suape são fruto de entendimentos verbais com grandes grupos multinacionais, e que esses entendimentos não necessariamente resultarão em inversões. **Deformando-se a paisagem com obras de infraestrutura que transformarão Suape em feio canteiro de obras e que eventualmente poderão não ter utilidade, se os investimentos não forem cristalizados, ter-se-á cometido o crime irreparável de deformar a paisagem e profanar um sítio histórico – tudo isso em vão.**

Toda a viabilidade do empreendimento, aliás, arrima-se em análises pouco cuidadosas, conforme transparece de detido exame do material preparado pelo consórcio responsável pelos estudos de base do projeto, sob a liderança da TRANSCON. De fato, o grupo técnico que definiu em documento para a DIPER a viabilidade de Suape buscou amparar-se em instrumentos metodológicos de rigor bastante discutível, usando para projeções que atingem até o ano 2005 hipóteses cuja solidez é frágil e cuja confiabilidade não merece respeito. Dessa forma, pairam dúvidas enormes, de natureza técnico-econômica, acerca da comprovação de que o Projeto de Saúde é viável. Basta mencionar a esse propósito, que as projeções de demanda que lastreiam a recomendação de quais indústrias localizar no complexo padecem de erros analíticos e que as previsões relativas ao comércio internacional não são visceralmente ligadas a estudos sérios que caracterizem perspectivas realísticas para o intercâmbio de bens e serviços em escala mundial nos próximos 25 anos. Na verdade, especular sobre tendências deste jaez não tem sido tarefa que, mesmo aos mais argutos observadores da conjuntura internacional – gente do porte de Kindleberger, Triffin ou Haberler –, tenha proporcionado gratificação intelectual, haja vista as inesperadas mudanças decorrentes da crise de abastecimento de petróleo desde outubro de 1973. Neste ínterim, incidentalmente, mudaram inclusive parâmetros essenciais da própria concepção original do Projeto de Suape, de que é exemplo a reabertura do canal de Suez, um elemento com que não contavam arautos das primeiras manifestações a favor do complexo.

Para aparelhar Pernambuco de porto satisfatório existe a alternativa, considerada inclusive nas recomendações do tantas vezes lembrado Padre Le Bret e que com o passar do tempo vai se

tornando cada vez menos viável, de ampliação e modernização do ancoradouro do Recife, uma opção que interferiria, é certo, com o tumultuado processo de desenvolvimento urbano da capital pernambucana, alterando algumas das referências atualmente utilizadas. Esta interferência, entretanto, teria um custo social provavelmente inferior ao de semelhante emprego de capital no caso de Suape.

Diz-se, por outro lado, que o complexo é defensável por oferecer uma senda segura para o insatisfatório grau de desenvolvimento de Pernambuco. Mas por que só entra Suape na concepção de um programa de expansão econômica efetiva para o estado? Se convenientemente aproveitadas as **vantagens turísticas pernambucanas** – a cidade de Olinda, o Recife mesmo, Nova Jerusalém e as praias da costa estadual vêm de pronto à memória –, poder-se-iam, quiçá com bem menor volume de recursos, lograr êxitos na trilha do desenvolvimento mais notáveis do que com um projeto de Suape de sucesso imprevisível.

Uma palavra por outro lado para o admirável cenário, verdadeiro patrimônio artístico, que a natureza ergueu em Suape. Pode se apodar de romântica a posição, mas o fato é que, se não houvesse outra escolha econômica para o local em questão a não ser o porto e se os recursos que este envolve estivessem efetivamente sendo otimizados nesta utilização comparativamente com qualquer outra, ainda caberia discutir a sabedoria de se alterar irreversivelmente a paisagem de que Suape foi dotada. Permitir que no sítio escolhido se construa um porto e um complexo de fábricas implica em perda definitiva de uma riqueza que faz parte do acervo de Pernambuco. Isto, em qualquer raciocínio analítico, representa um custo. Lamentavelmente, sua exata magnitude não pode ser aquilatada, de modo a que uma decisão calcada em método ortodoxo de quantificação possa ser tomada. Não obstante, é lícito especular sobre se os benefícios esperados no longo prazo superarão com tranquila margem aquilo que se estima serem os custos decorrentes do sacrifício que se imporá à paisagem – para não trazer à baila problemas igualmente relevantes relacionados com a poluição do meio ambiente que grandes projetos industriais inevitavelmente acarretam. Podem os autores do estudo de viabilidade de Suape alegar que foi considerada a questão do turismo, que o projeto reservou uma área para tal etc. Mas, conhecendo-se a experiência dos sítios industriais no mundo inteiro e lembrando-se como se apresentam suas áreas vizinhas, cinzentas e deformadas, pode-se esperar que Suape seja capaz, de fato, de oferecer ambiente para o lazer – como acontece admiravelmente agora e como ocorreria na hipótese da solução turística? Não é só Suape que pagará, em termos de mutilação do meio ambiente e de deterioração da qualidade da vida, por conta do complexo que se deseja irrefletidamente, no sentido aqui comentado, instalar ali. Todo um conjunto de recantos preferidos por uma população que se

descobre asfiziada no ambiente despojado de locais de finalidade recreativa do Recife serão também sacrificados, numa proporção cujos contornos certamente se ignoram no momento. A esse propósito, parece oportuno sugerir que o governo pernambucano siga o bem sucedido e pouco divulgado exemplo do governo do Rio Grande do Sul, o qual concebeu e implantou o Parque Estadual da Praia de Torres à base de um projeto de Burle Marx que, harmonizando inteiramente o cenário local com as inevitáveis necessidades de infra-estrutura, criou ambiente de grande atração turística e lazer.

Não se ponha de lado, por último, a significação histórica de Suape, tão pouco enfatizada nos raros debates que sobre o projeto têm ocorrido à luz da opinião pública. Ainda hoje são frequentes os **achados arqueológicos** de indiscutível importância que têm sido feitos no local, peculiaridade que por si só deveria levar ao tombamento da área como parte do patrimônio que a história da epopeia pernambucana nos legou.

Tudo isso exige que se tome uma posição. **Que se denuncie a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e da renda *per capita*, não importando que custos a sociedade está pagando por esse esforço orientado pela busca apenas de maior bem-estar material.** Que se considerem a experiência e sobretudo os equívocos cometidos pelos países já industrializados e que hoje lamentam a tomada de certas decisões pouco sábias, inclusive e principalmente no que se refere à detestada e **combatida poluição do meio ambiente.** Agora mesmo, quando o Brasil protesta de forma uníssona e veemente diante da tentativa – felizmente frustrada – do governo finlandês de jogar uma carga de arsênico em forma de lixo no Atlântico Sul, **convém que se enfatize o perigo que é para nosso mar a instalação de fábricas gigantescas de fertilizantes e de alumínio junto à costa pernambucana, a lançar continuamente seus excrementos industriais em águas** que ora são admiradas por uma festejada e cada vez mais rara pureza. Ainda é tempo de se reformar o esquema de Suape. Assim, nada mais justo que o governo se disponha a abrir o debate técnico em torno do complexo, de modo a que a responsabilidade daqueles que antevêm os ônus que recairão sobre a sociedade em decorrência da efetivação da obra possa ser resguardada. E que se evite o ufanismo oficial pouco sadio que chega a proclamar Suape como empreendimento irreversível, numa tentativa de fazer com que a população o aceite sem oposições, como fatalidade do crescimento econômico – que não é.

Clóvis Cavalcanti, diretor do Departamento de Economia do Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Renato S. Duarte, Professor do Mestrado em Economia e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE

Roberto M. Martins, Coordenador do Curso de Mestrado em Sociologia da UFPE

Nelson Chaves, Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFPE

José Antônio Gonsalves de Mello, Professor Titular de História da UFPE

Renato Carneiro Campos, Diretor do Departamento de Sociologia do Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

João de Vasconcelos Sobrinho – Chefe da Estação Ecológica de Tapacurá e Titular da Disciplina de Ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

[1] Segundo Governo Eraldo Gueiros Leite, *Assim Servi a Pernambuco*, Recife, março de 1975, p. 19.

[2] Não se sabe a que período os gastos se referem, nem tampouco qual a base dos preços utilizada, mas acredita-se que esta seja de preços de inícios de 1975.

## **ANEXO B**

### **Encontro Unitário lança declaração histórica em defesa da Reforma Agrária**

22 de agosto de 2012

Declaração final do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas.

#### **Por Terra, Território e Dignidade!**

Após séculos de opressão e resistência, “as massas camponesas oprimidas e exploradas”, numa demonstração de capacidade de articulação, unidade política e construção de uma proposta nacional, se reuniram no “I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária”, no ano de 1961, em Belo Horizonte. Já nesse I Congresso os povos do campo, assumindo um papel de sujeitos políticos, apontavam a centralidade da terra como espaço de vida, de produção e identidade sociocultural.

Essa unidade e força política levaram o governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte de suas reformas de base, contrariando os interesses das elites e transformando-se num dos elementos que levou ao golpe de 1964. Os governos golpistas perseguiram, torturaram, aprisionaram e assassinaram lideranças, mas não destruíram o sonho, nem as lutas camponesas por um pedaço de chão.

Após décadas de resistência e denúncias da opressão, as mobilizações e lutas sociais criaram condições para a retomada e ampliação da organização camponesa, fazendo emergir uma diversidade de sujeitos e pautas. Junto com a luta pela reforma agrária, a luta pela terra e por território vem afirmando sujeitos como sem terra, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, quebradeiras, comunidades tradicionais, agricultores familiares, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais povos do campo, das águas e das florestas. Neste processo de constituição de sujeitos políticos, afirmam-se as mulheres e a juventude na luta contra a cultura patriarcal, pela visibilidade e igualdade de direitos e dignidade no campo.

Em nova demonstração de capacidade de articulação e unidade política, nós homens e mulheres de todas as idades, nos reunimos 51 anos depois, em Brasília, no Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

Nós estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como nos anos 60, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um

aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em consequência da especialização primária da economia.

A primeira década do Século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão primária para o setor externo nos últimos doze anos, sob a denominação de agronegócio, que se configura como nosso inimigo comum.

Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de *commodities* de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadora – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des)reguladora da terra.

O projeto capitalista em curso no Brasil persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo super-exploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira. Esta super-exploração, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio.

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda consequências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato.

Estas consequências foram agravadas pela ausência, falta de adequação ou caráter assistencialista e emergencial das políticas públicas. Estas políticas contribuíram para o processo de desigualdade social entre o campo e a cidade, o esvaziamento do meio rural e o aumento da vulnerabilidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Em vez de promover a igualdade e a dignidade, as políticas e ações do Estado, muitas vezes, retiram direitos e promovem a violência no campo.

Mesmo gerando conflitos e sendo inimigo dos povos, o Estado brasileiro nas suas esferas do Executivo, Judiciário e Legislativo, historicamente vem investindo no fortalecimento do

modelo de desenvolvimento concentrador, excludente e degradador. Apesar de todos os problemas gerados, os sucessivos governos – inclusive o atual – mantêm a opção pelo agro e hidronegócio.

O Brasil, como um país rico em terra, água, bens naturais e biodiversidade, atrai o capital especulativo e agroexportador, acirrando os impactos negativos sobre os territórios e populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas. Externamente, o Brasil vem se tornando alavanca do projeto neocolonizador, expandindo este modelo para outros países, especialmente na América Latina e África.

Torna-se indispensável um projeto de vida e trabalho para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que respeite a natureza e gere dignidade no campo. Ao mesmo tempo, o resgate e fortalecimento dos camponatos, a defesa e recuperação das suas culturas e saberes se faz necessário para projetos alternativos de desenvolvimento e sociedade.

**Diante disto, afirmamos:**

- 1) a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.
- 2) a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.
- 3) a soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos.
- 4) a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.
- 5) a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito

subsidiado e adequado as realidades; assistência técnica baseada nos princípios agroecológicos; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação, especialmente da juventude; incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização.

6) a necessidade de relações igualitárias, de reconhecimento e respeito mútuo, especialmente em relação às mulheres, superando a divisão sexual do trabalho e o poder patriarcal e combatendo todos os tipos de violência.

7) a soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, alterando o atual modelo energético brasileiro.

8) a educação do campo, indígena e quilombola como ferramentas estratégicas para a emancipação dos sujeitos, que surgem das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político-pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Elas se contrapõem à educação rural, que tem como objetivo auxiliar um projeto de agricultura e sociedade subordinada aos interesses do capital, que submete a educação escolar à preparação de mão-de-obra minimamente qualificada e barata e que escraviza trabalhadores e trabalhadoras no sistema de produção de monocultura.

9) a necessidade de democratização dos meios de comunicação, hoje concentrados em poucas famílias e a serviço do projeto capitalista concentrador, que criminalizam os movimentos e organizações sociais do campo, das águas e das florestas.

10) a necessidade do reconhecimento pelo Estado dos direitos das populações atingidas por grandes projetos, assegurando a consulta livre, prévia e informada e a reparação nos casos de violação de direitos.

Nos comprometemos:

1 a fortalecer as organizações sociais e a intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas, colocando como centro a luta de classes e o enfrentamento ao inimigo comum, o capital e sua expressão atual no campo, o agro e hidronegócio.

2 a ampliar a unidade nos próximos períodos, construindo pautas comuns e processos unitários de luta pela realização da reforma agrária, pela reconhecimento, titulação, demarcação e desintrusão das terras indígena, dos territórios quilombolas e de comunidades tradicionais, garantindo direitos territoriais, dignidade e autonomia.

3 a fortalecer a luta pela reforma agrária como bandeira unitária dos trabalhadores e trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas.

4 a construir e fortalecer alianças entre sujeitos do campo e da cidade, em nível nacional e

internacional, em estratégias de classe contra o capital e em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável.

5 a lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, pela soberania alimentar, em defesa da biodiversidade e das sementes.

6 a construir uma agenda comum para discutir os critérios de construção, acesso, abrangência, caráter e controle social sobre as políticas públicas, a exemplo do PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA, PRONACAMPO, pesquisa e extensão, dentre outras, voltadas para os povos do campo, das águas e das florestas.

7 a fortalecer a luta das mulheres por direitos, pela igualdade e pelo fim da violência.

8 a ampliar o reconhecimento da importância estratégica da juventude na dinâmica do desenvolvimento e na reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.

9 a lutar por mudanças no atual modelo de produção pautado nos petro-dependentes, de alto consumo energético.

10 a combater e denunciar a violência e a impunidade no campo e a criminalização das lideranças e movimentos sociais, promovidas pelos agentes públicos e privados.

11 a lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas exigimos o redirecionamento das políticas e ações do Estado brasileiro, pois o campo não suporta mais. Seguiremos em marcha, mobilizados em unidade e luta e, no combate ao nosso inimigo comum, construiremos um País e uma sociedade justa, solidária e sustentável.

Brasília, 22 de agosto de 2012.

Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR)	Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
Associação das Mulheres do Brasil (AMB)	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)	Movimento Camponês Popular (MCP)
Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF)	Movimento das Comunidades Populares (MCP)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Movimento das Mulheres Camponesas

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	(MMC) Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	
CARITAS Brasileira	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ)	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Comissão Pastoral da Pesca (CPP)	Movimento Interestadual das Mulheres
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)	Oxfam Brasil
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Pastoral da Juventude Rural (PJR)
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)	Plataforma Dhesca Rede Cefas
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF)	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF)
FASE	
Greenpeace	SINPRO DF
INESC	Terra de Direitos Unicafes VIA CAMPESINA BRASIL

Disponível em: <http://www.mst.org.br/content/encontro-unitario-lan%C3%A7a-declara%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3rica-em-defesa-da-reforma-agr%C3%A1ria>